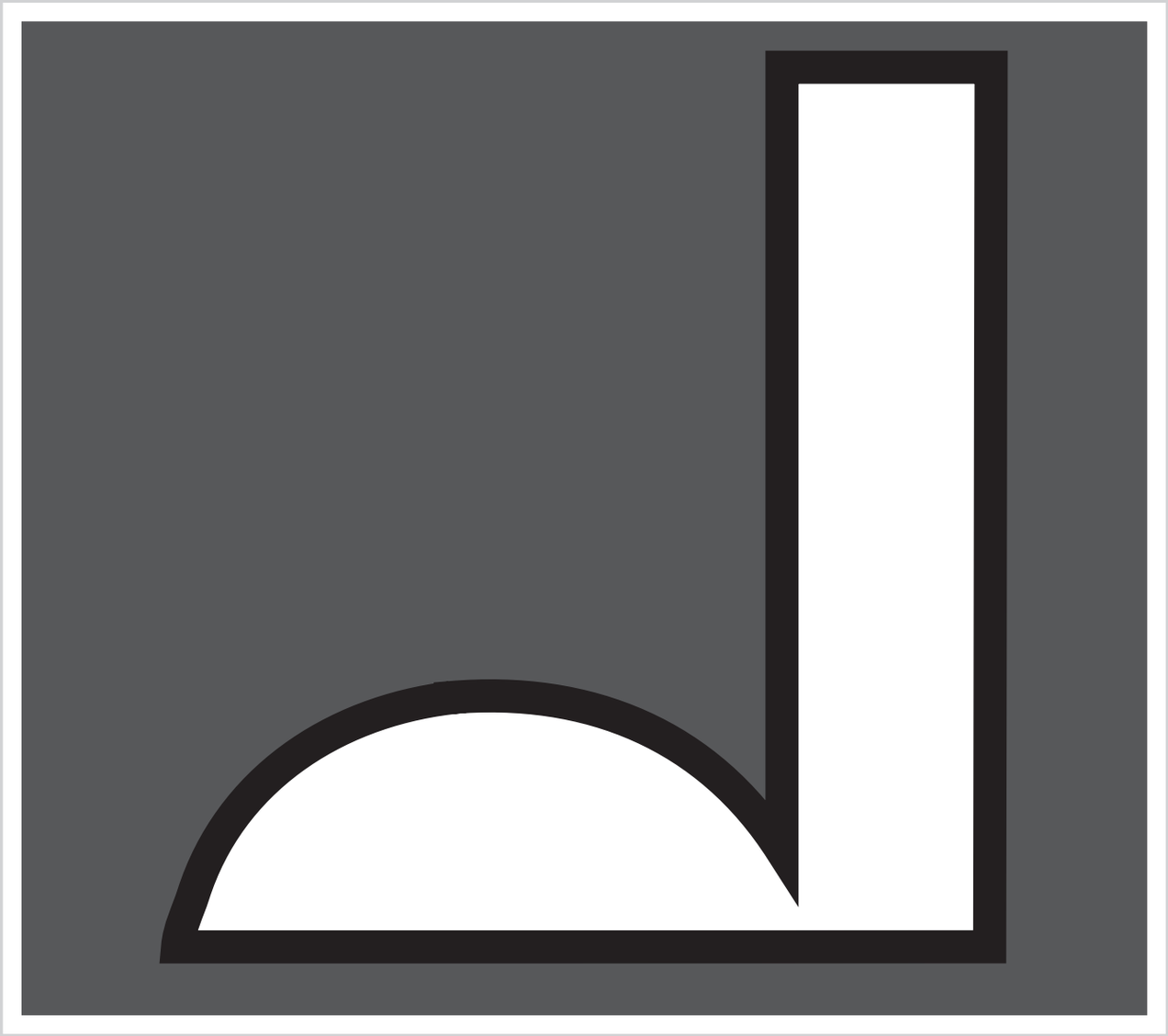
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 6 8 –TERÇA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 69ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 13 DE MAIO DE 2013 25328

1.1 – ABERTURA 25328

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Comemorar os 65 anos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), nos termos do Requerimento nº 144, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores. 25328

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Oradores

Sr. João Bosco de Almeida, Presidente da Chesf 25328

Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras 25329

Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia..... 25330

Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno) 25331

1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Lídice da Mata) 25332

1.3 – ENCERRAMENTO..... 25335

2 – ATA DA 70ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE MAIO DE 2013 25336

2.1 – ABERTURA 25336

2.2 – EXPEDIENTE 25336

2.2.1 – Mensagens da Presidente da República

Nº 30/2013 (nº 178/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas..... 25336

Nº 31/2013 (nº 179/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. 25352

Nº 32/2013 (nº 180/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. 25381

Nº 33/2013 (nº 177/2013, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até U$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 25411

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 592, de 2012..... 25411

2.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 422, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Vieira Souto. 25412

Nº 423, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, solicitando a criação de comissão temporária para analisar o arcabouço jurídico de criação, financiamento, fiscalização e funcionamento dos serviços sociais autônomos no Brasil. 25412

Nº 20, de 2013-CI, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando a extinção da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. 25413

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 32, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.* 25415

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que *altera o caput do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o acréscimo do benefício para o segurado diagnosticado com doença grave*..... 25416

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de licença-maternidade e aumentar o valor do salário-maternidade, em caso de nascimentos múltiplos*. 25416

2.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 23/2013 (nº 522/2013, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.116, de 2013, proferido nos autos do processo TC 021.424/2012-8, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 27, de 2012..... 25419

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Comentários sobre o projeto que altera o ICMS; e outro assunto.. 25419

2.2.7 – Comunicação

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 613, de 2013 **(Ofício nº 533/2013)**. *Designação do Deputado Arthur Oliveira Maia, como titular, para compor a referida Comissão*..... 25424

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* **–** Reflexões sobre os 125 anos da Abolição da escravatura no Brasil; e outro assunto. 25424

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG*, como Líder – Considerações sobre recentes medidas administrativas adotadas pelo Senado Federal; e outro assunto. 25428

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Leitura de manifesto de autoria de movimentos sociais contrários a leilões de petróleo e à privatização de hidrelétricas. 25431

SENADOR *PAULO PAIM* – Comemoração dos 125 anos de promulgação da Lei Áurea e defesa de políticas públicas voltadas para a superação do preconceito racial no País..... 25433

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA,* como Líder – Apresentação de projeto de lei que visa inscrever o nome do Sr. Luís Gama no Livro dos Heróis da Pátria; e outro assunto..... 25437

SENADOR *ATAÍDES OLIVEIRA* – Preocupação com a gestão de recursos dos regimes próprios de previdência social de estados e municípios; e outro assunto. 25441

SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas à possível contratação de seis mil médicos cubanos para cobertura assistencial de áreas carentes no Brasil. 25444

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do Dia da Abolição da Escravatura. 25445

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Apelo pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que visa equiparar os "soldados da borracha" a ex-combatentes de guerra; e outro assunto. 25446

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Considerações acerca da abolição da escravatura no País. 25449

SENADORA *LÍDICE DA MATA* – Homenagem a todo o povo negro e afro-descendente do País, no transcurso do Dia da Abolição da Escravatura; e outro assunto. 25453

SENADOR *WELLINGTON DIAS*, como Líder – Registro da realização ,amanhã, da 11ª Rodada de Licitação para Exploração e Produção de Óleo e Gás no Brasil. 25456

SENADOR *VITAL DO RÊGO*, como Líder – Críticas à intenção do Governo Federal de contratar médicos cubanos para trabalhar em áreas carentes no Brasil. 25459

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Relatório sobre a participação de S. Exª no 12º Congresso Norte-Americano da Garantia de uma Renda Básica, em Nova York; e outro assunto. 25461

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Defesa dos interesses dos produtores dos perímetros irrigados do baixo São Francisco, no Estado de Sergipe. 25458

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 25469

2.3 – ENCERRAMENTO..... 25470

3 – ATAS

3.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012

Ata da 6ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2013..... 25473

3.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, DE 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2013..... 25485

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 25488

Ata da 4ª Reunião, realizada em 24 de abril de 2013..... 25509

Ata da 5ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2013..... 25532

3.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de março de 2013 25535

Ata da 3ª Reunião, realizada em 20 de março de 2013 25540

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de março de 2013 25570

Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2013 25586

Ata da 6ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2013 25618

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 25635

Bancadas dos Partidos 25636

Por ordem alfabética 25637

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 25638

6 – LIDERANÇAS 25639

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 25643

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 25644

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 25657

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 25665

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 25669

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 25675

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 25681

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 25691

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 25699

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 25708

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 25715

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 25721

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 25725

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 25729

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 25730

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 25731

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) 25732

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 25732

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 25733

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 25725

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 25737

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 25739

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012) 25741

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 25743

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 25745

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 25747

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 25748

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 25749

Comissões Mistas Especiais 25751

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 25754

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 25755

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 25756

Ata da 69ª Sessão, Especial, em 13 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Lídice da Mata

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 37 minutos e encerra-se às 11 horas e 33 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 65 anos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, nos termos do **Requerimento nº 144, de 2013**, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Antonio Carlos Valadares e de outros Senadores.

Convido, para compor a Mesa, o Presidente da Eletrobrás, Sr. José da Costa Carvalho Neto; o Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Sr. João Bosco de Almeida; o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Registro a presença do Senador João Durval Carneiro, Senador pelo Estado da Bahia, a quem convido para compor a Mesa também; do Diretor-Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel) da Eletrobras, Sr. Albert Cordeiro Geber de Melo; do Diretor-Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Sr. Josias Matos de Araújo; do Diretor-Presidente de Furnas – Centrais Elétricas S.A., Sr. Flavio Decat de Moura.

Convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Sr. João Bosco de Almeida.

O SR. JOÃO BOSCO DE ALMEIDA – Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, que preside esta sessão; o Senador João Calmon, compondo também esta Mesa; o Dr. Altino Ventura, representando aqui o Ministério de Minas e Energia; o Dr. José da Costa, Presidente da Eletrobras; cumprimentando também a todos os presidentes e diretores da Eletrobras aqui presentes; o Presidente de Furnas, Flavio; o Presidente da Eletronorte, Josias; o Presidente do Cepel, Albert; o José Antônio, Diretor da Eletrobras; os meus colegas diretores presentes, José Aílton e Mozart.

Srs. Senadores, senhores aqui presentes, inicio agradecendo aos membros desta Comissão pela iniciativa de prestar esta homenagem à Companhia Hidroelétrica do São Francisco, quando ela completa 65 anos de atuação, antes restrita ao Nordeste Brasileiro e, hoje, um importante agente de geração e transmissão de energia do sistema elétrico brasileiro.

Agradecemos, em particular, à Senadora Lídice da Mata e ao Senador Antonio Carlos Valadares, que tomaram a iniciativa da proposta desta homenagem.

Façamos sim, hoje, esta justa celebração a ela que é a mais importante empresa do Nordeste e a que mais se identifica com a Região.

Esta ilustre aniversariante é o resultado do trabalho de mãos laboriosas de mais de vinte mil nordestinos e não nordestinos que por lá passaram e que lá estão.

Iniciativas para a exploração das potencialidades do Rio São Francisco surgiram ainda na época do Império, quando em 1801 o naturalista J. V. Couto aconselhava examiná-las. Em 1859, o Imperador D.Pedro II fez viagem ao baixo São Francisco, levando consigo uma visão de encantamento com o que viu.

Em 1910, foi construída a primeira usina hidroelétrica no Rio, por iniciativa do destemido e ousado empresário Delmiro Gouveia.

Mas foi a lucidez visionária do Eng. Antônio Alves de Sousa, fundamentado em mais de vinte anos de estudos sobre as potencialidades de Paulo Afonso, que inspirou o Presidente Getúlio a promulgar o ato de criação da CHESF, em 1945, apoiado por unanimidade pelo Congresso Nacional à época.

Desde então e até os dias de hoje, não mais faltou apoio deste Congresso ao desenvolvimento da Companhia.

Assegurada esta solidariedade política, em favoráveis e adversos momentos da vida brasileira, na escassez e na fartura de recursos, os chesfianos construíram este imenso patrimônio do povo brasileiro.

Da pequena usina Paulo Afonso I, à época uma obra grandiosa, conectada a Recife e Salvador por singelas linhas de transmissão, nasceu um sistema que se espalhou por todo o Nordeste brasileiro, maior que sistemas de geração e transmissão de muitos paises pelo mundo afora.

O que parecia ser uma obra faraônica nos anos 50, transformou-se no mais importante vetor de desenvolvimento do Nordeste. Como estaria hoje a Região, não fosse a ousadia daqueles que transformaram em realidade o que se dizia à época do Império: "O Rio São Francisco é o rio da integração nacional".

Que integração teria havido sem a energia gerada e distribuída pela CHESF por todos estes recantos, do Semiárido à Zona da Mata e ao litoral nordestino?

Esta garota aniversariante filha do Velho Chico é a síntese desta integração. Ela deu suporte à industrialização, apoiou centros de formação e pesquisa, desenvolveu a engenharia regional e nacional, levando cidadania a milhões de brasileiras e brasileiros que, sem a CHESF, estariam décadas atrás no quesito do desenvolvimento humano.

Ela sempre foi tratada com o carinho de todos os nordestinos e conta com reconhecimento nacional e internacional.

Por tudo isso, devemos parabenizá-la e homenageá-la no dia de hoje, renovando o nosso amor por esta organização, comprometendo-nos dentro e fora dela com a sua continuidade e vitalidade.

O ano em que a CHESF completa seus 65 anos representa, também, o encerramento deste ciclo de nascimento e construção e se inicia um novo ciclo, com um novo horizonte.

Findas as concessões outorgadas no passado, os ativos construídos foram devolvidos ao Poder Concedente que, novamente, chamou a Companhia para que deles cuidasse, por mais 30 anos.

A CHESF continuará produzindo e transmitindo a energia gerada no Velho Chico e no Parnaíba, desta vez cobrando da sociedade módicas tarifas para operação e manutenção.

Assim, Senadora, 66% de toda a energia utilizada pelo Governo para reduzir as tarifas de energia elétrica de todo o Brasil estão sendo geradas e entregues pela CHESF. Devemos nos orgulhar disso. É o Nordeste ajudando o Brasil.

Nesse novo ambiente, a companhia continuará sua caminhada, cuidando bem de mais de dez bilhões de ativos da União e atuando ativamente nesse mercado competitivo, para conquista de novas concessões, que serão os pilares do seu segundo estágio de desenvolvimento. Estamos em uma nova rota, a caminho de uma nova órbita.

Diferentemente da época em que começamos, hoje, dispomos de maior capacidade de prospecção do futuro. As regras estão estabelecidas e desenham nossa trajetória no longo prazo. Temos um corpo técnico capacitado, estamos capitalizados e sabemos navegar.

O que deve ser feito para o sucesso nesse novo ciclo já foi desenhado e as providências já estão em curso. Estão contratados mais de R$3,5 bilhões em novos investimentos, cujas obras serão executadas nos próximos três anos.

A companhia continuará a atuar nacionalmente, sem perder de vista a sua responsabilidade com o Nordeste.

Nos próximos 30 anos, no Nordeste brasileiro, será construído um parque gerador maior que tudo o que foi construído até hoje no Velho Chico, desta vez, com outras fontes. Está na força dos ventos e no sol, que faz a beleza das nossas praias e que tanto nos castiga no Semiárido, a energia a ser transformada em eletricidade. A companhia concluiu sua primeira planta eólica em parceria com o setor privado e, até o final do ano, entrará em operação a primeira planta eólica da CHESF, curiosamente do tamanho da Usina Paulo Afonso I, a usina que foi parte da criação da empresa.

Também iniciaremos, no próximo mês de junho, a construção de nossa primeira planta solar, de 2,5 megawatts, a maior do Brasil, para consolidarmos as nossas avaliações sobre essa janela de oportunidades e nos prepararmos para o uso dessa nova tecnologia em grande escala.

Continuaremos investindo em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, em parcerias com os centros de pesquisa nacionais e internacionais, apoiando a cultura e dando suporte às iniciativas de responsabilidade social, como fizemos nesses 65 anos de existência.

Finalmente, voltando a agradecer esta homenagem, reafirmamos o nosso compromisso com as diretrizes emanadas do governo da Presidente Dilma, através do Ministério de Minas e Energia, e da nossa controladora, a Eletrobras, e, em especial, reafirmamos o nosso compromisso com o povo nordestino.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Convido, para usar da palavra, o Presidente da Eletrobras, Sr. José da Costa Carvalho Neto.

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Srª Senadora Lídice da Mata; Sr. Senador João Calmon, meus prezados companheiros, João Bosco, Presidente da CHESF, aqui justamente homenageada; meu companheiro Altino Ventura, que neste ato representa o Ministro Edison Lobão; meus companheiros da Eletrobras presentes – estão presentes aqui, Senadora, praticamente todos os presidentes das nossas empresas, o que mostra a integração do sistema Eletrobras –, os amigos Flavio Decat, Presidente de Furnas; Josias, Presidente da Eletronorte; Albert, Presidente do nosso Centro de Energia Elétrica; meus companheiros de diretoria, José Antônio, Diretor de Transmissão da

Eletrobras; Armando Casado, Diretor Financeiro da Eletrobras e também Presidente do Conselho de Administração da CHESF; os companheiros Diretores da CHESF, Mozart e José Ailton; demais trabalhadores e colaboradores da CHESF aqui presentes.

Eu também queria agradecer à Senadora Lídice da Mata e ao Senador Antonio Carlos Valadares por esta homenagem justíssima prestada à CHESF. Vou ser bastante breve.

Sem dúvida nenhuma, a CHESF, nesses seus 65 anos de existência, criou uma tecnologia, criou um modelo de organização, criou condições para que não só o Nordeste, mas todo o Brasil atingisse hoje um sistema que é exemplar para quase todo o mundo. Trata-se de um sistema integrado e, que, agora, proximamente, com a interligação de Manaus, de Boa Vista e de Macapá, nós vamos ter, praticamente, 99,8% do Brasil atendido pelo mesmo sistema interligado.

Não tenho dúvida nenhuma de que, praticamente, vamos dizer, dentro das empresas que compõem o sistema Eletrobras, responsável por esse feito fabuloso que honra todo o Brasil, destaca-se, sem dúvida nenhuma, a CHESF. Nós temos hoje, então, um sistema confiável, um sistema com qualidade, o primeiro sistema público que, praticamente, atinge a universalidade no atendimento a todos os brasileiros. Até o fim de 2014, nós esperamos ter 100% de todos brasileiros atendidos e pelo mesmo sistema interligado. E agora, com a redução de praticamente 20% na tarifa, colocando, então, essa infraestrutura energia elétrica como um vetor importante para o desenvolvimento do Nordeste e para o desenvolvimento do Brasil.

Eu me lembro de que ao ler, um dia desses, a história brasileira, quando o Presidente Getúlio Vargas deixou a sua carta de despedida, ele comentou sobre algumas frustrações que teve. Uma das frustrações, ele que criara a Petrobras, foi não ter conseguido criar a Eletrobras. Mas hoje eu posso dizer que, no fundo, ele criou, porque ele criou a CHESF, e a CHESF é o embrião da Eletrobras. Então, parabéns a todos os chesfianos que estão aqui presentes, pelo trabalho que vocês fizeram, pelo que isso representa para o setor elétrico brasileiro e para o Brasil.

Os próximos 65 anos estarão aí para que a CHESF continue, através da sua tecnologia, através da sua gestão, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento do Nordeste, para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado e, mais uma vez, muito grato aos Senadores por esta justa homenagem a essa grande empresa nordestina, a essa grande empresa brasileira. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Apenas uma ressalva: o Senador que nos acompanha na Mesa é o Senador baiano, ex-governador da Bahia, João Durval Carneiro.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Exmo Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Sr. Altino Ventura Filho.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Cumprimento a Senadora Lídice da Mata e o Senador João Calmon, presente na Mesa, e, através deles, eu cumprimento todos os demais participantes dessa Mesa e todos os presentes, diretores das empresas do Grupo Eletrobras, amigos e colegas do setor elétrico.

Como representante do Ministério de Minas e Energia neste momento, eu gostaria inicialmente de cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e Antonio Carlos Valadares pela iniciativa de promover esta sessão especial comemorativa dos 65 anos da existência da Chesf.

Eu queria me apresentar aqui não só como representante do Ministério de Minas e Energia, mas como um profissional e como uma pessoa que teve, durante toda a sua vida, certo relacionamento muito próximo com a Chesf. Sou nordestino, nasci em Recife e, desde a minha infância, tive uma das primeiras experiências, que foi algo assim muito emocionante para mim. Naquela ocasião da construção de Paulo Afonso I, corria no Nordeste uma notícia de que a cachoeira de Paulo Afonso ia desaparecer. Naquele momento, as companhias turísticas organizaram várias viagens a Paulo Afonso para se visitar a cachoeira de Paulo Afonso pela última vez. Meu pai era um homem muito sensível a essas questões e deu-me a alegria de acompanhá-lo em uma viagem para Paulo Afonso. Eu tinha, 10 anos de idade mais ou menos. E fomos. Claro, a cachoeira de Paulo Afonso foi devidamente preservada. Quer dizer, a Chesf teve a sabedoria, o projeto de preservar a cachoeira, e, nessa viagem que fiz – minha primeira viagem de avião, algo que está presente na minha mente –, eu tive o privilégio não só de visitar a cachoeira, que é uma coisa muito bonita, como também de visitar a obra de Paulo Afonso I na minha infância. Na construção, entrei dentro dela, porque fazia parte desse momento.

Posteriormente, eu me recordo de que, naquela ocasião, o Nordeste todo recebia energia de geração térmica. Era algo que criava uma dificuldade de garantir o suprimento. Era uma energia complicada, principalmente nas capitais do Nordeste. E falava-se que a energia de Paulo Afonso chegaria às cidades – a Recife, em particular – e, quando ela chegasse, seria uma energia muito forte, muito potente, capaz de iluminar, com muito mais força, o que acontecia naquele momento. E eu me lembro do dia em que chegou a energia de Paulo Afonso na cidade de Recife. Nesse dia, eu fiquei espe-

rando a noite, para acender a luz do meu quarto, onde eu dormia, e foi uma surpresa que eu tive, porque a luz era igual à luz que vinha da geração térmica. Na realidade, a força da Chesf tinha outro significado. Era uma força que ia se espalhar pelo Nordeste todo.

No final da década de 60, mais ou menos em 1970, eu participei de um trabalho de planejamento na Eletrobras, juntamente com diversas concessionárias do Nordeste, inclusive a Chesf, e, nesse trabalho de planejamento – talvez tenha sido o primeiro que foi feito; em seguida àquele, foi feito na Região Centro-Sul, na ocasião, que era o trabalho da Canambra –, fizemos um planejamento de todo o atendimento do mercado de energia elétrica na Região Nordeste. E eu pude observar a quantidade de serviços, a importância que a Chesf teve de levar a energia elétrica para todos os lugares da Região Nordeste, inicialmente ao mercado dos sete Estados do Nordeste oriental. As linhas da Chesf, além das capitais, que foram construídas inicialmente, se espalharam, levando para aquele interior do Nordeste o que eu poderia chamar de uma esperança: o suprimento de energia, a segurança, a oportunidade de criação de atividades produtivas. Tirou da escuridão milhões de nordestinos que habitavam todas aquelas regiões.

Então, esse trabalho foi extremamente importante, assim como os serviços que a Chesf prestou, não só à Região Nordeste, como ao Brasil, inclusive na fase de industrialização do Nordeste, em que nós tivemos a atuação da Sudene, e várias indústrias foram colocadas. Se não fosse a Chesf, não poderíamos ter tido esse desenvolvimento que tivemos. Se tivermos que escolher uma única entidade que teve a maior responsabilidade pelo progresso e desenvolvimento econômico, industrial e também social na Região Nordeste, essa entidade é a Chesf. Então, esta homenagem é merecida, porque essa empresa realmente tem uma identificação com a Região Nordeste muito importante.

Eu queria destacar, para finalizar, mais dois aspectos que acho bastante relevantes: a Chesf, vejam bem, com a construção de Paulo Afonso, iniciou o que se pode dizer a competência brasileira na construção de usinas hidrelétricas. Pode-se dizer que foi a primeira grande usina hidrelétrica que o Brasil construiu, e, nesse sentido, o País iniciou um desenvolvimento de engenharia na área de hidreletricidade que hoje tem o respeito internacional.

As nossas hidrelétricas no Brasil – temos mais de mil hidrelétricas em operação no nosso sistema interligado brasileiro – representam um acervo extremamente importante e um reconhecimento internacional do aproveitamento de uma energia limpa, renovável, de baixo custo e com aplicações outras que não a energia elétrica diretamente, como ocorre nas diversas usinas do São Francisco, a partir de Sobradinho, e todas elas com projetos de lazer, projetos de turismo, de irrigação, projetos de abastecimento d´água, navegação e assim por diante.

Então, por todas essas razões, nós não podemos deixar de reconhecer que a Chesf teve um papel importantíssimo. Foi uma empresa pioneira na consolidação e no início da engenharia brasileira de hidreletricidade, e, depois dessa fase em que ela atuou diretamente na Região Nordeste, as suas linhas foram se estendendo para outros pontos mais distantes. Antes da operação de Tucuruí, a energia da Chesf chegou em Belém, no Pará. Depois, tivemos a Norte-Sul, que interligou o sistema Norte-Nordeste com o Sudeste e, dessa forma, permitiu a sua inserção no sistema interligado brasileiro. Neste momento, acabamos de realizar uma licitação importante de um sistema de transmissão de 500kV que reforça a Norte-Sul. Além disso, trará a energia de Belo Monte até Miracema e, depois, para vários centros de carga na Região Nordeste, aumentando essa integração do nosso sistema hidrelétrico brasileiro.

Por todas essas razões, neste momento, com um pouco de emoção, eu diria, em estar no Plenário do Senado, participo desta homenagem à Chesf, uma empresa que sempre esteve ligada a minha pessoa como cidadão brasileiro, como nordestino e como profissional do setor brasileiro no campo da hidreletricidade.

Parabéns, mais uma vez, à Senadora Lídice da Mata, ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela iniciativa. E o Ministério de Minas e Energia deixa registrada esta posição de apoio e de entusiasmo pela realização desta sessão.

Agradeço a atenção de todos e me despeço neste momento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Altino Ventura Filho, pelo importante depoimento que deu neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – O Sr. Senador Eunício Oliveira enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, torna-se muito oportuna esta sessão do Senado Federal, atendendo ao requerimento assinado por vários dentre nós para marcar os 65 anos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

O Nordeste deve muito às melhorias e ao progresso possibilitados por essa empresa brasileira fundamental na área energética. Acredito que o Nordeste era um antes da CHESF, e outro muito diferente depois, com um ritmo de desenvolvimento incomparável.

Foi depois dessa empresa que o Nordeste pôde ter a segurança de ver suas cidades iluminadas sem restrição de horário, imposto pela utilização dos antigos geradores, bem como ampliar suas possibilidades de desenvolvimento industrial.

Lembremos que a CHESF foi criada em 15 de março de 1948, com a missão específica de construir a Usina de Paulo Afonso I, fornecendo sua energia elétrica para uma área do Nordeste num alcance de 400 quilômetros, o que abrangia as principais cidades da região. Sua capacidade operacional entretanto, foi comprovada logo depois, quando o raio de alcance foi ampliado para 700 quilômetros, de modo que sua energia pudesse chegar a Fortaleza, capital do meu Ceará.

E não parou mais, vindo a incorporação posterior da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE), possibilitando à CHESF tornar-se a grande produtora e distribuidora de energia para os nove Estados do Nordeste. Apenas fornecimento ao estado do Maranhão foi transferido para a área de atuação da Eletronorte, ficando a CHESF responsável pelo suprimento de energia elétrica dos demais oito Estados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar do seu crescimento, mas talvez por causa dele, a partir do início da década de 90 do século passado, a CHESF atravessou um período conturbado. Todo o sistema de geração e transmissão deveria ser fatiado e oferecido em leilões, mas esse processo foi suspenso graças à reação de parlamentares e entidades da sociedade civil. Houve novas tentativas em anos posteriores, mas o desmantelamento foi abortado definitivamente, até hoje.

Em 2003, a Medida Provisória n° 144, que se concretizou como a Lei n° 10.848, de 15 de Março de 2004, colocando as coisas em seus devidos lugares, retirando a Eletrobrás e suas subsidiárias, entre elas a CHESF, do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Pelas regras atuais, a missão original da CHESF de garantir o abastecimento de energia elétrica da região não mais subsiste. Hoje sua energia vai para o Operador Nacional do Sistema (ONS), com integração de grande abrangência do território brasileiro, e é remunerada conforme os contratos de venda de energia.

A CHESF, indubitavelmente, tem grande participação no desenvolvimento do Nordeste. São 14 usinas hidrelétricas e duas termelétricas, com capacidade de produzir mais de 10 milhões de quilowatts, suprindo as necessidades de uma área correspondente a 15% do território brasileiro. Suas linhas de transmissão totalizam 18 mil quilômetros, suprindo as necessidades de cerca de 50 milhões de pessoas.

Acompanhando as tendências mais atuais, a CHESF expande seus sistemas preservando, recuperando e fazendo uso sustentável dos recursos naturais. Além dessa postura ecologicamente correta, empenha-se no aprofundamento de estudos sobre fontes alternativas de energia. Nesse aspecto, as que se têm mostrado mais promissoras e ecologicamente viáveis são a energia solar (fotovoltaica e termossolar), a eólica e a da biomassa florestal (que se baseia na gaseificação da madeira).

A empresa se orgulha de contar com um Departamento de Meio Ambiente (DMA) como gestor da política ambiental que implantou. O DMA desenvolve programas de comunicação e educação ambiental, monitoramento da qualidade da água, recuperação de matas ciliares, replantio seletivo da mata atlântica, resgate e preservação histórico–culturais, entre outras ações. Certamente, não é pouca coisa!

A CHESF, também ciente dos valores culturais do povo trabalhador que a construiu – o nordestino, que, no dizer de Euclides da Cunha, "é, antes de tudo, um forte" –, como forma de retribuir a participação em sua história, procura valorizar as diversas manifestações de caráter popular, destacando-se como uma das empresas que mais investem no patrocínio de projetos culturais da Região.

Uma empresa de tamanha importância não pode afastar-se de sua responsabilidade social em relação às comunidades junto às quais fixa suas instalações. Por isso existe, junto a cada uma dessas usinas, subestações e demais instalações da empresa, uma grande preocupação de melhorar a vida das pessoas que estão nas cercanias. As atividades abrangem pesquisa científica e tecnológica, educação, saúde, meio ambiente, cultura, incentivo ao desenvolvimento sustentável e outras atividades que favoreçam o desenvolvimento das pessoas visando ao pleno exercício da cidadania.

Srªs e Srs. Senadores, é inegável o papel da CHESF na transformação dessa Região quase esquecida na primeira metade do século XX em uma área próspera e atrativa para os investidores em atividades produtivas. Sem dúvida, é assim que se possibilita a geração de mais e mais riquezas e a melhora nas condições de vida e bem-estar da nossa população nordestina.

São 65 anos de bons serviços. Por isso fazemos votos de reconhecimento ao trabalho do seu Presidente João Bosco Almeida, para manter a CHESF no rumo do progresso, crescendo ainda mais e prestando os excelentes serviços pelos quais é responsável.

Quero homenagear também todos os integrantes da empresa, tanto dirigentes como todos os trabalhadores que ajudaram a fazer dela a potência em que se transformou ao longo desses 65 anos de história.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Srªs e Srs. convidados, caros representantes da Eletrobras, do Ministério de Minas e Energia, caro

amigo Sr. João Bosco de Almeida, Presidente da Chesf, que aqui é homenageado por mim e pelo Senador João Durval, representantes que somos da Bancada baiana do Congresso Nacional, eu quero saudar todos vocês e agradecer a presença de cada um nesta sessão solene de hoje, por mim e pelo Senador Antonio Carlos Valadares, um Senador nordestino de Sergipe, de três mandatos, para homenagear essa empresa que, como aqui foi dito e repetido, é um símbolo do Nordeste brasileiro, um símbolo da capacidade, da criatividade, da capacidade de produzir do Nordeste brasileiro. Talvez, por isso mesmo, desculpem-me os outros, sofre as dificuldades da discriminação que essa região também vive no reconhecimento do seu valor.

Os antigos se referiam à vigorosa civilização surgida há mais de três mil anos antes de Cristo, o Império Egípcio, como uma dádiva do Rio Nilo. Todo o sucesso da antiga civilização egípcia deveu-se, em parte, à sua capacidade de se adaptar às condições do Vale do Nilo, da previsibilidade de suas cheias e da fertilidade de suas margens.

Nós nordestinos conhecemos bem a importância que pode ter um rio na vida de um povo. No nosso caso, esse rio tem nome de gente simples, tem nome de santo, chama-se Francisco. Nós nordestinos conhecemos bem a importância desse rio.

Em 1945, o Decreto-Lei nº 8.031 foi idealizado pelo engenheiro agrônomo Apolônio Salles, Ministro da Agricultura no Governo do Presidente Getúlio Vargas, e essa história ganha um novo rumo, e o povo do Nordeste conquista uma ferramenta indispensável para o seu desenvolvimento: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que nasceu com a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, com qualidade e rentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do País.

As usinas de energia da Chesf têm muita história para contar. Cada obra surgiu para produzir desenvolvimento. As 14 hidrelétricas ganham vida diária, seja pela mão que acende um simples interruptor, seja pelos empregos gerados nas fábricas, hospitais, *shoppings* e outros empreendimentos movidos pela eletricidade que a Chesf produz. É a tecnologia que move destinos. As hidrelétricas da Chesf representam atualmente quase 100% de seu parque gerador. A maioria das usinas está localizada no Rio São Francisco.

Constituída em assembleia de acionistas realizada em 15 de março de 1948, pode-se afirmar, tomando a Chesf como exemplo, que são muitas e significativas essas mudanças. Antes da Chesf, toda a Região Nordeste estava anos luz atrás, no desenvolvimento, em relação a outras regiões do País. Todos os índices, do analfabetismo à mortalidade infantil, do desenvolvimento humano às modernas tecnologias inexistentes, tudo fazia crer que tínhamos pelo menos dois ou mais brasis: aquele da pujança, dos grandes avanços tecnológicos, das grandes indústrias, e o do povo abandonado, esquecido, morrendo à míngua, assinando com o dedão, sem opções de crescimento.

Assim era o Nordeste antes da Chesf, onde os lampiões de gás iluminavam as praças, e pequenos geradores, nas cidades maiores, tinham hora marcada para serem desligados. Depois da chegada da Chesf, quando a energia elétrica iluminou as ruas e as casas do Recife e suas linhas de transmissão foram se espalhando por toda a região, não só foram iluminadas as cidades, as casas, energizadas as fábricas, como também o campo.

Hoje a Chesf acredita que a garantia do seu futuro somente se dará por meio de uma gestão que consolide a robustez econômico-financeira com a responsabilidade social e o compromisso com o meio ambiente. Nesse sentido, em 2010, a companhia participou da construção e formalizou a aprovação interna da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras.

Este documento expressa que a sustentabilidade empresarial significa fazer negócios promovendo a inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduzindo – ou otimizando – o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do Planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do negócio.

O que é a Chesf, hoje, em dados anuais, referentes ao exercício de 2011? Número de empregados: 5.737; capacidade instalada de geração: 10.615MW; produção de energia: 48.662GW; energia contratada: 50.065GW. Distribuição de venda de energia no Brasil: Nordeste: 30,89%; Sudeste e Centro-Oeste: 46,95%; Sul: 16,33%, Norte: 5,83%, clientes/empresas distribuidoras de energia: 38; clientes/empresas consumidoras industriais de energia: 22; clientes/empresas comercializadoras de energia: 43; linhas de transmissão: 18.644,6km em 500, 230, 138 e 69KW; patrimônio líquido: R$16,818 bilhões; receita operacional bruta: R$6,5 bilhões; receita operacional líquida: R$5,582 bilhões.

Essa é uma empresa nordestina, que é uma empresa de integração do Brasil, através da sua energia produtora e integradora.

Depois de mais de meio século de vida, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco atende a cerca de 45 milhões de nordestinos, através de um parque gerador de energia com uma capacidade instalada de quase 11 milhões de quilowatts, em suas 14 usinas hidrelétricas e 2 termelétricas. São 87 subestações e 18km de linhas de transmissão, que levam a energia da Chesf para todo o

Nordeste do Brasil, menos o Estado do Maranhão. Através do Mercado Atacadista de Energia, a Chesf agora vende energia elétrica para todas as regiões brasileiras,

a única empresa do setor elétrico a conseguir esse feito.

No dia 3 de outubro de 1945, o Presidente Getúlio Vargas sancionou os Decretos-Lei nºs 8.031 e 8.032 e o Decreto nº 19.706, autorizando a criação da Chesf. Entretanto, 26 dias depois, em 29 de outubro de 1945, Getúlio é deposto e, somente após a posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, ocorrida em 17 de outubro de 1946, o assunto é retomado pelo Ministro Daniel de Carvalho, que nomeia o engenheiro Antônio José Alves de Souza para organizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S/A.

A Chesf só foi efetivamente constituída em 15 de março de 1948, quando é realizada a assembleia geral para esse fim. É formada a sua primeira diretoria, sendo indicado para Presidente, o engenheiro Antônio José Alves de Souza; Diretor Administrativo, Adozindo Magalhães de Oliveira; Diretor Técnico, Otávio Marcondes Ferraz; Diretor Comercial, Carlos Berenhauser Júnior.

Ainda em 1948, pelo Decreto n° 25.865, de 24 de novembro de 1948, é criado o Parque Nacional de Paulo Afonso.

Em 1949, são iniciadas as obras da Usina de Paulo Afonso, com as escavações da bacia de decantação e Barragem Delmiro Gouveia, que tem 4,5Km e liga os Estados da Bahia e Alagoas. Esta barragem alimenta hoje as Usinas Paulo Afonso I, II e III. No final desse ano, em 28 de dezembro de 1949, começam as escavações dos túneis, poços, chaminé de equilíbrio e casa de máquinas.

Ao longo de sua existência, a Chesf se consolidou como uma empresa propulsora de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, sempre cumprindo sua responsabilidade social, materializada em diversas frentes de trabalho. Cada usina, subestação, linha de transmissão e instalações da empresa traz, na sua história, ao seu redor, a preocupação em mudar a vida para melhor.

Pesquisa científica e tecnológica, educação, saúde, meio ambiente, cultura, incentivo ao desenvolvimento sustentável são alguns dos programas focados pela empresa, que envolve seus colaboradores e comunidades nas quais está inserida, propiciando o fortalecimento da cidadania.

Não basta para a Chesf ser a maior empresa energética do Brasil.

É preciso transformar essa energia em ações que permitam a melhoria da qualidade de vida da sociedade e façam crescer o País.

A Chesf agora, com a nova política de barateamento energético, é responsável por 65% de toda a energia que foi barateada. Essa energia é produzida pela Chesf.

A Chesf completa seus 65 anos deixando de ser apenas a empresa da Hidrelétrica de Paulo Afonso, como aqui também já foi destacado, para ser também responsável pela distribuição da energia nascida dos cata-ventos modernos, da energia eólica e pela implantação de plantas de energia solar.

A Chesf, portanto, como o Rio São Francisco, é integradora da Região Nordeste e integradora do Território Nacional!

A Chesf deu uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade de Paulo Afonso, na Bahia. E não é por outra razão que cabe a uma Senadora baiana a responsabilidade principal desta homenagem. A Bahia foi fortemente impactada pela implantação da Chesf em nosso Estado e na Cachoeira de Paulo Afonso, no seu derredor.

A influência da Chesf em Paulo Afonso e no seu entorno se vê por tudo. A comunidade de Paulo Afonso naquela localidade cresceu quase como um entorno responsável da Chesf.

Os diversos prédios da Chesf hoje foram cedidos para o poder municipal ou mesmo para o poder federal implantar ali organismos de importância, como a Justiça, o Ministério Público e universidades para o desenvolvimento daquela região do norte da Bahia.

As cidades submergidas no lago fazem a história cultural, política e econômica da nossa região.

A Cachoeira de Paulo Afonso, que teve a sua beleza cantada em verso pelo nosso poeta maior, Castro Alves, sempre foi uma preocupação dos baianos, porque aquela cachoeira, que encantava os baianos e era a jóia da Coroa, da Rainha não poderia ser destruída, e, portanto, toda a Bahia sempre se mobilizou em defesa da sua Cachoeira. E a Chesf soube, ao se implantar naquela região, através da negociação permanente, ser tão querida quanto a Cachoeira de Paulo Afonso.

Essa empresa é responsável por diversos programas sociais, inclusive de assentamentos rurais naquela região, de ajuda à implantação de programas de desenvolvimento e de economia solidária, como a piscicultura, também no entorno de Paulo Afonso; o patrocínio cultural tem sido responsável pela manutenção das nossas raízes culturais sertanejas naquela região e em todo o Nordeste brasileiro; o Lago de Sobradinho, hoje, se transformou num importante destino turístico da Bahia, se acoplando à produção do vinho e partilhando, portanto, de todo roteiro enoturístico baiano, com muito destaque, e a Chesf passou, portanto, a ser patrimônio do povo brasileiro.

E é por isso que nós a homenageamos, porque não se trata de homenagear uma companhia, uma empresa, mas, sim, algo que mudou, uma empresa que mudou e transformou a vida da região mais pobre do nosso País com a sua implantação, com o seu desenvolvimento, com sua pesquisa e com o seu compromisso com a vida dos nordestinos.

A Bahia, o meu Estado, é o Estado onde se implantaram os mecanismos principais para retirar a produção da energia elétrica da Chesf. Portanto, é o principal Estado produtor da energia à Chesf, e é, também, o principal Estado consumidor da energia produzida pela Chesf.

Portanto, nós achamos que a Chesf ainda nos deve mais. Não se trata de fazer uma homenagem sem pontuar as novas necessidades. O principal hospital de Paulo Afonso era responsável pelo atendimento de toda aquela região, que é uma região, pela sua distância da capital com dificuldades inclusive de rodovias, de acesso para chegar até lá.

Graças a Deus, agora, no governo do Governador Jaques Wagner, essa realidade se modificou e, com os investimentos do Governo Federal na BR-235, que liga toda aquela região de Paulo Afonso a Juazeiro, integrando-se também com Pernambuco e Sergipe, vamos sentindo que o progresso da Chesf no passado vai ficando relativizado pelas novas potencialidades econômicas da nossa região, principalmente em Juazeiro, com a força da agricultura irrigada e com seu resultado na fruticultura para exportação. Mas a Chesf ainda é a grande empresa de integração do Nordeste e ainda é uma peça indispensável ao nosso desenvolvimento.

Creio, Sr. Presidente da Eletrobras e senhor representante do Ministério de Minas e Energia, que a Bahia requer uma atenção maior à Chesf e que a Bahia requer que a Chesf também lhe dê uma atenção maior. Aliás, não vejo por que a sede da Chesf continuar sendo em outro Estado que não a Bahia, já que somos os principais consumidores e os principais produtores da energia explorada pela Chesf. A Bahia, portanto, solicita e reivindica ser o principal Estado de investimento da Chesf em todas as áreas e em todos os níveis.

Tenho reivindicado muito e questionado muito os patrocínios culturais na área da Eletrobras. Sou uma Senadora vinculada à luta em defesa da cultura brasileira. Vejo que, quando a Eletrobrás faz uma junção de todas as empresas que são parte de seu sistema Eletrobrás e coloca a Chesf no meio disso, mistura o dinheiro dos nordestinos com o dinheiro da área mais rica, que mais recebe patrimônio. Basta olhar o desenvolvimento da Lei Rouanet para perceber que 80% do patrocínio realizado pelas empresas, via Lei Rouanet, está localizado no Sudeste no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Portanto, redistribuir as riquezas nacionais significa também passar todas as políticas públicas desse interesse comum.

Sou integrante da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, e o Senador que patrocina comigo esta sessão é o seu Presidente. Toda a nossa ação, inclusive esta homenagem à Chesf, volta-se para o entendimento de levantar, mais uma vez, a bandeira de valorização do Nordeste.

Eu aproveito, portanto, esta sessão para reivindicar à Eletrobras um olhar maior sobre a Região Nordeste, para o fortalecimento da Chesf, para o fortalecimento das ações das empresas que fazem o Sistema Eletrobras no Nordeste. A Chesf talvez nem participe desse edital nacional voltado para o financiamento da cultura, mas nós só temos a Chesf para patrocinar a cultura na Região Nordeste, enquanto os outros Estados, principalmente os do Sudeste brasileiro, contam com diversas outras empresas do Sistema Eletrobras, sem falar nas outras empresas do Brasil que patrocinam essas manifestações culturais.

Portanto, Sr. Presidente da Eletrobras; senhor representante do Ministro de Minas e Energia – um nordestino também à frente deste Ministério; senhores representantes do setor elétrico; meu caro amigo e companheiro, que teve o seu nome saudado pelos baianos, pelo Governador da Bahia e por toda a Bancada da Bahia para presidir a Chesf, Senador João Durval, porque sempre teve com a Bahia uma sensibilidade e uma compreensão não apenas de um homem que é amigo da Bahia, mas também de alguém que compreende a importância da Bahia para a Chesf e da Chesf para o nosso Estado, nós queremos mais ainda: que a Chesf penetre na Bahia, que nos ajude mais urgentemente na distribuição dos parques eólicos que foram implantados agora em nosso Estado e que nos ajude com mais investimento em energia na nossa região, especialmente no Estado da Bahia.

Quero agradecer a todos, saudar com vocês a energia e, com energia, os 65 anos da Chesf no Brasil e no Nordeste brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Cumprida a finalidade desta sessão de homenagem, agradeço às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 33 minutos.)

Ata da 70ª Sessão, Não Deliberativa, em 13 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Romero Jucá, da Srª Ana Amélia, do Sr. Rodrigo Rollemberg, das Srªs Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin e dos Srs. Ataídes Oliveira e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos e encerra-se às 19 horas e 48 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido, para fazer uso da palavra como orador inscrito, o Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

MENSAGEM
Nº 30, DE 2013
(nº 178/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Os méritos do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de maio de 2013.

EM Nº 139 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 23 de abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00139/2013 MRE

Brasília, 23 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA*
CPF.: 400.325.407-44
ID.: 5724 MRE

1949	Filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa Couto, nasce em 13 de setembro, em Belo Horizonte/MG
Dados Acadêmicos:	
1970	Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1977	Mestre em Direito da Energia Nuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear
1981	CAD – IRBr
1993	CAE - IRBR, O Brasil, o Trigo e o Mercosul
Cargos:	
1975	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1982	Primeiro-Secretário, por merecimento
1989	Conselheiro, por merecimento
1994	Ministro de Segunda Classe
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1974	CPCD - IRBr
1975	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1978	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1980	Divisão de Operações Comerciais, Chefe, substituto
1980	Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
1984	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor e Chefe, substituto
1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete
1989	Divisão de Protocolo, Chefe, substituto e Chefe
1990	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
1992	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete
1993	Divisão de Integração Regional, Chefe
1994	Presidência da República, Subchefe do Cerimonial
1995	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
1998	Consulado-Geral em Zurique, Cônsul-Geral
2002	Embaixada em Jacarta, Embaixador
2005	Embaixada em Manila, Embaixador
2007	Embaixada em Islamabade, Embaixador
2009	Embaixador, cumulativo, no Tajiquistão
2009	Embaixador, cumulativo, no Afeganistão
2009	Secretaria de Estado das Relações Exteriores

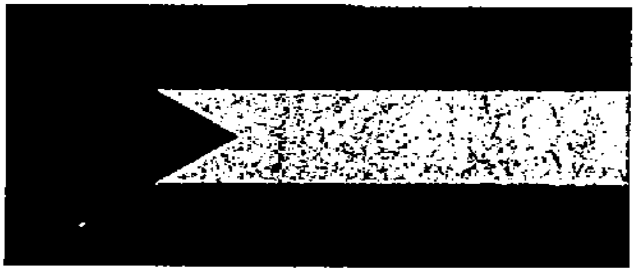
Condecorações:

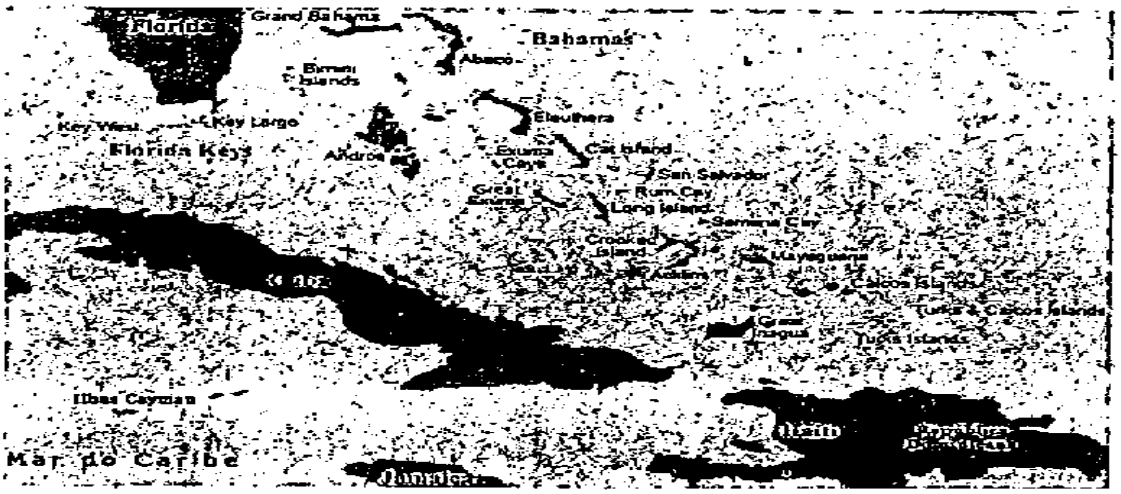
1980	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro
1988	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1988	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1988	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1993	Ordem do Mérito, Equador, Comendador
1997	Ordem do Mérito Civil, Portugal, Grande Oficial
1997	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
1998	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

COMUNIDADE DAS BAHAMAS





Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

Dados Básicos

NOME OFICIAL	Comunidade das Bahamas
CAPITAL	Nassau
ÁREA	13.900 km² (2 vezes a área do DF)
POPULAÇÃO (est. 2012)	316.182 (metade da pop. do Amapá)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo (67,6); catolicismo (13,5%), cristianismo (15,2%); outras religiões (3,7%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia Parlamentar (membro da *Commonwealth*)
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Senado e Assembleia Legislativa)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada por Sir Arthur A. Foulkes
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Perry Christie (desde maio de 2012)
MRE	Frederick A. Mitchel (desde maio de 2012)
PIB REAL (est. 2011)	US$ 8,1 bilhões (0,3% do brasileiro)
PIB PPP (est. 2011)	US$ 10,8 bilhões
PIB *per capita* (est. 2011)	US$ 23.153 (185% do brasileiro)
PIB PPP *per capita* (est. 2011)	US$ 30.900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% em 2011
IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO) 2012:	0,794 (54ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	71,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	14,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Bahamas
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aprox. 90 pessoas

INTERCAMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil → Bahamas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (out.)
Intercâmbio	391,9	490,2	1.494	1.458	302,8	60,0	78,5	132,1	125,0	174,2
Exportações	391,5	487,8	1.488	1.456	300,1	36,5	75,9	79,3	79,9	174,1
Importações	0,4	2,4	5,7	2,1	2,7	23,5	2,6	52,8	45,1	0,03
Saldo	391,1	485,5	1.482	1.454	297,4	13,0	73,3	26,5	34,8	174,1

Perfis Biográficos

SIR ARTHUR FOULKES
GOVERNADOR GERAL

- Nasceu em Matheuw Rown, Inagua, em 11 de maio de 1928.
- Foi editor fundador do "Bahamian Times", órgão oficial do PLP de 1962 a 1967.
- Jornalista de profissão, em 1967 foi eleito para o Parlamento e, no ano seguinte, foi nomeado para servir no gabinete como Ministro das Comunicações e, em seguida, como Ministro do Turismo.
- Foi um dos fundadores do partido FNM (*Free National Movement* - Movimento Nacional Livre), em 1971.
- Foi nomeado Senador em 1972 e 1977, e reeleito para a Assembleia Legislativa em 1982.
- Quando o partido FNM assumiu o poder, entrou para o serviço diplomático das Bahamas como Alto Comissário para o Reino Unido (residente em Londres) e Embaixador para França, Alemanha, Itália, Bélgica e União Europeia.
- Em 2001, foi nomeado "*Knight Commander*" da Ordem de St. Michel e St. George, pela Rainha Elizabeth II.
- É Governador-Geral das Bahamas desde 14 de abril de 2010.

PERRY CHRISTIE
PRIMEIRO-MINISTRO

- Nascido em Nassau, em 21 de agosto de 1943;
- Realizou seus primeiros estudos em colégios públicos em Nassau, e depois estudou Direito na Universidade de Londres;
- Tornou-se membro do Parlamento pela primeira vez em 1974;
- Foi Ministro da Saúde, Ministro do Turismo e Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria;
- Exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de 2002 a 2007, quando foi derrotado pelo ex-Primeiro-Ministro Humbert Ingraham;
- Reassumiu a função em 9 de maio de 2012.

FREDERICK AUDLEY MITCHELL
Ministro das Relações Exteriores e Imigração

- Nascido em 5 de outubro de 1953;
- Formado em Comunicação pela *Antioch University*, com mestrado em Harvard; também se graduou em Direito pela Universidade de Buckingham;
- Foi editor do "*The Herald*", jornal do Partido Liberal Progressista (PLP);
- É membro do Parlamento, e tornou-se Ministro das Relações Exteriores durante o Governo anterior, de Perry Christie (2002-2007);
- Reassumiu a função em maio de 2012.

Relações Bilaterais

Brasil e Bahamas estabeleceram relações diplomáticas em 1978.

Em 2005, o Brasil abriu Embaixada residente em Nassau, capital das Bahamas. Até então, a representação diplomática brasileira era cumulativa (sem Embaixador residente), com sede na Embaixada do Brasil em Kingston, na Jamaica.

Tradicionalmente, as relações entre Brasil e Bahamas se caracterizam por diálogo cordial, nos planos bilateral e multilateral, e por aproximação em matéria de comércio e investimentos. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Nassau e a intensificação das relações do Brasil com a CARICOM (Comunidade do Caribe) trouxeram novas perspectivas para o relacionamento bilateral em áreas como diálogo político e cooperação técnica, educacional e cultural.

O relacionamento bilateral é mais denso na área econômica. De acordo com levantamento do Banco Central, as Bahamas seriam o quinto principal destino do estoque de investimento direto brasileiro no exterior, no ano de 2011, com participação de US$ 12,9 bilhões. As Bahamas também ocupam a quinta posição no quadro de investimentos brasileiros em carteira no exterior em ações, totalizando US$ 1,2 bilhão.

Outro tema de interesse das Bahamas no diálogo com o Brasil consiste na situação do Haiti, tema no qual se observam possibilidades de cooperação trilateral. Sob a perspectiva bahamense, a importância da questão relaciona-se aos fluxos significativos de imigração de haitianos – que, de acordo com determinadas estimativas, já poderiam ter participação de 20% na população total do país, com impactos nos âmbitos econômico, social e de segurança.

No plano do diálogo diplomático, o Governo brasileiro tem enviado Emissários Especiais a Nassau para a discussão de temas específicos: i) participação brasileira nos esforços de estabilização do Haiti (missão em 2004); ii) candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (em 2005); iii) realização da I Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (em 2008); iv) candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (em 2011).

Em matéria de visitas oficiais bahamenses ao Brasil, cabe salientar a participação do Primeiro-Ministro das Bahamas, Hubert Ingraham, na I Reunião da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Costa do Sauípe, 2008). Em abril de 2010, o então Vice-Primeiro-Ministro das Bahamas, Brent Symonette, participou da I Cúpula

Brasil-CARICOM. Em junho de 2012, o Chanceler Frederick Mitchell chefiou a delegação do país à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável ("Rio+20").

Em setembro passado, o Ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, acompanhado por delegação de empresários bahamenses, realizou visita ao Brasil. Em encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, enfatizou que as Bahamas buscam diversificar sua economia, para além da atividade tradicional do turismo. Ressaltou a prioridade atribuída por Nassau, neste estágio, à agenda comercial.

O Ministro bahamense mencionou a especial importância de Freeport, cidade que, ademais de constituir zona franca, abriga instalações portuárias modernas e sofisticadas (quarta maior instalação de transbordo do mundo). Salientou a relevância atribuída às relações com a Petrobras, empresa que se tem valido, com êxito, da infraestrutura portuária de Freeport. Asseverou que as Bahamas poderão, por fatores como posição geográfica e infraestrutura, consolidar-se como "*hub*" comercial na região.

Além das vantagens oferecidas pela cidade de Freeport, o Ministro Ryan Pinder acrescentou que o Acordo de Parceria Econômica CARICOM-União Europeia, do qual as Bahamas são signatárias, assim como as preferências comerciais de que gozam com os Estados Unidos, constituiriam estímulo para a instalação de industrias brasileiras em território bahamense, cujos produtos teriam acesso àqueles mercados, beneficiando-se de tais preferências tarifárias.

Após visitas a diferentes corporações e organizações empresariais, o Ministro dos Serviços Financeiros ressaltou, nesse contexto, o entusiasmo da comitiva bahamense com a possibilidade do desenvolvimento de projeto na área de bioenergia com parceiros brasileiros. Manifestou ainda a intenção do governo bahamense de promover missão empresarial ao Brasil, possivelmente no primeiro trimestre de 2013.

No campo da cooperação bilateral, o Brasil poderia beneficiar-se da experiência das Bahamas em áreas como turismo e desenvolvimento portuário. As Bahamas, por sua vez, demonstraram interesse em receber cooperação em capacitação agrícola e em energias renováveis. Nesse sentido, deve-se ressaltar a vulnerabilidade energética do país caribenho e a capacidade, até pela disponibilidade de terras, de cultivo de cana de açúcar para etanol.

No que se refere aos acordos bilaterais, por ocasião da Cúpula Brasil-CARICOM, Brasil e Bahamas firmaram Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Estão em negociação Acordos de Cooperação Técnica, Educacional e Cultural. Além desses, o Governo das Bahamas concordou em assinar Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Brasil. Tal acordo permitirá

ao fisco brasileiro intensificar o combate à lavagem de dinheiro e a operações fraudulentas, por meio da utilização do sistema financeiro bahamense. Estão em exame, no Governo brasileiro, medidas que viabilizarão a assinatura do referido instrumento.

Assuntos Consulares

A comunidade estimada de brasileiros nas Bahamas é de 90 pessoas, e o Brasil não conta com Consulados Honorários no país. Diversas vezes ao ano, grupos de brasileiros são apreendidos tentando emigrar ilegalmente para os Estados Unidos, após haverem chegado legalmente às Bahamas. Ocasionalmente ocorre também o ingresso ilegal em alguma ilha bahamense, mas sempre com o objetivo de utilizar o país apenas como escala. Tem-se constatado que, com a reincidência de tais ocorrências nos últimos meses, autoridades bahamenses passaram a adotar postura mais rigorosa, e cumprir à risca a legislação local.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Governo brasileiro não apresenta em seu portfólio, no momento, empréstimos ou financiamentos oficiais a tomador soberano das Bahamas.

Política Interna

Organização do Estado

A Comunidade das Bahamas organiza-se de acordo com o modelo de democracia parlamentar. O Poder Executivo compreende a Chefe de Estado (Rainha Elizabeth II), que nomeia o Governador-Geral. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que nomeia o Vice-Primeiro-Ministro, e o Gabinete é nomeado pelo Governador-Geral, por indicação do Primeiro-Ministro. Como nos demais regimes parlamentares, a escolha do Primeiro-Ministro recai sobre o líder do partido ou da coalizão vencedora das eleições legislativas.

O Poder Legislativo é composto pelo Senado, integrado por 16 membros nomeados pelo Governador-Geral, por indicação do Primeiro-Ministro e da oposição para um mandato de 5 anos, e pela Assembleia Legislativa de 40 membros eleitos por voto popular direto, igualmente por 5 anos.

O Poder Judiciário compreende: a) Corte Suprema, composta por 12 membros, sendo o seu Presidente nomeado pelo Governador-Geral por indicação conjunta do Primeiro-Ministro e do líder da oposição; b) Corte de Apelação, com cinco membros; c) Cortes de Magistrados; e d) Juízes, que podem julgar causas cíveis cujo valor não exceda US$ 5 mil e, em matéria penal, cuja sentença não ultrapasse cinco anos de prisão.

Quadro Político

Nas últimas eleições gerais, realizadas em 7 de maio, o Partido Liberal Progressista (PLP), que até então estava na oposição, obteve 27 das 38 cadeiras do Parlamento. Seu líder, Perry Christie, retornou então à função de Primeiro-Ministro (cargo que ocupara de 2002 a 2007, quando foi derrotado por Hubert Ingraham). Durante a campanha eleitoral, o atual Primeiro-Ministro anunciava que, em poucos meses de mandato, seu Governo já teria avanços concretos a apresentar em temas sensíveis, a exemplo da criminalidade crescente, o aumento do custo de vida e os significativos índices de desemprego.

Após perder as eleições e tornar-se oposição, o "*Free National Movement*" (FNM) passou a criticar veementemente o atual Governo. Segundo o partido, a atual administração teria cumprido apenas algumas das 14 promessas feitas durante a campanha eleitoral. Para a oposição, a maior falha do Governo seria não ter tomado nenhuma medida com vistas à prometida duplicação do investimento em educação e treinamento, essencial para combater o desemprego crescente.

Entre as promessas já concretizadas pelo PLP, destacam-se o plano de reforma urbana em Nassau; criação do Ministério da Grande Bahama; redução de 12% para 10% do imposto sobre transferência de imóveis; estabelecimento de um teto para a tributação sobre a propriedade. Além dessas, foi também marcada data de referendo sobre o jogo nas Bahamas (inicialmente dia 3 de dezembro, adiada para 28 de janeiro), um dos mais destacados itens da plataforma da campanha do Partido.

O referendo possivelmente tratará apenas das questões referentes à atividade das "web shops" (denominação coloquial das agências lotéricas ou casas de apostas clandestinas) e da criação de uma loteria de alcance nacional, não abrangendo tópicos mais controversos, como o acesso da população local a cassinos. Caso o resultado do referendo seja "sim", o Governo poderia arrecadar anualmente entre US$ 15 e 20 milhões, importante fonte de recursos para um país cujo endividamento alcança a cifra de US$ 4,8 bilhões.

A questão energética também é tema que está na ordem do dia no país. Recentemente, 23 empresas locais entregaram ao Primeiro-Ministro Perry Christie pedido para que o Governo reduza o custo da eletricidade, por meio de investimentos em energia solar, eólica e derivada de lixo sólido. Na ocasião, Christie admitiu que o custo da energia estaria impondo um fardo extremamente pesado aos bahamenses.

Nesse sentido, o Primeiro-Ministro recordou que já teria encomendado estudos com vistas à produção de eletricidade a custo mais acessível à população. Por um lado, há a preocupação com a repercussão política negativa provocada pela insatisfação da população, que cada vez

menos pode arcar com os referidos custos. Por outro lado, há o aspecto da inibição dos investimentos (principalmente externos), já que a energia corresponde a aproximadamente 40% dos custos do processo operativo das empresas locais.

Política Externa

Em linhas gerais, a política externa bahamense confere prioridade ao relacionamento com os Estados Unidos e à integração regional, sobretudo no que tange aos demais países membros da CARICOM. Sua política exterior também se pauta pela defesa de princípios democráticos e de seus interesses em matéria de desenvolvimento econômico, em especial no que se refere aos seus serviços de turismo e financeiros.

Nesse contexto, o país é especialmente atento a iniciativas que buscam coibir o funcionamento dos chamados "paraísos fiscais" – questão que cresce em importância, à luz da conjuntura de queda de receitas turísticas e de remessas de emigrantes ocasionadas pela crise econômica internacional. Outra prioridade reside na busca de apoio externo para neutralizar ameaças à sua segurança, que são a utilização do país como alvo e ponto de passagem de migrantes ilegais, de tráfico de drogas e de reciclagem de fundos de origem ilegal.

Os Estados Unidos são o principal parceiro político e econômico das Bahamas, bem como origem de 80% de seu fluxo de turismo. Os EUA colaboram diretamente com as Bahamas para reprimir a imigração ilegal de haitianos e jamaicanos, assim como o trânsito de drogas provenientes da América do Sul. As Bahamas usualmente contam com o auxílio dos Estados Unidos para preservar a sua posição de "paraíso fiscal" (ou "jurisdição off-shore"), bem como em matéria de ajuda emergencial na ocorrência de catástrofes naturais (especialmente furacões).

As Bahamas também tem intensificado seu relacionamento com a República Popular da China, uma das principais fontes de financiamentos no setor de turismo. O *resort* "Baha Mar", orçado em US$ 3,4 bilhões, por exemplo, conta com financiamento do "Eximbank" da China, ficando a construção a cargo de empresa estatal chinesa. Além disso, o país recentemente diminuiu as exigências de visto para turistas chineses.

No plano multilateral, as Bahamas, assim como os demais países da região, condenam o uso da renda *per capita* como critério para a definição do grau de acesso à ajuda e financiamento internacionais. No geral, os países caribenhos, apesar de apresentarem renda *per capita* comparativamente elevada, tipicamente apresentam elevado endividamento em relação ao PIB, em conseqüência do porte reduzido de suas economias, da grande vulnerabilidade a desastres naturais, a crises econômicas e aos preços internacionais dos alimentos (as Bahamas importam elevado

percentual de seu consumo de alimentos) e dos combustíveis fósseis. Nessas condições, o país defende que a renda *per capita* não deveria constituir critério preponderante na determinação da capacidade de pagamento dos Estados.

Economia, Comércio e Investimentos

Com PIB per capita de US$ 23.153, a Comunidade das Bahamas é um dos países mais ricos do Caribe, embora apresente economia fortemente dependente do turismo e de serviços bancários "*offshore*". O turismo, em conjunto com a construção e a produção relacionada ao setor, responde por aproximadamente 60% do PIB e emprega, direta ou indiretamente, metade da força de trabalho do arquipélago.

Os serviços financeiros constituem o segundo setor mais importante da economia das Bahamas e, quando combinados com os serviços prestados às empresas, representam cerca de 36% do PIB. No entanto, o setor financeiro atualmente apresenta dimensão inferior àquela observada no passado, devido à adoção de regulamentação financeira mais rigorosa, em 2000, que resultou na decisão de saída do país por parte de diferentes empresas internacionais.

As projeções são de moderada recuperação econômica em 2012-13, embora o crescimento possa ser afetado pelo desempenho da economia global e, mais especificamente, por uma lenta retomada da economia americana. Nesse sentido, espera-se um crescimento de 2,5% para 2012, após os 1,8% apresentados em 2011, cifra que pode ser explicada pelo fraco movimento de turistas provenientes dos EUA no período (em baixa desde 2008).

A taxa de desemprego nas Bahamas continua a registrar índices elevados (cerca de 15%). Embora os números conhecidos sejam relativamente pequenos, assumem relevância especial se considerados o volume da economia e os indicativos demográficos. Um exame qualificado das estatísticas sugere maior gravidade, já que o índice de desemprego de jovens entre 15 e 24 anos chega a quase 30%.

O crescimento econômico seria a única maneira de reverter o quadro atual. Entretanto, a economia bahamense é altamente dependente do exterior, principalmente dos Estados Unidos. As alternativas para o crescimento são escassas, porém o Governo demonstra otimismo com a abertura do *resort* Baha Mar, prevista para 2013, que deve criar até 5.000 novos postos de trabalho.

A dívida pública corresponde a 54% do PIB, valor inferior à média do Caribe. O déficit fiscal bahamense projetado para 2013 é de 6,7% do PIB. A dívida externa do país soma US$ 4,8 bilhões, patamar elevado para

as dimensões da economia local. Alguns analistas indicam a necessidade da implementação de reforma tributária, como meio de controlar o déficit e gerar receita para investimentos produtivos capazes de induzir a economia ao crescimento.

Comércio

No plano comercial, o país registra médio grau de abertura econômica. Seus fluxos comerciais equivalem a aproximadamente 46% do PIB. Em 2011, o intercâmbio comercial do país totalizou US$ 4,1 bilhões, o que representou crescimento de 20% em relação a 2010. A balança comercial registra saldos estruturalmente deficitários, uma vez que as importações superam, por larga margem, as exportações.

Em 2011, as exportações do país totalizaram US$ 726 milhões, com incremento de 17% em relação aos valores de 2010. As exportações das Bahamas são direcionadas em grande parte aos Estados Unidos, que absorveram 78% do total em 2011. O Brasil foi o 18° destino das exportações das Bahamas em 2011, com participação de 0,01% do total. A pauta das exportações das Bahamas caracteriza-se pela predominância de combustíveis (30%), plásticos (19%) e pescados (10%).

Em 2011, as importações das Bahamas somaram US$ 3,4 bilhões, o que representou crescimento de 21% em relação a 2010. Os EUA são o principal fornecedor de bens às Bahamas, e responderam por 89% do total importado pelo país em 2011. O Brasil foi o 16° fornecedor, com 0,1% da demanda importadora do país. Em 2011, os três principais itens importados foram combustíveis (27% de participação), máquinas mecânicas (8%) e máquinas elétricas (5%). O comportamento das cotações internacionais do petróleo é determinante para a aferição do desempenho recente do saldo comercial de bens das Bahamas.

A principal razão para o quadro tradicionalmente deficitário da balança comercial das Bahamas é a importação expressiva de petróleo e derivados. Em 2011, por exemplo, o déficit comercial das Bahamas somou US$ 2,7 bilhões, o que representou um crescimento de 18% em relação aos valores do ano de 2010. A magnitude do déficit comercial fica mais evidente se forem levadas em conta as dimensões da economia local, que registrou PIB de US$ 7,8 bilhões ao final do ano de 2011.

Acessão das Bahamas à OMC

As Bahamas se encontram em processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC). O pedido inicial foi submetido em 2001, mas o país somente em 2009 apresentou seu Memorando sobre Regime de Comércio Exterior. O país necessita adequar sua legislação e suas práticas de comércio exterior às regras da OMC. Em 2009, foi constituído Grupo de

Trabalho encarregado de negociar o processo de acessão. Já foram realizadas duas reuniões, e uma terceira está prevista para março de 2013. O Brasil tem apoiado os esforços bahamenses no âmbito desse processo.

Anexos

Cronologia Histórica

1492 - Descobrimento da América: Cristóvão Colombo tem seu primeiro contato com o Novo Mundo ao chegar à ilha de San Salvador, hoje uma das ilhas das Bahamas.

Século XVII - Os ingleses se instalam nas Bahamas.

1670 - As ilhas são concedidas aos lordes proprietários da Província de Carolina (atuais Carolina do Norte e Carolina do Sul – EUA), que mantiveram posse sobre elas até 1787.

1776 - Os norte-americanos controlam Nassau, mesmo com os inúmeros ataques espanhóis.

1781 - Os espanhóis capturaram Nassau e tomam posse de toda a colônia.

1783 - Pelos termos do Tratado de Paris, as ilhas voltam à Coroa Britânica.

1834 - Com a emancipação dos escravos, as *plantations* gradualmente se extinguem.

1939-45 - Durante a Segunda Guerra Mundial, diversas áreas foram alugadas no país pelos EUA para servir de bases.

1950 - A partir dessa data, os bahamenses negros, representados pelo PLP *(Progressive Liberal Party)* começam a se opor ao partido do Governo, o Partido Bahamense Unido (PBU), controlado pelos brancos.

1955 - Estabelece-se, na cidade de Freeport, uma área de livre comércio, que foi instrumental para o estímulo ao turismo e para atrair atividades bancárias offshore.

1964 - O arquipélago passa a contar com governo autônomo para seus assuntos internos.

1968 – O país conquista maior autonomia após retumbante vitória eleitoral, no ano anterior, do PLP, liderado pelo Primeiro-Ministro Lynden O. Pindling, sobre o PBU.

1969 - Governo de Pindling negocia uma nova Constituição com o Reino Unido, segundo a qual a colônia passou a ser chamada de Comunidade das Bahamas.

1973 - Em 10 de julho, as Bahamas se tornam uma nação independente.

1992 - Após 25 anos como Primeiro-Ministro e enfrentando acusações de corrupção e de ligação com narcotraficantes, Pindling é derrotado por Hubert Ingraham, do FNM (*Free National Movement).*

1997 - Ingraham vence e permanece na função.

2002 - Vitória do novo líder do PLP, Perry Christie, que assume o cargo de Primeiro-Ministro.

2007 - Ingraham obtém nova vitória, voltando ao poder.

2012 - Perry Christie vence as eleições gerais, reassumindo o cargo de Primeiro-Ministro.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

04/09/1978: Brasil e Bahamas estabelecem relações bilaterais. A Embaixada do Brasil na Jamaica passa a responder, cumulativamente, pelas relações com as Bahamas.

04/2004: A Subsecretária-Geral Política do Itamaraty, Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, visita as Bahamas, com o objetivo de manter contato com as autoridades locais acerca da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

06/12/2005: Publicado Decreto que cria Embaixada brasileira residente em Nassau, capital das Bahamas.

12-13/12/2008: Participação do Primeiro-Ministro Hubert Ingraham na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe, BA.

26/04/2010: O Chanceler e Vice-Primeiro Ministro Brent Symonette representa seu país na I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília.

20-22/06/2012: O Chanceler Frederick Mitchel chefia a delegação das Bahamas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

16-21/09/2012: O Ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, acompanhado por delegação de empresários bahamenses, realiza visita ao Brasil.

Ato Bilateral

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo das Bahamas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	16/03/2011	30/12/2010

Dados econômico-comerciais

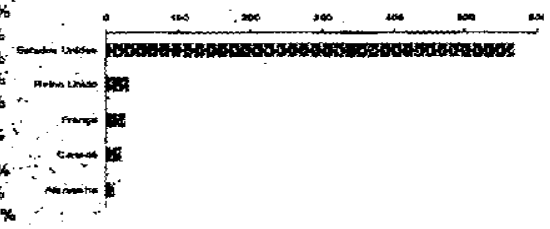
BAHAMAS: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	669	701	584	620	726
Importações (cif)	3.102	3.229	2.698	2.861	3.410
Saldo comercial	-2.433	-2.528	-2.114	-2.241	-2.684
Intercâmbio comercial	3.771	3.930	3.282	3.481	4.136

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Março 2012

BAHAMAS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ milhões

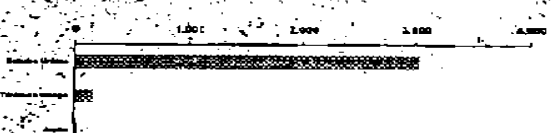
Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	471	78,0%	569	78,4%
Reino Unido	30	4,8%	31	4,3%
França	21	3,4%	26	3,5%
Canadá	20	3,2%	21	2,8%
Alemanha	0	0,0%	11	1,5%
Brasil	*0,16*	*0,0%*	*0,18*	*0,0%*
Subtotal	542,16	87,4%	656,18	90,7%
Outros países	77,84	12,6%	67,82	9,3%
Total	620,00	100,0%	726,00	100,0%



Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Março 2012

BAHAMAS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	2.600	90,9%	3.032	88,9%
Trinidad e tobago	66	2,3%	159	4,7%
Japão	13	0,5%	19	0,6%
Reino Unido	12	0,4%	18	0,5%
Canadá	15	0,5%	16	0,5%
Brasil	*4,0*	*0,1%*	*3,0*	*0,1%*
Subtotal	2.710,0	94,7%	3.247,0	95,2%
Outros países	151,0	5,3%	163,0	4,8%
Total	2.861,0	100,0%	3.410,0	100,0%



Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Março 2012

BRASIL-BAHAMAS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)
Exportações brasileiras	300	36	76	79	80	44	174
Variação em relação ao ano anterior	-79,4%	-87,8%	108,0%	4,5%	0,8%	-41,3%	295,5%
Importações brasileiras	3	24	3	53	45	35,97	0,03
Variação em relação ao ano anterior	31,9%	768,7%	-88,8%	1898,4%	-14,5%	-31,7%	-99,9%
Intercâmbio Comercial	303	60	79	132	125	80	174
Variação em relação ao ano anterior	-79,2%	-80,2%	30,9%	68,1%	-5,3%	-35,7%	117,6%
Saldo Comercial	297	13	73	27	35	8	174

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

BRASIL-BAHAMAS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	34	42,4%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	46	56,9%	45	100,0%
Transações especiais	1	0,6%	0	0,0%
Total	80	100,0%	45	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

Aviso nº 357 - C. Civil.

Em 8 de maio de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 31, DE 2013
(nº 179/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Os méritos do Senhor Piragibe dos Santos Tarragô que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de maio de 2013.

EM Nº 00151 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de abril de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação

de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00151/2013 MRE

Brasília, 30 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ*
CPF.: 369.571.357-72
ID.: 5346 MRE

1952	Filho de Tupy Tarragô e Iara dos Santos Tarragô, nasce em 8 de dezembro, em Santiago/RS
Dados Acadêmicos:	
1973	CPCD - IRBr
1979	CAD - IRBr
1993	CAE - IRBr, As negociações sobre propriedade intelectual na Rodada Uruguai: possíveis conseqüências comerciais e tecnológicas
Cargos:	
1974	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1981	Primeiro-Secretário
1988	Conselheiro
1996	Ministro de Segunda Classe
2004	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1975	Divisão da Europa-I, assistente
1976	Embaixada em Maputo, Terceiro-Secretário em missão transitória de 1 ano
1977	Divisão de Política Comercial, assistente
1979	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo e Primeiro-Secretário
1983	Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
1985	Divisão de Política Comercial, Subchefe e Chefe, interino
1987	Departamento Econômico, Chefe, interino
1989	Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe
1990	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1993	Embaixada em Caracas, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
1997	Divisão de Política Comercial, Chefe
1999	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2003	Departamento Econômico, Diretor
2006	Missão junto à ONU, Nova York, Embaixador Alterno
2009	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2009	Subsecretário-Geral Político III
2011	Embaixada em Ottawa, Embaixador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DOS PAÍSES BAIXOS



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino dos Países Baixos
GENTÍLICO	Neerlandês
CAPITAL	Amsterdã (Haia é a sede do Governo e do Parlamento)
IDIOMA OFICIAL	Holandês
ÁREA	41.526,18 km^2 (equivalente ao Estado do Rio de Janeiro)
POPULAÇÃO (2011)	16.691.700 (equivalente ao Estado do Rio de Janeiro)
RELIGIÕES (2006)	Católicos: 30%; Igreja Reformada Holandesa: 11%; calvinistas: 6%; demais protestantes: 3%; muçulmanos: 5,8%; outras religiões: 2,2%; sem religião: 42%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: *Eerste Kamer* (primeira Câmara) e *Tweede Kamer* (segunda Câmara)
CHEFE DE ESTADO	Rei Guilherme IV (nascido Willem-Alexander), desde 30 de abril de 2013
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mark Rutte (desde outubro de 2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Frans Timmermans (desde novembro de 2012)
PIB NOMINAL	US$ 836,8 bilhões
PIB PPP	US$ 701,4 bilhões
PIB *PER CAPITA*	US$ 50.216,00
PIB PPP *PER CAPITA*	US$ 42.772,00
VARIAÇAO DO PIB (FMI)	1,2% (2011); 1,7% (2010); -3,5% (2009)
IDH (2012)	0,921 – 4ª posição entre 185 países
EXPECTATIVA DE VIDA	Média: 80,9 anos (Mulheres: 83,08 anos. Homens: 78,84 anos).
INDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99% da população.
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
EMBAIXADOR NA HAIA	José Artur Denot Medeiros
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Kees Pieter Rade
COMUNIDADE BRASILEIRA	20.426 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**4.756,3**	**6.536,9**	**5.872,1**	**6.534,5**	**9.957,0**	**11.959,8**	**9.122,6**	**12.000,9**	**15.907,0**	**18.147,1**
Exportações	4.247,6	5.919,3	5.285,5	5.748,6	8.840,9	10.482,6	8.150,1	10.227,7	13.639,7	15.040,7
Importações	508,7	617,6	586,6	785,9	1.116,1	1.477,2	972,5	1.773,2	2.267,3	3.106,4
Saldo	3.738,9	5.301,7	4.698,9	4.962,6	7.724,8	9.005,4	7.177,7	8.454,5	11.372,4	11.934,3

Fonte: MDIC. Valores em US$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

REI GUILHERME IV DOS PAÍSES BAIXOS

Chefe de Estado

Guilherme IV, nascido Willem-Alexander Claus George Ferdinand, foi coroado Rei dos Países Baixos em 30 de abril de 2013. O monarca nasceu em 27 de abril de 1967. Filho mais velho da Rainha Beatrix e do Príncipe Claus, tornou-se oficialmente o herdeiro do trono do Reino dos Países Baixos em 1980. Formado em História pela Universidade de Leiden, tem grande interesse em esportes e na questão dos recursos hídricos em escala mundial. É o primeiro monarca neerlandês do sexo masculino desde seu bisavô Willem III, falecido em 1890.

É casado com Máxima Zorreguieta Cerruti, nascida em 17 de maio de 1971, em Buenos Aires, filha de pais argentinos e neta de espanhóis e italianos. A Rainha formou-se em Economia pela Universidade Católica Argentina e trabalhou no mercado financeiro em Buenos Aires e em Nova York antes de casar-se com o Príncipe Willem, em 2002. Ao contrário do marido, membro da Igreja Reformada Neerlandesa, a Princesa é de confissão católico-romana.

O casal tem três filhas, Catharina-Amalia, nascida em 2003, Alexia, nascida em 2005, e Ariane, nascida em 2007, batizadas na Igreja Reformada Neerlandesa (condição para eventual sucessão ao trono).

PRIMEIRO-MINISTRO MARK RUTTE

Chefe de Governo

Nascido na Haia, a 14 de fevereiro de 1967, o Premier neerlandês cursou História na Universidade de Leiden, período em que alcançou a liderança da seção juvenil do VVD ("Partido do Povo para Liberdade e Democracia", de orientação liberal). Concluída sua graduação, em 1992, trabalhou por dez anos na empresa holandesa Unilever.

Em 2002, foi nomeado Secretário de Estado de Assuntos Sociais e Emprego, cargo que deixou em 2004 para ocupar a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Ciências. Em 2006, retornou à Segunda Câmara do Parlamento, quando se tornou líder do seu partido.

Em outubro de 2010, foi nomeado Primeiro-Ministro, após o VVD vencer as eleições parlamentares com apenas 31 dos 150 assentos (a menor proporção de um partido vitorioso já obtida nos Países Baixos). Trata-se do primeiro político liberal a assumir o cargo desde 1918.

Tornou a assumir a Chefia de Governo no Parlamento imediatamente subsequente, em 2012, em governo de coalizão com a esquerda trabalhista. Desta feita, seu partido aumentou sua representação parlamentar para 41 assentos.

FRANS TIMMERMANS

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Franciscus Cornelis Gerardus Maria Timmermans (Frans Timmermans) nasceu em 6 de maio de 1961, em Maastricht. Filho de diplomata, viveu durante a juventude na Bélgica, Itália e França, além dos Países Baixos, e é fluente em seis idiomas. Formou-se em Literatura Francesa pela Universidade Católica de Nijmegen, e obteve Mestrado em Direito Comunitário Europeu pela Universidade de Nancy.

Ingressou na carreira diplomática em 1987, dedicando-se a temas de política europeia (de temas de integração às relações com a Rússia, uma vez que serviu em Moscou entre 1990 e 1993).

Filiado ao Partido Trabalhista desde 1990, foi membro da Segunda Câmara (Câmara baixa) do Parlamento neerlandês entre 1998 e 2007, com atuação em temas de política externa e defesa. Destaca-se, nesse período, sua participação na elaboração da Constituição Europeia (rejeitada pela França e pelos próprios Países Baixos). De 2007 a 2010, foi Secretário de Estado (Vice-Ministro) para Assuntos Europeus e de Cooperação Cultural Internacional, condição em que negociou o Tratado de Lisboa.

Em 2008, Timmermans foi laureado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, por ocasião da Visita de Estado do ex-Presidente Lula. No mesmo ano, visitou o Brasil. No Recife, anunciou planos para investir € 150 mil na restauração de quadros de Frans Post e arquivos do Brasil Holandês. Em março de 2011, voltou ao País, em caráter não-oficial, para participar de conferências do Programa *Foresight*, em São Paulo.

Tornou a eleger-se parlamentar em 2010 e 2012. Em novembro último, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo governo de coalizão (centro-direita e centro-esquerda) de Mark Rutte.

RELAÇÕES BILATERAIS

Aspectos gerais

De modo geral, o Brasil dispõe de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada nas crenças compartilhadas na democracia, no multilateralismo, na via pacífica para solução de controvérsias, na defesa dos direitos humanos e na expectativa de reforma das estruturas políticas multilaterais. Dado o crescente peso específico e a atuação no âmbito regional e internacional do Brasil, os Países Baixos identificam no Brasil ator de relevo na estabilização e modernização na América do Sul, e na construção de novo paradigma de crescimento econômico. Esse capital político tem sido de valia para o Brasil, tanto em questões pontuais quanto em temas de maior amplitude da agenda internacional, no nosso relacionamento com os Países Baixos.

Observa-se, à luz do cenário de crise e recessão na União Europeia, um redesenho de prioridades de política externa e um fortalecimento da vocação mercantilista holandesa, que confere crescente relevância à dinamização das relações econômico-comerciais com as economias emergentes e, assim, com os BRICS.

A austeridade financeira com a qual os Países Baixos enfrentam o atual cenário de retração econômica impôs cortes ao orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que determinou o fechamento de nove Embaixadas, cinco destas na América Latina. Por outro lado, no Brasil, considerado "prioritário" nesse novo desenho de "diplomacia econômica", a Embaixada e os dois Consulados-Gerais (Rio de Janeiro e São Paulo) dos Países Baixos contam, desde 2012, com aumento de quadro.

Destaca-se, nesse contexto, uma oportunidade para fortalecer, com os Países Baixos, o diálogo político em temas de interesse mútuo da agenda internacional, bem como a cooperação em áreas prioritárias para o Brasil: infraestrutura, logística, educação, ciência e tecnologia.

Na área econômico-comercial, os dois países mantêm um relacionamento consolidado, com permanente expansão de investimentos de parte a parte, e crescente interesse da parte holandesa em aumentar a cooperação nas áreas de infraestrutura e logística, particularmente em vista dos investimentos previstos no âmbito da preparação da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Visitas e missões empresariais

Em abril de 2008, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou exitosa Visita de Estado aos Países Baixos, que resultou na elevação de patamar do relacionamento bilateral. Durante a visita, foram assinados cinco Memorandos de Entendimento nas áreas de Bioenergia e Biocombustíveis; Portos, Transporte Marítimo e Logística; Programa "Parceria em Águas"; Patrimônio Cultural Comum; e Ensino Superior e Técnico-Profissional.

O ano de 2011 foi o "Ano dos Países Baixos no Brasil", assim estabelecido pela Lei 12.392/11. Em paralelo aos eventos sobre a cultura neerlandesa organizados pela Embaixada em Brasília em várias cidades brasileiras, teve lugar o Festival do Brasil em Amsterdã, na capital holandesa durante todo o mês de outubro e parte de novembro de 2011.

Nos últimos anos, o fluxo de visitas de alto nível entre autoridades dos dois países tem sido bastante significativo, como se registra a seguir:

Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Comércio Exterior, Henk Bleker, entre 28 e 30 de novembro de 2011

O Ministro da Agricultura e Comércio Exterior, Henk Bleker, visitou o Brasil, entre 28 e 30 de novembro de 2011, acompanhando de expressiva missão empresarial. No Rio de Janeiro, em 28/11, presidiu a abertura do "Seminário de Oportunidades de Negócios Holanda-Brasil". O evento contou com dois painéis, tendo o primeiro deles, "Oportunidades para o Incremento e a Diversificação do Comércio Bilateral", sido integrado pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira.

Em Brasília, no dia 29/11, o Ministro Bleker manteve encontros com o SE do MDIC, Alessandro Teixeira, e com os Ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloísio Mercadante. Acompanhado do Vice-Primeiro-Ministro de Aruba e Ministro das Finanças, Comunicação e Serviços Públicos, Mike Eric de Meza, o Ministro Bleker firmou, com o então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, "Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil e o Ministério para Assuntos Econômicos, Agricultura e Inovação e o Ministério da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos".

Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Finanças, Frans Weekers, entre 27 e 28 de março de 2012

Em março de 2012, registra-se a visita ao Brasil do Vice-Ministro das Finanças, Frans Weekers. No dia 27/03, o Vice-Ministro Weekers manteve reunião no Banco Central, no Ministério da Fazenda e na Receita Federal. No Ministério da Fazenda, o Secretário de Política Econômica, Márcio Holland, destacou que os Países Baixos representariam 20% dos investimentos estrangeiros no Brasil. Weekers expressou a expectativa de que os Países Baixos sejam excluídos em definitivo da lista brasileira de regimes de tributação favorecida, para retomar as negociações do Protocolo de Revisão do Acordo para Evitar a Dupla Tributação.

Visita ao Brasil da Ministra para Infraestrutura e Transporte, Melanie Schutz van Haegen, entre 9 e 13 de abril de 2012

Entre 9 e 13 de abril de 2012, visitou São Paulo e Rio de Janeiro a Ministra para Infraestrutura e Transporte, Melanie Schutz van Haegen, acompanhada de representantes de quarenta empresas neerlandesas, com vistas a participar da Feira Intermodal e explorar maiores oportunidades de cooperação nas áreas de infraestrutura portuária e aeroportuária, tratamento de águas e resíduos, mobilidade urbana e energia. Na ocasião, firmou com os Ministros dos Portos, José Leônidas de Menezes Cristino, e dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Portos, Transporte Marítimo e Logística, marco do interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral na modernização e desenvolvimento da infraestrutura portuária e marítima brasileira.

Visita ao Brasil da Princesa Máxima, entre 7 e 10 de maio de 2012

A Princesa Máxima, casada com o então Príncipe Herdeiro (hoje monarca) Willem, participou da cerimônia de lançamento, em Brasília, no dia 9 de maio, do Programa de Ação Nacional para Financiamento de Inclusão. A Princesa Máxima foi convidada pelo Banco Central Brasileiro por suas funções na ONU e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão. O Plano de Ação define os terrenos que merecem maior atenção para facilitar o acesso de todos aos serviços de financiamento. A cerimônia aconteceu na sede do SEBRAE em Brasília.

Missão interministerial ao Porto de Roterdã, 31 de agosto de 2012

Missão interministerial brasileira visitou o Porto de Roterdã, em 31 de agosto último, no contexto de visita aos portos de Hamburgo e Antuérpia, bem como ao aeroporto de Frankfurt. A delegação foi chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, acompanhada pelo Ministro-Chefe da Secretaria Nacional dos Portos, Leônidas Cristino, e pelo Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento e Logística, Bernardo Figueiredo.

Visita ao Brasil do então Príncipe Herdeiro Willem Alexander e sua esposa, Princesa Máxima, entre 19 e 23 de novembro de 2012

O Casal Real visitou o Brasil em novembro último, quando se fez acompanhar por numerosa missão comercial. No contexto da visita, destaque-se a assinatura de Memorando de Entendimento entre a Embraer e o NAG (Netherlands Aerospace Group), visando ao fornecimento, pela empresa holandesa, de serviços de manutenção de aeronaves, equipamento elétrico, e material plástico leve para a construção aeronáutica. Cabe recordar que a Embraer mantém um escritório em Amsterdã.

Registre-se, ainda, a inauguração pela Princesa Máxima da fábrica da Paques, empresa neerlandesa de tecnologia ambiental, em Piracicaba. Nela serão construídas aproximadamente 15 a 20 instalações de biogás, número que pode duplicar nos próximos anos. A Paques, que atua no mercado brasileiro há 25 anos, em parceria com a Dedini, só agora decidiu abrir uma fábrica no País.

Comércio e Investimentos

Segundo as estatísticas brasileiras, os Países Baixos se tornaram o 5º principal parceiro comercial do Brasil, em 2012, com participação de 3,9% no comércio exterior brasileiro.

O intercâmbio comercial entre os dois países tem crescido de maneira expressiva ao longo dos últimos anos, e o Brasil vem registrando crescentes saldos comerciais (o superávit de 2012 somou US$ 11,9 bilhões).

Pelo fato de se localizar no "coração" da Europa e de dispor de moderna infraestrutura e logística de transportes e de comunicações, os Países Baixos constituem candidato natural para ingresso maciço de investimentos estrangeiros diretos, além de fazer parte dos dez principais "players" do comércio mundial.

Comércio Brasil-Países Baixos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Holanda exibiu crescimento de mais de 270% no período de 2006 a 2012. A despeito da crise que se reflete na queda do ritmo de crescimento do comércio internacional, a corrente de comércio entre os Países Baixos e o Brasil cresceu 14% em 2012, ao totalizar US$ 18,147 bilhões.

Dados divulgados pelo MDIC revelam que as exportações brasileiras para este país somaram US$ 15,040 bilhões em 2012, o que representa um aumento de 10,2% em comparação com o ano de 2011; e as importações brasileiras a partir dos Países Baixos totalizaram US$ 3,106 bilhões em 2012, um acréscimo de 37% em relação ao exercício anterior. O Brasil registrou, no período em exame, superávit de US$ 11,934 bilhões no comércio bilateral com a Holanda que respondeu, assim, por mais de 60% do saldo na balança comercial brasileira como um todo (19,43 bilhões). É sempre necessário acrescentar, contudo, que as estatísticas brasileiras sofrem do "efeito Rotterdam", que aumenta as cifras brasileiras em até cerca de 30% ao computar exportações em trânsito para outros países europeus.

Entre os principais itens exportados pelo Brasil para os Países Baixos, em 2012, encontram-se os seguintes: derivados da soja (12,31%), óleo combustível (11,39%), minérios de ferro (6,72%) e pasta de madeira (6,53%). O principal produto importado foi gasolina (47,65%). As principais importações, em 2012, foram de: misturas químicas (1,94%), sulfato de amônio (1,75%) e preparações alimentícias (1,53%).

Os Países Baixos foram o quarto maior destino das exportações brasileiras em 2012, sendo responsáveis por 6,2% do valor total das exportações brasileiras (US$ 15,041 bilhões). No ranking de maiores compradores do Brasil, os Países Baixos ficaram apenas atrás da China (17%), dos EUA (11,1%) e da Argentina (7,4%).

Investimentos

Os Países Baixos estão, segundo o Banco Central neerlandês, entre os dez principais países investidores no exterior. Nos últimos anos, o país vem ocupando as primeiras posições no ranking de investidores externos no Brasil, tendo liderado essa lista em 2002 (US$ 3,372 bilhões, ano da aquisição do Banco Real pelo ABN-AMRO), em 2004 (US$ 7,704 bilhões, ano da associação entre a AmBev e a Interbrew) e em 2007, quando atingiram o maior volume de investimentos estrangeiros em um ano, a saber US$ 8,1 bilhões, ou cerca de 23,6 % do total recebido pelo Brasil. Em 2008,

o total de investimentos neerlandeses no Brasil caiu para US$ 4,623 bilhões, e o país desceu para a terceira posição, depois dos EUA e Luxemburgo. Estes montantes, embora significativos para a economia brasileira, constituíram, naquele ano, parcela modesta (em torno de 0,55%) do total de investimentos holandeses no exterior naquele ano.

Considera-se, na Holanda, que há crescente espaço para um aumento do fluxo de investimentos neerlandeses no Brasil, sobretudo diante das oportunidades oferecidas pelo crescimento econômico sustentável brasileiro, pelas obras planejadas no marco do Programa de Aceleração do Crescimento, pela Copa do Mundo de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016, em consonância, inclusive, com a estratégia econômica adotada pelo Governo Rutte que qualificou o Brasil como mercado prioritário e, portanto, alvo de renovada ofensiva diplomático-comercial.

Nesta linha, o Ministério de Assuntos Econômicos holandês criou Grupo de Trabalho interno que se dedica a identificar oportunidades de investimentos no âmbito dos dois megaeventos esportivos no Brasil. Exemplo disso é o grupo Arena (Amsterdã) que abriu escritório no Brasil para promover os contratos de consultoria e design sobre os estádios multimodais da Copa de 2014, já tendo obtido êxito em Salvador e Natal.

O agronegócio está entre os setores da economia brasileira que mais recebem investimentos holandeses, mas se prevê que os holandeses também venham a aumentar investimentos nos setores de equipamentos marítimos, construção naval, infraestrutura e logística portuárias, transportes, dragagem, aterros e proteção ambiental. Várias missões comerciais ao Brasil estão previstas, incentivadas, ou não, pelas autoridades governamentais.

Na área de cooperação portuária, o Porto de Amsterdã já desenvolve projetos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Porto de Roterdã tem cooperação com os Portos de Santos e Suape e, em abril de 2012, firmou contrato com o Governo do Espírito Santo para expansão do Porto Central na localidade de Presidente Kennedy (ES). Ademais, o Plano Nacional Estratégico dos Portos (PNE/PORTOS) e o Programa Nacional de Dragagem (PND) têm atraído investimentos de diversas empresas holandesas.

Presença de empresas holandesas no Brasil

Em 1995, o número de empresas holandesas no Brasil era estimado em cerca de 50. Em 2011 esse número cresceu para mais de 400, entre as quais, além das grandes multinacionais, pequenas e médias empresas especializadas em produtos de alta tecnologia, bem como fornecedores de

serviços tais como de consultoria e engenharia, e organizadores de feiras de negócios.

Atualmente, destacam-se entre as grandes e médias empresas neerlandesas estabelecidas no Brasil as seguintes transnacionais: Shell, Unilever, Philips, Abn-Amro Bank (Banco Real hoje Santander, Sudameris e Bandepe), Rabobank, ING Group (Sul América Seguros), Akzo Nobel (Tintas Ypiranga, Sikkens, Wanda, Eka, Fábrica Carioca de Catalisadores), C&A, Corus, Wessanen (Bols), KLM, SHV (Minasgás e Supergasbrás), Arcadis (Logos Engenharia), Armada, DAF (montadora de caminhões; investimento de US$ 200 milhões em fábrica na localidade de Ponta Grossa), Solece, Maasstede Vastgoed Ontwikkeling (agropecuária) e Makro. As empresas Boksalis, Dockwise, Huisman e Heerema instalaram escritórios e bases no Brasil para suprimento à construção e modernização de canteiros *offshore*.

Muitas empresas neerlandesas buscam atualmente expandir suas atividades nos mercados emergentes em razão da crise na zona do euro. Muitas consideram as perspectivas de crescimento do mercado brasileiro como uma oportunidade. A AkzoNobel, por exemplo, anunciou sua decisão de expandir suas atividades com a construção de uma nova fábrica de produtos químicos para a produção de papel no Brasil. O novo investimento, orçado em US$ 80 milhões, é uma parceria com a empresa brasileira Suzano Maranhão, com a qual a AkzoNobel selou um contrato de quinze anos. Trata-se do segundo grande investimento da empresa no setor em apenas um ano.

Em contrapartida, algumas empresas brasileiras estabeleceram, nos últimos anos, escritórios comerciais e de representação em território neerlandês, a partir dos quais realizam seus negócios de exportação para o mercado holandês e reexportação para outros destinos em todo o mundo, via portos locais e a extensa rede ferroviária e de autoestradas neerlandesas. A Petrobras inaugurou, em fevereiro de 2010, escritório da "Petrobras Nederland BV", em Roterdã, que, em fase de ampliação, atua nas áreas de comércio, finanças e relacionamento com fornecedores de bens e serviços europeus. Contam também com escritórios nos Países Baixos a Bertin Agropecuária, Braskem Europe BV, Carinhoso Globo BV, Cutrale Continental Juice BV, Embraer, Kaolin International BV, Perdigão Holland BV, Petroflex Europe, Samarco Iron Ore Europe BV, Seara Food Europe BV e Villares Steel International BV.

Setor Bancário

Em 1998, o ABN-AMRO, depois de mais de 80 anos de presença no Brasil, investiu na área de varejo, adquirindo o Banco Real por US$ 3 bilhões. No mesmo ano, o grupo neerlandês comprou o Bandepe, de Pernambuco. Em 2008, o ABN-AMRO foi comprado por um consórcio de

bancos europeus, incluindo o espanhol Santander. Com isso, registrou-se a fusão, no Brasil, entre o Santander e o Banco Real.

Cooperação Educacional e Programa Ciência sem Fronteiras

A cooperação bilateral no campo da educação superior intensificou-se nos últimos anos, especialmente a partir da assinatura de Memorando de Entendimento, em abril de 2008, no âmbito de Visita de Estado realizada pelo então Presidente Lula.

O lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras, em junho de 2011, contribuiu para importante salto no potencial de intercâmbio de graduandos, doutorandos e pós-doutorandos, em particular proveito do tradicional fluxo de alunos brasileiros ao sistema universitário neerlandês, o terceiro melhor do mundo conforme classificação divulgada em 2011 pela prestigiosa revista britânica "Times Higher Education". Trata-se de movimento mutuamente conveniente, empenhados que também estão os Países Baixos em incrementar a internacionalização do ensino superior, com vistas ao progresso da infraestrutura que vêm construindo, há vários anos, em prol de sua economia do conhecimento. Recente gesto político que simboliza a prioridade que a Haia confere a este tema é a alavancagem da inovação à condição de terceira pasta do até então Ministério da Economia e Agricultura, decisão que veio em confluência quase simultânea ao congênere alargamento da pauta do nosso Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vale destacar que os horizontes abertos nos Países Baixos pelo Programa Ciência sem Fronteiras não implicaram em desaceleração dos fluxos de cooperação educacional anteriormente já em marcha. Em fins de 2011, por ilustração, foi apregoado o quarto edital do Programa Capes-Nuffic, instituído em 2008, focado em projetos de pesquisa partilhados e intercâmbio de doutorandos nas áreas de engenharia, humanidades, artes, biologia, agronomia, ciências sociais aplicadas e da saúde.

O entusiasmo neerlandês com a iniciativa brasileira de internacionalização do ensino superior em áreas de prioridade econômica é sucedâneo natural da convergência da política educacional neerlandesa com os objetivos do nosso Programa. Mais que seus antecessores, o Governo do Premier Mark Rutte esforçou-se para aprofundar as vinculações do trabalho da universidade às demandas mercadológicas da indústria. O incremento da mobilidade internacional de docentes e estudantes universitários holandeses, com enfoque do ensino na profissionalização e atenção da pesquisa à inovação, é política apresentada nos Países Baixos como imperativo do século XXI para uma sociedade – como a holandesa – cuja prosperidade desde sempre dependeu de suas empreitadas e investimentos no exterior e de suas relações comerciais internacionais (aproximadamente ¾ do PIB do país advêm de exportações).

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira estimada nos Países Baixos alcança 20.426 pessoas. O Brasil conta com um Consulado-Geral em Roterdã e dois Consulados Honorários, nas cidades de Amsterdã e Hilversum, este responsável pelas Províncias da Holanda do Norte (exceto a cidade de Amsterdã) e Utrecht.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de eventuais concessoes de creditos oficiais a tomador soberano do Reino dos Países Baixos.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura de Governo

O Rei Willem IV tornou-se soberano dos Países Baixos a 30 de abril de 2013, após a abdicação de sua mãe, a Rainha Beatrix, que reinou por 33 anos. Willem IV é o primeiro monarca do sexo masculino desde seu bisavô, Guilherme III, falecido em 1890.

O monarca neerlandês costuma exercer poderes substancialmente maiores do que os monarcas de outros países europeus. A Constituição dos Países Baixos estabelece que a Coroa — definida como o Monarca e o Gabinete reunidos — exerce o Governo. O Soberano nomeia prefeitos e governadores e preside o Conselho de Estado, órgão consultivo máximo no qual se examinam tanto os projetos de lei submetidos pelo Governo como os acordos internacionais a serem encaminhados ao Parlamento, além de designar os membros do Conselho.

No centro do sistema político do país encontra-se o Parlamento, ou Estados-Gerais, incumbido da revisão e aprovação dos atos da Coroa. A cada quatro anos, realizam-se eleições para a câmara baixa. Quanto ao Senado, este conta setenta e cinco membros eleitos indiretamente, por quatro anos, por assembleias das províncias. A Câmara baixa é integrada por cento e cinquenta deputados eleitos diretamente, também por quatro anos.

Conjuntura Atual

Em 2012, após malograr na tentativa de aprovar pacote de austeridade fiscal, o Primeiro-Ministro Mark Rutte viu-se forçado a renunciar ao cargo, pondo fim ao governo de centro-direita que chefiava (que contava com o

apoio tácito do extremista Partido da Liberdade, de Geert Wilders). Como Chefe de Governo interino, no entanto, logrou fazer aprovar, com o apoio de três partidos opositores, pacote de ajustes substanciais, que incluiu aumento de impostos, congelamento de salários de funcionários públicos e cortes de benefícios fiscais. Negociados em apenas dois dias, os chamados "acordos de primavera" foram apresentados como demonstração da capacidade neerlandesa de reunir a vontade política necessária para enfrentar os desafios mais prementes, garantindo assim as credenciais do país para, juntamente com a Alemanha, manter a pressão pelo cumprimento das metas fiscais na zona do euro.

Em setembro último, realizaram-se eleições gerais, das quais emergiu Governo de coalizão entre liberais (centro-direita, de Mark Rutte) e trabalhistas (centro-esquerda). O PM Rutte manteve-se no poder, após seu partido obter seu melhor resultado histórico (41 dos 150 assentos da Câmara baixa).

Com a divisa "Construindo Pontes", o atual Governo tem-se mostrado mais estável que seu predecessor, mas confronta-se com as mesmas escolhas políticas difíceis num cenário econômico adverso. Pesquisas de opinião indicam que o eleitorado neerlandês continua refratário a propostas de resgate a parceiros inadimplentes da zona do euro. O acordo entre liberais e trabalhistas em prol de reformas no Estado de bem-estar também foi mal recebido pela opinião pública.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa neerlandesa tradicionalmente vem dando prioridade ao fortalecimento do multilateralismo e à liberalização do comércio. O país busca assumir papel de algum destaque na ONU por meio da participação proativa em debates sobre direitos humanos, desarmamento e não-proliferação. Os Países Baixos também dedicam atenção prioritária aos temas de integração europeia e de segurança internacional — em particular no âmbito da OTAN —, assim como a ameaças a seu suprimento de energia. O país tem participado com alguma frequência de operações militares internacionais, seja no âmbito da ONU, da União Europeia ou da OTAN.

A promoção dos direitos humanos no plano mundial, que conta com o amplo apoio das forças políticas internas, evoluiu a ponto de constituir hoje uma das prioridades permanentes da política externa. O país mantém posição ativa nos foros internacionais competentes, e tem sido vocal em sua oposição a tentativas de usar diferenças culturais e religiosas como justificativas para a denegação de direitos humanos, tidos como aplicáveis a qualquer país, em qualquer circunstância.

A prioridade historicamente atribuída pela diplomacia neerlandesa à promoção da paz e da justiça internacionais explica a presença na Haia da sede de organizações como a Corte Permanente de Arbitragem, a Corte Internacional de Justiça, a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, o Tribunal Penal Internacional e o Tribunal Especial para o Líbano. Os Países Baixos têm sido enfáticos em seu apoio à consolidação do Tribunal Penal Internacional e ao pleno respeito a sua liberdade de atuação, sem limitações de ordem política.

Por sua vez, a presença na Haia da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) reflete a postura ativa dos Países Baixos em temas de desarmamento e não-proliferação. Em março de 2010, o país liderou articulação com outros parceiros europeus para solicitar ao Secretário-Geral da OTAN que desse prioridade a temas de desarmamento nuclear, não-proliferação e controle de armamentos. Em março de 2014, os Países Baixos sediarão a Cúpula de Segurança Nuclear.

Sucessivos Governos holandeses comprometeram-se com a ajuda ao desenvolvimento, com ênfase na luta contra a pobreza e, em particular, na promoção das Metas de Desenvolvimento no Milênio da ONU. O nível de contribuição já foi um dos mais altos do mundo (0,8% do PIB), mas caiu recentemente, em razão de cortes orçamentários inevitáveis.

O lema da atual coalizão de Governo, "Construindo Pontes", deverá afastá-la da retórica anti-imigração e anti-UE do primeiro gabinete de Rutte (que constituía o preço pelo apoio tácito da extrema direita, no Parlamento). Não se espera, todavia, mudança de curso da posição neerlandesa na crise financeira da zona do euro. Os interesses econômicos permanecem um componente crucial da política exterior, porém voltam ao topo da agenda os temas tradicionais da defesa dos direitos humanos, da sustentabilidade e segurança energéticas e da promoção do bom funcionamento das organizações internacionais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB estimado em US$ 836,8 bilhões, em 2011, os Países Baixos são a 17ª maior economia do mundo.

No último ano, a prioridade da política econômica neerlandesa foi conter o desequilíbrio estrutural do setor público. Ao final de 2011, as previsões da Agência Central de Estatística neerlandesa confirmavam que, pelo terceiro ano consecutivo, o déficit público esteve acima do limite de 3%, fixado no Pacto de Estabilidade e Crescimento europeu (5,1% em 2010 e 4,7% em 2011). Estima-se que a cifra tenha chegado a 4,4% ao final de 2012, e que o alvo de 3% somente será atingido em 2014.

A recuperação da economia neerlandesa dificilmente será puxada pela demanda interna. O desemprego continua aumentando: no terceiro trimestre de 2012, houve 21 mil novos desempregados, totalizando mais de 511 mil pessoas (7% da população economicamente ativa, a maior cifra desde os anos 90). Os custos da mão-de-obra no setor privado holandês também aumentaram na última década, equiparando-se à média da União Europeia e reduzindo a competitividade do país.

Na série ajustada sazonalmente, a economia cresceu 0,3% no primeiro trimestre de 2012 e 0,2% no segundo, o que tirou o país da recessão técnica em que se encontrou nos últimos três trimestres de 2011. O alívio, porém, foi apenas momentâneo. Com uma economia fortemente atrelada às exportações e ao comércio internacional, os resultados do terceiro trimestre surpreenderam negativamente, com retração de 0,9%, e consequente redução das expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2012. Enquanto aguardam os resultados oficiais de 2012, os analistas econômicos apontam para uma possível retração de 0,5% do PIB em 2013, em lugar do crescimento inicialmente estimado de 0,75.

O ano de 2013 deverá ser difícil para a economia neerlandesa. Ater-se às metas da UE permitirá à Holanda cumprir com as obrigações europeias e garantir uma rápida melhoria da sustentabilidade fiscal, acalmando as preocupações do mercado financeiro e preservando o *rating* AAA dos títulos públicos. No entanto, as políticas pró-cíclicas adotadas pelo Governo tiveram impactos negativos sobre a atividade econômica em momento de particular fragilidade, com o desaquecimento do mercado imobiliário e problemas de solvência dos fundos de pensão.

ANEXOS

Cronologia histórica

1914-1918	Os Países Baixos mantêm sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial. O imperador Guilherme II da Alemanha exila-se nos Países Baixos ao final da guerra.
1939	No romper da 2ª Guerra Mundial, os Países Baixos declaram sua neutralidade.
1940	A Alemanha nazista invade a 10 de maio. A Família Real holandesa desloca-se para a Inglaterra.
1945	A ocupação alemã termina com a rendição da Alemanha Nazista.
1949	As Índias Orientais Holandesas, que haviam sido ocupadas pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial, declaram independência, como Indonésia.
1949	Os Países Baixos abandonam sua política de neutralidade e se juntam à OTAN.
1952	Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que se tornaria a Comunidade Econômica Europeia cinco anos depois.
1963	A colônia holandesa da Nova Guiné é cedida à Indonésia.
1975	A colônia holandesa do Suriname alcança sua independência. Centenas de milhares de surinameses emigram para os Países Baixos.
1980	A Rainha Juliana abdica; Beatriz torna-se Rainha.
2002	O Euro substitui o Florim holandês.
2004	Falecimento da Rainha-Mãe Juliana, aos 94 anos.
2006	O Parlamento concorda em enviar um adicional de 1.400 soldados holandeses para se juntar às forças lideradas pela OTAN no Afeganistão.
2010	Agosto – Os Países Baixos retiram seus 1.900 soldados do Afeganistão, terminando uma missão de quatro anos.
2010	Outubro – As Antilhas Neerlandesas são dissolvidas. Curaçao e São Martinho tornam-se nações no Reino dos Países Baixos. Bonaire, Santo Eustáquio e Saba tornam-se municípios especiais autônomos dos Países Baixos.

Cronologia das relações bilaterais

1906	Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa);
1931	Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa;
1938	Ata de Encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa;

1952	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Holanda;
1955	Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico";
1997	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia;
02/1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel;
03/1998	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo;
03/1998	Visita do Príncipe Herdeiro Willem Alexander;
08/1998	Visita do Príncipe Herdeiro Willem Alexander;
11/1998	Aquisição do Banco Real e do BANDEPE pelo Banco AMB AMRO;
12/1998	Visita do Primeiro-Ministro Win Kok;
10/2000	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso;
03/2003	Visita da Rainha Beatrix, do Príncipe Herdeiro Willem Alexander e da Princesa Máxima;
06/2004	Visita do "*Minister of State*" Hans van Mierlo, no marco das comemorações do IV Centenário de Nascimento de Maurício de Nassau;
2005	Visita da Princesa Máxima;
01/2007	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot;
04/2008	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
03/2009	Visita do Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende;
03/2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim;
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen;
03/2011	Promulgada a Lei Nº 12.392, que institui o Ano da Holanda no Brasil, em comemoração ao centenário da imigração "moderna" de holandeses ao Brasil;
11/2011	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Comércio Exterior, Henk Bleker, acompanhado de missão empresarial. Assinatura de MoU para Cooperação em Ciência e Tecnologia;
04/2012	Visita da Ministra da Infraestrutura, Melanie Schutz van Haegen, acompanhada de missão comercial;
05/2012	Visita da Princesa Máxima, a convite do Banco Central brasileiro, por suas funções na ONU e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão;
08/2012	Visita aos Países Baixos de delegação interministerial brasileira, chefiada pela Ministra Chefe da Casa Civil;
11/2012	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Willem Alexander e de sua esposa, Princesa Máxima.

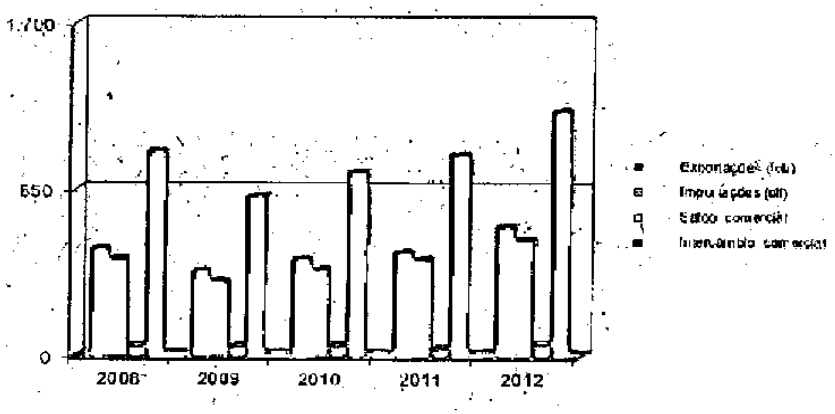
Atos Bilaterais em vigor

Título	Data de Celebração
Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa	22/09/1931
Ata de encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa	30/04/1938
Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico"	16/08/1955
Acordo para a Abolição do Visto em Passaportes	30/01/1956
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	16/03/1959
Acordo para a Extensão ao Suriname e às Antilhas Neerlandesas da Convenção Relativa à Assistência Judiciária Gratuita de 1959	16/11/1964
Acordo Cultural	12/10/1966
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra	24/01/1967
Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos.	22/08/1969
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/09/1969
Troca de Notas Constituindo um Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares	05/07/1973
Grupo de Trabalho Brasileiro-Holandês para Assuntos de Agricultura	06/07/1976
Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras	07/03/2002
Memorando de Entendimento sobre Implementação de Isenção Tributária Recíproca no Setor de Transporte Aéreo	09/06/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	16/12/2004

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	16/01/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/04/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo de Educação Superior e Técnico-Profissional	11/04/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo do Patrimônio Cultural Comum	11/04/2008
Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos	23/01/2009
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa	07/12/2011 (Em tramitação no MRE)

PAÍSES BAIXOS: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	546	432	493	531	657
Importações (cif)	495	382	440	493	592
Saldo comercial	51	49	53	38	65
Intercâmbio comercial	1.041	814	933	1.023	1.248

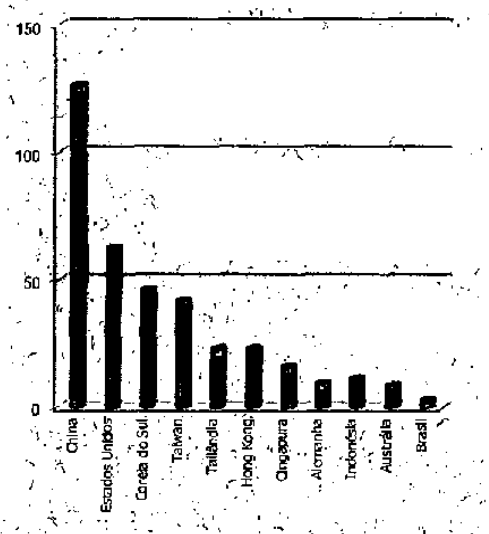


O comércio exterior dos Países Baixos apresentou, em 2012, variação de cerca de 20% em relação a 2008, passando de US$ 1,04 trilhão para US$ 1,25 trilhão. No ranking da UNCTAD para 2011, os Países Baixos figuraram como o 9º mercado mundial, sendo o 7º principal exportador e o 10º principal importador.

PAÍSES BAIXOS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total
China	126,7	23,9%	147,4	22,4%
Estados Unidos	62,8	11,8%	85,4	13,0%
Coreia do Sul	46,3	8,7%	52,8	8,0%
Taiwan	41,9	7,9%	47,9	7,3%
Tailândia	23,3	4,4%	25,0	3,8%
Hong Kong	23,3	4,4%	24,5	3,7%
Cingapura	16,1	3,0%	17,3	2,6%
Alemanha	9,7	1,8%	12,3	1,9%
Indonésia	11,4	2,1%	12,2	1,9%
Austrália	8,8	1,7%	10,6	1,6%
...				
Brasil	***2,9***	***0,5%***	***3,5***	***0,5%***
Subtotal	**373,1**	**70,3%**	**438,9**	**66,8%**
Outros países	**157,5**	**29,7%**	**217,8**	**33,2%**
Total	**530,6**	**100,0%**	**656,7**	**100,0%**



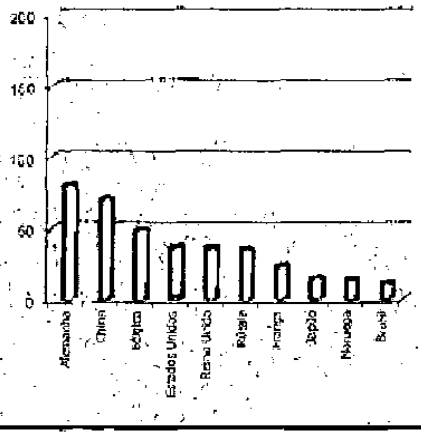
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap.

Os vizinhos da União Europeia são os principais destinos das vendas dos Países Baixos. Individualmente, a Alemanha foi o principal parceiro, com 22,4% do total em 2012. Seguiram-se: Bélgica (13,0%); França (8,0%); Reino Unido (7,3%); Estados Unidos (3,8%); Itália (3,7%); e Espanha (2,6%). O Brasil obteve o 30º lugar entre os principais destinos de 2012, com participação de 0,5%.

PAÍSES BAIXOS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total
Alemanha	83,8	17,0%	80,4	13,6%
China	42,5	8,6%	70,3	11,9%
Bélgica	50,0	10,1%	48,6	8,2%
Estados Unidos	32,2	6,5%	36,4	6,2%
Reino Unido	32,3	6,6%	36,1	6,1%
Rússia	22,7	4,6%	34,7	5,9%
França	23,1	4,7%	23,2	3,9%
Japão	13,6	2,8%	14,2	2,4%
Noruega	9,6	1,9%	14,0	2,4%
Brasil	*7,8*	1,6%	*10,6*	1,8%
Subtotal	**330,2**	**67,0%**	**380,7**	**64,3%**
Outros países	**162,6**	**33,0%**	**211,0**	**35,7%**
Total	**492,8**	**100,0%**	**591,6**	**100,0%**



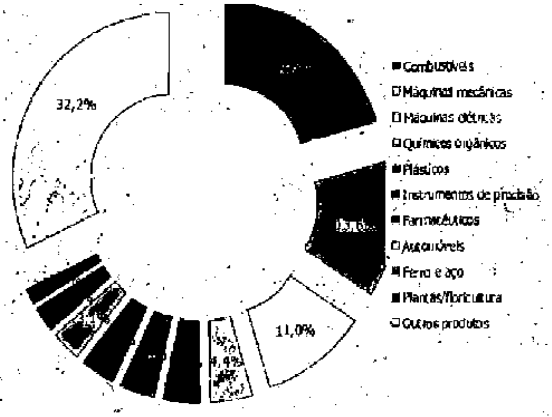
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap

Os vizinhos da União Européia também são os principais fornecedores de bens aos Países Baixos e somaram 44% das importações totais em 2012. Individualmente a Alemanha foi o principal vendedor com 13,6% do total. Seguiram-se: China (11,9%); Bélgica (8,2%); Estados Unidos (6,2%); Rússia (5,9%); França (3,9%); Japão (2,4%), e Noruega (2,4%). O Brasil obteve o 10º lugar entre os principais exportadores para os Países Baixos, com 1,8% de participação.

PAÍSES BAIXOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2012 - US$ bilhões

Descrição	2012	% no total
Combustíveis	135,3	20,6%
Máquinas mecânicas	89,2	13,6%
Máquinas elétricas	72,4	11,0%
Químicos orgânicos	28,8	4,4%
Plásticos	25,1	3,8%
Instrumentos de precisão	23,8	3,6%
Farmacêuticos	23,4	3,6%
Automóveis	20,1	3,1%
Ferro e aço	16,8	2,6%
Plantas/floricultura	10,7	1,6%
Subtotal	**445,5**	**67,8%**
Outros produtos	**211,1**	**32,2%**
Total	**656,7**	**100,0%**

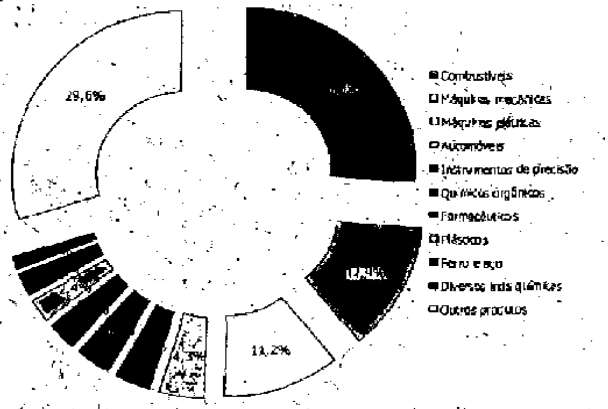


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap

Combustíveis e máquinas são os principais grupos de produtos exportados pelos Países Baixos e somaram 45,2% da pauta. Seguiram-se: produtos químicos orgânicos (4,4%); plásticos (3,8%); instrumentos de precisão (3,6%); produtos farmacêuticos (3,6%); e automóveis (3,1%).

PAÍSES BAIXOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2012 - US$ bilhões

Descrição	2012	% no total
Combustíveis	155,4	26,3%
Máquinas mecânicas	76,1	12,9%
Máquinas elétricas	66,3	11,2%
Automóveis	25,2	4,3%
Instrumentos de precisão	20,3	3,4%
Químicos orgânicos	20,1	3,4%
Farmacêuticos	17,1	2,9%
Plásticos	14,1	2,4%
Ferro e aço	14,0	2,4%
Diversos inds químicas	7,8	1,3%
Subtotal	**416,5**	**70,4%**
Outros produtos	**175,1**	**29,6%**
Total	**591,6**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Div. São de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap.

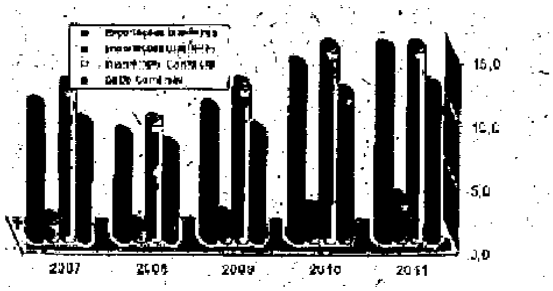
Mais de 1/5 da pauta de importações dos Países Baixos é representado por combustíveis. Em 2012 participou com 26,3% no total, seguido de máquinas mecânicas (12,9%); máquinas elétricas (11,2%); automóveis (4,3%); instrumentos de precisão (3,4%); e produtos químicos orgânicos (3,4%).

BRASIL-PAÍSES BAIXOS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Exportações brasileiras	10,5	8,2	10,2	13,6	15,0	3,41	3,14
Variação em relação ao ano anterior	18,6%	-22,3%	25,5%	33,4%	-10,3%	19,3%	-7,8%
Importações brasileiras	1,5	1,0	1,8	2,3	3,1	0,79	0,78
Variação em relação ao ano anterior	32,3%	-34,2%	82,4%	27,9%	37,0%	121,2%	-1,6%
Intercâmbio Comercial	12,0	9,1	12,0	15,9	18,1	4,20	3,92
Variação em relação ao ano anterior	20,1%	-23,7%	31,6%	32,5%	14,1%	30,7%	-6,5%
Saldo Comercial	9,0	7,2	8,5	11,4	11,9	2,61	2,36

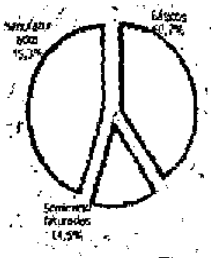
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Os Países Baixos foram o 5º principal parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 52%, de US$ 12,0 bilhões, para US$ 18,1 bilhões. As exportações cresceram 44%, enquanto as importações mais que dobraram (110%). O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período. Em 2012, o superávit brasileiro foi de US$ 11,9 bilhões.



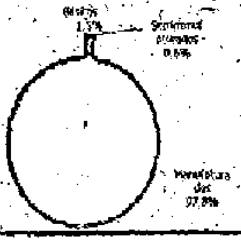
BRASIL-PAÍSES BAIXOS : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ bilhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	6,05	40,2%
Semimanufaturados	2,18	14,5%
Manufaturados	6,81	45,3%
Transações especiais	0,004	0,03%
Total	15,04	100,0%



As exportações brasileiras para os Países Baixos são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 45,3% do total em 2012. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 40,2%, e os semimanufaturados, com 14,5%.

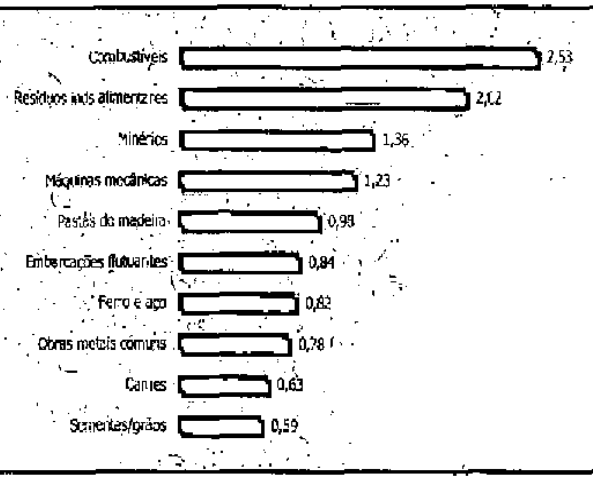
DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,05	1,5%
Semimanufaturados	0,02	0,6%
Manufaturados	3,04	97,8%
Total	3,11	100,0%



Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados predominaram na pauta, representando 97,8% do total em 2012.

BRASIL-PAÍSES BAIXOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	1,14	1,52	2,53	16,8%
Resíduos inds alimentares	1,29	1,69	2,02	13,4%
Minérios	0,65	2,04	1,36	9,1%
Máquinas mecânicas	0,42	0,75	1,23	8,2%
Pastas de madeira	0,95	1,06	0,98	6,5%
Embarcações flutuantes	0,00	0,04	0,84	5,6%
Ferro e aço	0,63	0,79	0,82	5,5%
Obras metais comuns	0,63	0,62	0,78	5,2%
Carnes	0,60	0,77	0,63	4,2%
Sementes/grãos	0,57	0,73	0,59	3,9%
Subtotal	**6,88**	**9,99**	**11,78**	**78,3%**
Outros produtos	**3,35**	**3,65**	**3,27**	**21,7%**
Total	**10,23**	**13,64**	**15,04**	**100,0%**

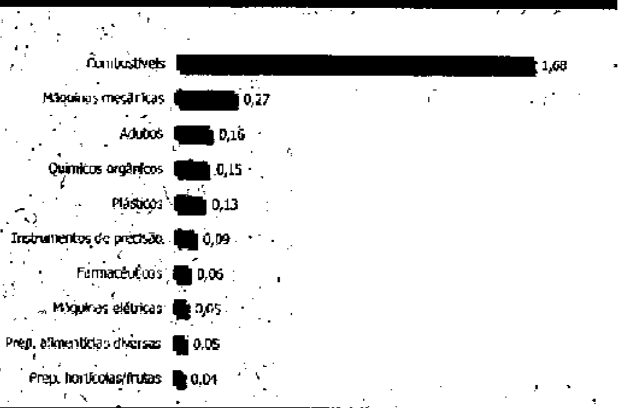


Os combustíveis (óleo diesel e óleo bruto de petróleo) foram o principal grupo de produto brasileiro exportado para os Países Baixos. Em 2012 representou 16,8%, seguido de resíduos das indústrias alimentares (bagaços e farinha da extração do óleo de soja) com 13,4%; minérios (9,1%); máquinas mecânicas (8,2%); pastas de madeira (6,5%); embarcações flutuantes (5,6%); ferro e aço (5,5%); e obras de outras metais comuns (5,2%).

BRASIL-PAÍSES BAIXOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	0,58	0,88	1,68	54,0%
Máquinas mecânicas	0,24	0,27	0,27	8,8%
Adubos	0,08	0,11	0,16	5,1%
Químicos orgânicos	0,12	0,11	0,15	4,8%
Plásticos	0,06	0,10	0,13	4,1%
Instrumentos de precisão	0,12	0,10	0,09	2,9%
Farmacêuticos	0,12	0,14	0,06	2,0%
Máquinas elétricas	0,04	0,06	0,05	1,7%
Prep. alimentícias diversas	0,03	0,04	0,05	1,6%
Prep. hortícolas/frutas	0,05	0,04	0,04	1,3%
Subtotal	**1,45**	**1,85**	**2,68**	**86,2%**
Outros produtos	**0,32**	**0,42**	**0,43**	**13,8%**
Total	**1,77**	**2,27**	**3,11**	**100,0%**

Importações bras. originárias dos Países Baixos, 2012



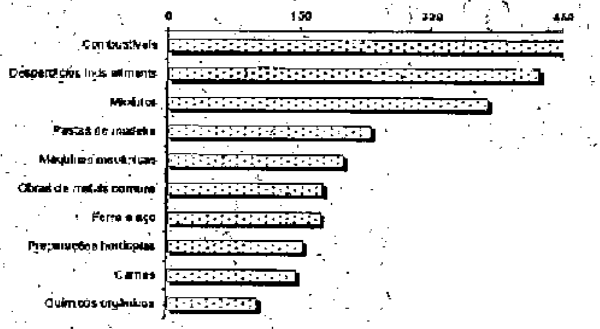
Elaborado pela DPR/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As importações brasileiras originárias dos Países Baixos apresentaram elevado grau de concentração. Os combustíveis responderam por mais da metade da pauta (54% do total adquirido em 2012) - gasolina e óleo diesel. Seguiram-se: máquinas mecânicas (8,8%); adubos (5,1%); produtos químicos orgânicos (4,8%); plásticos (4,1%); instrumentos de precisão (2,9%) e produtos farmacêuticos (2%).

BRASIL-PAÍSES BAIXOS: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

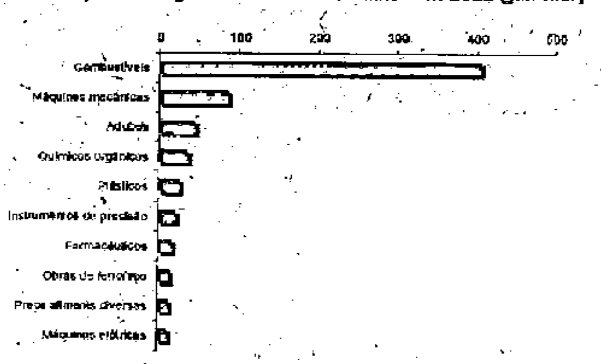
DESCRIÇÃO	2012 (jan-mar) Valor	2012 (jan-mar) % no total	2013 (jan-mar) Valor	2013 (jan-mar) % no total
Exportações				
Combustíveis	457	13,4%	475	15,1%
Desperdícios inds aliment	336	9,9%	422	13,4%
Minérios	241	7,1%	363	11,5%
Pastas de madeira	208	6,1%	232	7,4%
Máquinas mecânicas	226	6,6%	200	6,4%
Obras de metais comuns	189	5,5%	177	5,6%
Ferro e aço	240	7,1%	174	5,5%
Preparações hortícolas	125	3,7%	154	4,9%
Carnes	137	4,0%	146	4,7%
Químicos orgânicos	77	2,2%	102	3,2%
Subtotal	**2.235**	**65,6%**	**2.443**	**77,8%**
Outros produtos	**1.171**	**34,4%**	**698**	**22,2%**
Total	**3.406**	**100,0%**	**3.141**	**100,0%**

Exp.bras. para os Países Baixos em 2013 (jan-mar)



Importações				
Combustíveis	421	53,1%	405	51,9%
Máquinas mecânicas	67	8,5%	86	11,0%
Adubos	42	5,2%	44	5,7%
Químicos orgânicos	42	5,3%	36	4,6%
Plásticos	30	3,8%	25	3,2%
Instrumentos de precisão	28	3,5%	21	2,7%
Farmacêuticos	19	2,4%	17	2,2%
Obras de ferro/aço	5	0,6%	15	1,9%
Preps aliments diversas	11	1,3%	14	1,8%
Máquinas elétricas	11	1,4%	12	1,6%
Subtotal	**676**	**85,2%**	**675**	**86,5%**
Outros produtos	**118**	**14,8%**	**105**	**13,5%**
Total	**794**	**100,0%**	**780**	**100,0%**

Imp.bras. originárias dos Países Baixos em 2013 (jan-mar)



Elaborado pela DPR/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 358 - C. Civil.

Em 8 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*)

MENSAGEM
Nº 32, DE 2013
(nº 180/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Os méritos do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de maio de 2013.

EM Nº 152 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00152/2013 MRE

Brasília, 30 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de DENIS FONTES DE SOUZA PINTO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *DENIS FONTES DE SOUZA PINTO*
CPF.: 223255064-87
ID.: 7749 MRE

1954 Filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto, nasce em 26 de fevereiro, em Recife/ PE

Dados Acadêmicos:

1977	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco
1985	CAD-IRBr
1999	CAE - IRBR, A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira

Cargos:

1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento.

Funções:

1979	CPCD - IRBr
1980-81	Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente
1981-83	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1983-86	Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
1986-89	Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
1989-91	Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
1991-92	Departamento de Administração, Coordenador-Executivo, substituto
1992-93	Divisão de Serviços Gerais, Chefe, substituto
1993-95	Secretaria-Geral, assessor
1995-98	Embaixada em Paris, Conselheiro
1998-01	Embaixada em Pretória, Conselheiro
2001-03	Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral
2003-06	Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
2006	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral
2006-10	Departamento do Serviço Exterior, Diretor
2010	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

Condecorações:

1986	Ordem do Mérito, Alemanha, 1º grau
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2011	Medalha do Pacificador, Brasil
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

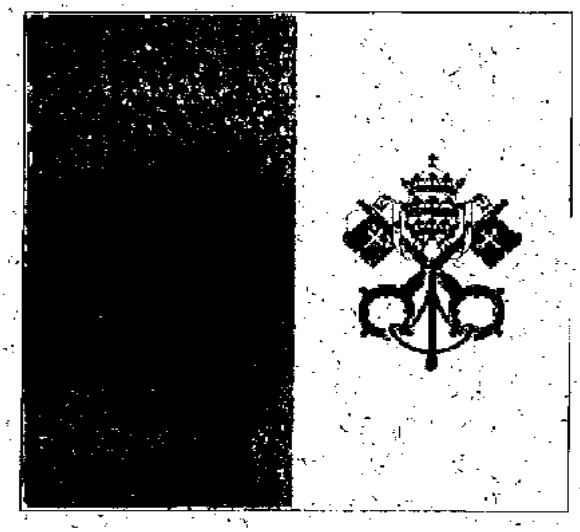
Publicações:

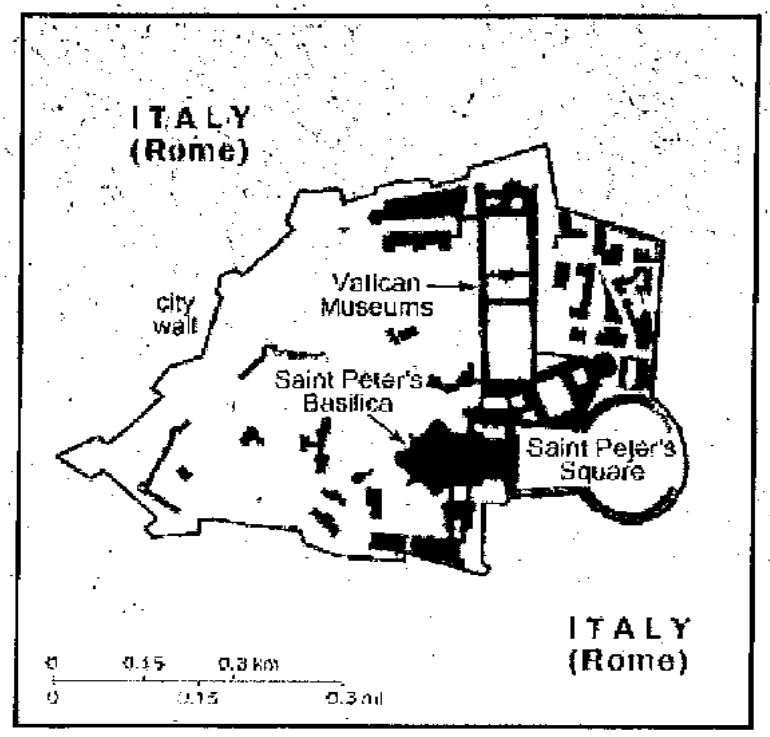
2000	A OCDE: Uma visão brasileira, in Coleção de Altos Estudos, FUNAG, Brasília

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VATICANO





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado da Cidade do Vaticano
CAPITAL	Cidade do Vaticano
GENTÍLICO	vaticano(a)(s) *(ex: biblioteca vaticana; correios vaticanos)*
ÁREA	0,44 km²
POPULAÇÃO	832 habitantes
IDIOMA	Italiano (o latim é a língua oficial da Santa Sé)
RELIGIÃO OFICIAL	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SANTA SÉ	Tarcisio Bertone
SECRETÁRIO PARA RELAÇÕES DA SANTA SÉ COM ESTADOS	Dominique Mamberti
PODER LEGISLATIVO	Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade do Vaticano (unicameral, composta por sete membros, necessariamente cardeais, apontados pelo Papa para mandatos de 5 anos)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO VATICANO	Almir Barbuda
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giovanni d'Aniello
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	100%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	0%
EXPECTATIVA DE VIDA	74 anos (homens), 81 anos (mulheres) *(Fonte: "Country profiles" do sítio virtual da BBC News)*
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	Não disponível (não medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	US$ 333 milhões
PIB PER CAPITA	US$ 416 mil

PERFIL BIOGRÁFICO

Papa Francisco
(Jorge Mario Bergoglio)

O Papa Francisco (em latim: *Franciscus*) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936, e é o 266º Pontífice a assumir o chamado "trono de São Pedro".

Primeiro Jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito Papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-Presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes

italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou Literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado Cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo Papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana), tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina.

Principal autoridade da congregação argentina na década de 70, foi acusado de dar informações que resultaram na detenção de dois padres Jesuítas que teriam ligações com grupos de esquerda. Em sua defesa, disse que há documento que prova que pediu oficialmente o contrário: a renovação do visto de permanência de um deles, Francisco Jalics. O biógrafo do Papa, Sérgio Rubin, afirma que ele agiu para ajudar a retirar perseguidos políticos da Argentina, providenciando papéis e auxílio para atravessar a fronteira. Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz (1980) e ativista preso pelo regime militar argentino, defende, igualmente, a atitude do Cardeal Bergoglio no período, afirmando que o padre jesuíta nunca esteve entre os "que foram cúmplices da ditadura".

Cardeal Tárcisio Bertone
Secretário de Estado da Santa Sé

Nasceu em 2 de dezembro de 1934, na província de Turim.

De formação salesiana, foi ordenado sacerdote em 1960. Licenciou-se em Teologia e doutorou-se em Direito Canônico. Mudou-se para Roma em 1967, onde lecionou, entre outras instituições, na atual Pontifícia Universidade Salesiana, da qual foi Reitor a partir de 1989.

Foi nomeado Bispo em 1991 e tornou-se consultor de diversos dicastérios da Cúria. De 1995 a 2003, trabalhou como Secretário da Congregação para a Doutrina da Fé, sob a chefia do Cardeal Joseph Ratzinger.

Foi feito Cardeal e Arcebispo de Gênova em 2003.

Tido como um dos principais eleitores de Ratzinger no último conclave, Bertone é reconhecido por sua posição ortodoxa em relação aos temas centrais da doutrina católica e pela enérgica atividade pastoral.

Tornou-se Secretário de Estado em 15 de setembro de 2006.

Dominique Mamberti
Secretário para as Relações da Santa Sé com os Estados

Nasceu em Marraqueche, no Marrocos, em 7 de março de 1952. Licenciou-se em Direito Canônico e Direito Civil. Foi ordenado Sacerdote em 1981 e incorporado à arquidiocese de Ajaccio, na Córsega.

Entrou no serviço diplomático da Santa Sé em 1986; serviu nas representações pontifícias na Argélia, Chile, ONU e Líbano. Foi nomeado Arcebispo da diocese de Sagona (Córsega), Núncio Apostólico no Sudão e Delegado Apostólico na Somália em 2002. Dois anos mais tarde, também foi nomeado Núncio Apostólico na Eritreia.

Foi nomeado por Bento XVI Secretário para as Relações da Santa Sé com os Estados, em setembro de 2006, em substituição ao Arcebispo Giovanni Lajolo.

POLÍTICA INTERNA

O Vaticano é um país soberano, internacionalmente reconhecido, de todo independente da vizinha Itália – dentro da qual se encontra encravado.

O Vaticano é, ademais, uma cidade-estado – isto é, um país composto por uma única municipalidade, como também o são Cingapura e Mônaco.

É o menor país soberano do mundo, tanto em área – com 0,44 quilômetro quadrado (o segundo menor é Mônaco, com mais de 2 quilômetros quadrados) – quanto em população (há 832 residentes, nenhum dos quais nascido naquele país; o segundo país com menor população é Niue, com mais de 1.600 habitantes).

Politicamente, o país se organiza como uma monarquia teocrática eletiva.

O país não tem idioma oficial, embora o italiano seja a língua oficial *de facto*, empregada rotineiramente por toda a administração (o latim é língua oficial da Santa Sé, não do Vaticano).

História

Em 20 de setembro de 1870, no contexto da unificação italiana e da criação do Reino da Itália, as tropas de Vitor Emanuel II tomaram os chamados territórios pontifícios. Até essa data, o Papa efetivamente ocupava duas funções distintas: a de chefe da Igreja Católica e a de soberano de um Estado, cujo território, naquela época, tinha proporções de modo algum exíguas.

A unificação italiana, com a cidade de Roma como capital do novo Reino, e a tomada dos territórios pontifícios deram origem à chamada "Questão Romana": a cúpula da Igreja Católica, incluído o próprio Papa, passaram a considerar-se "prisioneiros" dentro do pequeno espaço ocupado pela Basílica e pela Praça de São Pedro.

Embora o reconhecimento da soberania do moderno "Estado da Cidade do Vaticano" date apenas de 1929, e embora a Igreja Católica tenha perdido, por mais de meio século – da tomada dos territórios pontifícios durante o processo de unificação italiana até a assinatura dos Tratados de Latrão –, sua base territorial e, por extensão, sua própria condição como "Estado", a Santa Sé nunca deixou de ser reconhecida pela comunidade internacional como sujeito de direito internacional.

Apenas em 1929 a Santa Sé e o então Reino da Itália firmaram os famosos "Acordos de Latrão", por meio dos quais foi reconhecida a independência do Vaticano e sua soberania como país politicamente independente, encravado na cidade italiana de Roma, e tendo o Papa como seu soberano.

Todo o território do Estado da Cidade do Vaticano é amparado pela Convenção da Haia de 15 de março de 1954, relativa à proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Desde aquele mesmo ano, o Estado do Vaticano está inscrito na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em 26 de novembro de 2000, o Papa João Paulo II promulgou nova "Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano", que, com vinte artigos, tornou-se a Constituição *de facto* do país.

Em seu artigo I, a Lei Fundamental do Vaticano estabelece que "o Sumo Pontífice, Soberano do Estado da Cidade do Vaticano, tem a plenitude dos poderes legislativo, executivo e judicial". O Papa é, portanto, Chefe de Estado e de Governo do Vaticano, e coincide com a figura do Líder da Igreja Católica – eleito para mandato vitalício, ou até sua renúncia, pelo Colégio de Cardeais da Igreja Católica (têm direito a voto os cardeais que não tenham completado 80 anos quando da morte, ou renúncia, do último Pontífice). Segundo o direito canônico, não há obrigação de que a pessoa escolhida e eleita pelo Colégio de Cardeais para tornar-se Papa seja um Cardeal. No entanto, o último Papa que, no momento de sua eleição, não compunha o Colégio de Cardeais foi Urbano VI, que comandou a Igreja Católica entre 1378 e 1389.

Poder Legislativo

Em seu artigo 3º, a Lei Fundamental do Vaticano estabelece que "O poder legislativo, exceto os casos em que o Sumo Pontífice o deseje reservar para si ou para outras instâncias, é exercido por uma Comissão composta por um Cardeal Presidente e por outros Cardeais", todos nomeados pelo Papa para mandatos de cinco anos.

A Lei Fundamental do país estabelece ainda que "a Comissão exerce o seu poder dentro dos limites da Lei sobre as fontes do direito, segundo as disposições a seguir indicadas e o próprio Regulamento; para a elaboração

dos projetos de lei, a Comissão serve-se da colaboração dos Conselheiros do Estado, de outros peritos e dos Organismos da Santa Sé e do Estado a que ela possa dizer respeito; os projetos de lei são previamente submetidos, através da Secretaria de Estado, à consideração do Sumo Pontífice".

No artigo 7º, estabelece-se que "o Presidente da Comissão pode emanar Disposições, em atuação de normas legislativas e regulamentares", e, em seu artigo 12, a Lei Fundamental estabelece que "o orçamento e o balanço do Estado, depois da aprovação por parte da Comissão, são submetidos ao Sumo Pontífice através da Secretaria de Estado".

Poder Judiciário

Quanto ao Poder Judiciário do país, a Lei Fundamental do Vaticano, de 2000, estabeleceu que, no país, o Poder Legislativo é exercido, "em nome do Sumo Pontífice, pelos Órgãos constituídos segundo a organização judiciária do Estado".

Estabeleceu-se ainda que "os atos jurisdicionais devem ser realizados dentro do território do Estado", que "em qualquer causa civil ou penal e em qualquer estádio da mesma, o Sumo Pontífice pode definir a sua instrução e a decisão a uma instância particular, também com faculdade de pronunciar equitativamente e com exclusão de qualquer ulterior agravamento", e que "a faculdade de conceder anistia, indulgência, perdão e graça está reservada ao Sumo Pontífice".

A Santa Sé

Em seus quase dois mil anos, a Igreja Católica sofreu evolução significativa desde seus primórdios. Após quase três séculos de expansão, o cristianismo teve seu reconhecimento oficial pelo Imperador Constantino em 313 com o Édito de Milão. A partir daquele ato, multiplicaram-se as igrejas locais, chefiadas por bispos ou patriarcas, considerados sucessores dos apóstolos. O Papa, tido como sucessor de Pedro, tornou-se Bispo de Roma. O Governo da Igreja de então era exercido por um colegiado episcopal, porém era incontestada a preeminência do Bispo de Roma, lugar do martírio do apóstolo Pedro. O reconhecimento constantiniano trouxe dois grandes efeitos: a interação Igreja - Estado e a progressiva construção institucional da Igreja, processo em que o Papa aos poucos se afirmou como máxima autoridade religiosa da Igreja Católica.

O vazio de poder na Itália após a queda do Império Romano do Ocidente abriu caminho para a afirmação do Papa como soberano temporal. Iniciou-se, então, o período em que passaram a se confundir a história da Igreja, como centro da religião católica, e a história da Santa Sé, como ator político na cena internacional. Diante da fragilidade político-militar do

Exarca de Ravena, representante na Itália do Sacro Império Romano do Oriente, que era então a sede da Igreja, o Papa Gregório I (590-604) passou a assumir o controle e a administração de Roma e territórios adjacentes como seu virtual soberano. Coube-lhe, na ausência do Exarca, negociar com o Rei dos Lombardos a proteção de Roma, que deveria ser assegurada pelo Império do Oriente. No século seguinte, o rei franco Pepino, o Breve, coroado pelo Papa Estevão II em 754, formalmente reconheceu a soberania papal sobre um conjunto de territórios do sul de Veneza, o que marcou o nascimento oficial dos Estados Pontifícios, desaparecidos apenas com a unificação da Itália.

No longo período de consolidação eurocêntrica da Igreja Católica, o Papado perseguiu objetivos políticos concretos, passando a agir como mais um soberano europeu. A personalidade jurídica da Santa Sé como sujeito de Direito Internacional tornou-se inconteste. Na qualidade de Vigário de Cristo, o Papa reivindicava também a preeminência e autoridade sobre os demais soberanos temporais, o que passou a ser contestado na medida em que se formavam os Estados nacionais.

Com a unificação da Itália em 1861, constituiu-se o Reino da Itália, que incorporou Roma e fê-la sua capital. Extinguiu-se, assim, a base territorial da Santa Sé, o que não chegou a interromper o exercício de seu direito ativo e passivo de delegação. Essa situação prolongou-se até a assinatura do Tratado de Latrão, em 11 de fevereiro de 1929. O Tratado compreendia três acordos, que definiram as bases das relações entre o Papado e a Itália: um tratado político, uma convenção financeira e uma concordata sobre as relações Igreja-Estado. Por esses atos, a Cidade do Vaticano passou a ser reconhecida como um Estado independente, e o catolicismo tornou-se a religião oficial da Itália. Em março de 1947, o Tratado foi incorporado à Constituição italiana (artigo 7º). Reiterada sua personalidade jurídica como sujeito de Direito Internacional, a Santa Sé passou a ser reconhecida como "potência moral". Pio XI resumiu o que a Santa Sé buscou no Tratado: "a soberania territorial, condição universalmente reconhecida para a verdadeira soberania jurisdicional. Logrou-se, assim, um mínimo de território que bastasse como suporte da própria soberania, o tanto de território sem o que essa não poderia subsistir".

A Santa Sé mantém fora das fronteiras do Estado do Vaticano bens patrimoniais que gozam de um estatuto extraterritorial, entre outros, o complexo de edifícios de São João de Latrão, a Basílica de Santa Maria Maior e edifícios anexos, o complexo de edifícios da Abadia de São-Paulo-fora-dos-Muros, o Palácio Pontifício e os jardins de Castelgandolfo, e as sedes de alguns dicastérios situados em Roma, a Universidade Gregoriana, o Instituto Bíblico e o Instituto Oriental.

O organograma da Santa Sé foi estabelecido pela Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, promulgada em junho de 1988.

O Papa exerce tripla função: Bispo de Roma, Pastor da Igreja Universal e Chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada função, apoia-se o Pontífice em uma organização específica.

Para os católicos, o Papa é o Sucessor de São Pedro à frente da Igreja. Dele herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, o Papa participa do Colégio Episcopal; como Bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma, cuja sede é a Basílica de São João de Latrão, catedral de Roma, a um Cardeal-Vigário.

O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a Chefia da Igreja Católica. Entretanto, é o Bispo de Roma, como Sucessor de Pedro e depositário do primado no seio do colégio episcopal, que tem o poder supremo e pleno sobre a Igreja. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o colégio episcopal se valem de um conjunto de organismos sediados em Roma e sob a autoridade do Papa: a Cúria romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Os Cardeais são os principais colaboradores e assistentes do Papa, e compõem, em seu conjunto, o Colégio Cardinalício, também denominado Sacro Colégio. O título de Cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma, embora não residam todos em Roma, sendo muitos deles Arcebispos, em dioceses diversas, dispersas pelo mundo. A nomeação dos Cardeais é da competência direta do Sumo Pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um consistório. A outorga do título é feita em missa solene.

Desde a metade do século XI cabe aos Cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitualmente sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. As atuais regras de eleição do Sumo Pontífice constam da Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*, de João Paulo II (1996).

Durante a "Sede Vacante", que se declara quando da morte ou renúncia de um Papa, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O "Camerlengo", nomeado pelo Papa ou eleito pelos Cardeais (no caso de encontrar-se o cargo vago quando do início da "Sede Vacante"), é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé no intervalo entre um pontificado e outro.

Ainda sobre o relacionamento entre as unidades da Igreja em todo o mundo, vale ressaltar o instituto das visitas *ad limina Apostolorum*. Trata-se de um encontro dos bispos de cada país ou região com o Pontífice, a cada cinco anos, para que lhe prestem contas da missão à frente das respectivas dioceses e dele recebam orientação. No caso de países que

contam com episcopado mais numeroso, a visita ao Papa faz-se em grupos e de forma escalonada, dentro de determinado período de tempo.

A Cúria Romana é a cúpula da Santa Sé. Compreende os seguintes órgãos: Secretaria de Estado e seus Dicastérios (órgãos assemelhados aos Ministérios), Sínodo dos Bispos, Tribunais, Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, Academias Pontifícias e instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

A Secretaria de Estado é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana, e aquele que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a "Secretaria Apostólica". Seu organograma atual foi estabelecido pelo Papa João Paulo II na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*.

O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, o máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé. O cargo equivale, assim, ao de um Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo. Desde 15 de setembro de 2006, o Secretário de Estado é o Cardeal Tarcísio Bertone (italiano).

A Secretaria de Estado subdivide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam, *grosso modo*, dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice, e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente.

A eleição do Papa Francisco

Em 11 de fevereiro de 2013, o Papa Bento XVI anunciou, ao final do Consistório realizado para debater a canonização de beatos, sua renúncia ao Pontificado. No anúncio, lido em latim, o Sumo Pontífice reconheceu sua "incapacidade para bem administrar o ministério" a ele confiado. A idade avançada e a falta de vigor físico necessário ao desempenho de suas funções foram apontadas como as principais causas da decisão tomada. Na ocasião, Bento XVI informou que permaneceria no ministério petrino até as 20h00 do dia 28 de fevereiro e que, a partir dessa data, deveria ser convocado o Conclave.

Iniciado o Conclave no dia 11 de março de 2013, o Colégio de Cardeais elegeu, ao segundo dia e quinta sessão, o Cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio como Sumo Pontífice. Pela primeira vez foi eleito um Papa sul-americano.

Em suas primeiras atividades públicas, o Papa Francisco fez questão de demonstrar estilo diferente de seus antecessores, optando por maior simplicidade e menos pompa. Em seu primeiro pronunciamento, Francisco não fez uso do mantelo e da estola, emblemas papais, portando-os apenas no momento da bênção aos fiéis. Na ocasião da tradicional missa de lava-

pés da quinta-feira santa, o Bispo de Roma optou por celebrá-la em um presídio juvenil, e não na Basílica de São João em Latrão, onde é tradicionalmente celebrada. Por meio desses pequenos gestos, o novo Papa tem procurado demonstrar que seu Pontificado será marcado pela aproximação com os pobres, discriminados e desfavorecidos.

POLÍTICA EXTERNA

O artigo 2º da Lei Fundamental da Cidade do Estado do Vaticano determina que a representação daquele país "nas relações com os Estados estrangeiros e com os outros sujeitos de direito internacional, para as relações diplomáticas e a conclusão dos tratados, é reservada ao Sumo Pontífice, que a exerce por meio da Secretaria de Estado" da Santa Sé.

Seja sob o nome de Vaticano, seja sob o nome de Santa Sé, a diplomacia pontifícia participa ativamente em numerosas organizações e foros internacionais.

O Vaticano é membro pleno da União Internacional de Telecomunicações (UIT), da União Postal Universal (UPU), da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) e da Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite (Eutelsat), entre outros órgãos.

Por meio da Santa Sé, por outro lado, o Vaticano é representado como membro pleno na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), na Organização Internacional de Migrações (OIM), na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW, do nome em inglês), na Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE), e na Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), nas Conferências das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio (UNCTAD) e na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO, do nome em inglês).

O Vaticano é reconhecido pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos únicos Estados soberanos que não são membros plenos da Organização – lista à qual veio a se somar, em novembro último, a Palestina, com o reconhecimento de sua sobcrania pela Assembleia Geral da ONU.

A Santa Sé, porém, é uma observadora permanente da ONU – bem como da Organização dos Estados Americanos (OEA), da União Africana (UA) e do Conselho da Europa.

Representada pela Santa Sé, o Vaticano mantém relações diplomáticas com 177 países, dos quais 71 mantêm Embaixadores residentes em Roma.

A Segunda Seção da Secretaria de Estado da Santa Sé ocupa-se das relações da Santa Sé com os demais sujeitos de Direito Internacional. Ela é dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um prelado, com o título de Subsecretário. Essa unidade,

criada em 1793 para tratar dos problemas do relacionamento entre a Igreja e a França decorrentes da Revolução Francesa, ganhou competência em escala global em 1814.

Entre suas atuais atribuições, cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. Pode opinar, devidamente instruída pelo Papa e ouvidas as unidades competentes da Cúria, sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em estreita colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

Às missões diplomáticas vaticanas em capitais de outros países, (as "Embaixadas" do Vaticano), chama-se "Nunciaturas". Os Embaixadores do Vaticano, por sua vez, são os chamados "Núncios Apostólicos", arcebispos com uma dupla dimensão: a diplomática propriamente dita e a intra-eclesial, pois simultaneamente são acreditados perante a Igreja do país acreditante. Dessa forma, os Núncios respondem à Segunda Seção pela atividade diplomática e à Primeira pela atividade eclesiástica. Uma das principais atribuições na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados.

Atualmente, há noventa e nove Nunciaturas – ou "Embaixadas do Vaticano", ou "Embaixadas da Santa Sé" -- ao redor do mundo – uma delas em Brasília.

A academia diplomática vaticana é a Pontifícia Academia Eclesiástica, fundada em 1701 por Clemente XI, com a denominação de Pontifícia Academia dos Nobres Eclesiásticos. Seu diretor é um Arcebispo.

O Secretário para as Relações com os Estados, nomeado em 15 de setembro de 2006, é o Monsenhor Dominique Mamberti (francês); o Subsecretário para as Relações com os Estados, o Monsenhor Pietro Parolin (italiano).

PRINCÍPIOS E POSIÇÕES SOBRE TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL

A defesa da vida humana, o empenho para a preservação da paz, a preocupação com a igualdade dos direitos e deveres dos homens e dos povos refletem-se na atuação externa da Santa Sé, e dão fundamento a suas posições nas negociações de acordos bilaterais e foros multilaterais.

As Nações Unidas são um dos *loci* principais para a vocalização de tais valores, seja pela voz dos Pontífices, seja por intermédio dos Representantes Permanentes da Santa Sé. João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris*, ressaltava a importância da ONU e do Direito Internacional. A comunidade das nações, segundo ele, devia ser governada pela força da lei, não pela lei do mais forte. Em discurso na Assembleia Geral de 1965, Paulo VI classificou a Igreja como "especialista em humanidade". Segundo João Paulo II, a ONU contribui de forma notável "à promoção do respeito

aos direitos humanos, à liberdade dos povos e às necessidades de desenvolvimento; desta forma prepara terreno cultural e institucional para a construção da paz".

Quanto a temas políticos, para a Santa Sé, "as armas de destruição em massa (biológicas, químicas ou nucleares) representam uma ameaça particularmente séria para o planeta. Os que as possuem têm uma enorme responsabilidade perante Deus e toda a humanidade. O desarmamento, a não-proliferação e a proibição de testes nucleares são objetivos intrinsecamente interconectados, que devem ser por meio de controles internacionais efetivos". O Observador Permanente na ONU manifestou a profunda preocupação da Santa Sé com "a paralisação das negociações multilaterais sobre desarmamento e não-proliferação", e propôs que fossem estabelecidos vínculos entre as preocupações humanitárias e aquelas ligadas a desarmamento e desenvolvimento."

A condenação do terrorismo pela Santa Sé baseia-se precisamente no fato de que "utiliza vidas inocentes como meios para alcançar seus objetivos, mostrando deste modo desdém e desprezo absoluto pela vida e pela dignidade humanas. Ao mesmo tempo, a estratégia antiterrorista não deve sacrificar os direitos fundamentais em nome da segurança, nem corroer os autênticos valores a serem protegidos ou alienar amplos setores da população mundial; caso contrário estaria diminuída a força moral de tais medidas. Uma Convenção ampla sobre o terrorismo deveria deixar claro que nenhum motivo pode justificar ou legitimar a morte ou mutilação deliberada de populações civis. A luta contra o terrorismo deveria compreender corajosos e resolutos objetivos políticos, diplomáticos e econômicos, para minorar as situações de opressão e marginalização que contribuem para a formação de terroristas".

Para a Santa Sé, a tutela dos milhões de refugiados dispersos pelo mundo globalizado requer maiores compromissos econômicos e maior abertura política e cultural por parte dos Estados. A comunidade internacional estaria fracassando em sua missão de solidariedade e proteção aos menos favorecidos. A seu juízo, é necessário definir com clareza a diferença entre os migrantes e os refugiados, de forma a evitar riscos para os que requerem asilo político. E ainda, o conceito legal de asilo vem sofrendo deterioração em seu significado e aplicação, em função da prevalência da legislação nacional de alguns países, ou mesmo de acordos bilaterais sobre as leis internacionais que regem a matéria. A proteção aos refugiados e aos que solicitam asilo requer marco legal adequado, vontade política e a cooperação para implementá-la, além de recursos financeiros. A Santa Sé tem dado apoio à população migrante e aos refugiados por meio da "*Caritas*" e dos Serviços Católicos de Apoio.

A Santa Sé espera que o Tribunal Penal Internacional (TPI) seja instrumento efetivo para a proteção dos direitos humanos. Tal será possível se o TPI vier a fazer valer o Direito Internacional de maneira efetiva. Seu

apoio àquela corte foi demonstrado por meio de uma contribuição simbólica ao Fundo das Nações Unidas destinada à estruturação do Tribunal.

A Santa Sé defende à atuação da ONU na prevenção e solução de conflitos: "É certo e justo que as Nações Unidas intervenham a tempo e de maneira adequada para restaurar a justiça. Um dos pontos centrais da agenda da Organização deve ser a capacidade de monitorar e equacionar conflitos por meio de negociações, antes que se registrem recursos a métodos violentos".

O trabalho é considerado um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico, mas também moral e cultural dos povos. É, portanto, um dos direitos essenciais do ser humano, fundamental à sua existência e condição inalienável da dignidade humana. A democracia só alcançará plenamente seus objetivos de assegurar justiça social se cada ser humano tiver acesso aos elementos básicos da vida, entre eles o trabalho. Condenados são, portanto, o trabalho escravo e de menores, assim como o tráfico de pessoas.

A Santa Sé identifica na promoção dos direitos humanos um pilar adicional da paz mundial e uma das principais contribuições que as Nações Unidas podem trazer ao mundo atual. O ser humano é visto como *imago Dei*, criação divina; daí advém sua dignidade e sua centralidade na criação. "Diferenças culturais podem dar espaço a distintas interpretações sobre a questão. A natureza humana, que é o fundamento comum à sociedade humana, não permite que direitos humanos básicos sejam obliterados ou subordinados em nome de outros direitos" ou do "pretexto da inviolabilidade dos assuntos internos de um Estado". A Santa Sé ressalta a importância do respeito a três "direitos primários": o direito à vida, à liberdade religiosa e à liberdade de pensamento e expressão.

No tocante ao meio ambiente, a Santa Sé considera que a defesa dos recursos naturais é imprescindível para o desenvolvimento da vida do homem na terra. Embora sabendo que os recursos são finitos, o homem continua a desfrutá-los como se fossem ilimitados. João Paulo II, em sua mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990, afirmou, com base no Gênesis (1,28), que "Deus deu a terra ao homem para que ele a domine", mas que "dominar não significa desfrutar, mas proceder com responsabilidade ante a natureza". E ainda, "o exercício da responsabilidade moral frente ao meio ambiente é facilitado pela percepção da relação íntima que une o homem à natureza, que faz com que ele se sinta parte dela. Essa relação não prescinde da relação com Deus. Ao contrário, o homem se sente parte da natureza enquanto parte da criação, e acolhe o convite divino à sua responsabilidade frente à natureza".

Ainda sobre a proteção ao meio ambiente, a Santa Sé reconhece que é necessária maior conscientização da interdependência de todos os

habitantes do planeta de modo a enfrentar problemas ecológicos graves. A questão ecológica não deve ser encarada apenas pelo temor de desastres ambientais; precisa ser vista como forte motivação para a demonstração efetiva de solidariedade autêntica e universal.

RELAÇÕES BILATERAIS

HISTÓRICO

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé tiveram início formal no dia 23 de janeiro de 1826, quando o Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I a Roma, entregou suas cartas credenciais ao Papa Leão XII. A Santa Sé reconheceu a independência do Brasil apenas após Portugal tê-lo feito, em agosto de 1825. O Monsenhor Pedro Ostini, o primeiro Núncio na América Latina, foi acreditado junto ao Imperador Pedro I, em 1829, e designado Delegado Apostólico para toda a América Latina.

A Constituição brasileira de 1824 formalizara o Padroado, ou seja, o sistema de religião de Estado: "a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império" (artigo 5º). Tal privilégio vinha compensado por outros dispositivos que, na esteira da tradição jurídica portuguesa do Padroado, exigiam o beneplácito imperial para a aplicação de quaisquer decretos, regulamentos ou disposições da Santa Sé e, ainda, reservavam ao Governo brasileiro a iniciativa da indicação de prelados e cargos eclesiásticos. O clero era pago pelo Estado, o que, de certo modo, o equiparava ao funcionalismo público.

O momento mais difícil das relações bilaterais durante o período imperial ocorreu com a chamada "questão religiosa", nos anos de 1872-1875, surgida quando os Bispos de Olinda e do Pará insurgiram-se contra as relações entre a maçonaria e a Igreja e se propuseram a fazer cumprir os interditos lançados pela Santa Sé contra os maçons. Os dois bispos foram condenados à prisão. A questão abalou de maneira profunda o relacionamento do Brasil com a Igreja.

O sistema do Padroado foi eliminado pela Constituição republicana de 1891, que estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, além da liberdade religiosa. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, um dos primeiros atos jurídicos do tipo em todo o mundo. Foi também precoce a regulamentação de um artigo constitucional, em 1893, que reconheceu a personalidade jurídica das igrejas e assegurou-lhes o direito à propriedade. Desde então, as relações entre Estado e Igreja Católica, no Brasil, vêm-se pautando dentro do mesmo marco constitucional.

O Vaticano e o Brasil reciprocamente isentam, para entrada em seu território, os cidadãos nacionais da outra parte da exigência de vistos diplomático, de serviço ou de turista.

RELACIONAMENTO RECENTE

As relações diplomáticas do Governo brasileiro com o Vaticano transcorrem em ambiente de grande cordialidade, valorizadas por ter o Brasil a maior população católica do mundo e o episcopado mais numeroso.

O Papa João Paulo II visitou três vezes o Brasil, em 1980, 1991 e 1997; do lado brasileiro, registraram-se três visitas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (em 1997, 1999 e 2002). Foram freqüentes, em anos recentes, as visitas de autoridades brasileiras de nível ministerial à Cúria Romana; ainda mais assíduas foram as visitas de dirigentes das Congregações e Comissões da Cúria ao Brasil e de membros da Igreja Católica do Brasil a Roma.

O Papa Bento XVI realizou visita de caráter pastoral ao Brasil (São Paulo, Aparecida do Norte e Guaratinguetá), no período de 9 a 13 de maio de 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM). Na ocasião, o Papa presidiu a cerimônia de canonização de Frei Antonio Galvão de França, o primeiro santo nascido no Brasil.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita ao Vaticano, em novembro de 2008. No encontro com Bento XVI, o então Presidente Lula discutiu temas de interesse comum abordados por ocasião da visita do Papa ao Brasil em 2007, a primeira a um país das Américas desde o início de seu Pontificado, em abril de 2005. Foi assinado, na ocasião, o Acordo Brasil-Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, cuja proposta original havia sido apresentada ao Governo brasileiro pela Santa Sé em setembro de 2006.

Em março de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff participou da celebração da Missa Inaugural do Pontificado de Francisco. Por ocasião de sua visita, o Sumo Pontífice recebeu a Senhora Presidência em encontro bilateral. Cabe ressaltar que essa foi a primeira audiência oficial privada concedida pelo novo Papa a um Chefe de Estado.

O Papa anunciou que visitará o Brasil em julho de 2013, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude.

No âmbito da atuação da Embaixada junto à Santa Sé, o diálogo se processa com todos os dicastérios da Cúria romana, seja os que se ocupam de aspectos mais protocolares, seja os que tratam de temas substantivos de maior interesse brasileiro, tanto no plano doméstico como em foros internacionais, tais como o Programa Fome Zero, reforma agrária, direitos humanos, desarmamento, meio ambiente, etc.

Não se observam contenciosos na pauta do relacionamento bilateral.

Dadas as particularidades do relacionamento entre o Brasil e o Vaticano, é relevante o acompanhamento da articulação entre a Cúria e a Igreja brasileira. A Embaixada do Brasil junto ao Vaticano mantém relacionamento permanente com os representantes do clero brasileiro

residentes em Roma a serviço da Cúria ou de outras instituições, ou aqueles que se encontram em missão temporária. O diálogo é especialmente intenso com a direção do Colégio Pio Brasileiro, vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Não há registro de comércio entre o Brasil e o Vaticano.

FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS OFICIAIS

Não há registro de financiamentos ou investimentos oficiais do Brasil ao Vaticano.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada do Brasil no Vaticano dispõe de Setor Consular, que tem jurisdição sobre todo o território da cidade-estado. Há, atualmente, dez cidadãos brasileiros que residem na área de jurisdição do Consulado – todos eles prelados (autoridades eclesiásticas), com funções na Cúria Romana (à administração da Santa Sé).

ANEXOS

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- Acordo sobre as Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de Notas de 28 de outubro de 1862;
- Acordo Administrativo para a troca de correspondência diplomática em malas especiais, por troca de notas de 2 de dezembro de 1935, publicado no Diário Oficial de 10.01.1936;
- Acordo sobre assistência religiosa às Forças Armadas, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 1989, e publicado no Diário Oficial de 22 de novembro do mesmo ano, em virtude do qual foi criado o Ordinariato Militar. O cargo de Ordinário Militar é privativo de Arcebispos que sejam brasileiros natos; são nomeados pela Santa Sé, após consulta ao Governo brasileiro. Ao Ordinário Militar estão subordinados os sacerdotes que fornecem assistência religiosa às Forças Armadas, os Capelães Militares.
- Acordo Brasil–Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado em Roma em novembro de 2008, promulgado em 11 de fevereiro de 2010.

CRONOLOGIA DO VATICANO

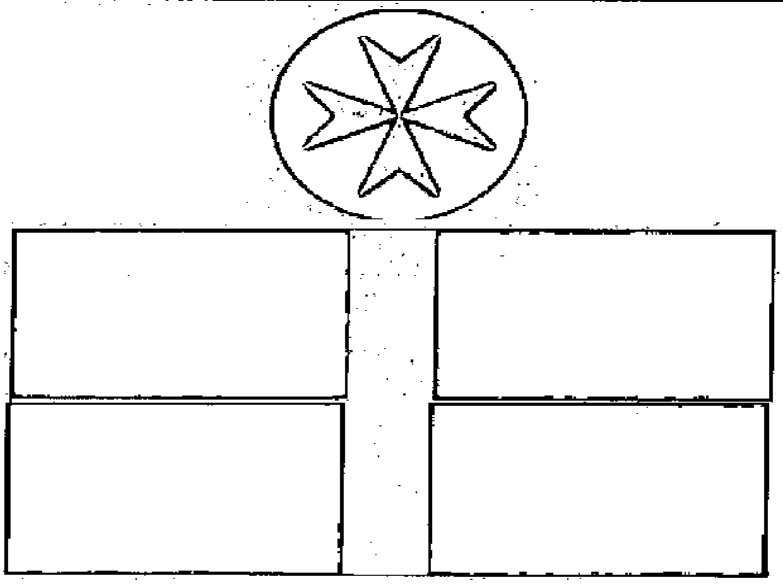
60 A.D.	Fundação da Igreja de Roma pelo Apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma. O Papa, Chefe da Igreja Católica, é visto como descendente espiritual de São Pedro.
313	O Imperador Constantino publica o "Édito de Milão", por meio do qual o Cristianismo é reconhecido como uma religião do Império Romano, e concede liberdade religiosa aos Cristãos. A Igreja pode, então, possuir bens e receber donativos.
756	O Papa torna-se governador dos Estados Papais, que se estendiam pela Itália central, em torno da cidade de Roma.
Séculos XI-XIII	Durante o papado de Gregório VII e Inocêncio III, a Igreja desfrutou do seu maior poder temporal.
1377	Após 70 anos baseado em Avignon (França), o Papa estabelece-se novamente em Roma, tendo o Palácio do Vaticano como residência oficial.
1860	Umbria, Marche, boa parte de Emilia Romagna, juntamente com Lazio, partes integrantes dos Estados Papais, foram anexados, por meio da Reunificação, ao novo Estado Italiano.
1870	Primeiro Conselho do Vaticano declara a absoluta primazia do Papa e a infalibilidade de suas declarações em assuntos de fé e moral.
1870–71	Forças francesas, que outrora protegeram o Papa, saíram em retirada, permitindo assim que as forças nacionalistas italianas ocupassem Roma, a qual passa a ser a capital da Itália.
1929	O Tratado de Latrão, assinado pelo líder fascista italiano Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaurou integralmente a jurisdição soberana sobre o Estado da Cidade do Vaticano ao bispado de Roma (Santa Sé) e declarou o novo Estado como neutro e inviolável.
1947	Uma nova constituição italiana confirma a soberania do Estado da Cidade do Vaticano.
1964	A Santa Sé torna-se Observadora Permanente junto às Nações Unidas.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro papa não italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo é assinado entre a Itália e a Igreja Católica, segundo o qual o catolicismo romano deixa de ser a religião do Estado Italiano.
2005	Morre João Paulo II, o 3° Pontificado mais longo da Igreja Católica (26 anos, 5 meses e 15 dias), superado apenas por São Pedro e Pio XI (1848-1878). Início do Pontificado do Papa Bento XVI.
2013	Fim do Pontificado de Bento XVI. O Papa Francisco torna-se o primeiro pontífice latino-americano da história.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Padroado, segundo o qual o catolicismo continua a ser a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1829	Mons. Pedro Ostini apresenta cartas credenciais. É o primeiro Internúncio Apostólico da América Latina, baseado no Brasil, e Delegado Apostólico para a região.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1901	A Internunciatura Apostólica no Brasil é elevada ao nível de Nunciatura Apostólica.
1905	Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro, é o primeiro Cardeal da América Latina.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevado ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugênio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1972-84	Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo, é Prefeito da Congregação para Evangelização dos Povos, primeiro brasileiro a ocupar um alto cargo na Cúria Romana.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	O Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II
1989	Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas, assinado em 23 de outubro, cria o Ordinariato Militar.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II
1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil.
2005	Primeira visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar dos funerais do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Presidente Lula visita o Papa Bento XVI, no Vaticano.
2012	Visita ao Vaticano do Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota
2013	Participação da Presidenta da República Dilma Rousseff na Missa Inaugural do Pontificado do Papa Francisco

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ordem Soberana e Militar de Malta



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS SOBRE A ORDEM DE MALTA

Nome oficial	Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta
Ano de fundação	1048
Local de fundação	Jerusalém
Sede central atual	Roma
Línguas oficiais	Italiano, maltês e latim
Número de cidadãos	3 (três): por acordo com o Governo italiano, apenas três membros da Ordem têm cidadania própria; o Grão-Mestre, o Vice-Grão-Mestre e o Chanceler.
Número de membros	13.000
Número de voluntários	80.000
Número de países com os quais mantém relações diplomáticas	105 países (mais a União Europeia)
Grão-Mestre	Matthew Festing (desde 2008)
Grande Comandante	Carlo d'Ippolito di Sant'Ippolito
Chanceler	Jean-Pierre Mazery

PERFIL BIOGRÁFICO

GRÃO-MESTRE E PRÍNCIPE DA ORDEM DE MALTA SUA ALTEZA EMINENTISSIMA, FREI MATTHEW FESTING

Frei Matthew Festing nasceu em Northumberland, em 1949.

Estudou em Ampleforth e no Trinity College de Cambridge, onde se formou em História. Na infância, viveu em Malta e em Cingapura.

Em 1977, Frei Matthew passou a fazer parte da Ordem de Malta e recebeu votos solenes em 1991, passando a ser Cavaleiro da Ordem. No período entre 1993 e 2008, ocupou o cargo de Grão-Prior da Inglaterra. Nessa função, conduziu missões de assistência humanitária em Kossovo, Sérvia e Croácia e, todos os anos, acompanha uma delegação da Grã-Bretanha ao Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, na peregrinação anual da Ordem.

Em fevereiro de 2008, com o falecimento do Frei Andrew Willoughby Ninian Bertie, ascendeu ao posto de Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta.

GRANDE COMANDANTE DA ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA CARLO D'IPPOLITO DI SANT'IPPOLITO

Frei Carlo d'Ippolito di Sant'Ippolito nasceu em Nápoli (Itália) no ano de 1933 (80 anos). Começou sua carreira administrando a fazenda de seu pai. Mais tarde, tornou-se presidente do conselho de administração de várias empresas. Foi membro da Câmara de Comércio Européia, em Bruxelas (Bélgica). Em 6 de dezembro de 2011, foi eleito Grande Comandante da Ordem de Malta pelo Conselho Soberano, sucedendo o Bailio Frei Gherardo Hercolani Fava Simonetti.

Entrou para a Ordem Soberana de Malta em 1997. Fez os votos perpétuos em 2005, quando se tornou Cavaleiro Professo na Ordem.

Foi membro do Conselho Soberano de 2006 a 2009 e reeleito pelo Capítulo Geral de 2009. Entre 2004 e 2006, foi membro suplente do Conselho Fiscal. De 2009 a 2011, foi presidente do Conselho de Administração da "Veneranda Lingua Italia" para Peregrinações e membro da Peregrinação Internacional para o Comitê de Lourdes.

Frei Carlo d'Ippolito di Sant'Ippolito é Grande Oficial da Ordem do Mérito da República Italiana, Grande Oficial da Ordem do Mérito da República da Polônia e Grande Oficial da Ordem do Mérito da República da Áustria.

GRÃO-CHANCELER DA ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA JEAN-PIERRE MAZERY

Nascido em Paris, França, no ano de 1942, Jean-Pierre Mazery é graduado pela Sorbonne em Economia, Ciências Sociais e Direito e pela Harvard Business School. Foi eleito Grão-Chanceler pelo Conselho Soberano em abril de 2005, devido à renúncia do Bailio Conde Jacques de Liedekerke, e reeleito em 2009.

O Grão-Chanceler e Ministro dos Negócios Estrangeiros é o chefe do Poder Executivo. É responsável pela política externa e pelas missões diplomáticas da Ordem. Acumula o cargo de Ministro do Interior, responsável pelas relações com as 47 Associações Nacionais da Ordem no mundo. É responsável, ainda, pela representação da Ordem a terceiros, execução da política e administração interna da Ordem, bem como coordenação das atividades do Governo da Ordem.

Economista e professor do Centro de Estudos de Pós-Graduação em Negócios e do Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos em Paris, trabalhou como consultor da OCDE em 1970. Foi assessor do Ministro de Assuntos Culturais entre 1973 e 1974 e do Ministro da Cultura e Francofonia de 1993 a 1995. Trabalhou, também, junto à Câmara de Paris de Comércio e Indústria. É membro da Associação da Nobreza Histórica de Portugal, conselheiro de Comércio Internacional para o governo francês e consultor especializado para o Conselho Econômico e Social daquele país. É Presidente honorário da Associação dos Bolsistas do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França e membro da Academia de Haia de Direito Internacional. Foi, também, conselheiro do Centro de Estudos de Pós-Graduação em Armamentos, do Ministério da Defesa da França.

Jean-Pierre Mazery é Cavaleiro da Ordem de Malta desde 1975. Foi eleito membro do Conselho da Associação Francesa em 1979 e Presidente da Fundação das Obras Hospitalares Francesas da Ordem de Malta em 2002. Entre 1990 e 2005, atuou como Vice-Presidente e Tesoureiro Geral da Associação das Obras Hospitalares Francesas da Ordem de Malta. De 1984 a 1994 foi membro do Conselho Fiscal da Ordem Soberana e, entre 1990 e 2002, do Conselho do Hospital Sagrada Família em Belém, Palestina. Eleito membro do Conselho Soberano pelo Capítulo Geral de junho de 1999, foi presidente do Conselho de Comunicação da Ordem entre 1999 e 2004. Reeleito membro do Conselho Soberano pelo Capítulo Geral de junho de 2004, foi nomeado Vice-Chanceler em outubro daquele ano.

É condecorado pelo Governo francês como Oficial da Legião de Honra, Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito e Oficial da Ordem das Artes e Letras. É, ainda, Cavaleiro Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana (OMRI), Grã-Cruz de Mérito da Soberana Ordem de Malta e detém a Grã-Cruz da Ordem Piano da Santa Sé.

BREVE HISTÓRICO

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma entidade internacional surgida à época das Cruzadas, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. A Ordem de Malta – que não deve ser confundida com a República de Malta, no Mediterrâneo – não é um país.

Apesar de não ser um Estado, por não possuir território próprio (apenas dois edifícios em Roma), a Ordem de Malta tem sua soberania reconhecida, há séculos, por mais de 100 países e mantém o privilégio de conceder passaportes.

A Ordem de Malta – cujo nome completo é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta – foi estabelecida na metade do século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos na Jerusalém ainda sob o domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos da Primeira Cruzada (1099), a Ordem ganhou importância e foi obrigada a assumir também funções militares de defesa dos doentes e peregrinos em geral, em virtude da precária situação política vigente na Terra Santa. Uma bula do Papa Pasquale II, em 15 de fevereiro de 1113, colocava o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurava aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciava-se, então, a trajetória independente multissecular da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: *obsequium pauperum* (o serviço aos pobres) e *tuitio fidei* (a proteção da fé).

Após a queda do reino cristão de Jerusalém em 1291, a Ordem se estabeleceu provisoriamente na ilha de Chipre. Em 1310, havendo conquistado a ilha de Rodes, adquiriu soberania territorial e passou a exercer, crescentemente, o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Seus membros provinham de todas as partes da Europa. Era governada por um Grão-Mestre (que detinha o título de Príncipe de Rodes e, posteriormente, o de Príncipe de Malta), exercendo prerrogativas soberanas sobre a ilha de Rodes, de acordo com o Direito feudal. Os altos cargos da Ordem eram distribuídos entre os representantes dos diversos grupos nacionais (chamados "línguas").

Uma frota poderosa permitiu à Ordem participar de cruzadas na Síria e no Egito, patrulhar os mares e repelir ataques dos muçulmanos durante dois séculos. Em janeiro de 1523, após assédio de cinco meses, os cavaleiros de Rodes renderam-se às tropas do Sultão Solimão, o Magnífico, cedendo a ilha aos turcos. Durante sete anos, a Ordem viu-se privada de território, mas, em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos, com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, na África do Norte. Foi estipulada, então, a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs.

Continuava, porém, a atividade militar em defesa da cristandade. Os Cavaleiros de Malta (como passaram a ser chamados) derrotaram as tropas turcas que os assediavam, em 1565, e participaram da batalha de Lepanto, que liquidou o poderio naval otomano, em 1571. No século XVII, o Grão-Mestre da Ordem passou a ostentar o título de Príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de Cardeal da Igreja Católica, com o apelativo de Eminência.

Em 1798, Napoleão Bonaparte ocupou a Ilha de Malta e expulsou dela a Ordem, e com a conivência de alguns cavaleiros e o reconhecimento de várias nações, Paulo I, Imperador da Rússia, proclamou-se Grão-Mestre.

Em 1803, o sucessor de Paulo I, Alexandre I, ajudou a Ordem a voltar à legitimidade com a eleição de um novo Grão-Mestre. Embora nesse interim os ingleses houvessem ocupado a ilha de Malta, em 1801, e o tratado de Amiens, de 1802, reconhecesse os direitos soberanos da Ordem sobre a ilha, esses direitos nunca mais foram restabelecidos.

Após 1805, a Ordem foi governada por lugares-tenentes e teve sedes temporárias em Messina, Catânia e Ferrara. Em 1834, estabeleceu-se em Roma, onde mantém duas propriedades, o Palácio de Via Condotti e a Vila do Monte Aventino, que gozam do regime de extraterritorialidade. Em

1879, o Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.

No dia 9 de fevereiro de 2013, com missa solene celebrada no Altar da Confissão da Basílica de São Pedro pelo Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Tarcísio Bertone, foi comemorado o aniversário de 900 anos do reconhecimento oficial da Ordem de Malta pela Santa Sé. Ao término da missa, compareceu o então Papa Bento XVI para pronunciar algumas palavras sobre a importância das atividades da Ordem.

Essa importância foi novamente demonstrada por ocasião da missa inaugural do Papa Francisco, quando o Grão-Mestre mereceu precedência de grande relevo à frente dos demais Chefes de Estado e de Governo, e representantes de famílias reais europeias que compareceram ao evento.

ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES DA ORDEM

A Ordem de Malta é composta por cerca de 12 mil membros de 130 países, e suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes. Seu órgão decisório é o Conselho Soberano, presidido pelo Grão-Mestre da Ordem, eleito para ocupar o cargo vitalício, como príncipe e religioso superior. O Conselho é integrado ainda pelo Grão-Comandante, pelo Grão-Chanceler, pelo Grão-Hospitalário, pelo Tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos.

O atual Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta é o Frei Matthew Festing, eleito em 11 de março de 2008. Sucede o Frei Andrew Bertie, 78º Grão-Mestre (1988-2008), falecido em Roma, em 7 de fevereiro de 2008.

PRESENÇA INTERNACIONAL DA ORDEM DE MALTA

A Ordem mantém, atualmente, relações diplomáticas com mais de 100 Estados, delegações junto a outros seis Estados e Missões permanentes em diversos organismos multilaterais, dentre os quais a ONU e algumas de suas agências, a Comissão Europeia em Bruxelas e o Conselho da Europa em Estrasburgo. Cerca de 35 países mantêm Embaixadores residentes junto à Ordem de Malta em Roma.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta estão vinculadas a sua missão humanitária e, dessa forma, a presença de suas missões diplomáticas serve para apoiar suas atividades. No plano da Política Internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o *status* de Observador Permanente, em

reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas e de suas agências especializadas, a Ordem de Malta mantém as seguintes missões permanentes junto à ONU em Nova York, Genebra e Viena: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), OMS (Organização Mundial da Saúde), ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados), OACDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos), ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica).

A Ordem de Malta possui ainda delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Instituto Internacional de Direto Humanitário, Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), União Latina e o Comitê Internacional de Medicina Militar.

RELAÇÕES BRASIL-ORDEM DE MALTA

Breve Histórico

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o Governo brasileiro reconhece "o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta". As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem Soberana e Militar de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma. A Legação da Ordem no Brasil foi criada e preenchida imediatamente, havendo o Ministro da Ordem apresentado suas cartas credenciais em 25 de março de 1952. A do Brasil junto à Ordem, criada pelo Decreto nº 30.403, de 17 de janeiro de 1952, só foi preenchida alguns anos mais tarde.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do Ministro-Conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como Encarregado de Negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do Embaixador junto à Santa Sé como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto à Ordem de Malta.

Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de Embaixada, o que foi acolhido pelo Governo brasileiro. O tema constituiu o principal assunto oficial da visita que o Grão-Mestre realizou ao Brasil em junho de 1966, assim como da visita que fez ao Grão-Mestre o Chanceler brasileiro, na sede da Ordem, em Roma, em 13 de setembro do mesmo ano.

O Grão-Mestre visitou o Brasil novamente em 1984 e 1990, cumprindo programa oficial de cunho protocolar, aspecto esse que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

Em maio de 2004, o então Grão-Mestre da Ordem, Andrew Bertie, anunciou a decisão de conceder a Ordem do Grande Colar *Pro Merito Melitensi* ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na oportunidade, foi ressaltada a relação entre os objetivos da Ordem de Malta de prestar assistência aos pobres e aos doentes e a prioridade conferida pelo mandatário brasileiro ao combate da pobreza no Brasil.

Presença no Brasil

Dos trabalhos realizados pela Ordem de Malta no Brasil, destaca-se o Centro Assistencial Cruz de Malta, localizado na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, que atende gratuitamente uma faixa da população necessitada, composta por aproximadamente 1.374 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, destacando-se que estes últimos têm, em sua maioria, baixa escolaridade, baixa formação profissional, saúde precária e dificuldades para enfrentar os problemas das grandes cidades.

A organização tem como missão "evitar a marginalização do indivíduo, quer seja por doença, falta de capacitação profissional ou qualquer tipo de discriminação", e atua nas áreas de pediatria, saúde da família, oftalmologia, odontologia, ginecologia e obstetrícia, dermatologia, endocrinologia, nutrição, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, vacinação, psicologia, exames laboratoriais e de diagnóstico, aulas de higiene e puericultura e atendimento de enfermagem. O Centro Assistencial em São Paulo conta, ainda, com uma clínica móvel montada no interior de um ônibus, que leva assistência médica e odontológica a bairros distantes da capital paulista.

A Ordem de Malta no Brasil está presente por meio de três Associações Nacionais (DF, RJ e SP), e conta com mais de 150 membros. Seu atual Embaixador no Brasil é o Sr. Bernard Mencier.

Desenvolvimentos recentes (2011-2013)

O último Embaixador do Brasil junto à Ordem de Malta, Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda, apresentou, em 24 de novembro de 2011, suas Cartas Credenciais a Sua Alteza Eminentíssima Matthew Festing, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém de Rodes e de Malta. A cerimônia realizou-se no Palácio Magistral, Residência do Grão-Mestre em Roma.

Na ocasião, o Embaixador do Brasil proferiu discurso citando as principais obras levadas a cabo pela Ordem no Brasil. Destacou o progresso alcançado pelo Brasil nos últimos anos na área social. Ressaltou as atividades de cooperação que a Ordem de Malta desenvolve no Brasil. Em resposta, o Grão-Mestre manifestou o interesse de receber a visita da Sr' Presidenta da República, em eventual futura visita a Roma. Mencionou o trabalho desenvolvido pelas associações dos membros da Cruz de Malta em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Comentou, ainda, a atividade desenvolvida nas áreas mais carentes do Piauí.

Na conversa reservada que se seguiu, o Grão-Mestre da Ordem de Malta manifestou seu grande apreço pelo Brasil, sua satisfação pelo trabalho feito pelas Associações que a Ordem mantém em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, e seu grande interesse em vir a conhecer brevemente o país. Destacou a estima com que tem acompanhado o crescimento econômico e político do Brasil e a solidez de sua atual estrutura. Manifestou grande apreço pelo ex-Presidente Lula e pela Presidenta Dilma Rousseff.

Em todos os encontros que posteriormente manteve com o Embaixador Almir Barbuda, Matthew Festing manifestou seu desejo de realizar visita oficial ao Brasil no futuro.

Recentemente, o Embaixador Almir Barbuda recebeu o Embaixador da Ordem de Malta em Brasília, o franco-brasileiro Bernard Mencier, que se encontrava em Roma para as comemorações dos 900 anos do reconhecimento da Ordem, em fevereiro último. A ocasião ofereceu oportunidade de receber informações atualizadas sobre as atividades da Ordem, não apenas nas localidades onde conta com Associações (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), mas também em outros Estados e regiões brasileiros, inclusive na Amazônia. Na ocasião, o Embaixador Mencier adiantou que estariam sendo avaliadas as perspectivas da assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Ordem e o Governo brasileiro, bem como de um Acordo Postal e da eventual promoção, em Brasília, de um Encontro

Internacional dos Cavaleiros da Ordem de Malta, com a presença estimada de trezentos delegados. Em sua opinião, essa seria uma boa oportunidade para se concretizar a tão aguardada visita do Grão-Mestre ao Brasil.

Atos Bilaterais

Não há atos celebrados entre o Brasil e a Ordem Soberana e Militar de Malta.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Aviso nº 359 - C. Civil.

Em 8 de maio de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 33, de 2013** (nº 177/2013, na origem), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente de até duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA – Ipojuca".

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica o término do prazo

de vigência, em 12 de maio do corrente, da **Medida Provisória nº 592, de 2012**, que *modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social*.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2013

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Osmar Vieira Souto, ex-vereador do Município de Manaquiri, Estado do Amazonas bem como seja encaminhada o referido Voto aos seus familiares e amigos no endereço: Rua Esteliano dos Santos, nº 108, Centro Manaquiri/AM CEP: 69435-000, em nome de seu filho Jair Souto.

Justificação

Faleceu o Senhor Osmar Vieira Souto, ex-vereador de Manaquiri, por várias legislaturas. O Senhor Osmar era pai do ex-prefeito de Manaquiri e ex-presidente da Associação Amazonense de Municípios, senhor Jair Souto. O senhor Osmar foi vítima de acidente de trânsito, quando foi atingido por uma motocicleta em Manaus, no bairro da Cidade Nova, do dia 8 de maio de 2013.

O Senhor Osmar foi uma personalidade muita querida em sua cidade, onde representou a população por vários anos como vereador, sempre preocupado com os anseios do seu povo. O velório aconteceu na noite de quarta em Manaus e continua em Manaquiri até às 14h, quando acontecerá o sepultamento.

Com este sentimento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos!

Sala das Sessões, 9 de maio de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2013

Na forma do disposto nos arts. 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de uma Comissão Temporária, composta de cinco Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de cem dias, analisar o arcabouço jurídico de criação, financiamento, fiscalização e o funcionamento dos serviços sociais autônomos no Brasil.

Justificação

Na clássica definição do saudoso mestre HELY LOPES MEIRELLES, os serviços sociais autônomos são aqueles entes *instituídos por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais*.

Ainda segundo o ilustre decano dos administrativistas brasileiros, os serviços sociais autônomos são *entes de cooperação do gênero paraestatal e vicejam ao lado do Estado e sob o seu amparo* e, apesar de não estarem subordinados à Administração Pública, a ela se vinculam *para fins de controle finalístico e prestação de contas dos dinheiros públicos recebidos para sua manutenção*.

É indiscutível a importância e o papel relevante que essas entidades – entre as quais se incluem, por exemplo, os Serviços Nacionais de Aprendizado Industrial (SENAI), Comercial (SENAC), dos Transportes (SENAT) e Rural (SENAR) e os Serviços Sociais da Indústria (SESI), do Comércio (SESC) e dos Transportes (SEST) – têm prestado ao país.

Entretanto, a dimensão que essas entidades tomaram e o volume de recursos públicos que movimentam exigem que haja uma definição clara de seu regime jurídico.

Trata-se de tema de fôlego, que não pode ser adiado.

Assim, estamos propondo que esta Casa assuma esse desafio, instituindo uma Comissão Temporária, composta de cinco Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de cem dias, analisar a fundo o arcabouço jurídico de criação, financiamento, fiscalização e o funcionamento dos serviços sociais autônomos no Brasil.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2013. – Senador **Ataídes Oliveira.**

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2013 – CI

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção, em virtude da conclusão de seus trabalhos, da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo Requerimento nº 68, de 2011 – CI e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes.

Justificação

Já é do conhecimento de todos que o Nordeste atravessa a mais devastadora seca dos últimos cinquenta anos. Em que pesem as ações emergenciais dos governos e a existência da rede de proteção social, que inclui o Bolsa Família, o povo nordestino, principalmente o pequeno agricultor e criador, está submetido a sofrimentos no limite do que é humanamente suportável. O trabalho de anos, às vezes de uma vida inteira, perdeu-se na terra crestada pelo sol.

Os efeitos da seca sobre a atividade econômica são tão danosos e profundos que persistirão por longo tempo, mesmo depois da volta das chuvas, trazendo o risco de grave retrocesso na distribuição de renda e na redução das desigualdades regionais, após uma década de avanços tão significativos alcançados pelo Brasil.

É difícil compreender como em pleno século XXI ainda estejamos a falar da seca no Nordeste como maldição inexorável, abatendo-se sobre homens que parecem impotentes diante dos rigores do clima. É uma situação inaceitável principalmente porque, pela primeira vez na história do Brasil, estão disponíveis os recursos econômicos e os conhecimentos tecnológicos necessários para implementar as ações que podem fazer com que a seca deixe de ser esse flagelo, que tanto sacrifica o povo nordestino.

O que falta, temos de reconhecer, é dar à ação governamental uma visão coordenada e sistêmica, de longo prazo, contínua, voltada para execução de projetos estruturantes, capazes de centralizar e de apoiar a rede capilarizada de pequenas obras que possibilitarão a todos e a cada um dos habitantes do semiárido desfrutar de vida digna e próspera.

A minha convicção de cidadão e de homem público é a de que podemos fazer mais para acabar com esse quadro de privação que atinge o Nordeste. Desde já, comprometo-me de que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a qual tenho a honra e a responsabilidade de presidir, envidará todos os esforços para mobilizar e concatenar governos e sociedade na busca da extirpação definitiva das aflições causadas pela seca com apoio de todos os integrantes desta Comissão.

A seca é um fenômeno climático que ninguém deseja, mas sabe-se de longa data que, infelizmente, é recorrente. E mais, se forem confirmadas as previsões dos cientistas com relação às consequências do aquecimento global, as, secas tenderão a ser mais intensas e prolongadas.

Conhecendo-se os fatos, prevendo–se os acontecimentos, não é admissível que as políticas públicas para a seca – e aí se encontra o principal erro delas sejam meramente reativas, emergenciais e espasmódicas. São pouco produtivas as medidas tomadas depois que a seca se instala. As obras devem ser

planejadas e executadas previamente à seca. O manejo dos recursos hídricos é importante, mas não resolve tudo. Não basta haver água, se não há tubulação e energia elétrica para movimentar as bombas. A população ficar na dependência de caminhões-pipa para ser abastecida é o maior retrato dos erros que vêm sendo cometidos. Ou seja, a crônica dos problemas vai além da escassez de água. Não há, por exemplo, silos, para armazenamento de grãos no Nordeste para atender os criadores. Não há caminhões nem estradas adequadas e suficientes para transportar esses grãos. Note-se que são todos problemas de segmentos da infraestrufura (água, energia, armazenagem, transporte) e, portanto, afeitos a esta Comissão. Em suma, as obras não devem ser contra a seca, as obras devem ser de preparação para a seca.

Já no começo dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cogitei a criação da Subcomissão Temporária sobre a Transposição do rio São Francisco. Venho, neste momento, aperfeiçoar essa proposição inicial com o intuito de, ampliar o seu alcance. Proponho a criação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Não só a Transposição do rio São Francisco, obra grandiosa e estratégica, mas também todas as outras obras voltadas a preparar o semiárido para suportar as consequências da seca devem ser planejadas, coordenadas, projetadas e executadas com apuro técnico e concluídas com presteza para beneficiar com o máximo de brevidade a população nordestina.

A nova Subcomissão deverá ter foco, transversal, como é inerente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, propondo políticas e propiciando as condições necessárias, por meio da permanente interlocução com o governo, para a execução de obras que não se res-

trinjam apenas ao combate dos efeitos da seca, mas que permitam que o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população não sejam obstados pela ocorrência da seca. Esse objetivo não será alcançado somente pelo manejo adequado dos recursos hídricos, pois o desenvolvimento econômico e social exige muito mais, exige também energia, logística, saneamento e, subjacente a tudo, o conhecimento.

Não há nada de utópico nos propósitos da nova Subcomissão. Afirmo, mais uma vez, existem os recursos e a tecnologia para concretizá-los. Ao contrário do que muitos podem pensar, o empobrecimento que a seca provoca não é maldição inescapável. Isso é facilmente comprovado pela existência de regiões desenvolvidas em lugares com restrição hídrica bem mais grave do que a que acomete o Nordeste brasileiro. Cito, como exemplos, o Oeste dos Estados Unidos e Israel.

São esses, pois, os termos que justificam a criação da subcomissão permanente que ora se propõe.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2013. – Senador **Fernando Collor.**

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2013 - CI	
16ª REUNIÃO – 08 DE MAIO DE 2013	
PRESIDENTE: Sen. Fernando Collor	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIAS (PT)	1. HUMBERTO COSTA (PT)
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	2. JOSÉ PIMENTEL (PT)
JORGE VIANA (PT)	3. WELLINGTON DIAS (PT)
WALTER PINHEIRO (PT)	4. EDUARDO LOPES (PRB)
ACIR GURGACZ (PDT)	5. PEDRO TAQUES (PDT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	7. VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
CLÉSIO ANDRADE (PMDB)	1. ROMERO JUCÁ (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	2. SÉRGIO SOUZA (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	3. RICARDO FERRAÇO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
VITAL DO RÊGO (PMDB)	5. WALDEMIR MOKA (PMDB)
JADER BARBALHO (PMDB)	6. IVO CASSOL (PP)
CIRO NOGUEIRA (PP)	7. FRANCISCO DORNELLES (PP)
SÉRGIO PETECÃO (PSD)	8. KÁTIA ABREU (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	2. ALVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	3. VAGO
WILDER MORAIS (DEM)	4. JAYME CAMPOS (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	
FERNANDO COLLOR (PTB)	1. GIM (PTB)
BLAIRO MAGGI (PR)	2. ARMANDO MONTEIRO (PTB)
VICENTINHO ALVES (PR)	3. EDUARDO AMORIM (PSC)
ALFREDO NASCIMENTO (PR)	4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução e projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Azerbaijão, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A República do Azerbaijão está localizada no Cáucaso (região da Europa Oriental e Ásia Ocidental), fazendo fronteira com Rússia, Geórgia, Armênia, Turquia e Irã, além de limitar-se com o Mar Cáspio. Em 2012, o país tinha população de aproximadamente 9,2 milhões de habitantes, distribuídos em 86 mil km². O Azerbaijão é uma república presidencialista.

Com produto interno bruto (PIB) nominal é estimado em aproximadamente US$ 60 bilhões em 2012 e crescimento da economia em torno de 1,1% ao ano. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, o Azerbaijão é a 66ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 62% do PIB, seguido dos serviços 32% e agrícola com 6%. A pauta de exportações do Azerbaijão é concentrada. Os combustíveis (óleos brutos de petróleo) são os principais grupos de produtos exportados e representaram 95% do total.

O Azerbaijão foi o 131° parceiro comercial brasileiro com 0,01% das trocas comerciais brasileiras em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 20%, apesar do declínio das importações, em 7%. As exportações apresentaram incremento de 20% no período. O saldo da balança comercial foi superavitário ao Brasil nos últimos quatro anos do período.

As exportações brasileiras para o Azerbaijão são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 93% das vendas em 2012, com destaque para carnes (de galos e galinhas). Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados (representados em sua maioria por produtos diversos das indústrias químicas) representaram a totalidade do total importado em 2012. Depreendem-se, destarte, grandes aspectos de complementaridade nas economias, que resultam em maiores intercâmbios nas áreas cultural e política.

A diplomacia parlamentar, moderna forma interlocução entre Estados soberanos, tem produzido resultados em prol da aproximação dos povos e da convivência harmoniosa entre Nações. Em particular, a atuação de grupos parlamentares, formalmente compostos com o objetivo de fortalecer relações bilaterais já existentes, tem sido exitosa na recente prática parlamentar brasileira, facilitando a atuação da diplomacia e da política externa como um todo.

No caso ora proposto, a formação de Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão irá permitir maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países. Em face das sobreditas possibilidades, e igualmente enfatizados desafios, acreditamos incumbir a esta Casa Parlamentar, diante de perspectiva alvissa-

reira de aprofundamento de tão promissora parceria, que se instrumentalizem todos os canais cabíveis para incentivar as relações bilaterais.

Nesse sentido, apresentamos o presente Projeto de Resolução, para que o Poder Legislativo dê sua contribuição – nos limites de suas competências constitucionais, e valendo-se de instrumento legítimo de diplomacia parlamentar – para realizar todo o potencial que a maior aproximação entre Brasil e Azerbaijão pode comportar, pelo que esperamos granjear o apoio dos nobres senadores.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque.**

(À Comissão de Relações Exteriores e à Comissão Diretora.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2013

Altera o caput **do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o acréscimo do benefício para o segurado diagnosticado com doença grave.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez para o segurado diagnosticado com doença grave, definida nos termos do regulamento, e aquele que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende alterar o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, no que concerne ao valor do benefício da Aposentadoria por invalidez para o segurado diagnosticado com doença grave, assim definida nos termos do regulamento.

A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário de benefício.

Todavia, a lei previdenciária já estabelece um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao benefício de aposentadoria por invalidez, quando o segurado necessitar de assistência permanente.

Tal situação deve comportar os segurados diagnosticados com doença grave, pois a falta de assistência permanente é presumida nestes casos e a falta de assistência de terceira pessoa certamente agravará ainda mais o quadro clínico do segurado.

Por tais razões esperamos contar com o apoio dos nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia,** (PP-RS).

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento
Texto compilado
Normas de hierarquia inferior
Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;

c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2013

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de licença-maternidade e aumentar o valor do salário-maternidade, em caso de nascimentos múltiplos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

> "Art. 392. .....
> .....
> § 6º Em caso de gestação múltipla, o prazo previsto no *caput* será acrescido de dez dias por filho nascido vivo além do primeiro." (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 73-A:

> "Art.73-A. O salário-maternidade, em caso de gestação múltipla, será acrescido de 10% (dez por cento) por filho nascido vivo além do primeiro, observado o disposto nos arts. 72 e 73 desta Lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Por diretriz constitucional, inscrita no art. 227 da Constituição de 1988, as crianças são destinatárias de uma série de direitos fundamentais e deles decorrem a licença à gestante e o salário-maternidade, que são institutos voltados para a proteção, em última instância, dos recém-nascidos. A responsabilidade pela eficácia e efetividade desses direitos cabe ao Estado, à sociedade e à família.

O tratamento especial destinado à maternidade inclui-se entre os direitos sociais, claramente decorrentes da norma constitucional, destinados a garantir de maneira efetiva as condições necessárias ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças, mediante melhorias na qualidade do relacionamento entre as mães e seus filhos.

Normas gerais, entretanto, precisam ser constantemente atualizadas e adequadas a novos padrões de justiça e de equidade. Cremos que o legislador ainda não atentou para a questão específica dos partos múltiplos, muito comuns com a utilização de novas técnicas de reprodução assistida. Fomos lembrados dessa situação extraordinária pelo Sr. Jacson Fritsch, que nos mandou mensagem propondo, nesses casos, um tratamento diferenciado.

Atentos, então, às condições específicas necessárias à devida atenção maternal que gêmeos, trigêmeos e múltiplos exigem, estamos propondo mudanças nos textos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 2013).

Nossa proposta é ampliar em dez dias a licença-maternidade, para cada um dos filhos nascidos além do primeiro, com previsão de acréscimo de 10 % (dez por cento) no pagamento do salário-maternidade durante este prazo. Com essas alterações, temos a certeza de que esses bebês, em sua situação privilegiada e específica, receberão um atendimento mais completo e as mães serão compensadas, de certa forma, pelo trabalho e impacto emocional adicionais.

Sabemos que haverá um custo adicional para a Previdência Social, mas com certeza os benefícios sociais justificam a iniciativa. Além disso, estabelecemos que a norma vigore somente a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, permitindo-se, assim, as devidas previsões orçamentárias.

Por essas razões e por serem justos os propósitos que nortearam a apresentação da proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Ana Amélia,** (PP-RS).

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

~~II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coleti-~~

~~vos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.~~

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

~~III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;~~

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

~~VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.~~

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se– á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá: (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

I – o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

II – o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

.....

SEÇÃO V

Da Proteção à Maternidade

.....

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002)

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002)

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico.(Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002)

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002)

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos:(Redação dada pela Lei nº 9.799, de 26.5.1999)

I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26.5.1999)

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26.5.1999)

§ 5º (VETADO) (incluído pela Lei nº 10.421, de 2002)

.....

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento
Texto compilado
Normas de hierarquia inferior
Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Subseção VII
Do Salário-Maternidade

.....

Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica; (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial; (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 23, de 2013** (nº 522/2013, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1116/2013-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 27/2012, do Senado Federal (TC 021.424/2012-8).

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 522-Seses-TCU-Plenário

Brasília, 8 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 021.424/2012-8, na Sessão Ordinária de 8-5-2013, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O **Aviso nº 23, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, que aguarda mais informações, tenho o prazer de ceder-lhe a Presidência da sessão e falarei, então, em permuta com o Senador, porque sou a segunda oradora inscrita.

A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Rodrigo Rollemberg, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, semana passada, nós estivemos inteiramente envolvidos no debate em torno da reforma do sistema tributário brasileiro, especialmente a unificação do ICMS.

Tive até a alegria de tê-lo, Senador Rollemberg, como aliado na causa do desenvolvimento e pesquisa, ciência e tecnologia, uma área de sua especialidade e *expertise* na questão da informática.

A frustração do Governo Federal e dos governos da Região Sul, como do meu Estado, o Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e também de São Paulo, com a reforma do principal imposto estadual, o ICMS, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, presidida pelo Senador Lindbergh

Farias, comprova as falhas de articulação do Poder Executivo com o Senado Federal sobre tão relevante questão, com impacto direto sobre a economia e sobre a competitividade. Aliás, nós estamos vendo isso na votação da matéria relacionada à MP dos Portos.

Reconheço, aqui no Senado, o esforço do Senador Delcídio do Amaral, relator da proposta de unificação do ICMS, o chamado PRS nº 1, de 2013. Foi feito o possível para tentar equilibrar, entre os Estados que compõem a Federação, as enormes divergências ou diferenças sobre esse importante e, eu diria, estratégico tema.

O esforço dos parlamentares das cinco regiões brasileiras integrantes da Comissão que analisou o PRS nº 1 também foi grande. Mesmo assim, a proposta aprovada na Comissão (CAE) não agradou ao Governo central e, é claro, às regiões mais prejudicadas, no caso, as Regiões Sul e Sudeste. A emenda, como se diz, ficou bem pior do que o soneto.

A insatisfação foi tão grande que o Ministério da Fazenda já ameaçou, na voz do Ministro Guido Mantega, descumprir o compromisso de compensar eventuais perdas dos Estados com a reforma do ICMS, tributo que mais gerou arrecadação no País, somando mais de R$325 bilhões no ano passado, em 2012. Desse total, R$21,3 bilhões foram arrecadados no meu Estado, o Rio Grande do Sul, a quarta maior arrecadação, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O objetivo básico da proposta de reforma do ICMS, que era mitigar a guerra fiscal e diminuir a insegurança jurídica, está, lamentavelmente, perdendo peso e significado, Senador Roberto Requião. Esta Casa corre o sério risco de ver naufragar o único projeto que, mesmo longe de ser uma reforma tributária real, necessária, ampla, poderia, ao menos, trazer um norte de maior equilíbrio federativo.

Não podemos nadar para morrer na praia. Os parlamentares se debruçaram sobre esse tema, e o debate ainda está acontecendo. A análise do Plenário deve ocorrer em breve, e aí talvez possamos, na ampliação e no aprofundamento desse debate, melhorar as condições técnicas e políticas desse PRS nº 1.

É perceptível a complexidade do assunto e o equilíbrio de pontos de vista sobre a matéria, o PRS nº 1, de 2013. Para exemplificar, a emenda de minha autoria – Emenda que levou, finalmente, o nº 43 – tentava corrigir algumas distorções no setor de informática. Foi rejeitada por 13 votos a 10. Um placar considerado apertado, demonstrando o dissenso sobre a unificação do ICMS. As dúvidas sobre o novo formato desse imposto ainda estão latentes.

Nem o setor de informática, altamente dinâmico e dependente de inovação e investimentos, conseguiu garantir alíquotas diferenciadas, no âmbito da Zona Franca de Manaus, para permitir a concorrência equilibrada e justa com os demais Estados e regiões.

O fim da guerra fiscal e uma maior segurança jurídica são os dois objetivos centrais e que devem continuar sendo perseguidos. É preciso maior articulação e maior clareza sobre esse propósito, essencial para os rumos da importante matéria legislativa que é a unificação do ICMS.

Ora, manter três tipos de alíquota – 4% para o Sul e Sudeste; 7% para o Nordeste e o Centro-Oeste; e 12% para a Zona Franca de Manaus – é, a meu juízo, manter o princípio da guerra fiscal que está em vigor. Então, o que se fez foi piorar o que já não é bom, que é o sistema tributário atual.

Desistir dos fundos de compensação – que somam, atualmente, R$400 milhões, como sinalizou o Ministro da Fazenda – é um sinal claro da insegurança do Governo em relação ao projeto que volta, pelo visto, à estaca zero.

A aprovação de uma alíquota diferenciada de 7%, para operações comerciais e prestações de serviços nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Estado do Espírito Santo, destinadas às Regiões Sul e Sudeste, aumentou ainda mais a complexidade do assunto e maiores as divergências de entendimento e de trato nesse setor. O relatório aprovado no dia 24 de abril, no substitutivo do Senador Delcídio do Amaral, já previa a alíquota de 7%, mas apenas para produtos industrializados, beneficiados e agropecuários que saem dessas localidades ou desses Estados

Os jornais do final de semana e de hoje trazem a informação de que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, um dos principais formuladores de política econômica do Governo, deixará a pasta. É uma informação relevante, sobretudo no atual momento econômico do País, no momento desta discussão sobre a unificação do ICMS, quando buscamos reformas estruturantes e compatíveis com o crescimento econômico e o equilíbrio federativo, fiscal e também tributário.

Vale lembrar que o debate dentro da equipe econômica do Governo é salutar. No regime democrático é assim. O que não pode acontecer é que esse debate, essas divergências revelem a desorganização política interna do Governo em matéria tão importante quanto a área econômica. As divergências de opinião entre o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Secretário do Tesouro, Arno Augustin, e o Secretário-Executivo

da Fazenda, Nelson Barbosa, são saudáveis desde que resultem em políticas com resultados reais para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, mas não uma confusão e um desentendimento interno.

As ações econômicas implantadas e alcançadas nas últimas décadas, como a estabilidade da moeda e a manutenção do poder de compra do brasileiro, devem ser valorizadas.

Como tenho dito nesta tribuna, a tributação das empresas de modo desordenado e assimétrico, seja no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, ou no Sul e Sudeste, impacta na vida de todos nós, consumidores, ainda que indiretamente. Cedo ou tarde, todos serão atingidos! Empresas competitivas, com atuação em ambientes de negócios transparentes, com segurança jurídica, têm mais chances de investir para crescer e, consequentemente, produzir itens com preços mais baixos e competitivos para os compradores das diferentes regiões do País.

Os serviços também tendem a melhorar de qualidade quando o foco é a gestão equilibrada com regras justas e claras e espaço para a inovação e a competitividade. Ficou claro que ambientes caóticos, como é o proporcionado hoje pelo sistema do ICMS, prejudicam o desenvolvimento sustentável em qualquer lugar do nosso País. Três alíquotas de imposto, como falei antes – 12%, 7% e 4% –, quando o objetivo é a simplificação, a unificação, continuam gerando distorções. E a unificação está longe de ser feita.

Entendemos as necessidades de desenvolvimento de todos os Estados da Região Norte, da Região Nordeste, que agora está padecendo uma das mais agudas secas da história dessa região, e também da Região Centro-Oeste, hoje bastante desenvolvida, usando os incentivos fiscais; mas nós precisamos considerar também a percepção dos governadores da Região Sul e Sudeste. São Paulo é importante parceiro comercial de diversos Estados brasileiros, como o meu Rio Grande do Sul. Quem vende muito também compra. Mudar as alíquotas do ICMS de maneira apressada, sem a supervisão técnica e acurada do Governo, é caminho para aumentar a insegurança no atual sistema tributário já complexo e ultrapassado.

A União continua concentrando enorme fatia, mais de 60% da arrecadação. Estados e Municípios penam para ter acesso aos recursos essenciais ao desenvolvimento local. Falta gestão eficiente e sobra burocracia. A arrecadação dos Estados proveniente do ICMS é importantíssima para o desenvolvimento das políticas estaduais nas quais a União não consegue estar presente.

Portanto, precisamos repensar esse debate do ICMS. É uma atitude importante para que a proposta não se torne um tiro no pé, não apenas do gestor estadual, mas dos cidadãos que precisam desse recurso gerado pelo ICMS para desenvolver serviços essenciais de responsabilidade estadual para a sociedade.

Não tenho dúvidas sobre o enorme esforço do Senador Delcídio do Amaral, Relator da proposta (PRS nº 1), para unificar gradualmente as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais. A redução prevista é que as atuais alíquotas interestaduais do ICMS de 12% e 7% passem para 4% até 2021.

A prova da relevância dessa matéria está demonstrada nos 14 destaques apresentados por mim e pelos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Luiz Henrique, José Agripino, Inácio Arruda, Cyro Miranda e Lúcia Vânia.

Sabemos que a União tem gastos obrigatórios com previdência, educação, saúde e encargos da dívida federal, transferências para Estados e Municípios, despesas com defesa, fiscalização e investimentos mínimos em infraestrutura. Por isso, a necessidade de novas equações mais equilibradas, bem debatidas com governadores e prefeitos.

Atualmente, temos duas alíquotas interestaduais no ICMS: a de 12%, que incide sobre 83% das operações interestaduais, e a de 7%, incidente sobre as demais operações – em torno de 17% –, destinadas às Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao Espírito Santo.

Com o substitutivo aprovado no dia 24 de abril pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Relator acrescentou mais uma alíquota: a de 4%, criando exceções ao gás natural, à Zona Franca de Manaus, às Áreas de Livre Comércio – a maioria delas na Região Norte –, para as saídas da indústria e de produtos agropecuários do Norte, Nordeste e Centro-Oeste destinados ao Sul e Sudeste do País.

Essa nova dinâmica muda as decisões das empresas e o contexto econômico. Certamente, isso terá reflexos na arrecadação. Será saudável se esse movimento diminuir a chamada guerra fiscal, ampliando a concessão de incentivos para os Estados produtores, favorecendo a competição justa, a livre iniciativa entre as empresas.

O acordo bom é aquele que não sobrecarrega os Estados produtores ao ponto de prejudicar a eficiência e o desenvolvimento dos consumidores e vice-versa. Deve ser medicamento indicado nas doses certas para os pacientes necessitados, no caso, apenas uma ana-

logia para falar do que nós precisamos neste momento. Pelo jeito, a Federação brasileira está na UTI, precisando de um tratamento melhor para um equilíbrio maior.

Esse deve ser o espírito dos debates sobre tributos e carga tributária desta Casa. Os Estados em desenvolvimento também são prejudicados quando os Estados que detêm as maiores fatias de ICMS perdem recursos, como é o caso do meu Estado, do Rio Grande do Sul, que tem uma situação financeira extremamente fragilizada hoje, com compromissos com o custeio do Estado superando as suas necessidades de arrecadação e perdendo o Estado a capacidade de fazer novos investimentos.

As transições são necessárias e devem preservar as conquistas e sucessos obtidos até então. A alíquota zero do ICMS seria o melhor dos mundos, o *status* ideal, a situação ideal, a situação mais justa, mas a realidade exige que encontremos, no mínimo, caminhos menos penosos para todos os entes dessa Federação que está tão fragilizada.

Aliás, nesse contexto de dificuldades do imbróglio, está se vendo agora na Medida Provisória dos Portos, que está comprometida na Câmara e que terá, nessa semana, até quinta-feira, de chegar a esta Casa. Se não houver uma qualificada articulação política, numa matéria também complexa como essa, Senador Rodrigo Rollemberg, penso que é melhor voltar à estaca zero para se definir uma situação mais adequada às necessidades do País.

A grande discussão é hoje, e, ao meu entender, devia se compatibilizar o que está sendo feito de experiências exitosas nos Estados, como no meu, no Porto de Rio Grande, ou, imagino, no Paraná, ou, também, no Estado de Pernambuco, com uma abertura para a participação da parceria público-privada em relação ao setor portuário.

Mas se o Governo criou uma alternativa que foi modificada, desfigurando o objetivo central na Câmara Federal, caberá ao Senado fazer o exame dessa matéria. Mas o essencial é que o Governo diga claramente o que pretende fazer, como vai fazer.

E gostaria, até, de pedir, caro Presidente, que seja feita a transcrição na íntegra de uma entrevista dada pelo empresário Pedro Passos no jornal *Folha de S.Paulo*. Ele preside o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e é também sócio-fundador da Natura. Pretende levar ao Ministro Guido Mantega propostas para o País crescer mais. São dez propostas muito interessantes e sucintas. Eu gostaria que essa entrevista fosse transcrita na íntegra, porque praticamente resume tudo aquilo de que o Brasil está precisando hoje, com simplicidade, clareza e muita transparência. A chamada dessa entrevista do Líder Pedro Passos é "Taxa de retorno se regula pela competição".

Penso que aí está a chave do que deve acontecer em relação às concessões e também da confusão que o próprio empresário reconhece no tratamento da área fiscal que acabei de mencionar:

> *"[...] na comunicação de temas da inflação, na própria comunicação das concessões". [...] O Governo, [diz o empresário], deveria reconhecer que precisa do capital privado nacional e internacional para dar conta de obras de infraestrutura, [porque ele não tem poupança necessária para isso. Por isso queria a transcrição dessa matéria, porque ele também diz que o Governo]. "Precisa sinalizar com clareza, que investimentos são prioridade, e não ficar regulando a taxa de retorno pelo método errado. Taxa de retorno se regula pela maior competição entre as empresas interessadas em ser concessionárias."*
>
> *Entre os dez pontos listados no documento elaborado pelo Iedi, [Pedro] Passos destaca a necessidade de dar uma nova orientação à política industrial, para que o País consiga reduzir o custo dos insumos básicos.*
>
> *"Mais competitivos, poderíamos, ao longo do tempo, reduzir o nível de proteção e as tarifas de importação." [...] "É uma nova proposta em cima da política industrial. O Brasil gradativamente precisa participar mais das cadeias produtivas globais."*
>
> *O setor de manufatura afastou-se das cadeias globais e isso fez do País um fornecedor de recursos naturais, [no caso as commodities,] lembra o empresário.*
>
> *Se o Brasil não se integrar, vai perder mais produtividade e capacidade de inovação.*

Eu queria, portanto, que V. Exª determinasse a transcrição nos *Anais do Senado Federal* dessa entrevista do Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Pedro Passos, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* deste domingo.

Muito obrigada, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

MERCADO ABERTO

MAIA CRISTINA FARIAS Cristina.frias@uol.com.br
Entrevista **Pedro Passos**

11/5/2013 – 22h30

TAXA DE RETORNO SE REGULA PELA COMPETIÇÃO

Empresário critica a comunicação do governo, inclusive nas concessões, e pede um compromisso claro para que despesas de custeio não aumentem mais que o PIB

Pedro Passos, presidente do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e sócio-fundador da Natura, vai levar ao ministro Guido Mantega propostas para o país crescer mais.

O empresário reclama que o governo tem falhado na comunicação, em geral.

"Vemos confusão, no tratamento da área fiscal, na comunicação dos temas da inflação – na própria comunicação das concessões", diz. O governo deveria reconhecer que precisa do capital privado nacional e internacional para dar conta das obras de infraestrutura.

"**Precisa sinalizar** com clareza que investimentos são prioridade, e não ficar regulando a taxa de retorno pelo método errado. Taxa de retorno se regula pela maior competição entre as empresas interessadas em ser concessionárias", frisa.

Entre os dez pontos listados no documento elaborado pelo Iedi, Passos destaca a necessidade de dar uma nova orientação à política industrial, para que o país consiga reduzir o custo dos insumos básicos.

"Mais competitivos, poderíamos, ao longo do tempo, reduzir o nível de proteção e as tarifas de importação", afirma Passos.

"É uma nova proposta em cima da política industrial. O Brasil gradativamente precisa participar mais das cadeias produtivas globais."

O setor de manufatura afastou-se das cadeias globais e isso fez do país um fornecedor de recursos naturais, lembra o empresário. Se o Brasil não se integrar, vai perder mais produtividade e capacidade de inovação.

"Isso é um perigo para o país", alerta.

"Eu não saberia dizer onde está esbarrando o quadro da negociação política", afirma Passos, sobre tentativas, do governo federal, por ora, infrutíferas de reduzir custos e aumentar a produtividade. "Mas é essencial para o país se colocar em outro patamar de logística e infraestrutura."

E a MP dos Portos encaminhará para uma boa direção, se o governo conseguir implementá-la, afirma.

"A redução do ICMS, outro gargalo, é de uma complexidade enorme para as empresas. Cria assimetrias, muitas vezes, por causa de incentivos fiscais. "A negociação é muito difícil no Congresso."

O governo atual está menos atuante na política comercial externa, segundo diz.

"Precisamos retomar os tratados. Ficamos presos ao Mercosul." Foi, no seu início, uma evolução importante, avalia. "Mas, nos últimos anos, ele tem sido mais um obstáculo para progredirmos em outras direções, enquanto outros países aceleram novos acordos comerciais."

Foi importante se voltar para o mercado interno, integrar milhões de pessoas à classe média, ressalva. "Mas esse ciclo dá sinais de esgotamento."

Não podemos forçar mais o endividamento das famílias, os programas distributivos de renda também já chegaram ao seu limite e já temos quase pleno emprego.

Como vamos criar novos vetores de crescimento?, pergunta-se. É reforçar o investimento, principalmente em infraestrutura.

"**Tem de abrir espaço** nas despesas políticas públicas para alocar recursos e retomar o comércio exterior com força. Para Passos, além de avançar na educação, é importante atacar a insegurança jurídica no país.

"Todas as empresas hoje têm contenciosos altos, muitas por multas da Receita Federal ou dos Estados, por causa da confusão dos sistemas regulatórios, sejam tributários ou trabalhistas, que, às vezes, não são claros.

Na legislação trabalhista crescem medidas adicionais que vão complicando, tanto a interpretação quanto no custo, diminuindo a produtividade do país.

A produtividade do trabalho tem evoluído muito pouco, quando comparada aos nossos competidores. Deveríamos fazer um esforço para destravar essa área.

A expansão no exterior deve ser incentivada, em vez de penalizada, defende ele. O empresariado vem discutindo a tributação do lucro de companhias brasileiras no exterior. "A maior parte dos países permite que as empresas só paguem ao fazer a repatriação de divisas."

Enquanto estão com lucros no exterior e investem, não são tributadas, como pretende a Receita.

"A legislação é ruim, confusa e dá margem a diversas interpretações. Acaba levando as empresas e o próprio fisco para uma disputa, às vezes, desnecessária", diz.

"Na 'lei do bem' muito importante para quem investe em tecnologia outro problema. Uma regulamentação mais restritiva levou as empresas a reverem os cálculos de incentivos oferecidos."

Iedi sugere nova política industrial

O documento do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) apresenta propostas para o país "retomar" a agenda da competitividade e da produtividade, segundo Pedro Passos, presidente da entidade e sócio-fundador da Natura.

Intitulado "Dez Pontos para a Economia Brasileira Crescer Mais", o texto será entregue ao ministro Guido Mantega (Fazenda) no próximo dia 24.

O aprimoramento da educação, o avanço nas obras de infraestrutura e uma nova orientação do gasto governamental, atrelado a um compromisso de reduzir despesas correntes e aumentar investimentos, estão entre os destaques do documento, segundo Júlio Gomes de Almeida, consultor do Iedi.

"A etapa desfavorável da economia no último biênio coloca em evidência que uma nova política se impõe", afirma o documento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

V. Exª será atendida na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia, em substituição ao Deputado Marcelo Castro, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 613, de 2013, conforme o **Ofício nº 533, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF/GAB/Nº 533

Brasília, 13 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Arthur Oliveira Maia passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 613/2013, que "institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, altera a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 10.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da industria química nacional que especifica, e dá outras providências", em substituição ao Deputado Marcelo Castro.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha,** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Pouca gente no plenário nesta segunda-feira, mas hoje à tarde, Senadora Ana Amélia, a Câmara tem uma convocação para se reunir e votar a Medida Provisória, que foi chamada pelo Deputado Anthony Garotinho de "Medida Provisória dos Porcos".

Muito ruim!

Hoje, ou a Câmara se afirma, defendendo patrimônio público, ou a Câmara se agacha, mostrando ao mundo as suas redondas abundâncias. Redondas abundâncias comemoradas, posteriormente, com uma enxurrada de liberação de emendas, como sói acontecer quando o Governo quer impor a sua vontade.

Preocupa-me isso, preocupa-me, porque vejo uma soma de opinião entre o Governo e a mídia, ao mesmo tempo em que uma parte da base do Governo fala, Senador Rollemberg, Senador Aloysio, na regulação dos meios.

Eu, pessoalmente, acredito que nós precisávamos de uma lei de regulação dos meios. É uma lei contra o monopólio, como existe, por exemplo, nos Estados Unidos da América e como está a Presidenta da Argentina ensaiando agora.

Mas como é que o Governo pode falar que está sendo discriminado pela mídia, quando vejo a mídia inteira se manifestar a favor das propostas privatistas do Governo?

É um paradoxo em que nem mesmo o Reitor Unamuno encontraria o sentido.

Mas hoje, eu não ocupo a tribuna para isso, Senadora Ana Amélia.

Segundo informa o Google, o homem mais velho do mundo chama-se José, mora no interior da Amazônia e tem 128 anos – Senador Aloysio –; e há duas mulheres mais velhas do mundo, a senhora Luo, chinesa, e a senhora Candulia, cubana, ambas com 127 anos.

Pois bem, José já estava com três anos e Luo e Candulia com dois quando aconteceu a efeméride que hoje lembramos, o fim da escravidão dos negros em nosso País. Portanto, o brasileiro, a chinesa e a cubana são mais velhos que a dita Lei Áurea, assinada pela generosa e alva princesa, como até hoje ensinam nas escolas às nossas criancinhas.

Por mais longevos que sejam os citados, a realidade – aviltante e infamante realidade – é que a libertação dos negros foi tão recente que não supera sequer uma vida um pouco mais estendida.

Na verdade, e a bem dela, nada temos a comemorar.

Não porque fomos o último país do mundo a reconhecer os negros como seres humanos, detentores dos mesmos direitos que os de pele clara, como já antes havíamos reconhecido, depois de uma infalível bula papal, que o índio também possuía alma.

Por isso também deveria o Brasil cobrir-se de vergonha.

Não porque em vez de se indenizarem os negros, sequestrados na África e submetidos aqui ao trabalho forçado, exigiu-se antes a indenização dos senhores de escravos, como condição para o abominável resgate dos homens e mulheres pretos. Na fala do trono de 3 de maio de 1888, dias antes da tal Lei Áurea, a dita e celebrada redentora elogiou "a abnegação dos proprietários" por abrirem mão de suas "peças", sem que recebessem o resgate pelo sequestro de toda uma raça.

Por isso, também, a meu entender, deveria o Brasil cobrir-se de vergonha.

Nada temos a comemorar. Acima de tudo, porque há 125 anos não cessamos de perseguir, humilhar, torturar e assassinar os negros em uma contínua, implacável e impiedosa campanha contra os descendentes de africanos, que sequestramos e escravizamos.

É a nossa vingança de pele e alma branca contra os amaldiçoados filhos de Cam. Escaparam da senzala, mas não escaparam do ódio racial. A contragosto, contra o nosso aprazimento e proveito, foram soltos, mas não se libertaram de nosso preconceito. Não escaparam de nossos olhos, da precisa seleção epidérmica que sabemos fazer tão bem e disfarçar. Afinal, somos homens cordiais.

À feição de Borges, vamos a alguns breves capítulos da história brasileira da infâmia contra os homens e mulheres pretos. Foram três séculos de escravidão negra no Brasil. Malditos 300 anos! Tão amaldiçoados, que nem os próximos 300 anos serão suficientes para purificar o País da crueldade contra o povo. Um povo condenado ao opróbrio por causa da cor da pele.

Talvez soubéssemos mais ainda sobre essa vergonha, se os arquivos da escravatura no Brasil não tivessem sido destruídos. É como age a nossa elite branca e racista, que é como a casa grande, escreve a história.

Foi assim também que ela agiu depois da ditadura, Senador Paim, de 1964 a 1985, queimando arquivos, escondendo corpos, tentando apagar mais um capítulo de seu infamante e maldito mando. A queima dos arquivos da escravatura impede-nos de saber com exatidão quantos negros foram sequestrados na África, quantos morreram no transporte, quantos morreram nos primeiros tempos do cativeiro pela violência do tratamento, pela inadequação ao trabalho forçado ou pelas lembranças de liberdade, pelas tristezas da sujeição. E quantos foram assassinados pelos seus senhores, pelos sinhozinhos e pelas sinhazinhas? E quantas Baronesas de Grajaú cegaram e assassinaram os seus negros?

Não sabemos muito. Queimaram os arquivos, como a ditadura o fez, porque a desmemória é também um instrumento de dominação.

A história brasileira da infâmia, pinçada na verdade dos fatos, talvez pudesse começar com a chegada dos africanos aos portos brasileiros. Assim que desembarcados, eram submetidos a dois rituais, a duas sinalizações: eram ferrados e marcados em brasa e batizados. Marcados na pele e marcados na alma, estavam aptos a serem admitidos nas senzalas e na bem-aventurada comunidade cristã, estavam habilitados ao cativeiro e também ao reino dos céus.

Embora assinalados com o sinal da salvação, tinham de construir seus próprios locais de oração. E temos, então, essa ignomínia chamada "Igreja dos Homens Pretos", porque o Deus e os Santos dos brancos, ainda que fossem os mesmos dos negros, não poderiam ser conspurcados, ultrajados com o insulto aviltante da presença dos negros na hora da missa, na hora do terço. Um *apartheid* imundo, asqueroso, patrocinado pela Santa Madre Igreja! Estão aí pelas cidades brasileiras, testemunhando essa infâmia, as tantas "Igrejas e Irmandades dos Homens Pretos".

Como será que os senhores de escravos, os padres, as piedosas sinhás e sinhazinhas imaginavam, Senador Aloysio, o céu? Para ascender a ele, os negros seriam transmutados em brancos? Confesso que sempre tive curiosidade em saber o pensamento da nossa Santa Madre Igreja sobre esse grave e transcendental assunto.

Tirantes as ações de um ou de outro padre ou freira, a Igreja foi omissa, conivente e partícipe desse tricentenário holocausto dos negros no Brasil.

É célebre a frase de Joaquim Nabuco. Botando uma pá de cal em todas as tentativas de se relativizar o papel da Igreja, notadamente a de sua indolente hierarquia, na escravização e maus-tratos aos negros, eis a conclusão do abolicionista – abro aspas: "A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um País ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação".

As sementes da dor espalham-se e germinam por todo o canto da terra brasileira. A história de nossa infâmia prolonga-se, estende-se, ultrapassa os trezentos anos do cativeiro dos negros. As sementes da dor marcam o passado e marcam o presente.

No Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, Senador Paim, em novembro de 1844, há o Massacre de Porongos, último e aterrador ato da Revolução Farroupilha.

Os "Lanceiros Negros", corpo de escravos engajados no movimento, estão acampados enquanto as forças rebeldes e do Império discutem o fim do levante.

De repente, forças imperiais invadem o acampamento dos Lanceiros e massacra-os. Desarmados na véspera, pelo comando farroupilha, privados de suas temíveis lanças e clavinas, os escravos defendem-se com as mãos. Mais de cem deles foram assassinados.

Há quem jure pela autenticidade de uma carta do Duque de Caxias ao General David Canabarro, comandante rebelde, combinando o massacre. O extermínio dos "Lanceiros Negros" evitaria contratempos. Mortos e enterrados, não exigiriam a libertação, como lhes fora prometido pelos revolucionários; silenciados pela chacina, não ajudariam a fomentar um movimento abolicionista no País, não serviriam de exemplo para outros levantes.

Segundo historiadores gaúchos, depois da Revolução, quase todos os negros que participaram do levante foram recambiados ao Rio de Janeiro para serem vendidos como escravos. O sonho de liberdade terminou no mercado do Valongo.

São Paulo, outubro de 1992, quase 150 anos depois do Massacre de Porongos, o Massacre do Carandiru:

> *E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo*
> *diante da chacina*
> *111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos*
> *ou quase pretos [...] de tão pobres [...]*
> *e pobres são como pretos e todos sabem como se tratam os pretos [...].*

Libertados em 1888, os negros continuaram sendo tratados como sempre o foram, pois "todos sabem como se tratam os pretos".

A libertação não significou qualquer mudança de comportamento para a sociedade em relação a eles. E tinham razão os Paulino de Souza e os Cotegipe, que se opunham à extinção da escravatura, brandindo dois argumentos: os negros ficariam ao desamparo, sem trabalho e sem sustento; e os negros seriam fator de grave perturbação da ordem.

Não era necessário ser um escravagista obstinado, como eram Paulino de Souza e o Barão de Cotegipe, para antecipar a tragédia, a catástrofe que se abateu sobre os negros libertos.

Ao contrário do que dizem até hoje alguns historiadores e trêfegos cronistas, para quem a extinção da escravatura nada extinguiu porque não havia mais negros no cativeiro, o 13 de maio de 1888 encontrou perto de um milhão de negros nas senzalas.

Os mesmos que inventam agora a "ditabranda", tentando suavizar os terríveis anos do arbítrio, inventaram no passado a "escravaturabranda", tentando dar cores suaves aos 300 anos do holocausto da raça negra em terras brasileiras.

Um desses ligeiros, espertos rabiscadores de bobagens, à moda da *Folha de S.Paulo*, chegou a dizer que a escravatura negra no Brasil foi mais branda que o trabalhão assalariado na Inglaterra, no início da revolução industrial. Até pode ser, mas o que isso adoça, ameniza o cativeiro?

Não decorreram muitos anos para que a óbvia previsão dos escravagistas sobre o infortúnio dos negros libertos tornasse história. Afinal, os abolicionistas pouco ou nada se preocuparam com o dia seguinte. Ora, encerradas as solenidades do dia 13 de maio, que os negros libertos se atirassem ao mercado de trabalho, ao maravilhoso mundo das livres relações da oferta e da procura de mão de obra.

Ora, não queriam ser livres? Pois eram livres, que fossem atrás da sobrevivência, que os nossos ilustres abolicionistas tinham mais o que fazer; afinal a vida seguia.

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, explodem por todo o Brasil as consequências da omissão, da indiferença do governo e da sociedade quanto ao destino dos pretos.

O que são Canudos, Pau de Colher, Caldeirão da Santa Cruz do Desterro, Contestado? O que são esses levantes que se espalham em sequência, País afora, dos anos seguintes à abolição até a década de 40 do século passado?

As sementes da dor e do abandono germinaram revoltas.

E todas elas, cada uma delas, foram impiedosamente, sanguinolentamente sufocadas. Massacre de Porongos, massacre do Conselheiro, massacre da Serra do Araripe, massacre de Casa Nova, massacre dos Pelados. Em cada uma dessas guerras de extermínio de pobres e pretos, firma-se a nossa tradição de matar, chacinar, Senador Paim, pobres e pretos.

Capítulos dolorosos, ensanguentados da história brasileira da infâmia.

Em Pau de Colher, entre 1937 e 1938, depois do assassinato de todas as mulheres e de todos os homens, as crianças sobreviventes foram mandadas para Salvador, na Bahia, e reeducadas em casas de famílias, em instituições religiosas, em quartéis.

Uma dessas crianças, anota o blogueiro José Fortes, torna-se, anos mais tarde, um dos oficiais do Estado-Maior das Forças Armadas que participa do golpe militar de chefes militares no golpe de 1964.

O que me faz retornar mais uma vez à letra de Haiti, de Caetano Veloso:

> *[...] Quando você for convidado para subir no adro*
> *da Fundação Casa de Jorge Amado*

para ver do alto a fila de soldados quase todos pretos
dando porrada na nuca de malandros pretos [...]

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É longa tradição, a bem-aprendida lição de fazer dos próprios negros os capitães de mato à busca dos negros que transgridam a ordem estabelecida dos brancos.

E são negras, ou quase negras, ou quase pretas, de tão pobres são tratadas, as milhares de crianças que todos os anos são abatidas a tiros nas ruas de nossas cidades.

Em 2010, quando, mais uma vez, como hoje, avolumaram-se as vozes a favor da redução da maioridade penal, foram assassinadas no Brasil 8.600 crianças.

Ouçam, registrem, não fujam, não tapem os ouvidos...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ... em 2010, foram assassinadas no Brasil 8.600 crianças!

E, no ano passado, mais de 120 mil crianças e adolescentes foram vítimas de maus-tratos e agressões, segundo registros oficiais, e como os registros oficiais são o que são, talvez seja lícito a nós triplicarmos esse número.

Mas não basta. Esse massacre ainda é pouco. Queremos mais: queremos emancipar essas crianças, torná-las legalmente adultas para poder prendê-las, julgá-las, condená-las e transformá-las, nas nossas penitenciarias, em bandidos. Para assassiná-las, não nos importa que sejam crianças. Mas queremos mais, queremos julgar como adultos os que escaparam do massacre. Não queremos que sobre ninguém, como em Porongos, em Canudos, em Pau de Colher, no Caldeirão, no Contestado, em Carajás, no Carandiru.

[...] Mas [...] são quase todos pretos
ou quase pretos ou quase brancos, quase pretos, [Senador Aloysio], de tão pobres
e pobres são como pretos e todos sabem como se tratam os pretos [...]

Será que não bastam esses capítulos tão terríveis dessa nossa história da infâmia? Será que a nossa impiedade vai agora acrescentar a ela a infâmia da redução da maioridade penal?

Mais de oito mil crianças assassinadas no Brasil em 2010. Mas a morte delas não apareceu nos noticiários, não arrancou discursos indignados, não mobilizou campanhas na mídia e na Internet. Não! Por quê?

[...] São quase todos pretos
ou quase pretos [...] quase pretos de tão pobres
e pobres são como pretos e todos sabem como se tratam os pretos [...]
Para encerrar, ocorre-me um versinho:
Treze de maio
é um dia muito bonito
a congada se reúne
para festejar São Benedito;
Izabel é uma santa milagrosa
libertou a escravidão
por ser muito caridosa.

E não poderia deixar também de lembrar outro hino:

A 13 de maio na cova da Iria,
No céu aparece a Virgem Maria,
Ave, Ave, Ave Maria [...]

A 13 de maio de 1917, dá-se a aparição de Nossa Senhora de Fátima a três crianças portuguesas. E, a partir daí, por muito tempo, o dia 13 de maio firmou-se em nosso calendário não como o dia da libertação dos escravos pretos, e, sim, como o dia da alvíssima Senhora de Fátima.

O dia que não pode ser esquecido: 13 de maio de 1988, porque até hoje a escravidão não acabou no País em que vivemos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Paim, com prazer, lhe concedo um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Exª. Sei que o seu tempo terminou, mas só quero dizer que o seu pronunciamento é um pronunciamento marcante nessa data histórica de 13 de maio. O símbolo da data é a palavra liberdade. V. Exª foi muito bem dizendo que, a não ser a liberdade, mais nada foi assegurado. O seu pronunciamento vai aos anos de 1600, 1700, 1800, vem à ditadura e vem ao presente, mostrando a situação dos negros nos dias de hoje.

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu só posso cumprimentar V. Exª. O dia 13 de maio não pode ser esquecido. E eu teria a liberdade de pedir à Presidente da Casa, neste momento, se possível – fica um pedido, claro, não sei como a senhora poderia viabilizá-lo –, que o pronunciamento fosse remetido a todos os Senadores. Seria uma bela contribuição para que ninguém, ninguém mais, esqueça o 13 de maio e as consequências da escravidão, passando pela ditadura até os dias de hoje. Meus cumprimentos a V. Exª. Se fosse um negro na tribuna, alguns poderiam dizer que exagerou. Como V. Exª não é negro, mas é comprome-

tido com os direitos humanos, o seu pronunciamento é uma peça que merece chegar às mãos de todos os Senadores. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paim, na forma regimental, a solicitação de V. Exª será atendida.

Cumprimento o Senador Roberto Requião pela contundência do discurso, do pronunciamento tão adequado à data de hoje.

Eu convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito pela Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg; em seguida, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito. A ordem de inscrição é outra, mas o Senador Aloysio Nunes Ferreira também está inscrito. Pode até falar pela Liderança.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia, prezados Senadores aqui presentes, cumprimento o Senador Roberto Requião, pelo pronunciamento.

Inicialmente, Srª Presidenta, quero comentar um assunto de âmbito interno. O *Correio Braziliense* noticiou hoje, numa matéria de grande destaque, a interrupção, pelo Senado Federal, do fornecimento de um serviço de transporte coletivo, um ônibus que fica à disposição dos servidores do Senado Federal –efetivos, comissionados e terceirizados –, fazendo o trajeto Senado-Rodoviária. Esse serviço atende, segundo informações prestadas pela própria Casa, de novecentas a mil pessoas por dia, a um custo anual de R$220 mil, e é prestado por um ônibus com dois motoristas, que fica transitando, fazendo esse circular Senado-Rodoviária, das 6h30 às 9h30, das 12h às 15h, das 18h às 21h.

Eu quero aqui fazer um apelo ao Presidente do Senado para que reveja essa medida, porque entendo que, pelo custo-benefício dela, não se justifica a retirada do serviço. Do ponto de vista ambiental, nós devemos estimular a utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual. Portanto, fica aqui essa solicitação à Presidência da Casa para rever essa medida.

Nós estamos vendo as novas medidas, Senadora Ana Amélia, e todos nós concordamos que deve haver racionalização das despesas no âmbito do Senado Federal. Mas eu queria, também, dar outra sugestão: que essas medidas fossem debatidas pelo Plenário do Senado Federal, porque certamente os Senadores poderiam dar contribuições e sugestões que poderiam melhorá-las.

Ainda recentemente o Senado tomou medidas drásticas no sentido de desativar todo o serviço médico do Senado, e existiam outras propostas. E teria sido importante que isso pudesse ter vindo ao plenário para debate, porque alguns servidores da própria Casa, alguns médicos defendiam que o próprio serviço médico já montado pudesse atender à população de Brasília naquelas instalações, algo que os próprios médicos chamavam de SenaSUS.

E percebemos uma falta de planejamento da instituição Senado Federal, já que, ainda no ano passado, havia sido realizado concurso e novos médicos foram contratados. Em seguida, uma mudança significativa na vida das pessoas. Alguns tinham outros empregos, outros trabalhos; abandonaram seus trabalhos, as cidades onde moravam para vir para Brasília, e todas essas medidas acabaram se transformando em um transtorno.

Eu trago o assunto apenas como sugestão de que esses temas venham a debate no âmbito do Plenário, porque certamente os Senadores têm uma grande contribuição a dar. Nesse caso específico, faço uma solicitação no sentido de que a Mesa reveja a retirada desse transporte importante, especialmente para os servidores que recebem menos.

É importante registrar, Senadora Ana Amélia, que grande parte dos terceirizados que utilizam esse serviço só recebem por parte das empresas o vale-transporte relativo ao deslocamento da sua cidade até a rodoviária, portanto isso fará uma falta grande. Mas coloco isso como uma contribuição para que esses temas venham ao debate no Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, registro a presença de alunos do ensino fundamental da Escola Classe 831 de Samambaia, aqui do Distrito Federal. E V. Exª, como Senador pelo Distrito Federal, certamente quererá saudar os professores e os jovens estudantes que estão aqui nas galerias visitando o Senado Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Quero saudar a todos os estudantes e professores de Samambaia que nos honram com suas presenças, dizendo que é uma alegria muito grande recebê-los no Senado.

Mas, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, Senador Roberto Requião, Senador Aloysio Nunes, aproveito também a oportunidade, na tarde de hoje, para registrar que a Procuradoria-Geral da República acaba – isso já está no *site* do Supremo Tribunal Federal – de informar que deu parecer favorável ao mandado de segurança de minha autoria no sentido

de interromper a tramitação do projeto de lei que busca restringir direitos de alguns partidos políticos no Brasil.

Eu quero fazer alguns comentários, porque esse foi tema de grandes debates nas últimas duas semanas, mas quero aqui fazer uma reflexão e reiterar alguns argumentos.

Senador Aloysio Nunes, tenho convicção de que só alguns fatos muito excepcionais justificam ou justificariam a ida de um Parlamentar – como fui –, durante a tramitação de um projeto, no sentido de interrompê-la. Eu o fiz, assim, na defesa da prerrogativa de Parlamentar que tenho e no entendimento de que, quando um Poder – no caso, o Congresso Nacional, o Senado Federal – não está rigorosamente cumprindo a Constituição, cabe buscar o auxílio do Supremo Tribunal Federal. Não há, aqui, nenhum desmerecimento de um Poder em relação ao outro; cabe aqui um questionamento legítimo feito por um Parlamentar constrangido em apreciar um projeto claramente inconstitucional.

E nada melhor do que um dia após o outro, porque alguns daqueles subiram à tribuna para criticar a nossa iniciativa, dizendo que isso diminuía o Congresso Nacional, que isso estava dando superpoderes ao Supremo Tribunal Federal. Eu tive a oportunidade de fazer uma rápida pesquisa – aliás, eu já citava isso no nosso mandado de segurança –, e alguns daqueles Parlamentares também o fizeram, também impetraram um mandado de segurança para evitar a tramitação de uma proposta no Congresso Nacional, a saber, na ocasião, a reforma da previdência. Deputados como a Deputada Jandira Feghali, como o então Deputado Agnelo Queiroz, do PT, como o Deputado Haroldo Lima, como o Deputado Humberto Costa, que foi muito enfático, aqui, na condenação do instrumento, o Deputado Aldo Rebelo, o Deputado Lindbergh Farias, o Deputado Miro Teixeira, ingressaram, naquela ocasião, no Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal, naquele momento, reconheceu o direito do Parlamentar de ingressar no Supremo para impedir ou sustar a tramitação de um projeto.

E por que o fiz, reconhecendo que somente casos excepcionais justificariam uma medida como essa? Porque entendo, Srª Presidenta, e estou absolutamente convicto disso – e, nesse sentido, concordo inteiramente com a decisão corajosa do Ministro Gilmar Mendes e com o parecer da Procuradoria-Geral –, que a simples tramitação daquela proposta ou a sua aprovação, ainda que não haja dúvida alguma de que ela seria derrubada por uma ação direta de inconstitucionalidade – ela seria declarada inconstitucional pelo Supremo, posteriormente, por uma ação direta de inconstitucionalidade –, já traria prejuízos materiais irreparáveis aos partidos que estão em formação. Isso porque, vejam, nós temos um prazo, Senador Aloysio, que é o prazo de filiação partidária. Esse é o prazo em que as pessoas que estiverem filiadas poderão concorrer a um mandato parlamentar. Se um partido não estiver com seu registro deferido nesse período, ele terá muita dificuldade de ter quadros que queriam já disputar as eleições de 2014.

E, no período que se encerra, no início, nos primeiros dias de outubro, o atraso de um mês, de 40 dias, de 45 dias – que seria o mínimo de tempo que tramitaria uma ação direta de inconstitucionalidade –, seria o tempo, Senador Aloysio, entre a efetivação de um partido ou o total insucesso dele.

Portanto, é absolutamente correto. Estou absolutamente convicto, convencido de que agimos corretamente e de que o Supremo Tribunal Federal, até aqui, na pessoa do Ministro Gilmar Mendes, e a Procuradoria-Geral da República, através do Procurador Roberto Gurgel, estão com o entendimento correto.

O que lamento, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, é a tentativa de construir uma falsa crise entre o Judiciário e o Legislativo. Não há crise alguma! Os Poderes estão funcionando normalmente. Cabe ao Supremo, quando provocado por um Parlamentar, num mandado de segurança, pronunciar-se. E qualquer que seja a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal – que deverá analisar esse mandado de segurança proximamente – terá que ser respeitada, porque a última palavra, em matéria constitucional, é a do Supremo Tribunal Federal.

Quero, aqui, reiterar – e tive a oportunidade de dizer, por várias vezes, durante a sessão de apreciação desse projeto – que cabe ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, evitar um constrangimento maior. Porque está claro nesse processo, está cristalino nesse processo, ainda que o Plenário do Supremo Tribunal Federal entenda que o processo deve seguir a tramitação e apenas posteriormente deve ser ingressada uma ação direta de inconstitucionalidade, está absolutamente claro, não há dúvida alguma, que esse projeto é inconstitucional.

Por que insistir nisso? Além de um casuísmo eleitoral, de um casuísmo inadmissível, de um casuísmo inaceitável, ainda que estivesse dentro da lei, deveria ser condenado, porque inadequado, porque inaceitável, porque trata, de forma diferente, partidos numa mesma legislatura, Parlamentares numa mesma legislatura. Está claro, absolutamente claro e cristalino que o projeto é inconstitucional. Basta ler, e fiz questão de ler trechos da decisão do Supremo Tribunal Federal, em recente ação direta de inconstitucionalidade, em relação ao caso do PSD, em que o Relator, Ministro Toffoli, é absolutamente claro no sentido da interpretação do artigo da Constituição que garante a liberdade de organização partidária.

Pois vejam, eu entendo que, neste momento, o Supremo Tribunal Federal está dando uma oportunidade ao Senado Federal de evitar um constrangimento maior. Imaginem V. Exªs que, caso o Plenário do Supremo Tribunal Federal entenda que o projeto deve ter a sua apreciação continuada, ele seja aprovado, e uma ação direta de inconstitucionalidade for impetrada no Supremo, e o Supremo declare inconstitucional o projeto, como certamente declarará, isso será um constrangimento terrível para o Senado Federal, constrangimento que temos tudo para evitar.

Ouço com alegria o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Senador Rollemberg, V. Exª, na tese com que sustentou o seu mandado de segurança, traz para o conhecimento do mundo jurídico brasileiro algo que não era muito comentado, que é o abuso do Poder Legislativo. Esse é o centro do mandado de segurança impetrado por V. Exª. Por que abuso do poder? Porque entre os poderes que nos foram conferidos pelo povo brasileiro, no momento da nossa eleição, e poderes que assumimos no momento em que tomamos posse, não se encontra o poder de atalhar, mediante uma medida legislativa casuística, o livre jogo das forças democráticas, uma vez iniciado já o tempo das eleições. A sua medida judicial visava exatamente impedir que se consumasse um abuso de poder parlamentar, que uma maioria instituísse uma regra que viesse a impedir a livre e desenvolta manifestação do eleitorado brasileiro na eleição de 2014, favorecendo um grupo que está hoje no poder. V. Exª estava coberto de razão, e a medida que V. Exª pleiteou foi objeto de uma decisão cautelar, liminar do Ministro Gilmar Mendes, exatamente para impedir que, naquele momento, se concretizasse um perigo iminente da aprovação desse projeto. Evidentemente que, agora, cabe ao Plenário decidir definitivamente, mas estou convencido, como está convencido V. Exª, de que esse projeto, uma vez aprovado, se for aprovado, será fulminado por inconstitucional pelo Supremo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. Agradeço as considerações sempre pertinentes de V. Exª e ouço o Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador Rollemberg, eu comungo da ideia de que o PLS, para impedir a organização do partido da Rede, da ex-Senadora Marina, era uma violência. E eu me manifestei no plenário, com veemência, por duas vezes. Mas violência maior ainda é, na tramitação do projeto, no Parlamento – Parlamento, Senador, de *parlare*, de falar, de colocar posições –, um Ministro do Supremo Tribunal Federal interferir e dar uma liminar, quando ele não saberia que resultado ia haver na votação do projeto. Eu, pessoalmente, pelo que vi naquele dia, acredito que esse projeto seria derrotado com facilidade. Eu vi, na votação, quando levantaram as mãos. Não gostei, depois da votação, quando o Presidente Renan resolveu fazer votação por aclamação. Fiquei indignado com o Líder da Bancada do PMDB votando a favor da urgência, quando, na verdade, os cinco Senadores anteriores a ele, presentes no plenário do Senado, tinham votado contra. Mas eu acredito que a interferência do Supremo Tribunal Federal numa discussão do Congresso Nacional – perdoe-me a franqueza – é pior do que o projeto patrocinado pelo Executivo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião. Já comentarei as observações de V. Exª.

Ouço a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, como V. Exª já mencionou no seu pronunciamento, o próprio Senador Aloysio da mesma forma, eu não concordo com a posição do meu querido amigo, Senador Roberto Requião. Isso está dentro do preceito constitucional. Não há nenhuma novidade, não há por que fazer tempestade em copo d'água com este tema. Ele é claro. Não se poderia atropelar um direito líquido e certo da minoria. E a forma como V. Exª fez, ao provocar o Supremo Tribunal Federal, foi o caminho mais adequado para se evitar não só uma injustiça política e eleitoral, mas também uma agressão ao direito líquido e certo de uma líder política de formar o seu partido, no momento em que – no mesmo ano ou poucos meses antes – a Casa havia reconhecido o direito de um outro partido político, simplesmente porque havia dado apoio ao Governo. Então nós estamos, dessa forma, com a sua iniciativa, respaldando a democracia em nosso País, resguardando um direito líquido e certo. Aqui também, como vários Senadores – o próprio Senador Requião mencionou –, eu me manifestei. Tive muitas divergências com a Senadora Marina Silva na discussão de uma matéria em que V. Exª se envolveu, que foi o Código Florestal. Porém, politicamente, jamais deixaria de defender o direito da Senadora Marina Silva de lutar por uma causa que é justa e é absolutamente legal dentro do princípio constitucional brasileiro. Não poderia esta Casa negar a ela este direito e, especialmente, da violência que foi praticada na votação, na forma como a matéria foi votada na Câmara e como chegou a esta Casa, com um requerimento de urgência para votar. Então, parabéns, a V. Exª pela iniciativa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Roberto Requião, eu tive a oportunidade de dizer que só casos muito especiais, excepcionais,

para ingressar com um mandado de segurança no Supremo, um mandado de Segurança preventivo. Mas, veja V. Exª, nós não poderíamos prever aqui o resultado da votação, embora saibamos a força do Governo aqui e o constrangimento que foi criado nesta Casa, inclusive com a manifestação de alguns Senadores, um Senador, um ilustre Senador, Vice-Presidente desta Casa, companheiro, amigo, Jorge Viana, e o Líder do PT, que manifestaram uma posição no dia e, no dia seguinte, tiveram que manifestar uma posição diferente. Foram pressionados pelo Governo, que queria aprovar essa matéria imediatamente. E veja, Senador Requião, é importante registrar isso, se aquele projeto fosse aprovado – e ninguém tinha bola de cristal para prever se seria ou não –, a simples aprovação, ainda que, certamente, ele fosse declarado inconstitucional posteriormente, já traria prejuízos irreparáveis a esses partidos que estão em formação.

Mas, veja V. Exª, a aprovação desse projeto na Câmara dos Deputados, até chegar aqui, à Mesa do Senado, ser lido e distribuído, demorou uma hora e cinco minutos. Uma hora e cinco minutos foi o tempo que demorou da aprovação desse projeto, na Câmara dos Deputados, para vir ao Senado, ser lido, ser distribuído e, na abertura da sessão, no dia seguinte, o Vice-Líder do Governo apresentar um requerimento de urgência. E V. Exª viu o que aconteceu neste plenário, quando a manifestação clara dos que estavam aqui presentes no Plenário foi no sentido da derrubada do projeto.

E aí se buscou a votação dos Líderes, que, claramente, contrariava a manifestação do Plenário naquele momento. Por que, efetivamente? Porque há um movimento, há o famoso rolo compressor com o objetivo de aprovar, a qualquer custo e a qualquer custo mesmo, porque foi um desgaste lamentável. Algumas pessoas não mereciam uma sessão como a que tivemos, em função das suas biografias, das suas lutas pela democracia, mas, infelizmente, o que nós vimos foi um verdadeiro rolo compressor para produzir um casuísmo eleitoral que, em todo o meu tempo no Parlamento, Senador Paulo Paim, seja como Deputado Federal, seja como Senador, não tive oportunidade de ver igual.

Mas faço questão de reiterar: não é a primeira vez. Alguns que condenaram a minha iniciativa de ingressar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal já o fizeram anteriormente, buscando também interromper a apreciação de um projeto. Mas repito: passadas duas semanas, nós estamos diante de uma grande oportunidade, uma oportunidade que o Presidente do Senado já teve porque, como Presidente do Senado, ele poderia contestar ou evitar colocar em pauta um projeto claramente inconstitucional.

E nós estamos diante de um dilema: será muito bom para esta Casa se o Supremo Tribunal Federal, através de seu pleno, garanta a segurança, garanta a aprovação, conceda o mandado de segurança, porque senão nós viveremos um constrangimento maior que é o de ter que apreciar esse projeto no plenário do Senado e, caso ele seja aprovado, certa e posteriormente, ele ser declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. E, certamente, isso não será bom para a imagem desta Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

Quero...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu queria me inscrever, para uma breve e urgente comunicação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Está inscrito, Senador. Pode falar, Senador, porque não há ninguém inscrito para breve comunicação, senão V. Exª.

Como é um orador e um Líder, ou uma breve comunicação, quero anunciar, no entanto, que está inscrito para falar depois de V. Exª, como orador, o Senador Paulo Paim; depois do Senador Paulo Paim, como já anunciado antes pela Presidente Ana Amélia, como Líder, o Senador Aloysio Nunes; e, depois, como orador inscrito, o Senador Ataídes, pelo tempo regimental de três minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, Presidenta, eu quero dizer que eu não tomei a cautela de pedir licença ao Supremo Tribunal Federal para fazer esta breve comunicação no plenário, mas quero ler no plenário, agora, uma carta dirigida à Presidenta Dilma e redigida por uma série de sindicatos – de petroleiros, movimentos sociais, articulação de empregados rurais, enfim, os movimentos sociais se manifestando a respeito do leilão do petróleo. E a carta é a seguinte, Presidenta:

Excelentíssima,

Nós, movimentos populares e sindicais abaixo assinados, vimos, por meio desta, solicitar o cancelamento dos leilões de petróleo, previstos para os dias 14 e 15 de maio de 2013, bem como o cancelamento do processo que prevê a privatização das hidrelétricas, de Três Irmãos em São Paulo e Jaguara em Minas Gerais, além de várias outras usinas, que podem significar cerca de 5.500MW médios. Estes leilões significarão a retomada das privatizações em um dos setores mais estratégicos ao povo brasileiro. Entregar o petróleo e as hidrelétricas, que fazem parte do patrimônio da União, ao capital internacional, será um erro estratégico.

Lembramos que o povo brasileiro, com seu trabalho e suas lutas, construiu um grande setor de energia no Brasil. A luta do "Petróleo é nosso", juntamente com a utilização dos nossos rios para a produção de energia elétrica, nos propiciou, por muito tempo, que estas riquezas estivessem, em certa medida, sob controle nacional, uma vez que o controle estava garantido pelo Estado.

Foi, sem dúvida, no período dos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, que este sistema foi sendo destruído e entregue ao capital internacional, sob o pretexto de que não servia mais para o nosso País. As melhores empresas públicas foram entregues para o controle das grandes corporações transnacionais, prejudicando nosso País e os trabalhadores.

Nessas ocasiões, os setores neoliberais se apropriaram do discurso falacioso da ineficiência do Estado, especialmente na gestão das empresas públicas, com o objetivo de iludir o povo brasileiro com falsas promessas e entregar o patrimônio público para o "mercado". Esta história nós já conhecemos bem. Depois da privatização, a energia elétrica aumentou mais de 400% (muito acima da inflação), trabalhadores foram demitidos e recontratados com salários menores e em piores condições e a qualidade da energia elétrica piorou muito. Quedas de energia, explosão de bueiros e apagões são consequências da privatização.

No setor do petróleo, a realidade é semelhante: FHC quebrou o monopólio estatal e vendeu parte da Petrobras, e só não fez pior, porque foram derrotados na eleição de 2002.

Não é à toa que todo esse [poderoso] *processo foi chamado de "privataria".* [Peço um ou dois minutos a mais para completar a leitura do manifesto dos movimentos sociais.] *Mais de 150 empresas públicas – das melhores – acabaram sendo entregues aos empresários, a preços irrisórios. O povo brasileiro votou em Lula duas vezes e, em Dilma, no ano de 2010, ciente de que aquilo que foi feito nos governos anteriores não era bom para o Brasil. A esperança vencia o medo e exigia que as privatizações tivessem um basta.*

A extraordinária descoberta de petróleo na área chamada pré-sal, as enormes reservas de água, nosso território e nossas riquezas naturais exuberantes e, fundamentalmente, a capacidade de trabalho dos trabalhadores brasileiros acenam para a construção de um País com enormes potencialidades, com possibilidades de usar e bem distribuir essas riquezas. E é isso que vemos ameaçado neste momento.

Se as riquezas são tantas e boas para o País, por que entregar para as grandes empresas transnacionais as riquezas do povo brasileiro? São empresas do Estado brasileiro, entre elas a Eletrobras e a Petrobras, que impulsionam o setor de energia em nosso País. É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quem financia as demandas do setor. São as empresas de pesquisa do Estado que fazem os estudos. São as empresas estatais, em especial o Sistema Eletrobras, que estão ofertando eletricidade a preços mais baratos. Então, por que não discutir com nosso povo, unir forças e buscar [meios e] soluções para que, tanto o petróleo quanto a energia elétrica, fiquem nas mãos do Estado, com soberania nacional, distribuição de riquezas e controle popular?

É fundamental que todos nós tomemos posição neste momento tão importante para o destino da Nação. Defendemos o cancelamento dos leilões que irão privatizar o petróleo e as usinas hidrelétricas, que estão retornando para a União.

Não temos dúvida de que, se consultado, o povo brasileiro diria: "Privatizar não é a solução". [Estou falando em consultar o povo brasileiro, e não o Supremo Tribunal Federal!] *Certos de que seremos atendidos em nossas proposições, nos dispomos a discutir, mobilizar o nosso povo, buscar a união de todos, para que essas riquezas sejam do povo brasileiro e com o controle do Estado. Nos colocamos à disposição para discutir com o vosso governo* [o manifesto é dirigido à Presidente Dilma] *e com o povo brasileiro.*

Sem mais, aguardamos resposta.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E segue uma quantidade enorme de assinaturas de movimentos sociais.

Presidenta, eu não consigo mais entender como falamos em controle de *medios*. Eu vi o PPP ser votado no Plenário do Senado com o voto contrário do Senador Randolfe e do meu. Eu vejo hoje a unanimidade da mídia, todas as televisões e todos os jornalões apoiando a privatização dos portos e a entrega do petróleo, no mesmo momento em que o Barack Obama proíbe a exportação de petróleo nos Estados Unidos da América do Norte.

Então, achei que era importantíssimo vocalizar essa carta dirigida à Presidenta Dilma Rousseff pelos movimentos sociais.

Obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Senador.

Vou passar a palavra, imediatamente, ao orador inscrito Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Lídice da Mata, eu não poderia deixar, no dia de hoje, de vir à tribuna para falar sobre o 13 de maio, seguindo a linha dada aqui pelo Senador Roberto Requião, com um belo pronunciamento. Senadora Lídice da Mata, eu o havia cumprimentado e percebi que V. Exª disse que ouviu – eu iria dizer "assistiu", mas de fato "ouviu" – do carro o pronunciamento e também teceu a ele os merecidos elogios.

Srª Presidenta, há 125 anos, o Brasil encerrava um capítulo especialmente vergonhoso de nossa história. Houve, a partir daí, a promulgação da Lei Áurea, que enfim aboliu a escravatura no Brasil.

Com esse fato, Srª Presidenta, marcou-se o fim da barbárie da escravidão e abriu-se também um novo capítulo: o da luta dos negros contra os efeitos subterrâneos e persistentes, entranhados na sociedade brasileira, do longo período de cativeiro a que estiveram submetidos homens e mulheres pela cor da pele.

Mais de um século se passou desde que a exclusão racial que a escravidão representa foi abolida. Mas a exclusão fundada no preconceito e na discriminação ainda, infelizmente, é uma realidade em nosso País e em outros países.

Fato interessante, Srª Presidenta, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, é que hoje, como confirmaram os resultados do censo de 2010, a maioria da população brasileira já assume a sua negritude.

Isso não se deveu a mudanças demográficas significativas, mas sobretudo ao autorreconhecimento racial, ou seja, ao aumento do número de pessoas que assumiram a sua negritude se declarando negras ou pardas; ou seja, hoje as pessoas não têm mais vergonha de se reconhecerem como negras, como foi o caso durante muito e muito tempo, o que aponta uma mudança social, no nosso entendimento, e de reconhecimento da sua identidade muito importante.

No entanto, mesmo que a identidade negra seja mais fortemente afirmada, a realidade do preconceito e da discriminação continua pesando sobre homens e mulheres do nosso País.

Cito, Srª Presidenta, uma pesquisa realizada recentemente, em que mais de 63% dos respondentes reconhecem que a vida das pessoas é influenciada, sim, também pela cor da pele.

A discriminação, portanto, é sentida concretamente pelas pessoas em suas vidas. Mais de 70% sente essa influência no domínio das relações, por exemplo, renda/trabalho. Quase o mesmo tanto de pessoas reconhece que a cor ou raça afeta as relações com a Justiça e a polícia.

E essa discriminação, senhoras e senhores, manifesta-se de forma concreta, por exemplo, nas estatísticas de violência.

Pesquisa realizada nos últimos dez anos demonstra que as taxas de homicídio para a população total e para a população não negra decresceram, enquanto que, para a população negra, aumentaram em torno de 2%. Diz também que a taxa de homicídio entre a população negra superou a taxa de 2002, considerada já especialmente alta na série histórica de índice de assassinatos no Brasil, e chegou a exceder o dobro da taxa entre aqueles que não são negros.

Essas diferenças ficam ainda mais gritantes e estarrecedoras quando olhamos para os detalhes.

Considerando a população jovem entre 15 e 29 anos – como se sabe, os jovens nessa faixa etária são as principais vítimas da violência no nosso Brasil –, a taxa de homicídio dos negros supera a dos que não são negros em 138%.

E essa diferença permanece em todos os estratos sociais, ou seja, mesmo comparando-se negros e não negros com posição social semelhante, os negros são vítimas muito, muito mais frequentes da violência, o que confirma o viés racista da violência.

Tudo isso aponta, Srª Presidenta, para o fato de que o preconceito racial continua profundamente entranhado em nosso tecido social e constitui, efetivamente, uma das faces mais perversas da desigualdade que tristemente ainda marca o nosso País, com seu passado escravocrata ainda recente.

Essa situação torna imperativo que pensemos políticas públicas voltadas especialmente para o enfrentamento da desigualdade alimentada pelo viés racial, com todo o cortejo de violência que implica. Entre essas políticas, Srª Presidenta, dou destaque aqui

às políticas afirmativas recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional, à criação da Seppir, à política de cotas, à política para os quilombolas.

A implantação das cotas no Brasil, no contexto das universidades, completa agora dez anos, o que tem ensejado uma série de reflexões e de avaliações, aliás já previstas quando o sistema começou a ser implantado com o ProUni. A boa notícia, Srª Presidenta, é que as políticas afirmativas, que sofreram e ainda sofrem algum tipo de resistência, alimentada pelo preconceito, mostraram-se, ao longo desses dez anos, como acertadas e eficazes.

Recentemente, tive a oportunidade de partilhar, aqui desta mesma tribuna, uma correspondência que recebi da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde era relatado a mim o sucesso da política de cotas naquela universidade. Mas eu poderia falar da UnB, poderia falar da Bahia, poderia falar de São Paulo. Por isso, digo: esse não é um exemplo isolado. O mesmo sucesso tem sido constatado por vários estudos da UERJ, da UnB e da própria Unicamp.

Conhecemos todos os argumentos sobre essa questão, Srª Presidenta. Entendo que as ações afirmativas, na forma que estão sendo implantadas no Brasil, acabariam introduzindo um viés – ao contrário do que se imaginava – de combate ao racismo. Racismo cuja existência em nosso País tende a ser amenizado, principalmente a partir das políticas afirmativas.

Senador Aloysio, por uma questão de justiça, eu digo que as ações afirmativas não começaram somente agora. Já no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciaram-se as ações afirmativas que continuaram avançando no governo Lula. Lembro-me aqui de inúmeras vezes em que fui chamado, no governo que antecedeu ao do meu Partido, para debater as ações afirmativas nas instâncias de governo.

Ora, Srª Presidenta, cada uma dessas afirmações são pautadas, conforme a minha caminhada, na própria história. As cotas não introduziram o racismo. Na pior hipótese, elas fizeram simplesmente com que déssemos conta mais claramente do quão profundamente nossa sociedade estava comprometida com o preconceito e uma cegueira desmedida.

Também não causaram declínio no ensino. Os resultados mostram que a diferença de notas entre cotistas e não cotistas, quando existe, é pouco significativa. Um estudo da UERJ citado em reportagem da revista *IstoÉ*, por exemplo, mostrou que a média das notas de cotistas e não cotistas, ao longo dos cursos, são semelhantes, com uma ligeira vantagem, inclusive, para os cotistas. A mesma reportagem cita outro estudo da Unicamp que comprova que, em 33 de 64 cursos analisados, o cotista tem um desempenho positivo, incluindo aí cursos como engenharia de computação e física.

Da mesma forma, Srª Presidenta, a ideia que me traz, neste momento, à tribuna é uma prestação de contas daqueles que apostaram nas políticas afirmativas. Está comprovado que elas deram certo. Em muitos cursos, em diferentes universidades, a evasão entre cotistas é menor que entre aqueles que não são cotistas. Isso demonstra o grau de comprometimento desses estudantes, que precisavam de uma oportunidade. Como eu digo sempre, foi dado palco a quem não tinha palco para mostrar a sua capacidade. Muitos desses estudantes estão tendo hoje, pela primeira vez, uma real oportunidade de mudar a sua situação social.

No ano passado, já caminhando para a primeira década de implantação do ProUni, o sistema de cotas teve duas vitórias importantes no campo normativo – duas vitórias que consolidam a política no País e ajudam a eliminar as incertezas e as dúvidas.

Refiro-me, Srª Presidenta, Srs. Senadores e Senadoras, à promulgação em agosto da Lei nº 12.711. Tive a honra de relatar esse projeto que virou lei, de ser relator na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos.

A outra vitória veio mais cedo ainda, no início do ano, em abril: a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à constitucionalidade das políticas de cotas. Com isso, essa política que tem, como eu disse, comprovada a sua eficiência, ganha uma estabilidade e legitimidade. Claro que ela é transitória – e nós temos claro isso –; ela não é fim; ela é meio. E como aqui foi aprovado o projeto, nós esperamos que, dentro de dez anos, eu possa subir à tribuna e dizer: "No Brasil, não precisamos mais de política de cota."

Srª Presidenta, graças a essa política afirmativa, triplicamos o número de negros portadores de diplomas do curso superior: há 15 anos, éramos apenas 2%. Hoje, somos 6%. Mais do que dobramos, triplicamos. É muito pouco ainda, é verdade – e o fato mesmo de que festejamos esses números é porque entendemos que foi um avanço significativo dentro da nossa realidade.

Isso mostra quão profundo é o abismo da desigualdade, quão longo ainda será o caminho que nos levará à superação da exclusão. Mas os primeiros passos foram dados e começamos a sentir os efeitos positivos.

Na luta contra a discriminação, o preconceito racial no Brasil teve outro marco normativo importante: quando esta Casa aprovou, há três anos, o Estatuto da Igualdade Racial.

Essa lei foi resultado de dez anos de luta e debates, Srª Presidenta, iniciados em 2000, quando

apresentamos na Câmara dos Deputados a primeira versão do projeto de lei sobre a questão.

Se essa etapa do combate foi vencida, resta agora outra que se abriu justamente com a aprovação do Estatuto. A luta agora é pela plena implantação da norma e a devida regulamentação.

Ao final da longa tramitação, acabaram ficando de fora do Estatuto algumas previsões importantes no que se refere, sobretudo, ao financiamento e à gestão das políticas afirmativas da igualdade racial.

Ficou de fora, por exemplo, a proposta da criação de um fundo de promoção da igualdade. No entanto, apresentei uma PEC nesse sentido, a PEC nº 2, de 2006, que altera os arts. 159 e 239, da nossa Constituição, e acrescenta artigo que dispõe sobre o Fundo de Promoção da Igualdade.

Ficou de fora também a questão das comunidades quilombolas. Mas, em virtude disso, apresentei o PLS nº 418, de 2012, que altera e recupera o que estava lá no projeto original do Estatuto da Igualdade Racial para inserir capítulo sobre o direito da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

Ficou também de fora a previsão de recursos orçamentários nos vários setores governamentais vinculados à promoção de igualdade. Resta saber se os objetivos, metas e ações relacionadas nas normas orçamentárias – o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes e a própria Lei Orçamentária – estão em consonância com aquilo que estipula o Estatuto, porque se isso for feito, com certeza, o Orçamento vai contemplar o viés de atendimento às ações afirmativas.

No ano de 2012, foi aprovado o primeiro Plano Plurianual depois da promulgação do Estatuto e já deu para notar que a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade pôde, graças a essa norma, orientar as suas ações no sentido de contribuir para a formulação do plano.

Srª Presidenta, no momento, um dos passos mais importantes para assegurar a plena implementação do Estatuto é a regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade. Até este mês, esteve aberto para consulta pública o recolhimento de contribuições à proposta de regulamentação desse sistema, cujo papel na gestão das políticas de promoção da igualdade será, sem dúvida, estratégico.

O ganho de organização e de orientação que esse sistema vai garantir à promoção da igualdade racial tem tudo para dar início a um período de grandes avanços e ganhos para o País, para todo o nosso povo, sejam brancos, sejam negros, sejam índios.

Garanto aqui e saliento, Srª Presidente, algo que pode parecer contraditório porque é triste, mas diz respeito ao momento alegre. É o momento em que conseguimos derrubar um dos últimos grilhões da escravatura. Conseguimos aqui, no Senado da República, em última instância, aprovar a PEC que regulamenta e amplia o direito das empregadas domésticas.

Eu digo triste porque esperamos tantos e tantos anos para derrubar esse bastião ainda da escravidão, mas alegre porque, enfim, chegamos lá. A maioria delas, domésticas e domésticos, é composta por negros, mas a realidade que cabia a esse setor nós não desejamos para ninguém, nem para negros nem para brancos que sejam discriminados até em relação a sua CLT.

É inegável que as ações afirmativas – aqui, Senador Aloysio, está escrito em meu pronunciamento, porque não improvisei pela sua presença – tiveram início no Governo FHC, mas foi nos Governos Lula e Dilma que avançamos ainda mais. Foram as cotas, o Estatuto da Igualdade Racial, a criação da Seppir, a indicação do primeiro negro presidente do Supremo Tribunal Federal. Hoje temos também outro negro presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Fizemos muito, mas com certeza temos muito, muito por fazer. Brancos e negros esperam isso. Tenho a certeza de que, como a nossa juventude mostrou na universidade, a essência do povo brasileiro não é o racismo. Por isso, combatê-lo é uma obrigação de todos os homens e mulheres de bem.

Neste sentido, eu também não poderia deixar de falar sobre a questão do trabalho escravo, pois um país rico, sem miséria, é um país que respeita os direitos da sua gente, que respeita negros e brancos igualmente.

Falo, aqui, da PEC n° 57-A, de 1999, PEC do Trabalho Escravo, de autoria do Senador Ademir Andrade, do PSB, que altera a redação do art. 243 da nossa Constituição Federal. Ali determina que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular sem qualquer indenização ao proprietário. Não se admite que alguém possa querer que um outro ser humano esteja sob o seu domínio, sob o regime da escravidão. Por isso, quem mantiver – espero que a aprovação desta PEC aconteça neste ano – escravizando homens e mulheres, perderá a sua propriedade e ainda sofrerá outras sanções previstas em lei.

Dispõe também que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com a destinação específica, na forma da lei.

Srª Presidenta, a luta pela igualdade racial tem sido longa e, nesse caminhar, procuramos sempre criar instrumentos para fortalecer a luta contra os preconceitos.

Em 1988, me lembro – já finalizando –, apresentei o primeiro projeto que estabelecia a inclusão da matéria História Geral da África e do Negro no Brasil, como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório, como disse aqui o Senador Requião, grande parte da nossa história foi queimada.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Posteriormente, em 1999, rendo aqui minhas homenagens à Deputada Esther Grossi, já que meu projeto foi arquivado ela reapresenta o projeto e ele se torna então a Lei 10.639/03.

Conseguimos aprovar ainda o PLC 88/1996, que se transformou na Lei da Injúria, n° 9.459, promulgada exatamente no dia 13 de maio de 1997, ainda no governo anterior.

Em 2009, apresentamos o projeto que altera a Lei n° 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro.

Também tenho a grata satisfação de ser o relator do projeto que resultou...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... em dar caráter de Ministério à Seppir.

Essa luta é minha companheira (*Fora do microfone.*) desde sempre e vamos seguir sempre nessa caminhada, buscando, cada vez mais, alcançarmos o fim da discriminação.

Temos diante de nós a incumbência de fortalecer todas as políticas públicas e mesmo da área privada, que vão na linha de combater todo tipo de preconceito, seja religioso, seja por cor da pele, seja pela orientação sexual.

Não é fácil para um País com uma história e uma formação social como a nossa purgar seu passado comprometido com a escravidão. Essa instituição deixou traços profundos em nossa sociedade.

O movimento de libertação, que começou com os escravos negros no século XIX, de certa forma ainda não se completou: precisamos ainda continuar lutando contra todos os preconceitos, seja contra negros e brancos, libertar nossa sociedade do preconceito e da discriminação.

Isso implica...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... a promoção da igualdade e a superação dos efeitos perniciosos da exclusão sistemática a que foram submetidos os negros e aqueles que têm a sua orientação sexual ou a sua religião.

Implica também – eu diria aqui que entre os discriminados, eu falo com as pessoas com deficiência – a eliminação do preconceito e da discriminação com base em toda e qualquer falta de liberdade.

Implica reverter uma situação de injustiça.

Ao finalizar, Srª Presidente, gostaria de informar que hoje à noite acontecerá em São Paulo a pré-estreia do filme documentário Raça.

O filme mostra a realidade do negro no Brasil e a luta pela igualdade racial, é do cineasta brasileiro Joel Zito Araújo e da documentarista norte-americana Megan Mylan, que ganhou recentemente um Oscar.

No filme, é retratada a luta de três...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... pessoas negras na linha de frente (*Fora do microfone.*) do combate à discriminação. Uma delas é o artista, cantor e apresentador Netinho de Paula. A outra é uma ativista quilombola, Miúda dos Santos. E a terceira, por ser Senador e negro, é este que está na tribuna neste momento.

Vou me deslocar para São Paulo para participar do evento no dia 15, mas convido a todos para assistir ao filme a partir do dia 17, quando ele estará em circuito nacional. Termino dizendo que também aqui em Brasília teremos, nesta quarta-feira, a pré-estreia do filme.

Quero terminar este meu pronunciamento dizendo que, ao longo das nossas vidas, nos dedicamos – digo "nossas" porque me refiro a todos aqueles que militam por essa causa – às causas dos trabalhadores, dos aposentados e dos discriminados. Isso está na nossa alma, no nosso coração. É com muito orgulho que levaremos sempre com a gente essa luta e essas causas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Termino, Srª Presidenta, neste último minuto.

Gostaria muito de um dia poder dizer: discriminação é coisa de um passado triste e que não gostaríamos nem de lembrar. Que bom seria poder dizer que o sonho se tornou realidade. No Brasil, ninguém, ninguém, ninguém será discriminado por motivo algum. Viva a liberdade, a igualdade! Viva o fim da escravidão! Viva o direito de cada um viver livre, livre, livre! A palavra liberdade, para mim, é sagrada.

Obrigado, Srª Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Paim, pelo brilhante pronunciamento.

Somando ao pronunciamento de V. Exª, quero aqui fazer um registro de que o *Jornal do Senado* hoje apresenta um belíssimo encarte que é a reprodução do *Jornal do Senado* da segunda-feira, dia 14 de maio de 1888, cuja manchete é "Assinada a Lei Áurea", e também apresenta reprodução do comunicado enviado a todas as comarcas para que se efetive o cumprimento da Lei Áurea, que aboliu a escravatura. Isso tudo porque amanhã, conforme dito, estaremos comemorando 125 anos... Hoje, dia 14...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje, 13 de maio.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Dia 13 de maio, hoje. Dia 14 foi a data em que foi publicado. Hoje, comemoramos os 125 anos, que é uma data que o Brasil inteiro precisa comemorar muito.

Tenho certeza de que, em breve – assim espero –, V. Exª virá de fato à tribuna e todos nós poderemos viver numa sociedade onde não haja discriminação, seja por raça, seja por credo, seja por gênero, seja por opção sexual, seja por qualquer tipo de discriminação.

Sem dúvida nenhuma, Senador Paim, 125 anos depois de publicada a lei que aboliu a escravatura, nós vivemos num País melhor, mas muito ainda temos que alcançar.

Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento, assim como a Mesa Diretora do Senado, como meio de comunicação, e a Diretoria de Comunicação do Senado pela belíssima edição do *Jornal do Senado* no dia de hoje.

Passo a palavra, para falar no período da Liderança, como Líder do PSDB, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, V. Exª, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, não poderia deixar de falar, neste primeiro momento do meu discurso, da data de hoje, em que se comemora a abolição da escravidão no nosso País.

Começo por lembrar, Srª Presidente, o que dispõe a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que estabelece que serão registrados, no Livro dos Heróis da Pátria, os nomes dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, nomes que merecem figurar para a lembrança perene do nosso povo.

Apresento hoje à Mesa do Senado, Srª Presidente, projeto de lei que visa a inscrever nesse livro, o Livro dos Heróis da Pátria, o nome de Luís Gonzaga Pinto da Gama.

Luiz Gama foi um dos personagens mais fascinantes da história do nosso País. Ele nasceu em 1830, em Salvador, na Bahia, e era filho de uma africana livre, Luiza Mahin, que, não obstante ser livre, foi uma das principais figuras da Revolta dos Malês. Era filho de Luiza Mahin com um branco de origem portuguesa.

Implicada na Revolta dos Malês, Luiza Mahin foi exilada, e seu filho Luiz foi vendido como escravo pelo seu próprio pai e levado para o Rio de Janeiro e, em seguida, para São Paulo.

Em São Paulo, Luiz Gama foi comprado pelo alferes Antônio Pereira Cardoso, proprietário de fazenda no Município de Lorena, na zona de expansão do café no Vale do Paraíba do meu Estado, e, ali, nessa casa, ele conheceu Antonio Rodrigues do Prado Júnior, que o ensinou a ler e a escrever.

Mantido ilegalmente na condição de escravo, pois sua mãe, do ponto de vista legal, era livre, Luiz Gama fugiu. Fugiu da propriedade cujo dono o escravizara e ingressou no Exército brasileiro. Depois de alguns anos no Exército, deu baixa, em 1854, e, em seguida, se engajou na Força Pública de São Paulo.

Em 1850, Luiz Gama encontrou a sua verdadeira vocação: o Direito. Matriculou-se na Faculdade do Largo de São Francisco e, por ser negro, enfrentou hostilidade de professores e alunos, mas persistiu como ouvinte, aprendendo nas aulas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o que viria a ser para ele uma arma extraordinária no combate à escravidão.

Luiz Gama, na década de 60 do século XIX, destacou-se como jornalista; colaborou em diversos periódicos liberais, progressistas, abolicionistas; projetou-se na literatura em função dos seus poemas, especialmente os satíricos; e tornou-se uma figura enormemente popular na cidade de São Paulo.

Ele é conhecido como poeta expoente da segunda geração do romantismo brasileiro, embora na época tivesse enfrentado também, certamente em função da cor da sua pele e do teor das suas manifestações, a oposição dos acadêmicos conservadores.

Luiz Gama foi um dos maiores líderes do abolicionismo brasileiro e defendeu os escravos no foro, perante a justiça, ao sustentar a ilegalidade da escravidão, uma vez que a escravidão no Brasil – vejam a hipocrisia sob cuja égide este País, em grande parte da sua história, foi construído – era considerada ilegal desde 1831. Esta era uma das condições para que a Inglaterra reconhecesse a independência do Brasil: a decretação da ilegalidade da escravidão. Não obstante ser ilegal, a escravidão só foi abolida legalmente em 1888.

Pois bem, Luiz Gama sustentava, perante os tribunais, que a escravidão era ilegal e conseguiu a liberdade de mais de 500 escravos. Além de atuar como

tribuno no foro, Luiz Gama, em colaboração com outro grande abolicionista paulista, Antônio Bento – que organizou, com Luiz Gama e outros abolicionistas da faculdade de Direito, o movimento clandestino chamado "Os Caifazes" –, organizava a fuga dos escravos que viviam nas fazendas paulistas e que, conduzidos pelo Movimento dos Caifazes, iam encontrar refúgio em um grande, enorme quilombo localizado em Santos, o Quilombo do Jabaquara, do qual hoje há uma remotíssima lembrança.

Ele fundou, com Rui Barbosa, o jornal *Radical Paulistano*, em 1860; liderou, em 1880, o movimento da Mocidade Abolicionista e Republicana; foi amigo de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco; influenciou grandes figuras, como Alberto Torres, Raul Pompeia, Américo de Campos; e morreu em 1882, antes de ver concretizado o seu sonho da abolição.

O seu cortejo fúnebre, nas ruas de São Paulo, dirigindo-se ao Cemitério da Consolação – mesmo cemitério onde estão sepultados os seus ancestrais –, Senador Pedro Taques, pode ser comparado ao cortejo fúnebre que levou Victor Hugo ao Panteão, na França. Tudo que havia de mais avançado, de mais moderno, de mais vanguardista, de mais progressista, na cidade de São Paulo, reuniu-se para homenagear Luiz Gama. Hoje, é nome de rua em São Paulo – eu não diria uma rua modesta, mais rua importante no Cambuci –, mas merece ser inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, pela sua grandeza, pela marca que deixou na História, pelo fato de ter se valido do Direito para combater a ilegalidade e a vergonha da escravidão.

É, nesse sentido, o projeto que estou apresentando, estou encaminhando, hoje, à Presidência do Senado.

Ouço o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, parabenizar o senhor por trazer este assunto, no dia de hoje, 13 de maio – creio que, hoje, o Senador Requião já falou também – e, além disso, pela sua iniciativa de colocar Luiz Gama no Livro dos Heróis. Na verdade, a gente deveria colocar todos os abolicionistas, aqueles que realmente se destacaram, no Livro. Tenho uma proposta, colocando Joaquim Nabuco. E creio que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eles vão se dar bem lado a lado.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Vão se dar bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já foram amigos em vida.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Mas o senhor lembrou uma coisa que é verdade: todos os lugares falam que a procissão fúnebre de Luiz Gama foi a maior que se fez até aquele tempo no Brasil e, talvez, seja a maior até hoje, proporcionalmente à população. Isso mostra não apenas a importância da sua figura, mas também a oportunidade da luta pela abolição naquele momento, seis anos antes da abolição ser concluída aqui nesta Casa. E foi a última vez, acho, que o povo da tribuna jogou flores nos Parlamentares, quando aprovaram a Lei Áurea. Então, parabéns! Gostaria que esse projeto fosse analisado da maneira mais rápida possível, para que possamos, em nome dos Gama, colocar o nome de Luiz Gama no Livro dos Heróis, a fim de nossas crianças saberem que ele existiu, saberem quem ele foi e, tomarem, como exemplo, um homem que soube lutar por uma causa humanista e a favor do seu País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se V. Exª me der a honra, Senador Cristovam Buarque, de compartilhar comigo a autoria desse projeto, eu, antes de protocolá-lo, passo às mãos de V. Exª.

Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Aloysio, quero cumprimentá-lo pelo projeto e pela fala e dizer que nós brasileiros somos useiros e vezeiros em esquecermos aqueles heróis que, em algum momento histórico, defenderam uma causa. Quantos historiadores nós planteamos? Quantos físicos, matemáticos, poetas? Infelizmente, guardamos a fotografia apenas de determinados desportistas, de determinados segmentos. Nada contra! É bom que assim seja feito. Esses são os heróis, são aqueles com quem as crianças sonham e aos quais elas querem ser iguais. Isso mostra que um país, um estado, uma nação que não tem heróis, que não guarda na memória aqueles mais importantes dos seus filhos, é um país que não se preocupa com o passado. Ao não nos preocuparmos com o passado, é possível que nós não tenhamos um futuro com que todos sonhamos. Quero me associar a V. Exª e dizer que o Luiz Gama, literato, poeta, político, jornalista, defensor dos direitos civis, como se denominava naquele momento histórico, precisa ser lembrado, não no nome apenas de uma rua, uma rua importante do Cambuci, mas para que o cidadão mais simples saiba da sua existência, o que ele fez naquele momento histórico para que nós pudéssemos chegar a este momento histórico com a sensação de que vivemos em uma nação. Parabéns pelo discurso e pela lembrança nesta data significativa da libertação dos escravos. V. Exª fez referência ao fato de que, antes disso, já era ilegal, mas nós concretizamos em 1888. E, nesse momento histórico, nós precisamos fazer uma reflexão: a libertação dos escravos, a proibição da escravidão gerou consequências? Quais são as consequências hoje? E será que hoje nós ainda não teríamos uma

forma de discriminação que nos faz ainda muito escravocratas? Lembremos que a legislação sobre cotas foi votada recentemente nesta Casa. Lembremos que a PEC das Domésticas foi votada recentemente nesta Casa. Lembremos que o Código Penal e a Lei das Contravenções Penais falam ainda de vadiagem, que são resquícios históricos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Da escravidão.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – ... daquele momento escuro da nossa história. Parabéns pela fala de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço imensamente o aparte de V. Exª, Senador Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja V. Exª como realmente se procura encurtar a memória que já é curta. O Hino da Proclamação da República, que é de 1889, diz o seguinte: "Nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País". Outrora era um ano antes.

Pois não, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, não é para fazer um aparte. Quero apenas registrar que V. Exª fala pela Liderança, cujo tempo é bem menor e sem apartes. Entretanto, como hoje estamos em um dia tranquilo, V. Exª continue à vontade. É um pronunciamento muito importante neste dia também muito importante que vivemos hoje. Apenas para cumprimentá-lo, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a benevolência de V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, mas eu não poderia deixar de falar também um pouco sobre a atualidade. E a atualidade é uma atualidade preocupante.

Volto ao tema, que também já foi muitas vezes versado pelo Senador Cristovam Buarque, que é o tema da economia no nosso País, a situação econômica no nosso País.

Já havia ocupado a tribuna para falar da inflação por ocasião em que foi registrado o IPCA acumulado nós últimos 12 meses, de 6,59%, ou seja, acima do teto máximo do Conselho Monetário Nacional. Registrei também uma crescente desconfiança da população brasileira em geral quanto ao recuo dos preços, e não apenas os agentes do mercado, os operadores do mercado, os empresários, mas das famílias, especialmente das famílias mais modestas, que sentem, já hoje, dolorosamente no bolso o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e dos serviços aos quais usualmente recorrem.

Infelizmente, o Governo não tem conseguido reagir à altura da gravidade do problema. Independentemente dos protestos de obstinação, de persistência, de intolerância com a alta de preços que foram emitidos pela Presidente da República, pelo Ministro Mantega, o que eu vejo do lado do Governo é apenas o tratamento no curto prazo, numa ótica míope, numa navegação de cabotagem, sem enxergar o amplo horizonte e sem traçar estratégia consistente não apenas para combater a inflação em suas causas como também para colocar o Brasil no rumo do crescimento.

Pois nós temos hoje a conjugação de duas situações extremamente nefastas e preocupantes: inflação alta e Produto Interno Bruto (PIB) raquítico – pibinho.

Nós já tratamos também do rombo recorde registrado nas contas externas. Mas repiso: o déficit mais do que dobrou no primeiro trimestre deste ano, saltando de US$12 bilhões para US$24,9 bilhões. É o pior resultado desde que se tem esse tipo de registro nas contas públicas brasileiras, em 1947.

No acumulado em 12 meses, o déficit em conta corrente somou 2,9% do PIB, e há já quem considere que o investimento não cobrirá o buraco das contas externas do País este ano, pois os investimentos estrangeiros que vinham financiando o déficit em transações correntes foram 11% menores que no primeiro trimestre do ano passado.

O Ministério do Desenvolvimento divulgou recentemente que a balança comercial brasileira apresentou déficit de R$994 milhões em abril, o pior resultado já verificado desde meados da década de 90. E o acumulado no ano, o resultado negativo já chega a R$6,2 bilhões de dólares, outro recorde negativo.

E se olharmos a composição do nosso comércio exterior, Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma das mais atuantes figuras da nossa Comissão de Relações Exteriores, V. Exª se lembra que a cada vez que vamos sabatinar alguém que é candidato à aprovação do Senado para assumir o posto de embaixador em algum país, sempre recebemos uma informação, sempre, competente e minuciosa do Itamaraty, e entre as informações está o movimento, as transações comerciais do Brasil com aquele país. Não importa o país, qualquer que seja o país – desenvolvido, subdesenvolvido, da África, Ásia, América Latina, Europa –, sempre a pauta das exportações brasileiras é invariavelmente a mesma: produtos primários.

O Brasil é grande exportador de produtos primários, e é ótimo que seja grande exportador, mas nós não podemos esquecer que as contas externas do Brasil refletem também um fenômeno dramático, que é a desindustrialização do Brasil. A grande conquista do povo brasileiro no século passado, no campo eco-

nômico, foi a industrialização, a criação de sistema industrial relativamente integrado em nosso País, está sendo desmantelada, sob a égide de um partido que se diz dos trabalhadores e que tem como sua principal figura alguém que foi líder dos trabalhadores da indústria paulista e que está promovendo a desindustrialização do nosso País.

Há 25 anos, a indústria de transformação brasileira correspondia a 25% do PIB. Hoje, ela corresponde a menos de 15%, e isso tem reflexo brutal na nossa competitividade, na capacidade de inovação do nosso País, na qualidade dos empregos que são gerados. E o Brasil vai ficando para trás. O Brasil vai ficando para trás.

Em entrevista concedida ao *Valor Econômico*, o Secretário do Tesouro, que parece que está prestes a mudar de lugar, o Sr. Arno Augustin, em outro tema, o tema da austeridade fiscal, anunciou que o Governo já não assume mais nenhum compromisso com a austeridade.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou seja, o Governo parece que vai deixar de lado a meta do superávit fiscal, que é de 3,1% do PIB. Parece que vamos começar a aceitar a criação de uma banda para cima e para baixo, para escapar dos constrangimentos do estabelecimento do superávit fiscal, que foi um dos pilares da recuperação econômica e da solidez econômica que o nosso País, por muitos anos, pôde ostentar, a partir das reformas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso.

O que se anuncia, segundo a expressão do jornal *O Estado de S. Paulo* – e a expressão é dele, não é minha; é de um editorialista de *O Estado de S. Paulo*, geralmente comedido nas suas palavras...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... é o que o austero *Estadão* denomina de "gandaia fiscal".

Srª Presidente, Srs. Senadores, poderia enveredar também para a exploração deste tema, da situação fiscal do País, em que se verifica uma queda da arrecadação, resultado da queda da atividade econômica, mas também das políticas de desoneração, que não se acompanham da necessária, e que seria desejável, correspondente do corte de gastos públicos. Isso leva à deterioração também preocupante da situação fiscal do nosso País.

A Senadora Vanessa Grazziotin, Senador, até já me chamou a atenção, dizendo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... que eu não posso conceder apartes falando pela Liderança. Mas como V. Exª vai ocupar a tribuna logo mais, tenho certeza de que V. Exª poderá, com muito mais competência que eu, até, se aprofundar nesse tema. E eu lamento, infelizmente, pois fui chamado...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Senador Aloysio, para não soar como discriminação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos ouvir o Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Vamos ouvir o Senador Ataídes. Darei mais cinco minutos a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito bem. V. Exª, como sempre, é um cavalheiro, um *gentleman* e um excelente colega.

Nobre Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não que a Senadora Vanessa Grazziotin não o seja.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, Presidente Jucá e nosso nobre Líder, Senador Aloysio. Senador Aloysio, eu vejo na televisão o Governo descrever a situação socioeconômica deste País de uma forma tão convincente que às vezes eu percebo que o nosso País está num céu de brigadeiro, está navegando em águas perenes. Mas a verdade não é essa, Senador. V. Exª, com muita sabedoria e precisão, colocou agora, na sua fala, de forma tão perfeita, a verdade sobre os nossos números. E a contabilidade...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – ... é uma coisa magnífica. É a famosa partida dobrada, em que os números não mentem. Já dizia Itamar Franco, o nosso brilhante Itamar Franco: "Os números não mentem". E o quadro não é bom. Só para se ter uma noção, em 2002, a dívida da União, Senador, era de R$641 bilhões. Doze anos depois, essa dívida, hoje, já ultrapassou R$2 trilhões. Veja só: R$641 bilhões; doze anos depois, R$2 trilhões! A folha de pagamento da União, de R$64 bilhões, hoje ultrapassou os R$210 bilhões. E agora, com esse novo Ministério, e eu não consigo entender, captar essa ideia, uma vez que já há um punhado de empresas, de órgãos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Presidente. Já incumbidos de dar esse suporte às pequenas e médias empresas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Mas, resumindo, é o seguinte, Senador: desemprego é uma preocupação enorme que eu tenho. Nós estamos hoje com o desemprego abaixo de 6%, mas, se permanecer a economia da forma em que se encontra, com nossos empresários amargando prejuízos mês a mês, o resultado será um só, a demissão. Ai, sim, aí vai acender a luz vermelha no Governo. V. Exª também falou sobre a balança comercial, sobre nossas exportações. Menos exportação, mais dívida, mais dívida externa. Era só isso que eu queria colocar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª o aparte.

V. Exª se refere ao que se vê na televisão. Pois eu assisti...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... no final da semana, a programa de propaganda do PT. Como V. Exª bem lembrou, a maravilha das maravilhas, céu de brigadeiro. Mas, logo em seguida, veio o Jornal Nacional. E aí, o que se viu foi inflação, o estrangulamento da nossa infraestrutura, a violência das grandes cidades, a corrupção, enfim, os problemas que o brasileiro enfrenta no dia a dia e que, de alguma forma, vão se manifestar quando tivermos diante de nós as eleições, para que o povo brasileiro promova uma mudança de rumos com o seu voto, e mudança de rumos em nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Com a palavra agora, pela ordem de oradores inscritos, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Vou inscrever V. Exª, Senador Wellington Dias, pela Liderança do PT. V. Exª usará a palavra depois de mim, que estou inscrito pela Liderança do PMDB, e do Senador Cristovam Buarque, está inscrito pela Liderança do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu já estava inscrito. Está bom. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – V. Exª já está inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ótimo. Obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só pegando um gancho com a bela fala do nosso Líder Aloysio Nunes, no Fantástico desta semana, vi que a Polícia Federal não está mais prendendo quadrilhas de cinco, de oito, mas quadrilhas de cem, duzentos, trezentos integrantes. Só quero saber aonde é que este País vai parar; onde é que vai ter cadeia, se é que vão prender, para essa gangue que rouba o dinheiro do povo.

Tenho dito que a corrupção neste País é maldita, é perversa, mata o povo brasileiro. Gestores corruptos são verdadeiros homicidas porque matam em série. Matam em série. Isso é verdade! Porque quando a pessoa chega a um hospital não tem medicamentos, não tem leitos, não tem segurança, não tem nada. Então, essa corrupção é maldita, é perversa. Um dia espero ver ser debelada essa coisa que mata nosso povo.

Pois bem, Presidente, na semana passada, vim a esta tribuna para falar sobre o Regime Próprio de Previdência Social, que é uma preocupação enorme minha.

E volto hoje a esta tribuna para chamar a atenção do nosso Ministro Garibaldi, da Previdência Social, e alertar os mais de dez milhões de segurados que temos hoje contribuindo para o Regime Próprio de Previdência Social no Brasil.

Depois desse discurso, recebi milhares e milhares de *e-mails* pedindo para eu repetir este assunto, e estou aqui exatamente para fazê-lo. Até determinei que esse sistema de Regime Próprio de Previdência Social é uma bomba, Senador Alvaro Dias, que, na minha concepção, salvo melhor juízo, tem data para explodir. Eu chego a imaginar que, a médio e longo prazo, de cinco a dez anos, ela vai explodir neste País, porque o sistema foi criado em 1998.

Pois bem, então, vou fazer um breve relato sobre o sistema do RPPS: o Governo Federal, abonado pelo Congresso Nacional, para se livrar de uma profunda crise iminente, instalada na Previdência Social, fruto da má gestão e de outros fatores, regulamentou os chamados RPPS através da Lei nº 9.717, de 1998; da Emenda Constitucional nº 20, de 2008; da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e da Emenda Constitucional nº 47, de 2005. Com essa regulamentação, Estados, Municípios, o Distrito Federal e a União puderam ter o seu RPPS, ou seja, o seu Regime Próprio de Previdência Social. Para tanto, basta que o ente federado crie uma empresa pública para administrar esse Regime de Previdência.

Quem pode participar desse Regime? Somente poderão participar desse Regime os servidores públicos titulares de cargo efetivo investidos mediante concurso público. Atualmente, existem aproximadamente 2.300 RPPS, entes federados com o seu regime próprio,

com uma disponibilidade financeira superior a R$120 bilhões. Essa foi a última informação que eu obtive.

Números de contribuintes, de segurados da União: 2.088.000; dos Estados e Municípios, quase 8 milhões de contribuintes, 7.852.000. Pois bem, aqui somam mais de 10 milhões de contribuintes.

Quanto à União, eu não me preocupo, não, porque a União tem caixa. Preocupam-me Estados e Municípios, até mesmo o Distrito Federal.

Das Contribuições.

A contribuição devida pelos segurados é de 11% sobre os seus proventos, já a contribuição do ente federado não pode ser inferior a 11%, nem superior a 22%.

Aqui começa o grande problema, porque, antes do Regime Geral de Previdência Social, tinha que recolher 22%. Com o advindo dessa Lei de 1998, os entes poderiam recolher só 11%. Então, quem não quer criar o seu regime? Esse é primeiro ponto.

Dos Repasses das Contribuições.

Os entes federados recolhem dos servidores as suas contribuições devidas sobre a folha de pagamento e repassam ao órgão gestor do seu RPPS imediatamente, bem como o ente federado deverá pagar sua contribuição patronal mensal de acordo com a lei vigente e fazer sua comprovação junto à Secretaria da Previdência Social, em até 30 dias após o encerramento bimestral.

Vejam só: eles têm que recolher, têm que pagar e têm que prestar contas ao Ministério da Previdência Social.

Da Taxa de Administração.

Cada RPPS tem uma taxa para a mantença de suas despesas operacionais.

Para suprir as despesas operacionais, é determinado um percentual de no máximo 2% sobre o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, referentes ao exercício anterior, conforme Portaria do Ministério da Previdência Social nº 402, de 2008.

Da Fiscalização do RPPS.

A fiscalização, orientação, supervisão, acompanhamento e auditorias diretas e indiretas dos RPPS instituídos pelos entes federados são de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social, conforme determina o art. 9º da Lei 9.717, de 2008

Da Política de Investimentos desses fundos.

Vamos lá!

Os recursos disponíveis dos RPPS devem ser aplicados de acordo com a Resolução n° 3.922, de 2010, do Conselho Monetário Nacional, em atendimento ao art. 6º, inciso IV, da Lei nº 9.717, de 1998, conforme abaixo:

a) podem aplicar até 100% em renda fixa, em títulos públicos – grau de risco dessa aplicação: baixíssimo. Faço aqui um comentário, Sr. Presidente. Eu não acredito que algum gestor do RPPS tem a coerência, a responsabilidade e a competência para investir com segurança e rentabilidade esse fundo. Se tiver algum gestor, quero parabenizá-lo.

b) Podem aplicar também em renda variável, até 30% de todos esses recursos disponíveis – grau de risco dessa aplicação: alto e altíssimo. E aí vêm as aplicações em fundos de ações, em bolsa de valores, em fundo de investimento multimercado, em fundo de investimento em participação e em fundo de investimento imobiliário.

Aqui, Senador Alvaro, a vaca começa, ou melhor, aqui a vaca vai para o brejo – esse é um termo "rocídico" nosso lá do interior do Tocantins.

Ou seja, o grau de risco dessas aplicações em renda variável é alto e altíssimo, e esse dinheiro não pode e nem deve correr riscos, uma vez que sua finalidade é assegurar os benefícios previdenciários aos seus contribuintes. Exemplos: aplicação em bancos falidos sob intervenção e liquidação pelo Banco Central do Brasil – isso foi verificado, e vou ler daqui a pouco. Há milhões e milhões aplicados no Banco Santos, no Banco Cruzeiro do Sul, no Banco BVA, em corretora Diferencial e tantos outros.

Do parcelamento das dívidas dos entes federados com os seus RPPS.

Vejam só: retém esse recurso, apropria-se desse recurso, usa-o para outra finalidade e não paga o seu RPPS, o seu Regime Próprio de Previdência Social. Aí, o Governo, que, como sempre, é muito bonzinho, baixou uma Portaria em que diz o seguinte: "Os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão parcelar em até 240 meses as dívidas com RPPS acumuladas até outubro de 2012" – conforme Portaria nº 21/2012 do Ministério da Previdência Social.

Nesse caso, já ocorreu um sério desequilíbrio financeiro no caixa desses RPPS, uma vez que, se esse dinheiro estivesse no caixa, estaria aplicado no mercado financeiro, tendo a sua devida rentabilidade, ou seja, aí já houve um desequilíbrio enorme.

Do equilíbrio financeiro dos RPPS.

O equilíbrio financeiro é a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em caso de exercício financeiro. Por sua vez, o equilíbrio atuarial é a garantia de equivalência. Assim sendo, o equilíbrio ou o desequilíbrio dos RPPS ocorre por meio da confrontação entre ativos garantidores e o total das provisões das receitas, em que o resultado poderá ser superavitário ou deficitário.

Dos riscos, Presidente.

É sabido que o Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Ministério da Previdência Social, vem, ao longo dos anos, contabilizando os déficits sucessivos. Imaginem se os gestores dos Estados e Municípios que estão aí em situações calamitosas irão ter a competência, a responsabilidade, salvo exceção, para administrar um regime próprio de previdência social com tamanha complexidade. Ainda mais, os Estados e Municípios que estão, em sua maioria quase absoluta, falidos, e seus gestores não podem ver dinheiro público. Eles têm problema com saúde, com segurança, com transporte, com educação e, de repente, eles veem, no caixa do seu RPPS, R$4 bilhões, R$5 bilhões. Isso é um risco.

Exemplo: má gestão.

Há um acórdão aqui do Tribunal de Pernambuco, mas eu quero ler antes aqui o jornal *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão*, do dia 22 de março de 2010: "Previdência de Municípios corre risco de falência".

E segue a matéria:

> *Dos 2.207 municípios que criaram regimes próprios de previdência para bancar as aposentadorias de seus servidores, 331 resolveram extinguir o serviço e repassá-lo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).*
> *Outros 100 municípios correm o risco de ver seus regimes falirem e mais 700 estão com pendências no Ministério da Previdência [Social] e poderão ter o repasse das transferências voluntárias do governo federal suspenso.*

Ou seja: em 2010, o *Estadão* já dizia que 331 já haviam pedido a extinção; que 100 estavam em estado de pedido de solicitação de extinção e 700 pendentes.

Hoje, o número é muito superior, e eu vou trazer, no próximo discurso, esses números mais atualizados. E aí, então, o *Estadão* continua:

> *A deterioração financeira desses regimes tem, pelo menos, três explicações (dados do jornal o Estado de São Paulo): desvio de recursos para fins eleitorais, má administração e dificuldade financeira do pequeno Município para sustentar os elevados custos de gestão.*
> *Normalmente, os Municípios que decidem criar uma estrutura para pagamento de aposentadorias estão preocupados apenas com o alívio momentâneo nas contas públicas. Muitos Prefeitos pensam apenas no curto prazo e não têm condições de arcar com o custo. Esse é um dos motivos para a extinção do regime, explicou o Secretário da Previdência Social, Sr. Helmut.*

O Estadão disse isso.

Desvio de recursos para fins eleitorais. O *Estadão* deixou muito claro que é um dos fatores.

Apropriação indébita – olhem a apropriação indébita, o que também já foi dito. Alguns Prefeitos e Governadores apropriam-se desse dinheiro e não pagam seu RPPS. Agora, então, o Governo, por intermédio da Portaria nº 21, de 2012, deu a liberdade de parcelar em até 240 meses.

Então, o grau de risco hoje do sistema é iminente, não há dúvida nenhuma.

O pagamento das contribuições.

Vejam só: é sabido que só se pode apropriar-se de 2% de toda essa arrecadação para a sua mantença, para os seus custos operacionais. E há um acórdão do Tribunal de Contas do Mato Grosso, de julho 2009, em que o Tribunal diz que foram apropriados 4...

(Interrupção do som.)

A situação geral do sistema hoje.

Conforme dados do Ministério da Previdência Social, o número de RPPS, instituído entre os Estados e Municípios, supera os dois mil.

E repito: 100 estão em processo de extinção; 300 já foram extintos; e R$ 700 estão irregulares. Esse fato acarreta não só insegurança jurídica, como também insegurança financeira. A responsabilidade – e, agora, é o mais interessante –, ou seja, a bomba estourou, não há dinheiro no caixa, a fila de segurados está ali para requerer a sua devida aposentadoria. De quem é essa responsabilidade? Do Governo Federal? Eu digo: a responsabilidade é dos próprios Entes Federados, a responsabilidade é dos Municípios, dos Estados. Agora, se os Estados estão quebrados, o que vai acontecer com esses segurados? O que eles vão fazer com esse sonho de longa data?

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vão ter de continuar trabalhando, porque os Estados não têm como pagar; não têm como recorrer ao Regime Geral de Previdência Social, porque o Regime Geral de Previdência Social já saiu fora, já deixou a batata quente na mão dos Entes Federados.

Essa bomba é de inteira responsabilidade dos Entes Federados, conforme art. 2º, §1º, da Lei 9.717, de 1998.

Esses entes estão literalmente doentes! Os Estados e Municípios estão falidos, quebrados, não tendo a mínima condição de arcar com os prejuízos decorrentes da administração anterior.

Solução.

Sr. Presidente, já estou tomando as providências para a solução, para a elaboração de um projeto de lei que regularize isso, principalmente nessa questão

de desvio de dinheiro, essa parte de aplicação desses recursos. Isso é gravíssimo! Trinta por cento em renda variável é gravíssimo! Esse não repasse, esse recolhimento, nós temos de corrigir.

Outro detalhe muito importante que a Lei nº 9.717 colocou é que os Entes Federados podem pagar 11%, não mais os 22%. Só aí há um desequilíbrio muito grande! Então, esse projeto corrige esses fatores.

Também pretendo, Sr. Presidente, fazer audiências; nós temos de buscar audiências. Eu preciso aprofundar mais esse tema, porque são 10 milhões de segurados hoje. Se continuar assim...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... daqui a cinco, dez anos, não tenho dúvida nenhuma, esse pessoal vai ficar literalmente na mão. Interessante que a dívida, hoje, de Estados e Municípios chega a R$40 bilhões.

E, terminando, então, Presidente, eu peço aos senhores segurados, encarecidamente, que fiscalizem o seu regime próprio de Previdência Social. É um dever também seu, segurado. Faça isso, antes da sua decepção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de registrar a presença, em plenário, da Srª Gisele Nunes, esposa do Senador Aloysio Nunes, junto com o Sr. O'donnel McDale e diversos cidadãos americanos que participam da nossa sessão.

Sejam todos bem-vindos! *Welcome!*

Eu gostaria de pedir ao Senador Ataídes que presida os trabalhos.

Eu concederei a palavra, agora, ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, para uma breve comunicação. Logo após, eu falarei, pela Liderança também, por cinco minutos.

Assim, mais uma vez, peço ao Senador Ataídes que presida a sessão.

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ataídes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ao ver o Senador Wellington Dias, que é do Piauí, lembrei-me de uma grande figura que o Paraná ganhou do seu Estado, do Piauí: o médico Dalton Paranaguá, que foi secretário de saúde e prefeito de Londrina.

O médico Dalton Paranaguá repetia incansavelmente: "A saúde do povo é a suprema lei". Foi médico e secretário da saúde do Estado, e, nas paredes da Secretaria de Saúde do Paraná, até hoje, está esta frase verdadeira: "A saúde do povo é a suprema lei".

Faço referência a Dalton Paranaguá para trazer à tribuna minha opinião sobre o que se anunciou, recentemente, no cardápio de um almoço entre o Ministro Patriota, das Relações Exteriores, e o seu colega de Cuba, Bruno Rodrigues: a contratação de seis mil médicos cubanos para trabalhar no Brasil.

Imediatamente, o Conselho Federal de Medicina reagiu a essa iniciativa do nosso governo e, em nota, condenou "veementemente a entrada de médicos estrangeiros ou de brasileiros que obtiveram diplomas em cursos no exterior e que não tiveram a sua respectiva revalidação como solução para a cobertura assistencial nas áreas de difícil provimento".

O Conselho Federal de Medicina não aceita essa providência como solução. Destaca que "medidas nesse sentido ferem a lei, configuram uma pseudoassistência, com maiores riscos para a população, e, por isso, além de temporárias, são temerárias, por se caracterizarem como programas político-eleitorais".

É procedente a preocupação manifesta pelo Conselho: "Se a Constituição Federal não estipulou cidadãos de segunda categoria, então, o País não pode permitir que tais segmentos sejam atendidos por pessoas cuja formação profissional suscita dúvidas com respeito a sua qualidade técnica e ética".

O Conselho sustenta que "ao contrário do que asseguram os defensores dessa proposta, estudos indicam que os médicos estrangeiros tendem a migrar para os grandes centros a médio e longo prazo".

No entendimento do Conselho, a criação de uma carreira de Estado para o médico do SUS – com ênfase na atenção primária, com a previsão de infraestrutura e de condições de trabalho adequadas – asseguraria a presença de médicos e um efetivo atendimento nas áreas distantes e nas periferias dos grandes centros.

Ressalto: nos últimos três anos, os médicos estrangeiros que realizaram o teste de validação de diploma apresentaram um índice de reprovação de 99%, segundo dados do Ministério da Educação. Portanto, 99%! É quase que a totalidade de reprovação. É um índice preocupante. Se olharmos para o interesse da população brasileira, é um índice extremamente perigoso.

A "solução mágica" encontrada pelo governo – a contratação de seis...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... mil médicos cubanos – é uma decisão temerária e que expõe a saúde da população a risco potencial. E acrescento: dados do Conselho Federal de Medicina mostram que 40% dos médicos registrados nos CRMs do País não têm residência médica. Isso compromete, seriamente, a formação acadêmica.

Nos dois últimos anos, 12 mil médicos recém-formados não entraram em vagas de residência médica por ausência de vagas.

Concluo, Presidente: a população brasileira necessita de cobertura assistencial nas áreas de difícil provimento. Ninguém questiona! Mas precisam ser médicos qualificados.

Os critérios para a revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina vão continuar rígidos. É o que decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar um recurso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na última quarta-feira, contra uma sentença que beneficiava um profissional graduado na Bolívia.

A decisão ocorreu na mesma semana que o governo brasileiro anunciou a intenção de trazer seis mil médicos cubanos para trabalhar em áreas carentes. A proposta recebeu ferrenhas críticas de entidades da categoria, principalmente por existir a possibilidade de que os estrangeiros não tenham a necessidade de revalidar os seus diplomas.

A posição do Conselho de Medicina de que os médicos cubanos podem ser mal preparados se baseia na baixa taxa de aprovação desses profissionais no exame de revalidação de diploma de medicina. De 182 profissionais cubanos inscritos no teste, apenas 20 acabaram sendo aprovados.

Portanto, Sr. Presidente, trago esta preocupação, que não é só nossa, é do Conselho de Medicina e, certamente, de toda a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Agradeço, Senador Alvaro.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, pela Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin, uma vez que tenho um compromisso agora, fora da Casa, e pedi a palavra, rapidamente, para fazer um registro que já foi feito aqui por outros Senadores – o Senador Paulo Paim já falou, assim como o Senador Aloysio Nunes, diversos Senadores e Senadoras já se manifestaram –, mas eu gostaria também de somar a minha voz a esse dia tão importante, o dia 13 de maio, que celebra a Abolição da Escravatura, um marco na história do nosso País.

A Abolição da Escravatura ocorreu de forma rápida, com a tramitação na Câmara e no Senado de um Projeto de Lei nº 1. Um projeto de lei, extremamente simples, que dispunha, em seu art. 1º: "*É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil*". E um art. 2º estabelecia: "Revogam-se as disposições em contrário".

Com dois parágrafos simples, mudou-se a vida de um país. E temos evoluído ao longo desse tempo.

Eu gostaria de fazer o registro, vindo aos tempos atuais, das conquistas que tivemos nos últimos anos, como a Lei de Cotas, como o Estatuto da Igualdade Racial, como os dispositivos dos programas sociais implementados pelo Governo Federal; enfim, caminhos construídos para democratizar o acesso à educação – e aqui está o Senador Cristovam Buarque, um baluarte na luta a favor da educação no País. E não há forma melhor de se construir a igualdade do que se dar uma educação igual, do que se dar a oportunidade a todos. E tivemos, então, o Pronatec, ProUni, bem como vários programas, mas temos que avançar ainda mais.

O dia de hoje é para comemorar a libertação dos escravos, mas é um dia também de reflexão para que tenhamos condições de discutir caminhos para libertar a sociedade na sua plenitude, com educação de qualidade, com saúde de qualidade, com trabalho melhor, com formação técnica. É uma luta contínua, que começou com a Independência do País, avançou com a República, avançou com a Lei Áurea, avançou com diversos movimentos e a Constituição do País, mas que precisa ser renovado a todo o momento.

Então, gostaria de, aproveitando a oportunidade de hoje, comemorar esse fato histórico e reafirmar o nosso compromisso com a igualdade em nosso País, com a fraternidade, com a liberdade, com os princípios que são universais e que podem indicar o acerto dos avanços últimos que conseguimos. E estão aí os resultados da Lei de Cotas, mostrando que foi um acerto, porque a aferição dos exames mostra que aqueles que estão ingressando por intermédio dessa lei, praticamente, estão em pé de igualdade nas avaliações feitas nas universidades. Esses instrumentos são importantes para construirmos a igualdade, que foi buscada aqui com a Abolição da Escravatura.

Fica aqui o meu registro, nesta data importante para comemoração, mas, principalmente, Presidente Ataídes, para reflexões do Brasil que queremos, do que já conseguimos, que foi muito, mas do muito que ainda precisamos avançar. Vamos avançar com democracia Vamos avançar com formação educacional! Vamos avançar, efetivamente, fazendo a revolução educacional que o Brasil precisa fazer.

Quero registrar o nosso compromisso com a educação, com a formação e com a liberdade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, pelo PCdoB da Amazônia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Ataídes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, apesar de já ter feito isto brevemente enquanto conduzia os trabalhos desta Casa na tarde de hoje, eu também não poderia deixar de citar, neste momento, da tribuna, a importância desta data, 13 de maio de 2013, quando comemoramos os 125 anos da Lei Áurea, a lei que trouxe a abolição dos escravos em nosso País.

Sr. Presidente, eu também entendo que nós precisamos avançar, avançar muito. Quero repetir aqui as palavras finais do Senador Paim, o único Senador negro nesta Casa, que se disse esperançoso de um dia vir a esta tribuna para anunciar ou de ouvir alguém anunciando desta tribuna que não há mais qualquer tipo de discriminação no País.

Apesar do muito que temos que caminhar, que temos que avançar... Um exemplo já foi dado aqui. Como pode o Parlamento, o Senado Federal, o Senado da República Federativa do Brasil, que possui 81 Senadores e Senadoras, ter somente um negro ou somente oito mulheres? Esse não é o espelho da sociedade brasileira. Então, isso é um indicador de como o Brasil precisa avançar em alguns setores, principalmente na política, Sr. Presidente.

Outro exemplo que eu poderia dar é a questão das empregadas domésticas. Muitos de nós comemoramos porque aprovamos, recentemente, a emenda constitucional que garante a elas todos os direitos que têm os demais trabalhadores brasileiros, uma reivindicação de décadas e décadas. Empregada doméstica é tratada como trabalhadora, ou trabalhador, de segunda categoria. Nesse segmento, mais de 90% dos trabalhadores e das trabalhadoras são mulheres, e mulheres negras, uma parcela muito importante, significativa, nesse meio. São indicadores que apontam que precisamos avançar muito no País.

Entretanto, Sr. Presidente, na última década, principalmente, ou nos últimos 20 anos, o Brasil teve avanços importantes, significativos – vou citar apenas dois setores – na renda e na educação.

Quanto à renda, Sr. Presidente, os estudos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a quem está vinculado o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, que também trabalha na pesquisa de questões sociais, mostram que a renda da população parda e preta cresceu muito no Brasil. Os estudos mostram que, em 2001, 31% da população preta e parda estava na classe média e que, dez anos depois, em 2011, era 51% da população. Um avanço importante, um avanço significativo.

Na área da educação, os dados também são extremamente positivos. A participação de brasileiros e de brasileiras que se autodeclaram pretos ou pardos no ensino superior cresceu muito, dobrou nos últimos dez anos, saltando de 19% para 38%, quase 40%.

São indicadores importantes, Sr. Presidente, que, repito, precisam melhorar. Mas não tenho dúvida alguma de que, apesar de todos os problemas, da crise econômica por que passa o mundo, tem havido um grande esforço, sobretudo, do Governo para procurar fazer com que esse crescimento econômico, com que esse desenvolvimento venha, mas venha, necessariamente, com distribuição da renda.

Aí a polêmica está instalada, porque muitos dizem que o salário é o principal responsável pela inflação do País. Não é o salário. Os dados mostram que, se há um segmento responsável pela inflação, esse segmento é o da alimentação, que não está sujeito a qualquer regra ou a qualquer decisão da área econômica; está sujeito, sim, a questões climáticas. V. Exª, que vem de um Estado eminentemente produtor, sabe perfeitamente disso.

Então, creio que se deve à política, que aprovamos no Senado, de valorização do salário mínimo, de aumento do poder aquisitivo dos mais humildes deste País, à política de distribuição de renda, da Renda Mínima, do Brasil Carinhoso, enfim, a um conjunto de medidas sociais.

Agora mesmo, o MEC anunciou a concessão de mais um programa social para jovens estudantes brasileiros cuja renda familiar mensal não ultrapasse R$1.500,00 e que estudem em cursos cuja carga horária seja superior a cinco horas diárias.

Eles poderão acessar uma bolsa, desta vez denominada Bolsa Permanência, de R$400,00 para poderem seguir fazendo o curso de Medicina, o curso de Farmácia, de Bioquímica, de Engenharia, aqueles cursos cuja carga horária é bem maior do que a de outros cursos. Essa bolsa de R$400,00 é para o conjunto dos estudantes que, repito, além do critério de renda, estejam inseridos nas quotas, não só na de negros, mas também na social, daqueles que estudaram em escolas públicas. Quando forem índios ou negros, que vivem em quilombos, a Bolsa Permanência aumenta de R$400,00 para R$900,00. Este é o momento importante do nosso País que quero destacar.

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna também porque, hoje, muito cedo, concedi uma entrevista para a Rádio Senado e foi com muita alegria que ontem, quando comemoramos o Dia das Mães, eu li uma bela matéria, publicada no jornal *Correio Braziliense*, jornal da Capital Federal, tratando dos soldados da borracha. A matéria trata o assunto com muita responsabilida-

de e mostra, de fato, a importância das reivindicações desses senhores, pessoas com idade já muito avançada, que foram muito importantes não só na história do Brasil, mas do mundo inteiro, principalmente no que diz respeito ao esforço dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

O título da matéria publicada no *Correio Braziliense* de ontem é "Soldados da borracha na OEA", na Organização dos Estados Americanos. Essa matéria, de autoria dos repórteres Renata Mariz e Edson Luiz, demonstra o quanto tem sido negativa para esse conjunto de brasileiros que vivem na Amazônia, na sua grande maioria ainda na Amazônia brasileira, sobretudo no meu querido Estado do Amazonas e nos Estados de Rondônia e do Acre, principalmente – há aqueles que vivem no Pará e no Amapá, mas grande parte deles vive no Acre, em Rondônia e no Amazonas –, a paralisia do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, o quanto isso tem repercutido de forma negativa para os soldados da borracha.

Refiro-me ao Projeto de Emenda à Constituição nº 556, de 2002, um projeto de emenda constitucional de minha autoria, que este ano completa 11 anos de tramitação na Câmara dos Deputados, sem que tenha havido, até agora, um desfecho, espero importante, para os trabalhadores soldados da borracha.

A PEC é conhecida como PEC do Soldado da Borracha e corrige uma injustiça com os milhares de seringueiros que foram levados à Amazônia com a finalidade de produzir borracha para abastecer a indústria bélica norte-americana, principalmente durante o período da guerra.

Todos sabem que lá, no final do século XIX, em 1890, o Brasil tinha como principal elemento da sua pauta de exportação o látex, a borracha, além de outros produtos oriundos do extrativismo, como a castanha, a juta, a malva. Mas a borracha era o principal produto. Ela chegou a representar, num determinado momento, 40% das nossas exportações. Somente o Estado do Amazonas participava com 25% do total das exportações brasileiras. Não era à toa que, naquele período, naquela época, a cidade de Manaus era conhecida como a Paris dos Trópicos. Para a gente, ficaram algumas boas lembranças do passado e alguns monumentos belíssimos, como o Teatro Amazonas, sem dúvida nenhuma um dos mais belos teatros que esta Nação possui. Todo ele veio de fora, da Europa. Não há nada ali, a não ser, obviamente, o pau-brasil, a madeira utilizada, que não tenha vindo da Europa. Então, aquela foi a herança do período áureo da borracha, como nós conhecemos. Manaus foi a primeira cidade a ter energia elétrica, a ter uma universidade, a ter bonde. Mas, com a biopirataria da Malásia, que passou a plantar e produzir a borracha de forma mais eficiente que o Brasil após levar embora essa planta que era genuinamente nossa, que não havia em nenhum rincão do mundo, apenas no Brasil, veio a crise, a debacle da borracha.

Como a Malásia não estava do lado dos aliados à época, foi necessário um grande esforço, e o Presidente da República da época publicou um decreto chamando... Senador Pedro Taques, havia dois decretos: um chamava jovens brasileiros para se alistarem e irem para o *front* de guerra e o outro chamava brasileiros para irem não ao *front* de guerra, mas à Amazônia, num esforço da extração da borracha. Inclusive, recursos internacionais chegaram ao Brasil, porque eles eram alistados, recebiam proventos, uniformes, colocações – que é como chamam até hoje – dentro dos seringais.

Eles foram para lá e receberam um monte de promessas, entre elas a de que teriam um tratamento igual ao dado aos combatentes de guerra.

Estima-se que, durante a guerra, morreram 30 mil brasileiros que foram à Amazônia. Não por arma de fogo ou por bomba, mas em decorrência de malária, de picadas de cobra, de uma série de adversidades que a floresta impõe àqueles que dela não fazem parte naturalmente, a quem não conhece nem domina seus segredos, algo que o amazônida domina plenamente.

Então, essa proposta de que falo, Sr. Presidente, a PEC nº 556, de 2002, de minha autoria, iguala a situação dos soldados da borracha à situação dos ex-combatentes de guerra, os pracinhas.

Concedo um aparte, Senador Taques, a V. Exª.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora Vanessa, quero me associar a V. Exª nessa preocupação. Nos Estados do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul, poucos se lembram dos soldados da borracha. Eu, como Procurador da República, quando oficiei nos Estados do Acre e Rondônia, vi a grande penúria desses cidadãos brasileiros que lá se encontram. Isso inclui a questão previdenciária, pois eles estão ali e até hoje não se resolveu a situação previdenciária desses brasileiros que foram para lá nesse chamado esforço de guerra. Parabéns a V. Exª por agitar esse tema que é de suma importância.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu é que agradeço.

Eu me referi aqui a uma importante matéria publicada no *Correio Braziliense* que dá conta da ida de uma delegação de soldados da borracha, homens com mais de 80 anos de idade, a Washington, no mês de março passado. Eles foram a Washington para terem um encontro com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e

pedir-lhes apoio. Lá, estiveram com a Ministra de Direitos Humanos, com quem estivemos inúmeras vezes.

Quero destacar aqui que há muitos anos nós negociamos, inclusive com o Poder Executivo, a aprovação dessa emenda constitucional, para que se faça justiça. Digo com muita tristeza que, na época em que começamos a luta, eram aproximadamente 18 mil ex-soldados da borracha.

Não podemos confundir o seringueiro com o soldado da borracha. Soldado da borracha foi aquele mobilizado, em sua grande maioria no Nordeste, especialmente no Estado do Ceará, para esse esforço na Amazônia.

Não estamos falando de seringueiros;estamos falando de soldados da borracha, aqueles que têm documentos em que está comprovado e que hoje já recebem uma pensão. Mas é uma pensão muito baixa, em torno de mil trezentos e poucos reais. Muito baixa se comparada à dos ex-pracinhas de guerra.

Na época eram de 16 a 18 mil, Senador Pedro Taques; hoje há algo em torno de 7 mil vivos. O Presidente do sindicato lá do meu Estado, o Amazonas, faleceu durante a luta. Muitos dos líderes dessa luta estão falecendo.

Então, o que nós queremos, e o Ministro Gilberto Carvalho tem sido... Foi criado há pouco tempo um grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, sob o comando do Ministro Gilberto Carvalho, para fazer um estudo dos impactos. Sem dúvida nenhuma, a gente precisa desse apoio.

Agora, independente do apoio do Poder Executivo, a Câmara, assim como o Senado, é o Parlamento brasileiro. E o Parlamento brasileiro tem que se sensibilizar em relação a essa matéria. Precisa pautar e votar, para sabermos qual será o prejuízo que traremos às finanças brasileiras aumentando de R$1.356 para R$4.500 a situação e a condição desses homens. Repito, é um direito que eles têm por lei, porque não foram para a Amazônia por conta própria; foram à Amazônia porque atenderam a chamamento do Governo Federal através de um decreto, porque receberam do Governo Federal todas as promessas de que teriam tratamento igual ao dos homens brasileiros que estavam sendo mobilizados para a Europa, para atuar no *front* de guerra. Mas, infelizmente, até agora eles não conseguiram esse direito.

Sr. Presidente, destacando o fato de que todos eles têm mais de 80 anos de idade hoje, quero citar como exemplo o Sr. Josino Pequeno de Melo, um ex-soldado da borracha que cortou seringa a sua vida toda. Chegou jovem à Amazônia e mudou para o seringal de Ituxi, no Estado do Amazonas. De 1942 até o final de Segunda Guerra, em 1945, ele ensinou os arigós que chegavam a colher o látex também, a dividir e a defumar a seringa.

Com saudosismo, o Sr. Josino lembra detalhes da época, inclusive do sofrimento dos arigós, que era como os nordestinos eram chamados. Durante os anos árduos de trabalho, o Sr. Josino foi picado por um mosquito que desencadeou uma doença rara que persiste até o dia de hoje. O Sr. Josino tenta desesperadamente, além do tratamento para a sua doença, que não é barato, a busca por justiça, pela aprovação da referida emenda constitucional.

Quero ler alguns trechos... O fato é que hoje nós temos algo em torno de 7 mil ex-combatentes da selva – é assim que eles se denominam – vivos. E eles, repito, reivindicam as promessas que lhes foram feitas há 70 anos para que eles pudessem ir.

A floresta não é fácil, Sr. Presidente. Sair lá do sertão do Nordeste brasileiro para viver em uma área completamente diferente... É uma mata, mata fechada. E não é viver na cidade, não; é viver dentro do seringal para acordar às 3 horas da manhã e sair com uma poronga na cabeça, que é onde se acende a lamparina para iluminar. Eles saem para fazer o corte e recolher a borracha antes de o dia clarear. É esse o trabalho do seringueiro, que anda quilômetros e quilômetros a fio. É assim que se dava o trabalho dessas pessoas.

Eles estiveram, no último mês de março, na OEA. Dessa reunião que tiveram em Washington, participaram representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E foram lá em busca de apoio...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...para que se chegue a um acordo. A principal reivindicação, repito, é a equiparação deles com os ex-combatentes de guerra.

E é bom que se diga que, nesse período, nós conseguimos aprovar duas leis importantes: uma que reconhece o soldado da borracha, porque determina o Dia Nacional do Soldado da Borracha; e outra que inscreve no livro dos herois da Pátria os soldados da borracha. Um projeto é de minha autoria, aprovado e sancionado e outro projeto, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, do Estado do Acre, aprovado e sancionado também. Em uma belíssima solenidade no ano passado, foi feita a inscrição dessas pessoas importantes no livro dos herois da Pátria. E eu digo herois da Pátria porque eles foram importantes não só na extração da borracha, mas também porque, num momento delicado para o mundo, eles ajudaram a ocupar a Amazônia.

Veja V. Exª, Senador, lá na nossa região, todos nós, de uma forma ou de outra, estamos entrelaçados com os soldados da borracha. Eu cheguei ao Amazonas muito jovem. Meu pai, com a família, nós fomos morar na cidade de Manaus. Eu nasci no sul do País, no Estado de Santa Catarina, mas minha filha se chama Grazziotin, que é o meu sobrenome, Bezerra.

Bezerra é um sobrenome que vem lá do Nordeste brasileiro. Também um membro da família do meu marido, nordestino, do Ceará, foi para o Amazonas trabalhar como soldado da borracha. E hoje lá estamos nós, eu com uma filha amazonense, que também tem laços e sangue não só do povo de lá, dos indígenas, dos migrantes europeus, mas também dos migrantes nordestinos que foram para lá trabalhar como soldados da borracha.

Bezerra talvez seja, ao lado de Silva, um dos sobrenomes mais populares que existem no nosso País, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Essa é apenas uma amostra do quanto essa luta é importante para todos nós, de como essa luta, Senador Taques – V. Exª tem razão –, dos soldados da borracha é uma luta de todos nós, não somente deles, das suas esposas, das suas famílias. É uma luta nossa.

Eu espero que, a partir de agora... E hoje mesmo tive contato com a Secretaria da Presidência da República, com o Ministério de Direitos Humanos, que, em breve, concluirá o trabalho dessa equipe. Mas o que nós precisamos é aprovar, sem dúvida nenhuma, essa emenda constitucional, porque, repito, só quem conversa com um soldado da borracha sente na pele o sofrimento e a esperança que eles nutrem em ver essa proposta aprovada.

Eles não são muitos, mas estão espalhados em todos os lugares, seja pelos netos, pelos sobrinhos, pelos primos ou até mesmo pelos conhecidos. São Estados, é uma região toda mobilizada a favor desse projeto importante.

Então quero dizer que espero que em breve possa retornar a esta tribuna, Senador Ataídes, para falar da boa notícia do destravamento dessa PEC na Câmara.

Só para concluir, quero dizer que a comissão especial foi formada, já concluiu os seus trabalhos, a matéria está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados e, a partir daí, seguir para esta Casa, o Senado Federal.

O meu partido, o PCdoB, tem sido um partido que, em todas as reuniões de líderes, tem colocado essa matéria como prioridade, mas infelizmente, enquanto os grandes partidos não abraçarem também como sua própria prioridade, nós não conseguiremos levar a matéria a termo e votar para dar essa alegria não só para os soldados da borracha, mas para o Brasil inteiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela liderança do PDT, concedo a palavra ao ínclito Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Presidente, a direção da imprensa do Senado produziu hoje um documento que eu creio que merece os parabéns, porque é um excelente documento. A verdade é que já foi feito um muito parecido em 2008, quando do 120º aniversário da abolição. Agora, no 125º, eles repetem. É o *Jornal do Senado*, Senador Ataídes, mas como se fosse do dia 14 de maio de 1888. Eles retomaram jornais da época e fizeram este jornal agora.

E é um jornal que merece que a gente faça algumas análises; aprendermos nós, aqui do Senado, com o que aconteceu naqueles dias. Primeiro, é saber que, no dia 4 de maio, a Princesa Isabel mandou o que se chama o Discurso do Trono para cá. No Discurso do Trono, no dia 4 de maio, ela falava que era preciso resolver o problema do trabalho servil, que era a maneira eufemística de falar "escravidão." No dia 8, ela já mandou o projeto de lei. No dia 13, um domingo, foi assinado aqui no Senado e, nesse mesmo dia, à tarde, foi sancionado pela Presidente.

Quais são as lições? A primeira lição é que quando há uma necessidade realmente histórica no País, com uma mobilização social forte e lideranças aqui dentro, sobretudo a de Joaquim Nabuco, na Câmara, é possível fazer as coisas rapidamente. Segundo, que uma Princesa em exercício no cargo não precisa pedir licença ao titular, que era seu pai, para assinar a lei. Dom Pedro II só veio saber da Lei Áurea, Senador Wellington, tempos depois, porque ele estava na Europa. E naquela época não havia facilidades de comunicação. Ela estava como Presidente e tomou a decisão de sancionar a lei.

Mas havia outras coisas. Por exemplo: apenas dois Senadores se manifestaram contra a proposta. A lição é boa, porque de vez em quando a gente vota aqui de uma maneira irresponsável, pensando que ninguém nunca vai cobrar os votos errados. Mas um dia a história cobra. Por exemplo: um Senador, o Barão de Cotegipe, votou contra a abolição. Ele disse que a lei reconhecia como propriedade, em matéria tributável, o escravo. Por isso não havia que se falar em abolição. O outro Senador, Paulino de Souza, disse: "Medida arriscadíssima para a ordem social e econômica da nação." Coisa, aliás, que ninguém disse com tanta ênfase, mas chegou a suscitar na hora de aprovarmos aqui a PEC das Domésticas. Muita gente disse que

ia trazer o caos, uma dificuldade. Essa foi a primeira coisa. Falo de dois Senadores, mas nove Deputados votaram contra a abolição. Seus nomes estão registrados na história.

Uma outra lição que a gente precisa realmente ter é a de como, na hora de fazer a medida acontecer, o Brasil vai tão devagar. A Lei Áurea, a gente comemora. Aliás, é preciso lembrar que foi a última vez em que jogaram flores em senadores, das tribunas. Os senadores iam saindo, em direção ao paço, onde a Princesa esperava para sancionar a lei, e o povo jogava flores. Nunca mais houve isso, que eu saiba. É uma lição boa saber como o povo reconhece o nosso trabalho na hora certa. Mas foi um processo muito lento, não só porque levou 400 anos, mas porque passou por uma lei que proibia o tráfico, que não funcionou, depois, outra lei que proibia o tráfico, depois a Lei do Ventre Livre, depois a Lei do Sexagenário, até que se chegou à Lei Áurea, quando já não tinha mais quase jeito.

Uma outra lição é sabermos – além de que é possível fazer rápido – que alguns nomes ficam na história para sempre. Vou ler apenas o nome dos sete que estão nesse jornal: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Castro Alves, brancos, abolicionistas; André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Tobias Barreto, negros ou mulatos, também abolicionstas, que levaram adiante essa luta social, política e econômica com uma campanha nacional que levou ao fim da escravidão.

Quero chamar a atenção também de como alguns Estados saíam na frente. O Ceará fez a abolição quatro anos antes do Brasil. E fez a abolição de uma maneira muito interessante: um dono de escravos alforriou os seus e procurou os vizinhos para que fizessem o mesmo. Eles disseram: "Não tem problema. Compre os nossos escravos que a gente os liberta." Ele disse: "Eu compro, se vocês prometerem que não os substituirão por outros escravos."

Foi em busca de dinheiro e comprou os escravos. E, de fato, naquela pequeníssima cidade – que tive o prazer de visitar só para ver e ter o sentimento – chamada Aracati, que hoje se chama Redenção, a escravidão foi abolida quatro anos antes de 1888. Mas ali já havia um movimento.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Os jangadeiros se negavam a transportar escravos, e o Exército se negava a recolher e perseguir escravos fugidios.

Estou terminando, Senador.

Quero discutir agora a lição de que precisamos, a lição de que nós não completamos a abolição, Senador Ataídes. Nós não a completamos! A escravidão continua sob outras formas. Já não se pode vender, pode-se abandonar. Você não pode vender o escravo, mas pode abandonar os trabalhadores de maneira irresponsável, leviana, porque eles são livres, inclusive para morrer de fome.

É preciso lembrar que essa incompletude da abolição tem origem já em 1888. Aqui, no jornal, há uma reconstituição escrita – agora, é verdade – em que se diz:

> *Ao longo da luta pela abolição foram discutidas propostas nesse sentido [no sentido de completar a abolição], como a criação de colônias agrícolas para os libertos, a desapropriação de terras não exploradas e o desenvolvimento da agricultura. É mister que se estudem ainda outras formas de reparação [aos ex-escravos], como oportunidade de emprego na cidade e acesso à educação, conferindo dignidade ao indivíduo [ao ex-escravo].*

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso se dizia em 1888. Na verdade, Joaquim Nabuco o dizia até antes, e, até hoje, a gente não o fez! Até hoje, não fizemos, Senador Pedro Taques, a reforma agrária, que era fundamental para que a abolição fosse completada. Ainda menos, não demos o passo da educação das crianças filhas dos ex-escravos, de seus descendentes e dos pobres de hoje.

Dez milhões de brasileiros são escravos do analfabetismo. Uma pessoa que não sabe ler, no mundo moderno, é escrava. Ela é escrava da sua incapacidade de saber o que os signos indicam; ela é escrava, por exemplo, por não ver escrito "perigo" e caminhar por onde não deve; ela é escrava, por exemplo, por tomar um remédio, sem saber se aquele remédio é o que o médico prescreveu, Senador Wellington Dias, porque não sabe ler o remédio – não falo nem da bula, mas do nome do remédio. Ela é escrava porque não é capaz de conversar com seus filhos, sobretudo porque não é capaz de escrever uma carta para os filhos. Essa é uma forma de escravidão, a escravidão de não poder escrever uma carta para o filho ou a escravidão de não ser capaz de ler uma carta que vem do filho. Isso é escravidão.

Essa escravidão não vai ser abolida por decreto. Não há mais a possibilidade de uma lei áurea da educação. Mas a gente sabe o caminho. Para mim, esse caminho é dizer que a educação é responsabilidade da Nação brasileira, do povo brasileiro, da União brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por isso, a educação será federalizada. Cada escola será mantida pela União, e cada professor será funcionário do Estado brasileiro. Não é uma lei, é um conjunto de leis. Mas nós não podemos adiar tanto, sob pena de que, daqui a 125 anos, alguém vai ler um jornal deste aqui e dizer os nossos nomes. Não precisam dizer que nós votamos contra. Vão dizer que nós fomos omissos, e a omissão é um pecado tão grave na história quanto votar contra.

Era isso o que eu tinha a falar, Senador Ataídes, mas dois apartes eu gostaria muito de conceder, e o primeiro deles é concedido ao Senador Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Cristovam, naquele momento histórico quando o Senador Barão de Cotegipe votou contra o projeto de lei que resultou na chamada Lei Áurea, ele comparou, como se fazia naquele momento histórico, o escravo a uma propriedade, comparou o escravo a um bem, comparou o escravo a uma coisa. Nós vivíamos, naquele momento, a chamada coisificação do escravo, porque ele era comparado a uma coisa, porque ele não era um fim em si mesmo como indivíduo, mas ele era um meio para se atingir um fim. Por isso, naquele momento histórico, o indivíduo poderia ser trocado por outro da mesma qualidade ou quantidade, tendo em conta a idade e tendo em conta o preço que a ele era ofertado. Imagine que o indivíduo, em razão da cor da pele, não era indivíduo, um fim em si mesmo, mas era uma coisa. O raciocínio do Barão de Cotegipe naquele momento era esse. Levava-se em conta a questão da propriedade e a questão tributária no comércio do negro. Aqui, naquele momento histórico, formalmente, houve o fim da escravidão. Ora, hoje, a escravidão, muitas vezes, é feita de outra forma, mediante a falta de educação formal para que o cidadão possa ter uma transformação na sua vida e para que possa haver uma transformação no meio em que ele vive. A escravidão também tem outras formas, além da falta de educação: a falta de respeito, a falta de dignidade, a falta de consideração. Essas são formas, sim, de escravidão. V. Exª sempre diz que muitos brasileiros não conseguem ler na Bandeira Nacional a expressão "Ordem e Progresso". Se ali colocarmos "Progresso e Ordem", "Não Progresso" ou "Falta de Ordem", se a pessoa for analfabeta, ela não conseguirá ler. Senador Cristovam, no Estado de Mato Grosso, que, aqui, para minha honra, represento, existem mais de 170 mil analfabetos acima de 15 anos, segundo relatórios do Tribunal de Contas do Estado. Portanto, a escravidão, hoje, tem outro sentido: a falta de dignidade. A escravidão tem outra dimensão: a falta de cuidado com o futuro de uma geração. Parabéns pela fala de V. Exª! Esperemos todos nós que aqueles que votaram contra o projeto de lei possam ser respeitados e não possam ser esquecidos, em razão do atraso histórico daquele momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Taques.

Antes de passar a palavra para o Senador Wellington, quero apenas fazer um pequeno comentário, Senadora Lídice.

Veja bem, o processo ficou incompleto, e a prova é a Lei do Ventre Livre, que ficou incompleta. O que diz a Lei do Ventre Livre? É livre o filho de escrava ao nascer. Com isso, camuflaram a lei – e vou dizer por que a camuflaram, talvez – e esqueceram que uma pessoa não nasce plenamente quando sai da barriga da mãe. Esse é o primeiro nascimento. Uma criança, um ser humano nasce quando sai da barriga da mãe e quando, depois, entra na escola do seu país. O ser humano é diferente dos outros animais que, ao saírem da barriga, estão nascidos; o ser humano só está nascido intelectualmente quando tem educação.

A Lei do Ventre Livre foi incompleta, a não ser que eles fossem tão perversos que tivessem colocado o nome "Lei do Ventre Livre" pensando no ventre da mãe, em vez de dizer "lei do nascido livre". Eles não disseram "lei do nascido livre", porque teriam de colocá-lo na escola para ser plenamente livre. Não vou dizer que pensaram isso na época, mas é perfeitamente uma análise que se pode fazer. A Lei do Ventre Livre, Senador Wellington, não está completa, e olhe que é de 1871, é muito mais antiga até do que a Lei Áurea.

Então, a gente não completou a abolição, porque o filho das trabalhadoras de hoje, pobres, ainda nascem prisioneiros, ainda nascem escravos, porque só nascem a primeira vez, não nascem a segunda, ao entrar numa boa escola.

Este é um País das boas leis incompletas. Às vezes, perguntam-me o que acho de algumas propostas do Governo. Não há uma que eu ache que está errada, e não há uma que eu diga que está completa. Nós nos acostumamos com os passozinhos, passozinhos, passozinhos, sem fazer as verdadeiras mudanças que são necessárias.

Ouço o Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Cristovam, primeiro, expresso sempre minha admiração por essa forma com que V. Exª coloca, como uma missão de vida, um tema que é importante para a vida dos outros, o tema da educação. Então, quero dizer que eu e, tenho certeza, muitos brasileiros temos uma grande admiração por V. Exª, por várias razões, mas o centro, a essência é essa sua luta. Lembro-me

de quando V. Exª lançou o livro *A Nova Abolição*, um livrozinho preto, pequeno...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – *A Segunda Abolição.*

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Melhor dizendo, o livro era *A Segunda Abolição*, exatamente. Naquela ocasião, tive o privilégio de fazer uma viagem para a China. E eu me lembrei muito de V. Exª, vendo aquelas inscrições no Mandarim, na língua escrita chinesa, porque eu não entendia nada. Então, ali, eu fiquei imaginando como um homem e uma mulher nascidos neste País – eu estava em outro país, nesse caso – se sentiriam vendo um painel como aquele, vendo as placas, as coisas, sem poder interpretar na língua nativa. Eu acho que V. Exª tem razão em relação a essa dívida. No meu Estado, na entrada deste século, havia em torno de um terço de analfabetos com mais de 15 anos, meu querido Pedro Taques. Eram pessoas que não sabiam ler, que não entendiam o que liam, que não sabiam escrever nem entender o que escreveu. Lembro que V. Exª apresentou, naquela época, o Programa de Alfabetização. Eu queria aqui me reportar a um fato: a nossa querida Esther Grossi esteve lá. Ela tem um método que é bem mais rápido até para o aprendizado, que é bom para as pessoas de idade mais avançada. A exemplo do que V. Exª defende, a ideia era a de uma carta: a pessoa tinha de escrever uma carta, e o outro tinha de ler a carta.

(Soa a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – E eu me lembro sempre da frase de uma carta escrita por uma mulher chamada Tereza Alves, de cem anos de idade, que voltou a estudar. O entusiasmo dela se dava porque ela era evangélica e queria ler a palavra de Deus pessoalmente, como ela dizia. A carta era dirigida ao Presidente Lula, e ela a abre com esta frase: "Sr. Presidente, eu era cega e não sabia. Entendendo as letras, voltei a enxergar". Olha que coisa espetacular! Mais ou menos é essa a sensação. Então, tenho defendido, permita-me, a necessidade de haver o cadastro dessas pessoas. No meu Estado, esta foi a experiência que vivenciei: em algumas situações, as pessoas, às vezes, têm uma deficiência mental, e a ciência ainda não domina a condição para o aprendizado. Então, não há jeito de se resolver isso enquanto a ciência não encontrar uma fórmula. Mas, onde houver um homem e uma mulher que tenham a necessidade de trabalhar... Em Guaribas, Município que foi piloto do Fome Zero – e V. Exª nos ajudou nessa época –, nós trabalhamos com o chamado Agente da Educação, que, de porta em porta, buscava os meninos para levá-los para a escola. Aquilo teve um resultado excepcional. Nesse Município, o analfabetismo chagava a 62% entre os que tinham mais de 15 anos; hoje, esse índice está em torno de 9%, está abaixo da metade do que é verificado no Estado. No Estado, esse índice está em torno de 19%; em Guaribas, em torno de 9%. Vejam só! Qual o lado que me alegrou muito? V. Exª se lembra de que nosso companheiro Antônio José Medeiros, que foi Deputado Federal e Secretário de Educação, apresentou-me um dado recente: na faixa entre 15 e 20 anos, no Piauí, há 4% de analfabetismo, o que significa que, para as novas gerações, a gente deu um passo muito importante. Eu dizia da necessidade de a gente saber quem está entre esses 4%. Há deficientes ou não? Quais são os programas que existem? O Secretário Átila Lira, Secretário atual do Governador Wilson Martins, foi também Deputado Federal e está agora trabalhando com essa ideia do Agente de Educação, na busca de vencer esse obstáculo. Mas quero aqui parabenizar V. Exª por essa luta e por essa causa. Confesso que não tenho a mesma segurança que V. Exª tem quanto ao processo de federalização. O nosso País é gigantesco, e não sei como seria essa estrutura federal para a educação. No meu Estado, que é pequeno, com três milhões de habitantes, há aproximadamente cinco mil escolas. O Estado brasileiro daria conta, em cada Estado, de ter essa quantidade de escolas federalizadas?

Mas acredito que, numa coisa, estou junto com V. Exª...

(Soa a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – ... dar prioridade à educação. Nesse ponto, acho que precisamos trabalhar e encontrar caminhos. Como está, seguramente, ainda há muitas falhas, está incompleto, como diz V. Exª. Eu agradeço e parabenizo V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, vou precisar de mais uns minutos, pois faço questão de responder ao Senador Wellington, que disse coisas muito interessantes.

Primeiro, a ideia da federalização é no que se refere ao salário do professor, é no que se refere àquilo que a gente pode dizer: isto é uma escola, gente. Tem de ter um prédio bonito e bem equipado.

A gestão tem de ser descentralizada. Aí eu radicalizo. O senhor defende que o governador seja o gestor. Eu acho que a gestão pode ser feita pela própria escola, independentemente: pelos professores, pelos pais e pelos alunos maiores, como são as universidades hoje. Ninguém reclama que as universidades são federais e por isso têm uma máquina para gerenciar.

Não têm. O reitor é autônomo. Existe uma coisa na Constituição,...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... a autonomia universitária. Agora, a carreira é federal. Federalizar é dizer que a profissão do professor será uma carreira nacional, do Estado. E, para ser escola, tem de ter características federais. Pronto, a gestão é livre. E mais: pedagogicamente livre. Não se pode impor método pedagógico, tem de deixar todas as experiências serem testadas.

Dito isso, eu quero falar sobre a ideia de ver. Senador Wellington, a minha avó materna era analfabeta, e morreu analfabeta. Era uma mulher de muita sabedoria, mas, quando saia para lugares de Recife que não conhecia, tinha de me levar, com 7 ou 8 anos, para ler o nome do ônibus. Então, ela não via plenamente, e olha que era uma mulher muito sábia.

E aí eu quero dizer que, quando fui Ministro, eu criei uma coisa chamada Labirinto do Analfabetismo. Era uma caixa grande, em que você entrava...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... e sentia-se, por uma hora, Senador Taques, analfabeto. Você entrava, era tudo escuro. Aparecia uma luz e aparecia uma voz dizendo: "Você acaba de entrar na cidade, escolha um ônibus". Aí aparecia um filme com os ônibus passando, só que ninguém entendia as letras, como se estivesse na China. "Pergunte a alguém", a voz dizia. Aí avançava. "Você conseguiu chegar aqui depois de tanto perguntar. Agora deve estar com dor de cabeça. Entre na farmácia e compre um remédio." Apareciam os remédios com as letras misturadas. Ia, ia, ia, procurava emprego num jornal que não entendia. Entrava num restaurante e lia o cardápio, sem ter a possibilidade de entender. E, no fim, dizia: "Você chegou até o final. Deixe agora sua marca". Aí, uma luz mostrava uma digital.

Eu fiz esse percurso com o Presidente Lula e a Dona Marisa. Eu vi os seus olhos cheios d'água, ao ver aquilo. Levei essa caixa para o SBPC e universidades. Lamento que o Ministro que me sucedeu, Tarso Genro, destruiu isso imediatamente ao abandonar. Ficou numa garagem...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... e sumiu. Esse é um ponto.

O segundo, e aí termino, é quando o senhor falou da carta. No meu governo do Distrito Federal, eu tinha um programa que pagava aos analfabetos para aprenderem a ler. A gente não paga para um engenheiro fazer um doutorado? O cabra já tem um diploma e a gente ainda paga. Eu dava R$100 na hora que ele aprendesse a ler.

Agora, o analfabeto é inteligente. Ele ia se matricular e ia ficar ganhando dinheiro, se fosse por mês. A gente só dava uma vez, quando ele fosse capaz de escrever uma carta em sala de aula e o outro fosse capaz de ler. Eu tenho, até hoje, muitas dessas cartas. São lindas as cartas.

Tão barato é isso que é uma coisa que eu não perdoo. É o Governador do Distrito Federal, que gasta R$1,5 bilhão para fazer um estádio, e não gastou o quê?

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... R$300 mil ou R$1 milhão para poder, no dia em que chegarem aqui os primeiros torcedores da Copa, ter uma placa bem grande em frente ao aeroporto: "Você está entrando em um território livre do analfabetismo".

Isso é difícil no Mato Grosso. Isso é difícil no Piauí. Aqui, são 60 mil. Era muito barato, e não o fez. E gastou R$1,5 bilhão no estádio, construído provavelmente por muitos trabalhadores que não sabem ler e que não tiveram curso de leitura lá, porque poderiam ter tido ali um curso de alfabetização.

Por isso, eu creio que a gente precisa entender a beleza que foi, a glória do Parlamento,...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... quando votou a Lei Áurea, e a fraqueza de todos nós, nesses 125 anos, de não termos, Senadora Lídice, completado a abolição no Brasil, por falta de completarmos a Lei do Ventre Livre, fazendo com que as crianças que saíram do ventre da mãe já não mais escravas entrassem na escola boa, que é aquela que de fato completa o nascimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e demais cidadãos que nos ouvem, eu cheguei neste Senado hoje, Senador Cristovam, muito decidida a fazer dois registros desta tribuna e, ao mesmo tempo, impactada pelo belo e grande discurso feito pelo Senador Roberto Requião, a quem quero parabenizar. Decidi, portanto, incorporar essas duas questões num discurso só, embora elas pudessem parecer distanciadas uma da outra.

Antes, no entanto, de iniciar meu pronunciamento neste 13 de maio, eu quero fazer o registro já feito pelo Senador Cristovam Buarque, da importância...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... da publicação do *Jornal do Senado* de hoje, que traz uma reprodução do que foi a batalha e a aprovação da Lei Áurea no Senado e um fac-símile da própria lei.

Esse primeiro registro eu gostaria de fazer. Ao mesmo tempo, em nome do destaque dos baianos nessa luta tão importante para o nosso País, gostaria de ler uma partezinha do discurso do Senador Sousa Dantas, da Bahia, que afirmou que a escravidão marcou uma época de miséria, de sofrimentos e de penúria.

Contestando aqueles que defenderam contra os dois Senadores, ele dizia: "O desaparecimento de 600 mil criaturas escravas, em vez de produzir a nossa ruína, tornará o Brasil mais próspero, graças ao trabalho livre".

Registrando isso, quero, Sr. Presidente, também sugerir à Mesa da Casa que essa publicação seja enviada, disponibilizada, ao menos um exemplar, para cada biblioteca pública do nosso País, para que todos tenham acesso, eventualmente, a esse documento de extrema importância para a história do nosso povo.

Como disse, cheguei aqui e fiquei impactada positivamente pelo pronunciamento do Senador Requião, que fez hoje, sem dúvida alguma, desta tribuna, um dos seus mais contundentes e brilhantes pronunciamentos. E olha que o Senador Requião é um grande orador! Mas quero ressaltar o seu discurso, assim como o discurso do Senador Aloysio Nunes, tratando de Luís Gama, o do Senador Paulo Paim, trazendo aos dias de hoje as conquistas realizadas pela luta dos negros em nosso País, o do Senador Cristovam Buarque, entre tantos outros que se pronunciaram a respeito do tema.

Ao fazer isso, gostaria de abordar alguns aspectos da nossa sociedade atual que o significado da presente data histórica nos evoca e nos permite uma reflexão crítica sobre nosso presente, à luz das dolorosas lições de nosso passado.

Machado de Assis, nosso escritor maior, descreve em seu conto *Pai Contra Mãe* alguns aspectos da paisagem urbana do Brasil de um passado recente. Com a fina ironia que lhe era peculiar, conhecemos o horror de práticas corriqueiras naqueles dias em que imperava a hedionda face da escravatura.

Diz o seu texto:

> *A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres.*
>
> *A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas.*
>
> *Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.*
>
> *O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal.*
>
> *Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.*

Mas não cuidemos de máscaras! Essa a advertência machadiana que nos alerta para o seu contrário. Cuidemos de nossas máscaras! E de como elas ocultam a verdadeira face subterrânea da violência que, ao forjar nossa sociedade, hoje toda hora nos assalta em nosso cotidiano.

Machado nos oferece um retrato das práticas corriqueiras de uma violência tão cruel que marcaram profundamente a formação de nossa sociedade e ainda lançam suas sombras sobre muitas das práticas ainda presentes em nossas instituições, uma de suas maiores heranças: a violência policial e a prática generalizada da tortura como método de interrogatório.

Essa violência institucionalizada do Estado brasileiro sempre respeitou uma regra fundamental: a de se restringir aos pobres e aos afrodescendentes. As ditaduras, no entanto, romperiam essa regra – especialmente a ditadura de 1964 –, com o arbítrio político, a tortura e os maus tratos policiais, atingem também a classe média engajada na resistência democrática contra os golpistas.

E aí falo do segundo tema que queria abordar hoje aqui.

Emblemático da arrogância e prepotência desse período foram os fatos, Senador Wellington, que envolveram o depoimento à Comissão Nacional da

Verdade, do Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, na semana passada, que, reproduzidos nos telejornais do Brasil, chocaram as consciências democráticas do nosso povo.

O Coronel comandou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do 2º Exército, em São Paulo (DOI-Codi-SP), órgão de repressão da ditadura militar, entre 1970 e 1974.

Mesmo liberado pela Justiça da obrigação de prestar informações não resistiu e vituperou: "Estávamos lutando pela democracia e estávamos lutando contra o comunismo. Se não fosse a nossa luta, se não tivéssemos lutado, eu não estaria aqui porque eu já teria ido para o *paredón*. Os senhores teriam um regime comunista, um regime como o de Fidel Castro. O Brasil teria virado um 'Cubão' [em referência a Cuba]."

Confrontado por Cláudio Fonteles, um dos membros da Comissão da Verdade, com a documentação reservada do próprio DOI-Codi que apontam em 50 o número de mortos no órgão durante o período em que foi dirigido pelo coronel, negou que tenha cometido assassinato, tortura e sequestro. O ex-comandante afirmou que nenhuma tortura foi cometida dentro das instalações do órgão de repressão do governo militar. E afirmou o Coronel que eram de mortes em combate nas ruas com armas na mão, apesar do testemunho, anterior ao dele, de um vereador de São Paulo torturado por ele próprio.

Como diria Machado de Assis: "Mas não cuidemos de máscaras!"

Para o advogado e ex-defensor de presos políticos José Carlos Dias, que também integra a CNV, o depoimento foi emocionalmente forte e mexeu com os presentes. "Hoje foi um dia muito penoso para mim. Eu defendi mais de 500 presos políticos e a maior parte vítimas do Coronel Ustra. Defendi pessoas que foram mortas sob as ordens dele".

Não se conformando com esse depoimento, o Coronel, também num ato claro de provocação, por mais de uma vez, acusou a nossa Presidente Dilma, segundo ele, de ser uma terrorista que pertenceu a quatro organizações terroristas. Quero deixar claro aqui a minha total solidariedade à Presidente Dilma na sua participação política de juventude e, hoje, portanto, honrando o povo brasileiro com a sua presidência.

É preciso situar a hipocrisia do Coronel em nossa história de violência e discriminação. Há exatos 125 anos, o Brasil tornava-se o último país independente do continente americano a abolir a escravatura.

Proclamada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea sepultou um dos maiores e mais prolongados atentados aos direitos humanos da história da humanidade. Foram 388 anos construindo a riqueza de um país à custa de mãos calejadas e costas marcadas de homens e mulheres traficados do continente africano, simplesmente por serem negros.

Urge reconhecer que o negro não é apenas o portador de monumental contribuição às artes, à cultura, à culinária, ao idioma, aos costumes da sociedade brasileira, mas que ele é parte indissociável do nosso processo civilizatório, juntamente com os europeus e os indígenas, é condição *sine qua non* para trilharmos o necessário caminho da reparação a esta vergonha histórica chamada escravidão.

Com base nos dados do Censo de 2010, negros e pardos já somam a maioria da população em mais de 56% dos Municípios brasileiros. Em outras 18% de cidades, representam mais de 75% da população. Registre-se que foi neste último censo, elaborado pelo IBGE, que foi introduzida a pergunta sobre cor ou raça para todos os domicílios e não mais por amostragem, como era antes. Isso permitiu que os dados apresentassem, de forma mais fidedigna, não apenas uma mudança demográfica, mas principalmente social e cultural.

De acordo com o levantamento de 2010, São Paulo é a cidade com maior número de pretos e pardos em todo o País, com cerca de 4,2 milhões, seguido do Rio de Janeiro com cerca de 3 milhões e Salvador com cerca de 2,7 milhões. Se forem considerados apenas negros, Salvador lidera o *ranking* com 743,7 mil.

Isso nos torna, portanto, todos mestiços, todos negros, apesar de apenas uma parte de nós ser reconhecida como tal e a maior parte daqueles que têm a pele da cor negra continuarem sendo discriminados em nosso País.

O Brasil, no entanto, caminha para diminuir e respeitar as diferenças para construir uma sociedade mais igualitária. A chamada Lei das Cotas representou um avanço. Segundo reportagem da revista *IstoÉ,* do mês de abril, da qual me permitam reproduzir um trecho:

> *As cotas raciais deram certo porque seus beneficiados são, sim, competentes. Merecem, sim, frequentar uma universidade pública e de qualidade. No vestibular, que é o princípio de tudo, os cotistas estão só um pouco atrás. Segundo dados do Sistema de Seleção Unificada, a nota de corte para os candidatos convencionais a vagas de Medicina nas instituições federais foi de 787,56 pontos. Para os cotistas, foi de 761,67 pontos, A diferença entre eles, portanto, ficou próxima de 3%.*

Mas o que mais preocupa e assusta são as estatísticas das violências cometidas contra negros e pardos. O Mapa da Violência de 2013, que se baseia em dados de 2010, disponibilizado pelo Cebela, infelizmente mostra a dura e triste realidade na qual a população negra continua com os piores índices de homicídios gerados por armas de fogo em todas as regiões do Brasil.

A violência que se inscreve na pele negra é quase três vezes maior se comparada ao setor branco da sociedade. A partir do levantamento de 2010, constata-se que foram assassinados 26.049 negros e 10.428 brancos – a população negra e jovem é a mais afetada. As taxas de homicídio da população preta – 19,7 óbitos para cada 100 mil pretos – são 88,4% maiores do que as taxas brancas – 10,5 óbitos para cada 100 mil brancos. Ou seja, morrem proporcionalmente 88,4% mais pretos do que brancos. Já a taxa de óbitos por armas de fogo dos pardos é 156,3% maior do que a dos brancos – se é que existem brancos efetivamente neste País. Esse é um trecho destacado dessa pesquisa.

Segundo essa pesquisa, como o Senador Requião destacou aqui, morrem pretos, pobres, jovens, adolescentes neste País, onde alguns segmentos clamam, de forma extraordinária e surpreendente para nós, pela diminuição da maioridade penal para continuar a perpetrar esse crime contra a nossa juventude, desta vez já criando um arcabouço legal para que a violência continue.

Essa é a gênese histórica da arrogância, a que me referi antes, do Coronel Ustra. A violência em nosso País sempre foi uma estratégia de nossas elites para preservar um sistema cruel e injusto. A tortura e a chacina étnica ainda continuam representando a velha forma do preconceito nas relações sociais, condição essa que se perpetua desde o sistema econômico escravocrata.

Por isso, constatamos que infelizmente a abolição ainda está inconclusa.

Quero, com este pronunciamento, homenagear todo o povo negro e afrodescendente de nosso País, em especial da minha terra, da Bahia, que registra maior parte de sua população negra. Terra onde os tambores tocam, seja nos blocos afoxés, expressões da resistência cultural encontrada pelo nosso povo negro, como também nos terreiros de candomblé, revelando que existe também uma religião afrodescendente que, apesar de ter sido expressamente proibida de ser praticada em nosso País, hoje, já legalizada, expressa a resistência também do povo às suas tradições religiosas.

Este 13 de maio é celebrado como Abolição dos Escravos. Para as comunidades negras e afrodescendentes outra data surge, o 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, em memória ao exemplo de Zumbi dos Palmares. Ambas marcam, de forma importante e fundamental, a conscientização progressiva da comunidade negra, especialmente nas grandes cidades, na luta por seus direitos. Mas ainda carece de maior propagação a conscientização de nossa sociedade da valorização dos direitos de todos os brasileiros.

Quero destacar que, neste ano, dois filmes trouxeram à tona a questão da escravidão na América do Norte, filmes que foram assistidos por milhares e milhares de brasileiros: Django Livre, denunciando de forma muito cruel, crua, a escravidão nos Estados Unidos, e Lincoln, contando a história da aprovação da abolição, naquele país, da Emenda 13, que acabou com a escravidão.

Os brasileiros se postaram chocados diante daquela cena, porque não há filmes nacionais que retratem também, com muita clareza e de forma crua, o que foi aquele período da escravidão do nosso povo. Mas nós, como políticos, com o papel da Pedagogia, que é política, não podemos deixar de marcar essa data com a denúncia do que foi aquele momento para a vida do povo brasileiro e de saudar a decisão histórica da Câmara, do Senado, e mesmo da Princesa Isabel, de participar desse evento no Brasil, sem esquecer a grande luta de resistência do povo negro que morreu lutando e se organizando nos quilombos – até hoje algumas comunidades quilombolas existem – e da necessidade de garantir os seus direitos.

Esta sociedade, sem a violência que foi transmitida através de gerações e forma à civilização brasileira,...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... exige que respeitemos os direitos de todos: negros, mulheres, homossexuais, quilombolas para que possamos ter um Brasil digno de ser chamado Brasil democrático. É preciso muito para acabar de vez com o preconceito, com a discriminação e com as mazelas sociais que afetam os negros e afrodescendentes do nosso País. Mas quero ter a certeza de que este Senado contribuirá para que nós possamos chegar a esse dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB –TO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Pelo PT, concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP, realiza nesta terça-feira, amanhã, dia 14, a 11ª Rodada de áreas de

exploração de petróleo no Brasil. O leilão atraiu interesses de 71 empresas oriundas de 18 Países e 3 Territórios. Foram 64 empresas consideradas habilitadas a disputar a Rodada de licitação de blocos exploratórios.

A Rodada marcará a retomada das licitações da ANP, suspensas desde 2008 por conta das discussões – porque demoramos aqui um longo período – do marco regulatório do petróleo nos últimos anos, em função da descoberta do pré-sal. Tivemos, de um lado, a necessidade da regulação, da distribuição dos *royalties* e participação especial, mas, além disso, a fixação das alíquotas de *royalties* e de participação para as novas rodadas, além da mudança do regime de concessão para o regime de partilha.

E esse leilão marca um momento histórico também para o meu Estado, o Estado do Piauí, porque há blocos da bacia sedimentar do Parnaíba incluídas no leilão.

Serão 14 lotes piauienses na Bacia do Parnaíba e mais seis pelo Estado do Maranhão. No caso, a área da Bacia do Parnaíba, dos 14 lotes do Piauí, equivale a 20 mil km², e esse leilão vai envolver 34 Municípios: Alvorada do Gurguéia, Amarante, Antônio Almeida, Arraial, Baixa Grande do Ribeiro, Bertolínia, Cajazeiras do Piauí, Canavieira, Canto do Buriti, Colônia do Gurguéia, Currais, Elizeu Martins, Flores do Piauí, Floriano, Francisco Ayres, Guadalupe, Itaueira, Jerumenha, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Nazaré do Piauí, Oeiras, Pajeú do Piauí, Palmeira do Piauí, Pavussu, Porto Alegre do Piauí, Regeneração, Ribeiro Gonçalves, Rio Grande do Piauí, São Francisco do Piauí, São José do Peixe, Sebastião Leal e Uruçui.

Baseado nos estudos aerogeofísicos e sísmicos realizados no Piauí, o potencial piauiense permitirá a construção de um gasoduto e uma estrada de ferro nessa região.

Eu quero aqui fazer um relato – e sempre faço questão de fazê-lo – de que, no ano de 2004, ainda na gestão do então Presidente Lula, quando ele autorizou essa pesquisa na Bacia do Parnaíba. Aliás, o Brasil estava há muitos anos parado sem fazer grandes pesquisas. Os próprios recursos colocados para a Agência Nacional de Petróleo, que eram voltados para pesquisa, ficavam contingenciados. Mas, ali, eu demonstrei claramente, com base em um estudo que me foi apresentado por um antigo funcionário da Petrobras, que havia já a comprovação da existência de gás onde hoje é o Município de Capinzal, no Estado do Maranhão. Esse poço, que estava lá abandonado, hoje, é um dos poços de maior vazão de gás no nosso País. E o mais importante: é capaz de abastecer e garantir o funcionamento de termoelétricas para a complementação de energia naquela região.

Baseados nesses estudos é que, agora, nós temos a condição desse leilão. Aliás, outros estudos vieram na Bacia do São Francisco e em outras bacias do nosso País, onde, inclusive, volta a ganhar importância – e há também nessa região – o gás a partir do xisto betuminoso. Ou seja, há condição de a gente ter uma matriz energética mais barata a ser trabalhada a partir dessa região.

Eu tinha agendado de estar amanhã lá, no Rio de Janeiro, nesse momento histórico. Hoje conversei com a Drª Magda, que é a atual Presidente da ANP. Na época em que trabalhamos, nós tínhamos o nosso grande baiano...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Haroldo Lima.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim; Haroldo Lima, conduzindo esse processo. E quero registrar aqui a importante contribuição, o apoio que ele deu. Lembro-me dos esforços junto com o meu então Vice-Governador Osmar Júnior, também do PCdoB, quando, a partir daí, passamos a trabalhar esse projeto.

Mas, amanhã, o Governador do Piauí, Wilson Martins, e o Secretario de Mineração do Estado estarão acompanhando esse leilão no Rio de Janeiro.

O potencial dos setores mineral e energético no Piauí vem recebendo atenção especial e, com certeza, temos grande possibilidade de ter investimentos a partir dessas descobertas que, estamos confiantes, serão agora colocadas em termos comerciais.

O Piauí tem uma das regiões ferríferas de grande potencial no Brasil. Nosso ferro, na região de Paulistana, além de abundante, é de qualidade Premium. Portanto, há aí um potencial na área do ferro, do níquel, da argila branca...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – … em que, por exemplo, para se trabalhar a porcelana só é possível com a presença do gás.

O leilão da ANP terá a duração de dois dias e promete ser um dos mais disputados. E a expectativa, confirmada já pelo número de empresas inscritas – 64 –, demonstra o interesse do Brasil e do mundo por esse leilão.

Somente do Brasil, Srªs e Srs. Senadores, são 19 empresas que apontaram interesse em participar. Além da Petrobras, outras empresas genuinamente brasileiras estão participando. Além das empresas brasileiras, oito petrolíferas dos Estados Unidos, seis empresas do Reino Unido, cinco do Canadá, cinco do Japão, entre outros países. Figuram entre as habilitadas, além da Petrobras, a Queiroz Galvão Exploração

e Produção S. A, e as estrangeiras Repsol, Sinopec, Chevron e Shell, entre outras.

A rodada vai licitar 289 blocos em 23 setores – e, como eu disse aqui, uma arte em mar, outra parte em terra –, totalizando 155,8 mil km² – e na Bacia do Parnaíba são 20 mil km² –, distribuídos em 11 bacias sedimentares: Barreirinhas, na região do Maranhão; Ceará; Espírito Santo; Foz do Amazonas; Pará-Maranhão; Parnaíba (Piauí), na Bacia do Parnaíba; Pernambuco-Paraíba; Potiguar; Recôncavo baiano; Sergipe-Alagoas; e a região chamada Tucano Sul, São esses, segundo a ANP, os blocos a serem leiloados.

Dos 289 blocos, Srª Presidente, querida Lídice da Mata, 166 estão localizados no mar, sendo 94 em águas profundas, 72 em águas rasas; e 123 blocos em terra. Aqui quero comemorar que, com as regras que aprovamos aqui, em 2012 – e fui um dos autores do projeto –, temos agora as condições de termos esses novos blocos para gás e petróleo.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) espera arrecadar, pelo menos, entre R$1,5 bilhão e R$2 bilhões nessa 11ª rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo, segundo o diretor do órgão regulador, Helder Queiroz.

Quero aqui, ainda, salientar que vamos ter os primeiros leilões já nesse regime de partilha, um regime em que o povo brasileiro é dono da maior fatia do gás extraído e do petróleo. Verdadeiramente, a partir desses leilões, poderemos dizer que "o petróleo é nosso".

Estranho, muitas vezes, algumas torcidas contra o momento que a gente vive no Brasil, exatamente porque, mais do que nunca, vamos ter a condição de, na verdade, pagar as empresas pelo serviço de exploração. O petróleo e o gás, nessas áreas, no regime de partilha, pertencem ao povo brasileiro através do Governo brasileiro.

Se todas as áreas saírem pelo lance mínimo, a arrecadação será de R$ 620 milhões, mas é esperado que aumentem nessas rodadas.

De acordo com a Diretora-Geral da ANP, Drª Magda Chambriard, com quem conversei há pouco por telefone, parabenizando-a pela iniciativa, os objetivos da 11ª rodada são diversificar geograficamente a produção de petróleo e gás no Brasil e promover o conhecimento das bacias sedimentares, desenvolver a indústria nacional, enfocando empresas de pequeno e médio porte, e fixar companhias estrangeiras com experiência, por exemplo, nessas áreas de gás a partir do xisto para dar continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

A energia é fundamental para o desenvolvimento, e é isso o que se faz no Brasil, não só na área das hidrelétricas, da energia solar, da energia eólica, como também do combustível a partir do gás e do petróleo.

Para se ter uma ideia, a descoberta do gás a partir do xisto betuminoso, tanto na Bacia do Parnaíba, como na Bacia do São Francisco, onde já são demonstradas as características da presença desse tipo de gás, poderemos ter um gás por um terço do valor atual. Isso vai permitir, por exemplo, como já fazem os Estados Unidos da América, oferecer energia para a indústria, para produção, por um preço mais barato, possibilitando uma maior competitividade aos produtos brasileiros.

A oferta de áreas em vários Estados visa descentralizar a produção de petróleo e gás no País, de modo a contribuir para a redução das desigualdades regionais e incentivar o crescimento da indústria petrolífera em regiões em que este segmento é inexistente ou incipiente.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero aqui, então, minha querida Senadora Lídice, aproveitar esse momento para lembrar que, quando a gente debatia aqui sobre a distribuição dos *royalties*, eu dizia que fazia aquilo com a autoridade de quem representa aqui um Estado como a Bahia. Aliás, quero sempre elogiar aqui a bancada baiana, o Governador Jaques Wagner, que, tendo petróleo e gás, tanto no território, como em mar, sempre defendeu uma distribuição justa dessa matéria.

Continuo com a mesma posição. Se Deus quiser, teremos total êxito nesse leilão. Vou acompanhar, embora, amanhã, tenha que ficar aqui cuidando de importantes projetos que estão tramitando na Casa, de interesse do País, como essa área dos portos, do Pacto Federativo, do ICMS, a votação da medida provisória que trata do Pronatec. Assim, como Líder da base de apoio do governo, terei, amanhã...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – … que estar aqui acompanhando esses importantes projetos. Mas daqui ficarei pedindo a Deus que a gente tenha amanhã todo o êxito nesse relatório.

Acho que muitos piauienses do meu Estado, muitos baianos dessas regiões que citei aqui, ou do Ceará, da Paraíba, ou de outras áreas, não têm noção do significado desse momento: a possibilidade de a gente ter gás e petróleo em regiões em que isso vai representar uma mudança profunda no desenvolvimento, gerando emprego, gerando renda, fazendo crescer não só verticalmente a economia, mas fazendo a economia crescer com maior participação.

Era isso, Presidenta.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, caro Senador. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, dizendo que nós, baianos, também consideramos muito importante essa 13ª rodada. Temos lutado para a abertura dessa licitação dos campos maduros na região, justamente, do semiárido baiano, na altura de Tucano e do seu entorno. E isso trará, sem dúvida nenhuma, uma notícia muito alvissareira para o povo nordestino.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, que falará no horário de Liderança do PMDB.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Minha estimada colega, Senadora Lídice da Mata, uso o tempo destinado à Liderança do PMDB para posicionar o entendimento a respeito da motivação do Governo brasileiro que anuncia a importação de seis mil médicos cubanos para o Brasil.

Eu não poderia deixar de fazer considerações a respeito de uma iniciativa dessa natureza, Srªs e Srs. Parlamentares, em face de minha condição de advogado e médico.

A iniciativa tem merecido veementes protestos por parte do Conselho Federal de Medicina, de sindicatos espalhados pelo Brasil inteiro, de associações, de colegas profissionais, de órgãos de classe, a partir do respeitável Conselho Federal de Medicina.

Como médico e parlamentar – já houvera dito –, tenho o dever de examinar e criticar a temerária intenção do Governo Federal. E, aqui, faço questão de frisar: não estamos diante de um extemporâneo exercício de xenofobia, prática que não faz parte da índole do povo brasileiro e foi condenada ao descarte pelos salutares ares da globalização.

Assim, quero asseverar que não podemos permitir o simplismo, o imediatismo e o flerte ideológico recorrente que possam orientar políticas públicas em um Brasil continental tão diversificado, tão diferente como o nosso.

Convém recordar que, dentro de alguns meses, em 5 de outubro próximo, 2013, vamos celebrar os 25 anos de promulgação da nossa Carta Magna, que o bravo Ulysses Guimarães chamou de "Constituição cidadã". Neste texto fundamental está plasmado o nosso renovado e incontornável compromisso com a liberdade e a democracia.

Ademais, é preciso que se diga com todas as letras: o atendimento de saúde promovido por profissionais não qualificados é muitas vezes mais danoso, Senador Eduardo Amorim, para o paciente do que a ausência de tratamento imediato. E falo para um profissional médico também. É este ponto, senhoras e senhores, que tomo como central deste pronunciamento.

Sabemos, por intermédio de dados monitorados pelo próprio Governo brasileiro, que os médicos formados em Cuba não alcançam excelência no correto e indispensável processo de revalidação de graus universitários obtidos no exterior. E este é um quesito que não comporta transigência, notadamente em área tão delicada quanto a saúde pública dos brasileiros.

Os números mais recentes são eloquentes ao evidenciar que, retrospectivamente, apenas 9% por cento dos médicos graduados em Cuba, apenas 9% dos médicos graduados em Cuba inscritos conseguiram aprovação no exame realizado pelo Brasil para revalidar seus títulos. Dados do Governo brasileiro.

É um percentual, Srª Presidente, muito menos do que medíocre. Na verdade, para lá de crítico, sobretudo quando confrontado com a tão decantada, quase proverbial, competência dos serviços de saúde engendrados pela revolução cubana. É evidente, porque truístico, mas, sem esses profissionais qualificados, inexistem serviços minimamente satisfatórios.

Enfim, vê-se, desde logo, que esses profissionais cubanos precisam de mais qualificação, especialmente diante de desafios que a complexa medicina reclamada por quase 200 milhões de brasileiros impõe a seus praticantes.

Por outro lado, medidas dessa natureza, não bastasse o todo visível e iminente dano que podem gerar para a saúde coletiva, postergam a necessária valorização dos profissionais da saúde do País.

Entendo que é uma visão equivocada que retrata os médicos como trabalhadores de alta e exorbitante remuneração – e vejo que esta é mais uma visão equivocada –, quando, na realidade, a maioria vive na singela austeridade de mais uma categoria de assalariados. Maliciosamente, toma-se a parte como o todo.

Com efeito, cumpre-me recordar que não é de hoje que faço a defesa da ampliação do espectro de abrangência do extraordinário programa Saúde da Família, importante e meritória ação governamental. Tenho a convicção de falar com o sentimento do dever cumprido.

Na minha cidade, Campina Grande, recentemente governada pelo PMDB, o Prefeito Veneziano Vital do Rêgo, que chegou, em 2005, com apenas 36 equipes do programa Saúde da Família, deixou a nossa cidade com mais de 90 equipes, porque, ideologicamente, brava Senadora Lídice da Mata, é um homem público comprometido com esse programa.

O programa Saúde da Família, de forma meritória, está espalhado no País inteiro. Por isso, postulo, igualmente, a recontratação de médicos que possam possuir mais de um vínculo ou que estejam aposentados.

Faço um comentário rápido sobre uma situação que debato permanentemente com o Ministério da Saúde.

Profissionais com mais de 70 anos, que, biologicamente, estão no alto exercício, no amplo exercício, no mais amplo e alto exercício das suas atividades laborais, estão, hoje, voltando para casa, deprimidos, condenados ao ócio porque não estão tendo a oportunidade de outro vínculo para dedicarem-se à atividade que aprenderam durante tantos e tantos anos. São professores, homens públicos da mais alta envergadura que, na condição de médicos, podem prestar relevantes serviços na área do Programa Saúde da Família.

Sou seu representante não apenas em meu Estado, que precisa, e muito, desses projetos e desses programas com a presença efetiva de médicos. Necessitamos destravar a burocracia que muitas vezes emperra a contratação desses profissionais que estão aposentados e que podem ter um vínculo. Seria a presença de um médico a mais, em vez de importar profissionais, muitas vezes desqualificados, como esses que estamos a importar como medida emergencial, imediatista, desprogramada e, acima de tudo, feita ao sabor de uma conversa muito pouco produtiva ou superficial com as entidades envolvidas.

São formas lícitas e eficazes, das quais falei há pouco, de sugerir que as gritantes carências das regiões brasileiras menos assistidas possam ter a presença de um profissional na área.

Ontem, falava a respeito disso com colegas médicos, entre eles minha irmã médica, Raquel Gondim, que me dizia que os profissionais estão atordoados com essa iniciativa. São profissionais médicos que vão se sentir extremamente questionados, dentro das próprias academias, dentro das próprias universidades, se a qualificação profissional que eles têm estiver compartilhada com a de profissionais que vêm de fora e que sequer podem revalidar os seus diplomas.

Lembro, ainda, que sou também autor da Proposta de Emenda à Constituição que inclui a carreira de médico de Estado, mais uma ferramenta para resolver esse gritante problema nacional. Trata-se da PEC nº 34, de 2011, hoje pronta para ingressar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A proposição tem como fito garantir a assistência médica nos locais mais remotos do País mediante remuneração digna e condições adequadas de trabalho e segurança. Ao mesmo tempo, a implantação da carreira de médico de Estado será capaz de suprir parcialmente as evidentes lacunas no quesito da valorização profissional no que concerne ao reconhecimento social da atividade.

Entendo, Sr. Presidente, que não há razões plausíveis, dado todo o exposto, para que o Brasil importe 6 mil médicos majoritariamente inabilitados.

Felizmente, a contrário senso de algumas nações latino-americanas, as decisões judiciais são observadas e cumpridas no Brasil.

O jornal *Correio Braziliense*, em sua edição desta segunda-feira, 13 de maio, data em que celebramos com tanto júbilo os 125 anos da abolição da escravatura, informa que recente decisão do Superior Tribunal de Justiça torna ainda mais rigorosos os critérios para revalidação de diplomas estrangeiros em nosso País, uma decisão extremamente acertada do Superior Tribunal de Justiça.

Em recente decisão unânime dos Ministros da Primeira Seção do STJ, foi conferido às instituições de ensino superior o direito de aplicar provas para avaliar os conhecimentos dos interessados, precedendo a verificação da documentação e a concessão de autorização para médico formado no exterior exercer a profissão no Brasil.

Fica, portanto, Sr. Presidente Paulo Paim, o registro público da minha irresignação com a anunciada intenção do Governo, a fim de que não se avilte, sob hipótese alguma, uma profissão fundamental para o avanço na qualidade de vida de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Exª.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, a Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, Parlamentar que, pelas últimas informações que nos chegaram, vai ser candidato a Governador. Meus cumprimentos pela sua caminhada.

O senhor chegou aqui há pouco tempo e já querem levá-lo embora.

Espero que o senhor decida bem. Mas sei que o seu Estado será muito bem dirigido e a Casa é que vai perder.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, vou permanecer na Casa. Certamente, o PMDB, o meu Partido, já apontou o ex-Prefeito de Campina Grande, para minha honra, meu irmão, Veneziano Vital do Rêgo, como o nosso futuro Governador da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Candidato a Governador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E eu terei o prazer de continuar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Casa agradece porque V. Exª vai continuar conosco.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Eduardo Suplicy, Senador pelo Estado de São Paulo, que muito bem defende o interesse de todo o nosso povo e de toda a nossa gente, um orgulho para São Paulo e também para o País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente Paulo Paim, campeão da defesa dos direitos de todos os afrodescendentes, dos aposentados, dos trabalhadores do Brasil, quero até agradecer a atenção de V. Exª com respeito ao protesto que alguns brasileiros mandaram em relação ao projeto de desaposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desaposentadoria. V. Exª comentou comigo, inclusive.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É fato que a Liderança do Governo solicitou a alguns Parlamentares que pudesse o projeto ser apresentado também em plenário, mas isso não quer dizer que eu seja contrário ao projeto defendido por V. Exª. V. Exª mesmo me informou que teria uma emenda de redação a apresentar, que poderá ser apreciada aqui no Plenário do Senado, para aperfeiçoar o projeto. É fato que o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, e outros Ministros ponderaram que seria importante que essa decisão fosse tomada com responsabilidade, após um exame aprofundado da viabilidade do ponto de vista orçamentário. Acredito que V. Exª também tenha essa preocupação. Então, quero esclarecer aos que mandaram mensagens pela rede social, pela Internet, que espero poder votar favoravelmente ao projeto no reexame da matéria em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, só me permita, para ajudar a esclarecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei que a forma que foi colocada é que V. Exª teria votado contra o projeto. V. Exª não votou no projeto, porque o projeto não foi votado no plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Houve uma apreciação para que ele seja votado em plenário. V. Exª me comunicou. Eu disse: "Bom, como há as assinaturas, vou fazer, inclusive, uma emenda de redação". E V. Exª me disse que acompanhará a relatoria com o objetivo de que essa questão, mediante um amplo acordo, seja resolvida.

Meus cumprimentos pelo diálogo que estabeleceu comigo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção de V. Exª.

Eu gostaria de assinalar a visita, na tribuna de honra, dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que são membros do Centro Acadêmico XI de Agosto, Pedro Vormittag e Marcelo Kairalla, que aqui se encontram e que inclusive vieram a Brasília para apresentar um manifesto aberto a todos nós, Senadores, para examinarmos e assinarmos, se assim o desejarmos, de preocupação com a situação do sistema penitenciário brasileiro, no sentido de que possamos evitar a superlotação do sistema carcerário, em grande parte em decorrência da forma como hoje se aplica a lei relativa a drogas, inclusive para usuários.

Acho que é importante que possa haver uma melhor adequação da legislação com respeito a isso, a exemplo da legislação de Portugal, considerada hoje, que permitiu avanços muito significativos no que diz respeito à questão de drogas.

Eles também vêm aqui sugerir, tal como eu tenho considerado e proposto, que, no que diz respeito às penas alternativas, haja uma ampliação do direito de pessoas que cometeram delitos e diversos tipos de crimes, para cumprirem mais penas alternativas do que penas na prisão, inclusive levando em conta resultados tais como em São Paulo.

Eu estive dialogando com os especialistas no assunto, da Secretaria de Assuntos Penitenciários, que me informaram que, por exemplo, o índice de reincidência na criminalidade para aqueles que são objeto de penas alternativas é muito menor, muito menor mesmo, algo como uma proporção de 7% para mais de 50% em relação aos que ficam encarcerados.

Então, eu quero saudar a presença deles aqui, mas gostaria, Sr. Presidente, de hoje fazer um relatório da contribuição que fiz ao participar do 12º Congresso Norte-Americano da Garantia de uma Renda Básica, na cidade de Nova York, que foi realizado de 9 a 11 de maio, nessa última semana, tendo eu, inclusive no dia 8, sido convidado para realizar uma palestra na Universidade de New Jersey, no colégio de Ramapo. Sobre esse mesmo tema, cerca de 40 expositores estiveram presentes nesse Congresso. Para mim foram três dias de grande aprendizado. E aqui, Presidente Paulo Paim, quero assinalar os pontos principais daquilo que expus na minha palestra, sobre como é que a proposta da renda básica vem se espalhando pelos continentes americanos.

Um sinal muito positivo de que a renda básica incondicional está avançando nas Américas é que a lei marco da renda básica foi aprovada na sessão geral do Parlatino, o Parlamento Latino-Americano, em reunião de 30 de novembro de 2012, na cidade do Panamá.

Depois de três reuniões preparatórias da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino em Aruba, Curaçao e Buenos Aires, com a cooperação dos Deputados Rodrigo Cabezas Morales, da Venezuela, Presidente daquela Comissão, Maria Soledad Vela Cheroni, do Equador, Ricardo Berois, do Uruguai, e eu próprio, durante as quais a proposta foi discutida, finalmente ela foi apresentada como modelo para todos os Parlamentos das 23 nações da América Latina e do Caribe que fazem parte do Parlamento Latino-Americano.

A lei marco da renda básica leva em consideração o que foi aprovado pelo Congresso brasileiro na Lei nº 10.835, por todos os partidos aprovada e também sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004.

A renda básica de cidadania será instituída passo a passo, conforme os critérios do Poder Executivo, tendo em consideração, em primeiro lugar, os que mais têm necessidade, como tem feito o programa Bolsa Família ao longo dos últimos 10 anos.

Antes da apresentação da lei marco da renda básica, é importante que possa aqui apresentar uma evolução da proposta no Brasil.

Hoje, a população brasileira é de 194 milhões de habitantes. De acordo com o programa Bolsa Família, todas aquelas famílias com uma renda mensal *per capita* de até R$140,00 podem se beneficiar do programa, de acordo com as seguintes regras: se a renda familiar *per capita* estiver abaixo de R$70,00 por mês, o benefício básico para a família é de R$70,00. Além disso, todas as famílias com renda familiar *per capita* abaixo de R$140,00 por mês têm o direito de receber R$32,00, R$64,00, R$96,00, R$128,00 ou R$160,00, se a família tiver, respectivamente, uma, duas, três, quatro, cinco ou mais crianças até a idade de 15 anos e 11 meses, mais 38 e mais 38, somando 76, se na família houver um ou dois adolescente de 16 a 18 anos.

Há condicionalidades: se a mãe estiver grávida, deve fazer o pré-natal no sistema público de saúde da região, para ver como está a sua saúde, até que nasça o nenê; as crianças de até 6 anos de idade devem ser levadas pelos pais para o sistema público de saúde, para realizar as necessárias vacinas, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; as crianças de até 15 anos e 11 meses precisam frequentar 85% das aulas nas escolas e os adolescentes, 75% das aulas nas escolas.

Em janeiro de 2013, havia 18.491.302 famílias, no Brasil, com renda *per capita* até R$140,00 por mês e, portanto, teriam direito aos benefícios do programa Bolsa Família.

Em março de 2013, havia 13.872.243 famílias inscritas no programa Bolsa Família. Portanto, 75% daquelas que por lei podem se inscrever e se beneficiar do programa.

Como há aproximadamente 3,5 pessoas em cada família, dentre as famílias relativamente mais pobres – a média do Brasil é em torno de 3,2 pessoas por família –, podemos dizer que aproximadamente um quarto da população brasileira – de 194 milhões hoje – é beneficiário do programa Bolsa Família.

Desde junho de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff lançou o programa Busca Ativa, um processo através do qual todos os níveis de governo – municipal, estadual e nacional –, as organizações sociais de toda natureza, de trabalhadores, empresariais e da sociedade civil, todos nós deveremos ajudar a encontrar as famílias que têm o direito, segundo a lei, de receber o benefício do Bolsa Família, e que ainda não estão identificadas e inscritas no programa.

Desde março de 2013, para todas as famílias inscritas no programa Bolsa Família com pelo menos uma criança até 15 anos de idade e 11 meses cuja renda familiar *per capita* mais os benefícios da Bolsa Família não atinjam pelo menos o suficiente para obter R$70,00, o Governo Federal, através do chamado programa Brasil Carinhoso, providenciará aquilo que for necessário para completar R$70,00 por mês para a família. Através dessa medida, o Governo está procurando garantir que todas famílias brasileiras daqui para frente tenham ao menos R$70,00 *per capita* por mês.

Quero assinalar que, na semana passada, quando o Senado Federal completou a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2013, referente ao programa Brasil Carinhoso, o Congresso Nacional definiu que agora toda família beneficiária do Bolsa Família com renda mensal até R$70,00 *per capita*, com crianças ou não, terá assegurada uma renda mensal *per capita* com o acréscimo dos benefícios do Bolsa Família de pelo menos R$70,00 *per capita*. Isso significa que no Brasil, com o programa Bolsa Família, toda e qualquer família tem assegurado – e toda e qualquer pessoa – pelo menos R$70,00 *per capita* por mês.

É interessante que venhamos a conhecer os resultados da Busca Ativa, como tem variado de Estado para Estado e como varia também dentre as 5.570 municipalidades do Brasil. Há 26 Estados e um Distrito

Federal no Brasil. Os Estados que mais avançaram na Busca Ativa são: Ceará, Pará, Maranhão, Amazonas, Alagoas, Sergipe, Piauí, Paraíba, Bahia e Roraima, todos eles do Norte e do Nordeste, portanto das áreas mais pobres do Brasil.

A proporção de famílias que estão sendo beneficiárias no Bolsa Família, relativamente àquelas que preenchem as normas do programa mencionado acima, varia desde 76,68% em Roraima, dos dez o de menor proporção, até 81,31% no Ceará, Estado que está à frente de todos no chamado processo de busca ativa.

As unidades da Federação com menor proporção na chamada Busca Ativa são: Santa Catarina, com 59%, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Mato Grosso e Espírito Santo, este com 70,82%. Os Estados do Rio Grande do Norte, com 76%, Acre, Tocantins, Pernambuco, Rio de Janeiro, Amapá e Mato Grosso do Sul têm proporções intermediárias na Busca Ativa, de 76% a 70,99% no Mato Grosso do Sul.

No meu Estado, São Paulo, que tem a maior população, de 41,9 milhões de habitantes em 2013, onde há 645 municipalidades, a Busca Ativa atingiu uma proporção de 65,20%. Isso significa 1.951.508 famílias com renda familiar *per capita* até R$140,00, das quais 1.272.457 famílias estavam sendo beneficiadas, em abril de 2013, pelo Programa Bolsa Família.

As dez municipalidades com proporções acima de 90,62% são Piacatu, a que tem mais; Estrela d'Oeste; Cordeirópolis; São Roque; Pompéia; Agudos; Santa Cruz das Palmeiras; Santos, um Município importante, com 92% – eu até cumprimentei o Prefeito Barbosa e a Secretária do Bem-Estar por isso na semana passada –; Itaporanga e Itaóca.

Os dez Municípios com proporções mais baixas, entre 34% e 16,9%, são Orindiúva, São João do Pau d'Alho, Araçoiaba da Serra, Poloni, Sebastianópolis do Sul, Pontes Gestal, Pedreira, Floreal, Monções e Auriflama.

São Paulo, a capital do Estado de São Paulo, é a municipalidade com a maior população no Brasil, com 11,4 milhões de habitantes em 2013. Havia 449.924 famílias morando em São Paulo, em janeiro de 2013, com uma renda mensal *per capita* até R$140,00. Mas, de 449.924 famílias com renda *per capita* até R$140,00 mensais, 270.685, ou 60,16%, estão beneficiadas com o Programa Bolsa Família. Portanto, há 179.239 famílias, ou 39,84%, para serem encontradas nesse esforço da Busca Ativa e inscritas no Programa Bolsa Família.

Todas essas famílias serem beneficiadas o quanto antes, de maneira a cumprir o objetivo principal da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza extrema no Brasil, constitui prioridade nº 1 do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que iniciou seu período de administração de quatro anos em janeiro de 2013.

Eu aqui apresento uma tabela com o estágio da Busca Ativa nas 27 capitais do Brasil. E aqui vou assinalar a ordem: Aracaju, a que está com a Busca Ativa mais avançada, apresenta o percentual de 79,36%; Rio de Janeiro, 78,55%; Cuiabá, 76,46%; Rio Branco, 76,36%; Belém, 76,33%; Maceió, 75,84%; Curitiba, 75,14%; João Pessoa, 74,68%; Macapá, 74,17%; Boa Vista, 73,88%; Fortaleza, 73,73%; Manaus, 73,55%; Palmas, 73,09%; Natal, 72,82%; Recife, 72,28%; Campo Grande, 71,59%, Salvador, 68,33%; Teresina, 67,92%; Belo Horizonte, 67,06%; São Luís, 65,62%; Porto Velho, 63,77%; Vitória, 63,23%; Distrito Federal, 61,27%; São Paulo, 60,16%; Porto Alegre, 57,56%; Goiânia, 57,24%; Florianópolis, 49,55%.

Em 2012, R$18,4 bilhões do orçamento federal foram gastos no Programa Bolsa Família com transferências de renda. De acordo com o Orçamento federal de 2013, espera-se que R$21,5 bilhões sejam gastos como pagamento às famílias do Programa Bolsa Família em 2013.

Resultados muito positivos têm sido obtidos desde a implementação do Programa Bolsa Família. O Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, havia chegado a 0,601 em 1996. Era uma dos três mais altos no mundo. E aquele foi o ano em que os primeiros programas de renda mínima associados à educação, também denominados Bolsa Escola, começaram a ser aplicados localmente, em Campinas, no Distrito Federal, em Ribeirão Preto e em muitos outros Municípios, até que foram universalizados pelo governo federal em todas as municipalidades em 2001, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, e transformados no Bolsa Família em 2003, com a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. O Coeficiente de Gini foi gradualmente diminuindo: 0,594, em 2001; 0,587, em 2002; 0,581, em 2003; 0,569, em 2004; 0,566, em 2005; 0,559, em 2006; 0,544, em 2008; 0,530, em 2009; 0,526, em 2010; 0,519, em 2012.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A pobreza extrema diminuiu consideravelmente. Ainda assim, em que pese todo o progresso, nós temos muito a realizar, pois, em 2012, o Brasil ainda era a 16ª Nação mais desigual do mundo. O Censo oficial do Brasil de 2010 mostrou que os 10% mais pobres tinham 1,1% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos tinham 44,5% da renda nacional.

Se formos começar uma renda básica de cidadania para todos os 194 milhões de brasileiros com até R$70,00 por mês, como hoje paga o Governo brasileiro aos beneficiários do Bolsa Família..

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em mais três minutos, consigo terminar (*Fora do microfone.*).

Tendo em conta a soma da renda familiar mais o benefício do Bolsa Família, isso resultaria em 194 milhões vezes R$840,00 por ano – são 12 meses vezes R$70,00 –, ou seja, daria uma soma de R$152,9 bilhões, portanto, cerca de sete vezes mais do que o custo do Bolsa Família em 2013.

Se fôssemos começar com um nível mais modesto, de R$50,00 por mês, que é aproximadamente a média do valor pago para cada pessoa das famílias beneficiárias do Bolsa Família hoje, para todos os 194 milhões de habitantes o custo total seria de R$600,00 por ano vezes 194 milhões, o que corresponde a R$98,4 bilhões.

Com qualquer alternativa, será necessário um esforço de criatividade muito significativo para se saber como criar os fundos necessários para financiar o pagamento de uma renda básica incondicional para todos. Para que isso ocorra, é importante que as pessoas, que o povo compreenda claramente as vantagens da renda básica de cidadania, que poderá ser um instrumento ainda mais eficaz do que o Bolsa Família ou do qualquer outra forma de transferência condicional de renda. E, então, estaremos prontos para darmos o próximo passo para conquistarmos dignidade e liberdade real para todos.

Eu acredito que, da mesma maneira que o Programa Bolsa Família no Brasil se iniciou a partir de experiências locais, como no Distrito Federal, em Campinas, em Ribeirão Preto e em muitas outras localidades em 1995, é possível começar a proposta da renda básica por Municípios.

Um Município do Estado de São Paulo, Santo Antônio do Pinhal, já aprovou lei para iniciar, passo a passo, a renda básica de cidadania. O Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania, ainda hoje reunido, está considerando que um dos primeiros passos poderia ser dado a partir das crianças que nascem neste Município de sete mil habitantes. A cada ano, todos os que nascem – cerca de cem pessoas nascem por ano ali – passariam a ter esse direito, até que todos viessem a tê-lo. E, eventualmente, com mais recursos, isso poderá ser acelerado.

Para haver fundos suficientes para financiar a renda básica de cidadania, é importante se pensar em alternativas. Uma possibilidade seria criar um fundo a partir da disposição de todos de compreender quão interessante será isso para a comunidade. Por exemplo, em Santo Antônio do Pinhal, se todos os proprietários das 65 pousadas compreendessem que isso poderia ser muito importante e até uma atração a mais para fazer de Santo Antônio do Pinhal um exemplo pioneiro, quem sabe poderia ser cobrado 1% daquilo que é a receita de todas aquelas pousadas, dos 35 restaurantes e dos demais estabelecimentos existentes de atividades econômicas no Município? Com isso, passariam a contribuir para o fundo. Por decisão do Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, já se colocou na lei que 6% da receita municipal serão destinados para essa finalidade.

É importante ressaltar que, na municipalidade de São Paulo, o Prefeito Fernando Haddad apresentou, no seu programa Um Novo Tempo para São Paulo, que uma renda básica de cidadania será implementada, passo a passo, com o critério do Executivo, em colaboração com os Governos de Estado e com o Governo Federal, de maneira a beneficiar todos os habitantes, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Essa renda será implementada gradualmente, até que, no futuro, se torne de caráter universal.

Tenho a certeza de que, um dia, em futuro próximo, nós estaremos prontos para fazer a transição do Programa Bolsa Família em direção à Renda Básica de Cidadania não apenas no Brasil, mas em todos os países dos três continentes das Américas.

Estou convencido de que o processo da Busca Ativa, iniciado pela Presidenta Dilma Roussef, assim como o Brasil Carinhoso constituem um progresso fundamental em direção à renda básica de cidadania.

Peço para anexar aqui a Lei da Renda Básica de Cidadania, o projeto que foi apresentado como modelo para cada uma das Nações.

O Deputado Rodrigo Cabezas Morales, um dos coautores da proposta, informou-me que, em cada Parlamento da América Latina e do Caribe, será apresentada, em junho próximo, essa lei marco da renda básica, que será, então, apreciada e encaminhada às respectivas Comissões de Assuntos Econômicos, para que seja examinada e debatida e para que, possivelmente, seja aprovada por cada Parlamento. Na Venezuela, o Deputado Rodrigo Cabezas Morales me disse que isso vai ocorrer em junho próximo.

Quero, inclusive, transmitir aos caros Pedro Vormittag e Marcello Kairalla... Aliás, quero dizer, prezado

Presidente Senador Paulo Paim, que Marcello Kairalla é filho do Dr. Ronaldo Kairalla, um dos médicos de maior capacidade e conhecimento na área em que fui atendido no Hospital Sírio-Libanês. Eu recebi alta e pude fazer essa viagem aos Estados Unidos, inteiramente curado da pneumonia que havia adquirido.

Felizmente, hoje, graças ao Dr. Ronaldo Kairalla, seu pai, Marcello, estou aqui bem, depois de passar quatro dias nos Estados Unidos, debatendo, fazendo palestras e estudando.

Quero, então, numa homenagem a vocês do Centro Acadêmico XI de Agosto, aqui registrar o Manifesto pelo Cárcere Cidadão, em que:

> *Nós, cidadãos e entidades abaixo subscritos, no cumprimento do nosso compromisso com os direitos fundamentais e com o primado da dignidade humana, atento aos mandamentos constitucionais e considerando a deplorável situação da segurança pública, como um todo, e do sistema penitenciário, em particular, vem, ladeado das entidades e pessoas subscritoras, apresentar o manifesto abaixo, nos seguintes termos:*
> *1. A Política Criminal deverá ser articulada entre os três poderes da república e a sociedade civil, de modo a atingir a finalidade ressocializadora e da pena;*
> *2. A política criminal não deve buscar a solução para problemas sociais na criação de novos crimes, mas sim na articulação de medidas que promovam a inclusão social* [inclusive a renda básica de cidadania, se me permite esse acréscimo]*;*
> *3. As soluções de Política Penitenciária devem se basear em medidas alternativas ao cárcere, mais do que na simples construção de novas vagas;*
> *4. A Lei de Execução Penal e as resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária...*
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

> *... devem ser rigorosamente observadas, sob pena de o Estado igualar-se ao detento na violação de direitos;*
> *5. O Estado deverá fornecer meios para formação profissional e educacional no cárcere, além de medidas de individualização da pena;*
> *6. Os três Poderes devem fixar parâmetros mais estáveis para as prisões processuais e cautelares, de modo a solucionar o problema da alta percentagem de presos provisórios por tão longo tempo;*
> *7. A execução penal deverá ser informatizada, para agilizar os procedimentos e evitar o prolongamento de penas juridicamente já cumpridas;*
> *8. É preciso estruturar medidas de acompanhamento dos egressos, com atenção aos Patronatos, cujo apoio é fundamental em qualquer política de prevenção de reincidência;*
> *9. As Ouvidorias e Corregedorias deverão ser fortalecidas e independentes, para que sejam instrumento eficiente de prevenção e combate à corrupção e ao abuso de autoridade;*
> *10. O Estado deverá investir na estrutura física do sistema e na formação dos profissionais que nele atuam,...*
>
> *(Soa a campainha.)*
> *(Interrupção do som.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

> *... com o objetivo de respeitar as necessidades e individualidades dos encarcerados.*
> *XI. É preciso debater publicamente a política de drogas vigente, em especial a sua relação com a grande quantidade de apenados por tráfico de drogas.*

Peço, Sr. Presidente, que seja transcrito na íntegra, inclusive com todos os que o assinam. Ressalto a presença de pessoas do porte do jurista Alberto Toron, de Alexandre Pariol, Alvino Augusto de Sá, Ana Elisa Bechara, Dalmo de Abreu Dallari, Davi Tangerino, Diogo Coutinho, Enrique Ricardo Lewandowski, Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Fábio Konder Comparato, Fernando Salla e tantos outros que honram a lista daqueles que assinam este manifesto.

Peço a eles que procurem V. Exª, Senador Paulo Paim, pois quem sabe queira assinar este importante manifesto. Aqui, de pronto, acresço o meu nome a este importante manifesto.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela tolerância.

Senador Eduardo Amorim, desculpe-me pelo entusiasmo e por ter me prolongado nesta sessão. Quero ouvi-lo com toda a atenção.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Manifesto pelo Cárcere Cidadão

Nós, cidadãos e entidades abaixo subscritos, no cumprimento do nosso compromisso com os direitos fundamentais e com o primado da dignidade humana, atento aos mandamentos constitucionais e considerando a deplorável situação da segurança pública, como um todo, e do sistema penitenciário, em particular, vem, ladeado das entidades e pessoas subscritoras, apresentar o manifesto abaixo, nos seguintes termos:

1. A Política Criminal deverá ser articulada entre os três poderes da república e a sociedade civil, de modo a atingir a finalidade ressocializadora da pena;

2. A política criminal não deve buscar a solução para problemas sociais na criação de novos crimes, mas sim na articulação de medidas que promovam a inclusão social;

3. As soluções de Política Penitenciária devem se basear em medidas alternativas ao cárcere, mais do que na simples construção de novas vagas;

4. A Lei de Execução Penal e as resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária devem ser rigorosamente observadas, sob pena de o Estado igualar-se ao detento na violação de direitos;

5. O Estado deverá fornecer meios para formação profissional e educacional no cárcere, além de medidas de individualização da pena;

6. Os três Poderes devem fixar parâmetros mais estáveis para as prisões processuais e cautelares, de modo a solucionar o problema da alta percentagem de presos provisórios por tão longo tempo;

7. A execução penal deverá ser informatizada, para agilizar os procedimentos e evitar o prolongamento de penas juridicamente já cumpridas;

8. É preciso estruturar medidas de acompanhamento dos egressos, com atenção aos Patronatos, cujo apoio é fundamental em qualquer política de prevenção de reincidência;

9. As Ouvidorias e Corregedorias deverão ser fortalecidas e independentes, para que sejam instrumento eficiente de prevenção e combate à corrupção e ao abuso de autoridade;

10. O Estado deverá investir na estrutura física do sistema e na formação dos profissionais que nele atuam, com o objetivo de respeitar as necessidades e individualidades dos encarcerados.

XI. É preciso debater publicamente a política de drogas vigente, em especial a sua relação com a grande quantidade de apenados por tráfico de drogas.

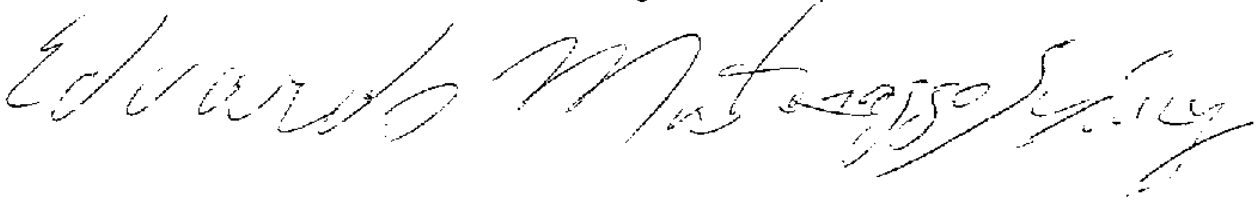
Existe uma crise em nosso sistema penitenciário. Fechar os olhos para o que acontece dentro do cárcere significa também fechar os olhos para a violência que persiste fora dele. Um Estado que abandona aqueles por quem mais deveria se responsabilizar não pode esperar trazer paz e justiça, onde quer que seja.

A negligência em relação a essa pauta, tão fundamental para uma democracia, vai de encontro ao próprio conceito de república. É o desafio da atual geração fazer evoluir uma democracia conquistada a duras penas pelas gerações anteriores. Essa missão não poderá ser cumprida sem que se questione a lógica do nosso sistema carcerário, à luz do moderno direito penal e dos direitos humanos.
Queremos uma política carcerária que fortaleça, não o crime organizado, mas a cidadania.

Queremos uma nação onde todos sejam cidadãos, sem exceção.

Centro Acadêmico XI de Agosto (FD-USP Largo São Francisco)

Centro Acadêmico 22 de Agosto (FPD-PUC-SP)
Diretório Acadêmico João Mendes Júnior (FD - Mackenzie)
Centro Acadêmico Direito FGV (EDESP-FGV)
Centro Acadêmico André Franco Montoro (FD Unesp)
Centro Acadêmico Rui Barbosa (FD-UFBA)
Centro Acadêmico Cândido Oliveira (FD-UFRJ)
Centro Acadêmico Visconde de Cairu (FEA-USP)
Centro Acadêmico André da Rocha (FD-UFRGS)
Centro Acadêmico Afonso Pena (FD-UFMG)
DCE Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme - Gestão "Não vou me adaptar"
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM
Instituto de Defesa do Direito de Defesa
Instituto Pró-Bono
Instituto Sou da Paz
Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama
Alberto Toron (Advogado)
Alexandre Pariol (Diretor do SINTUSP)
Prof. Alvino Augusto de Sá (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Profa. Ana Elisa Bechara (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Dalmo de Abreu Dallari (Professor TitularFD-USP Largo São Francisco)
Davi Tangerino (Advogado)
Prof. Diogo Coutinho (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Enrique Ricardo Lewandowski (Professor Titular FD-USP Largo São Francisco)
Profa Eunice Aparecida de Jesus Prudente (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Fabio Konder Comparato (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Fernando Dias Menezes (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Fernando Salla (Professor do NEV-USP)
Profa. Helena Lobo (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Profa. Janaia Paschoal (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Jorge Luiz Souto Maior (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. José Afonso da Silva (Professor Titular FD-USP Largo São Francisco)
Min. José Carlos Dias (Ex-Ministro da Justiça)
Marcelo Raffaini (Advogado)
Prof. Marcelo Neves (Prof. Titular da UNB e Conselheiro do CNJ)
Prof. Marcus Orione (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Profa. Mariângela Magalhães (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Profa. Maristela Basso (Professora FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Min. Miguel Reale Jr. (Professor Titular FD-USP Largo São Francisco e ex-Ministro da Justiça)
Prof. Pierpaolo Cruz Bottini (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Renato de Mello (Professor Titular FD-USP Largo São Francisco)
Roberto Podval (Advogado)
Roberto Tardelli (Promotor de Justiça do Ministério Público)
Prof. Sebastião Botto de Barros Tojal (Professor FD-USP Largo São Francisco)
Prof. Sérgio Salomão Shecaira (Professor Titular FD-USP Largo São Francisco)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Pela Liderança, passamos a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, colegas Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, mais uma vez, exercendo o meu dever constitucional de defender os interesses de nossa gente – falo do povo do Estado de Sergipe –, faço uso da tribuna desta Casa para me solidarizar com o drama vivido pelos produtores dos perímetros irrigados da região do baixo São Francisco do Estado de Sergipe.

A situação é calamitosa, Sr. Presidente.

Alguns dias atrás, um grupo de prefeitos e produtores daquela região fez uma manifestação em uma rádio local, cobrando providências por parte da Codevasf, pedindo soluções urgentes contra o drama da seca e contra o drama do maquinário quebrado, do descaso, dos canais obstruídos, que estão atingindo e inviabilizando a produção de toda aquela região, que, com certeza, já foi orgulho para todos nós sergipanos, que alimenta muitas mesas e que, ainda hoje, apesar da baixa produtividade, é o sustento e o alimento de muitas famílias.

Atendendo ao convite desses produtores e dos seus representantes, prefeitos, vereadores e autoridades locais, ouvi suas reivindicações, de forma muito atenta, e entendi que o caminho mais justo e correto seria convidar o superintendente local da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, a nossa Codevasf, para ficar ciente dos problemas que afetam a região.

Assim, Sr. Presidente, ladeado pelo Deputado André Moura, pedimos audiência ao Ministro da Integração e também a participação do Presidente da Codevasf. De forma muito gentil, fomos atendidos.

Por motivos que excedem a nossa compreensão, após a confirmação e a surpresa tanto do Ministro como do Presidente da Codevasf com aquela situação que ali mostramos, acompanhados do Prefeito de Propriá, José Américo, houve, sim, a confirmação de que o Presidente Nacional da Codevasf iria a Sergipe ouvir os produtores. Ninguém da companhia, Sr. Presidente, após ter marcado a data, lá compareceu, numa atitude de total descaso com as famílias e com as autoridades daquela região. Famílias que hoje vivem, Sr. Presidente, situações lastimáveis de descaso, de desprezo, de perfeito abandono.

Sem contar com o apoio e a sensibilidade dos dirigentes locais da Companhia, estive pessoalmente com o Presidente Nacional da Codevasf, que, num gesto até elegante à época, diferentemente dos outros dirigentes locais, se desculpou pela desatenção e prometeu a mim – passei isso ao povo de Sergipe – que ele retornaria a Sergipe para conversar com os produtores dos perímetros irrigados do Estado o mais rápido possível.

A mim ele disse a data, Sr. Presidente, mas, para que ninguém interferisse ou viesse a proibir, o que é uma atitude antidemocrática, que o Presidente da Codevasf lá testemunhasse o que se passa, eu preferi, desta vez, não divulgar o dia. Espero que ele cumpra a palavra. E confio perfeitamente no Sr. Elmo Vaz até que ele possa estar lá em Sergipe.

Agora, o fato é que é de se estranhar, Sr. Presidente, Srs. colegas Senadores, que, desta Casa, é que a partir daí, ao invés de contar com o apoio de todo o setor e de alguns do setor político, passei a ser duramente criticado por ter simplesmente atendido aos apelos dos prefeitos e dos produtores do meu Estado. Fiz o meu exercício democrático, o meu dever e a minha obrigação. Não sou omisso, nem o serei. E não são vozes perversas que me calarão ou que me imobilizarão, porque o meu dever, estando nesta Casa, escolhido pelo povo de Sergipe, é, sim, trazer as questões e as críticas de forma construtiva e realmente me solidarizar com todo aquele povo e todas aquelas famílias.

É lamentável que, em pleno século XXI, Sr. Presidente, determinados setores da política ainda abrigam uma compreensão atrasada de que os órgãos estatais possam funcionar como verdadeiros feudos, a serviço não do povo, mas de seu agrupamento. Fato como este, além de lamentável, é inconcebível em pleno século XXI e numa democracia amadurecida como a nossa.

Assim como é inconcebível, Sr. Presidente, o que acontece nos perímetros irrigados. Lá, as bombas estão quebradas – aqui estão, Presidente, as fotos dos locais visitados pelas pessoas –, não funcionam adequadamente. As águas estão contaminadas, a produção comprometida e os parceleiros sem perspectiva de futuro. Vimos *in loco* a situação que ora descrevo, como demonstram todas estas fotos, Sr. Presidente.

Não há nenhum tipo de preocupação eleitoreira, mesmo porque estou como Senador, sou médico, trabalho pelo bem-estar do meu povo de Sergipe e pelos irmãos brasileiros distribuídos em todos os can-

tos. Especificamente, nesse caso, fui convidado pelos trabalhadores dos perímetros irrigados e por seus representantes locais – prefeitos e autoridades –, para conhecer a situação pela qual passam e fiz o que, como Parlamentar, era o meu dever e a minha obrigação!

Exerço meu mandato com humildade, responsabilidade e mantenho o compromisso que assumi com o povo, com a minha gente, com o meu Estado de Sergipe, com meus irmãos brasileiros. Dessa maneira, todas as vezes que for convocado a interceder por uma causa estarei presente e farei o que tiver que ser feito, doa a quem doer, a permanência de determinados feudos.

Tenho dito, Sr. Presidente, que acredito na política como instrumento de transformação social, de justiça social, e é para isso que aqui estou, e é para isso que trabalho, que milito na política, retirando, muitas vezes, o tempo que pertence aos meus filhos e a minha família, mas, com certeza, vale a pena, porque é a busca da construção do bem, é a busca de materializar o sonho de ver um Brasil muito melhor, especialmente um Estado de Sergipe muito melhor.

Hoje, dia 13 de maio, 125 anos após a abolição da escravatura, em nosso País oficialmente não há mais escravos, não deve haver. Mas será que quando nos deparamos com relatos de uma realidade inversa e somos acusados de prepotentes por querermos trabalhar pelo povo de um Município, de um Estado ou de uma Nação, quando nos querem calar, será que, de alguma forma, de alguma maneira, não nos estão querendo escravizar?

Pois bem, Presidente, não me calarão. E, aqui estão as fotos, mais uma vez, do que se passa nos perímetros irrigados de Sergipe. Esta é a realidade, é uma realidade perversa.

Sr. Ministro e Sr. Presidente da Codevasf vão *in loco* e vejam. Tenho certeza de que a Presidente Dilma não sabe o que está acontecendo. Tenho certeza de que a Presidente Dilma não pactua e não concorda com uma situação como essa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nosso País tem pouco mais de 500 anos de descobrimento. Há quase 200 anos proclamamos a nossa Independência, proclamamos a nossa República, vencemos guerras mundiais, atravessamos a ditadura, mas, por incrível que pareça, ainda há esses feudos e a perversidade da seca, e alguns acham que são donos de algumas situações, de alguns cargos e de alguns espaços do Poder Público.

Então, Sr. Presidente, não me calarão porque a nossa missão é fazer o bem, o que é justo, por entender, sim, que a política é verdadeiramente um instrumento de transformação e de justiça social. Só assim vamos ter um Brasil muito melhor, só assim vamos ter um Sergipe muito, muito melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero assinalar como importante a sua manifestação sobre o que se sucede na Codevasf e em Sergipe, mas gostaria, tendo em conta que V. Exª é Senador de Sergipe, de cumprimentar Sergipe e Aracaju por estarem entre os Estados e os Municípios que mais avançaram no processo da chamada busca ativa. Ou seja, se nós analisarmos o número de famílias em Sergipe e, em especial, em Aracaju que recebem até R$140 *per capita*, por mês, e que, portanto, deveriam estar inscritas no programa Bolsa Família... Há lugares no Brasil onde essa proporção está em torno de 50%, 60% e, em Sergipe e em Aracaju, está próxima de 80%. Aracaju é a capital, entre as 27 capitais e unidades da Federação, que está com o índice mais alto. Então, eu queria...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Obrigado, muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... aproveitar a sua presença na tribuna para assinalar isso que há pouco mencionei.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu ouvi, Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

Essa é uma das mazelas que estamos enfrentando e, como você disse aí, estamos sendo vencedores, mas ainda há muitas outras, como essa que relato aqui, que precisam ser vencidas, que os feudos devem deixar de existir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Eduardo Amorim, que falou pela Liderança do seu partido.

Assim, vamos encerrando a sessão do dia de hoje.

Queria convidar a todos para que passem na Biblioteca do Senado. Está lá uma bela exposição sobre a escravidão e as leis aqui do Parlamento.

Estive lá com o Senador Cristovam na abertura. Meus cumprimentos à Casa, à Diretora da Casa, enfim, a todos os funcionários, por essa brilhante exposição que relata a história do que aconteceu há 125

anos, quando esta Casa votou o fim da escravidão e a liberdade.

A liberdade é uma palavra mágica. Liberdade, liberdade para todos nós! Escravidão, nunca mais! Que ninguém mais seja discriminado por motivo algum, por cor, por raça, por etnia, por origem, por procedência, por religião, por orientação sexual. Enfim, nós todos combatemos a violência, o ódio e a homofobia.

É nessa visão que acreditamos que 13 de Maio seja uma data simbólica para que, de uma vez por todas, a gente possa ter, neste País, uma lei única, que combata todo tipo de discriminação.

Sou o relator dessa proposta. Acho que é uma questão de honra para o Congresso Nacional, no ano de 2013, exatamente no ano de 2013, neste 13 de maio, assumir o compromisso de votar, de uma vez por todas, essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2013
(Proveniente da Medida Provisória nº 593, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013, que *altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais (proveniente da Medida Provisória nº 593, de 2012).*

Parecer sob nº 11, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC) e Relator Revisor: Deputado Ronaldo Zulke (PT/RS), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2013, que oferece.
(Lido no Senado Federal no dia 08.05.2013)
(Sobrestando pauta a partir de 02.03.2013)
Prazo final prorrogado: 15.5.2013

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.*
Pendente de parecer da CCJ.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*
Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº

89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados*

do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167/2002, naquela Casa), do Senador Luiz Pontes, que *cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU (desenvolvimento da produtividade da cajucultura).*

Pareceres sob nºs 1.380 a 1.382, de 2012, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício de Oliveira, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria (em parecer preliminar, nos termos do Requerimento nº 48, de 2009-CAE);

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Wellington Dias, favorável ao Substitutivo da Câmara, exceto quanto às alterações feitas pela Câmara ao texto da ementa e à redação do art. 1º; e

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Benedito de Lira, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 599, DE 2012, ADOTADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, COM O OBJETIVO DE COMPENSAR PERDAS DE ARRECADAÇÃO DECORRENTES DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - ICMS, INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, na Sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Eduardo Cunha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 599, de 2012, com a presença das Senadoras Lídice da Mata e Lúcia Vânia, dos Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Walter Pinheiro, José Pimentel, Aloysio Nunes Ferreira, Casildo Maldaner, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Blairo Maggi e Armando Monteiro; da Deputada Luciana Santos, e dos Deputados Gabriel Guimarães, Hugo Napoleão, Ronaldo Caiado, Dr. Jorge Silva, Arnaldo Jardim, Colbert Martins, Onofre Santo Agostini e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à leitura e apreciação do Relatório. A Reunião é suspensa às onze horas e trinta minutos, sendo convocada reabertura para o dia trinta de abril de dois mil e treze. Às onze horas e quarenta minutos do dia trinta de abril de dois mil e treze, é reaberta a Reunião. São aprovadas as Atas da segunda, terceira, quarta e quinta reuniões. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Walter Pinheiro, para que proceda à leitura do Relatório. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende apresenta Requerimento de retirada de pauta da matéria. O Requerimento é colocado em votação e é rejeitado. O Deputado Ronaldo Caiado solicita verificação nominal. Realizada a verificação nominal, é constatada a falta de quorum na Câmara dos Deputados. A Reunião é encerrada às doze horas e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Eduardo Cunha, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado EDUARDO CUNHA
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012.

Não vou submeter a ata à votação. Vou deixar para quando a reunião se realizar.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Por acordo entre os integrantes da Comissão e o próprio Relator, nós vamos suspender esta reunião e retornar na terça-feira, dia 30, às 11 horas, quando o Relator apresentará o seu relatório, que ainda não está concluído. Ele pediu mais esse prazo para que pudesse terminar.

Então, a reunião está suspensa e retornará terça-feira, dia 30, às 11 horas.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos e suspensa às 11 horas e 30 minutos do dia 25 de abril de 2013, a reunião é reiniciada às 11 horas e 40 minutos do dia 30 de abril de 2013.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Quero saudar todos os Parlamentares. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação do relatório.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proceder à leitura do relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, o que nós tínhamos até acordado na reunião anterior é que nós vamos necessariamente precisar de uma rodada de negociações, a partir exatamente do que se processou com a Resolução nº 1, do Senado Federal.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Pela ordem, Presidente. Eu tenho um requerimento sobre a mesa de retirada.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Retirada de quê?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Retirada da matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Retirada da matéria de pauta?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Eu recebi agora aqui o requerimento da Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas do Tocantins. Concedo a palavra para que ela possa defender o requerimento – apenas o autor fala do requerimento – e depois nós colocaremos em votação o requerimento.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Na verdade, eu aqui represento a Bancada do Democratas. Entendo a importância...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Pois não.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom dia.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Representando o Líder Ronaldo Caiado, pela Bancada do Democratas, eu faço uma solicitação de retirada, entendendo a seriedade do tema e preocupada, em virtude de a resolução que detalha toda a regulamentação em relação ao tema ainda não ter sido votada. É um tema importante, que causa preocupação na maioria dos Estados que nós representamos, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e nós gostaríamos de ter tempo de maior debate e, inclusive, após a leitura da resolução. Na votação da resolução, que ainda tramita no Senado, há várias emendas ainda cujos destinos nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Professora, eu queria fazer uma ponderação a V. Exª, porque essa é uma matéria de extrema relevância, é uma matéria federativa. Nós temos prazo de validade dessa medida provisória, que está em cima. A resolução está para ser votada na terça-feira. O intuito hoje não é votar a medida provisória, é apenas ler o relatório e conceder vista. Esse é um processo em que nós estávamos – eu estava, no Ministério da Fazenda – discutindo o Projeto de Lei Complementar nº 238. É todo um processo que será em conjunto.

Então, eu faria um apelo a V. Exª que nos permitisse, que não precisássemos submeter a retirada de pauta, que nós lêssemos, e, obviamente, essa matéria não será levada à votação antes de a resolução ter sido terminada na CAE. É um apelo que eu farei a V. Exª, porque o interesse de V. Exª é o mesmo de todos nós, é o de chegar ao consenso.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Senador José Pimentel. Primeiro, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente, eu compreendo o apelo de V. Exª, mas V. Exª tem que entender as razões que

animam a Deputada que apresentou o requerimento de retirada. Nós não estamos aqui com espírito obstrucionista. Fosse isso, não dariamos quórum, por exemplo. Concorremos para que nós tivéssemos quórum, a Deputada, eu e outras pessoas, que temos interesse na matéria. Ao apelo, eu queria sugerir a V. Exª que o substituísse por uma proposta efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – A proposta efetiva é nós lermos...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Deixe-me concluir.

Afinal de contas, nossa disposição está aqui revelada. A resolução tem data marcada, em principio, no dia 7. Não se sabe se chegará ao final. Acho que seria de bom alvitre, até para podermos fluir aqui, que se apresentasse uma proposta muito objetiva de condicionantes e prazos, que não fosse simplesmente "vamos esperar votar na terça-feira de manhã e, em seguida, à noite, vamos começar a discussão e votação". Está certo?

A proposta que eu gostaria de receber da Mesa, se possível, ou de quem quer que fosse, seria uma proposta de acordo que passasse pelo seguinte: condicione-se primeiro a questão da aprovação da resolução; se determina depois um prazo efetivo de discussão e negociação e, daí, marcarmos um cenário de acordo de votação. Sem essa proposta mais arrumada e ajambrada, acho que fica um apelo por si só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se nós não tivermos um consenso de celeridade não vai adiantar nem qualquer tipo de acordo porque ela vai perder a validade em 16 de maio.

A nossa proposta: em primeiro lugar, a medida provisória não terá qualquer validade sem a resolução ter sido votada. É obvio porque faz parte do texto da medida provisória a vinculação dela à resolução. Ela é inócua sem a resolução. Então, não vamos votá-la hoje.

O nosso objetivo é ler, cumprir esse prazo e vamos, efetivamente, após a votação da resolução, porque temos ainda que passar por esta Comissão esse debate e, depois, temos que levar ao Plenário da Câmara – e já sabemos que não conseguiremos fazer na semana que vem no Plenário da Câmara, já é sabido que não será, e V. Exª sabe as motivações – e, depois, na outra semana, teremos um dia para a Câmara e um dia para o Senado se tiver acordo. Ou seja, já é uma possibilidade muito difícil de a gente chegar ao fim. Se a gente não fizer um esforço mínimo – e esse esforço passa pela leitura hoje –, se não houver esse esforço hoje com a leitura... Esse é um tema em que ninguém aqui vai querer sobrepor-se a ninguém. Nem o Senador Walter Pinheiro, nem eu, nem V. Exª, nem o Líder do Governo – eu vou passar a palavra para ele –, ninguém!

Então, é uma coisa que é construção. Estamos apenas cumprindo uma etapa. Ele está colocando um texto porque sequer conheço e gostaria também de ter vistas para poder até me preparar para o debate com ele e para sugerir as minhas modificações. Nós não temos nenhum objetivo obstrutivo aqui.

A minha ponderação a V. Exª é deixarmos ler e vamos criticar isso aqui e nada disso aqui terá valor sem a resolução. É o apelo que faria a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Só um minutinho, o Senador José Pimentel pediu primeiro. A V. Exª passo em seguida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, matéria que envolve o pacto federativo como é essa ela só evolui através de acordos de procedimento e acordo de votação e V. Exª, Deputado Eduardo Cunha, tem contribuído nesse processo e, no caso especifico das medidas provisórias, tem discutido a aplicação da Resolução nº 1, a sua interpretação porque era recente. Portanto, acho que proporia, tanto à oposição como à base do nosso Governo, que aqui todos têm colaborado para dar quórum, para permitir o andamento dessa matéria. Quanto a isso é fato e contra fatos não há o que contrapor.

A segunda questão é que uma matéria desse porte, sendo esse parecer do nosso Relator, permite uma consolidação dos entendimentos que ele já produziu, a avaliação que ele está fazendo das emendas apresentadas e a melhor forma é dar conhecimento a todos nós para que a gente possa, a partir daí, apresentar as nossas sugestões, os nossos complementos, os nossos procedimentos que cabem na matéria. A preocupação que tanto a Professora Dorinha como o nosso Líder do PPS me apresenta é quanto à Resolução nº 1. Ela está pautada para o dia 7 pela manhã.

Eu faria um apelo a todos nós que nos permitissem fazer a leitura do parecer hoje, como forma de dar conhecimento e, em seguida, a gente suspende os trabalhos e voltaríamos dia 8, que é quarta-feira, e daria prazo suficiente para concluir a Resolução nº 1, e teríamos ainda o resto do dia 7 e esse período todo para fazer essas discussões. Voltaríamos no dia 8 com a discussão, ou seja, não faríamos a discussão hoje.

É evidente que as intervenções são normais, mas a gente não encerraria a discussão hoje como forma de procedimento. E, no dia 8, a gente voltaria para concluir a discussão. Se nós entendermos que concluímos a discussão, aí, partiríamos para a votação. E, nesse período aqui, tanto o Relator da Resolução nº 1, como o Relator da MP nº 599, até o dia 8, seria prazo para fazer a complementação de votos, para fazer ajustes no texto.

Seria essa a nossa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, entendo muito bem. V. Exª sabe o quanto sou de trabalhar no sentido de produzirmos acordos, só que solicito a V. Exª que entenda uma coisa só: isso é questão de vida ou morte para alguns Estados, entre eles o Estado de Goiás. Entendeu?

As coisas não são simples dessa maneira como foi colocado. Não foi simples, não é simples assim. Já passamos por várias situações que têm penalizado enormemente o Estado. Se o Governo Federal resolveu iniciar um pacto federativo às avessas, tudo bem, porque sei que deve compartilhar primeiro quem tem mais com quem tem menos, mas o Governo resolveu distribuir miséria, ou seja, aquilo que os Estados já não têm, nem os Municípios. O lógico seria começar exatamente revendo aquilo que o Governo Federal arrecada aos demais entes federados.

Agora, ler uma matéria sem que aqueles Parlamentares que estão diretamente envolvidos nesse assunto, onde alguns Estados resolveram os seus problemas, e nós estamos totalmente excluídos de uma solução, com a história de que vem um fundo de desenvolvimento, uma história que vem novamente um fundo de compensação. Porque em momento algum tivemos apoio para ser por emenda constitucional, e, sim, por legislação ordinária, que não nos garante nada esse repasse e nem esse incentivo.

O problema maior, Sr. Presidente, e que quero chamar a atenção, é que, às vezes, as pessoas colocam aqui de uma forma simplista: ora, vamos compensar Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, enfim, essas regiões que não tiveram oportunidade de provar o desenvolvimento do Sul e Sudeste. Mas quero levar ao conhecimento de V. Exª o outro lado, o outro viés do problema.

Quando da cidade de Catalão, em Goiás, hoje, temos lá a transferência da Mitsubishi para São Paulo, não é compensar Goiás com aquilo que Goiás deixou de arrecadar, não. Já pensou bem o vazio que se cria? O desestímulo que se cria? O empobrecimento que causa numa região inteira do Estado de Goiás? A mesma coisa que a Zona Franca se acha no direito de ter aqui ICMS de 12%, que tem o direito do Governo, da União Federal bancar aqui uma renúncia fiscal só para a Zona Franca de Manaus de R$22 bilhões, por ano, enquanto em todo o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, as renúncias são de R$6 bilhões. Então temos que rever. E não podemos aceitar que haja essa tramitação de que tudo lá na frente acerta. Essa é a história da Carochinha, Presidente! Desculpe-me. Queremos sentar e queremos decidir.

O requerimento de retirada de pauta foi colocado. Vamos manter. Está certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, eu queria...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E gostaríamos só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – V. Exª me permitiria...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E gostaríamos só que, depois de cancelada a reunião, pudéssemos, aí, sim, saber quais são as alternativas de sobrevivência para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Deputado Caiado, permita-me interagir com V. Exª, que é uma pessoa de muito bom senso, muito equilíbrio e sempre disposto a ter a compreensão exata do processo. Essa medida provisória não está reduzindo a alíquota de ninguém.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – E nem está acabando com isso.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse processo, só para complementar a V. Exª, é discutido na resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa resolução é prerrogativa do Senado. Só que sei também que, se não tivermos essa MP, eu quero ver se eles vão montar, cobrar e implantar essa resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Mas essa MP não existe...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Então, essa ameaça, para nós, não cola, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não estou ameaçando.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa ameaça de que o Senado resolve! Não resolve, não. Porque essa medida provisória, se não for aprovada, não há como essa resolução ser implantada. Certo? Eu acho que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Essa medida provisória é uma consequência da existência da resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – É o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se a resolução existir sem essa medida provisória de compensação, aí o caos está instalado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Aí eu quero ver. Eu quero pagar para ver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Aí o caos está instalado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Vou pagar para ver. Eu quero ver quem é que vai montar essa solução de cima para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Que de cima para baixo?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu quero ver, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu quero lhe dizer...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O Goiás quer ver quem vai montar essa estratégia. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não. O que eu quero dizer a V. Exª é o seguinte: isso aqui não tem...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa tese não nos amedronta, não. Nós vamos enfrentar essa medida provisória e vamos obstruí-la até que sentemos à mesa e que Goiás tenha sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não. Isso é outra coisa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Essa é uma posição política de V. Exª, o que eu entendo. Agora que essa medida provisória não tem nenhum efeito sem a resolução ser aprovada, não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O fundo de compensação é feito por onde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Só pela resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O fundo de desenvolvimento é feito por onde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Se a resolução não existir, ele não existe. Ele só existe se existir a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Mas nós não queremos exatamente isso da maneira como está. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse é outro problema. V. Exª pode não concordar com o conteúdo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Esse é o atual problema. Esse é o atual problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Não, Veja bem. Essa medida provisória não tem qualquer valor se não existir a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O problema é a resolução.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E se não tiver... Mas se tiver a resolução, sem a medida provisória, eu quero saber quem é que vai implantar essa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Altamente implantável.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Quem é que vai implantar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É automaticamente implantável.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Ah, é automático? Eu quero saber quem é esse automaticamente que vai implantar. Pois está aí. Pois vai ser o primeiro momento em que os entes federados vão reagir no Brasil. É

inaceitável achar que Governo é feito para governar Brasília e não é feito para governar o País. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Esse é outro debate.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Nós não podemos admitir essa tese aqui dentro. Isso é uma reforma tributária às avessas. Está certo? O governo é centralizador. Nós temos compromisso com a base municipalista e, no entanto, nós estamos vendo exatamente o contrário: fazer vontade de Governo Federal e distribuir miséria entre os Estados e Municípios. Essa é a realidade.

Então, a nossa posição vai ser manter o requerimento, convocar toda a Bancada. V. Exª sabe que a Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem maioria ampla. Alguns Estados foram atingidos, infelizmente, com a resolução. V. Exª sabe os Estados que foram atingidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu ainda não conheço o teor da resolução que vai ser votada.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª sabe que o Mato Grosso do Sul buscou uma alternativa no gás. Está certo? Amapá, Roraima, Amazonas buscaram alternativas em outras zonas instaladas e com condições de tratamento diferenciado. E os outros Estados? Nós fomos colocados simplesmente como o quê? Moeda de troca no jogo? Então, não, Presidente. Esse é um jogo de que nós não abrimos mão. Desculpe-me, mas a nossa posição vai ser essa aqui, pedindo o apoio de todos para que possamos sentar à mesa com o Ministério da Fazenda e aí, sim, possamos definir a situação de sobrevivência dos demais Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Bom, dito isso, parece-me que existe um requerimento e ele vai permanecer. Não nos restará alternativa a não ser votar o requerimento e dar o andamento que for.

Então, já encaminharam o requerimento. Alguém quer encaminhar contrário? Já encaminhou? (*Pausa.*)

Então, vamos colocar em votação.

Os Srs. Parlamentares que forem a favor do requerimento de retirada de pauta permaneçam como se encontram; os que forem contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Verificação solicitada. Verificação concedida.

Vamos para a verificação.

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

"Não".

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)
Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)
Suplentes. Cabem três suplentes aqui.
Senador Casildo Maldaner. (*Pausa.*)
Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)
Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)
Senador Jarbas Vasconcelos. (*Pausa.*)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)
"Não".
Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)
Senador José Pimentel. (*Pausa.*)
Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)
Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)
Cabem suplentes.
Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)
Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
"Sim".
Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)
"Sim".
Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)
Cabe um suplente.
Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Gim Argello. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)
Senador Armando Monteiro.
"Não".
Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)
Deputado Josias Gomes. (*Pausa.*)
Deputado Gabriel Guimarães. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Deputado Sibá Machado e Deputado Henrique Fontana. (*Pausa.*)
Deputado Eduardo Cunha. (*Pausa.*)
"Não".
Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*)
Cabe suplente.
Deputado Colbert Martins. (*Pausa.*)

Deputado Sandro Mabel. (*Pausa.*)
Deputado César Halum. (*Pausa.*)
Deputado Hugo Napoleão. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Armando Virgílio. (*Pausa.*)
Deputado Onofre Santo Agostini. (*Pausa.*)
Deputado Vaz de Lima. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Cesar Colnago. (*Pausa.*)
Deputado Esperidião Amim. (*Pausa.*)
Deputado Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)
Deputado Milton Monti. (*Pausa.*)
Deputado Paulo Foletto. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)
Deputado Jorge da Silva. (*Pausa.*)
"Não."
Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)
"Sim."
Deputado Jorge Corte Real. (*Pausa.*)
Deputado Osmar Júnior. (*Pausa.*)
Suplente.
Deputada Luciana Santos. (*Pausa.*)
Algum Senador ou Deputado membro que não votou?
Senador Lindbergh. Como vota o Senador Lindbergh?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Qual é o resultado, Sr. Presidente? V. Exª já fez a leitura. V. Exª poderia proclamar o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Ainda estou em processo de votação, ainda estou chamando.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Em processo de votação? Já encerrou a lista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu não encerrei a lista, eu posso fazer segunda chamada, se assim eu desejar. O seu vôo ainda pode esperar um pouquinho, calma.

Bom, eu vou encerrar a votação. Mais algum Senador ou Deputado que não votou ou queira votar? (*Pausa.*)

Então, votaram SIM 4 Srs. Parlamentares; votarão NÃO 9 Srs. Parlamentares.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Quer dizer que não houve quórum suficiente. São 15, realmente a reunião caiu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – O.k. Então, não havendo quórum, declaro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exª poderia chamar uma nova reunião com a mesma pauta para o dia sete?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – Eu vou chamar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – É competência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha. PMDB – RJ) – É competência minha e eu vou chamar.

Dia sete. Eu vou decidir o horário e comunicarei com antecedência que o Regimento me permite e todos receberão em seus gabinetes o comunicado.

Decidirei o horário, mas está encerrada esta reunião e convocada para o dia sete.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, suspensa às 11 horas e 30 minutos do dia 25 de abril de 2013, reiniciada às 11 horas e 40 minutos do dia 30 de abril de 2013, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.409, DE 25 DE MAIO DE 2011; A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO; CONSTITUI FONTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NO 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, E Nº 8.399, DE 7 DE JANEIRO DE 1992; ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009; ALTERA A LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2013, ÀS 09h30, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quinze minutos do dia três de abril de dois mil e treze, na Sala número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Deputada Marina Santanna, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 600, de 2012, com a presença dos Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Wellington Dias, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ana Amélia, Angela Portela, Inácio Arruda e Eduardo Amorim; e dos Deputados Lúcio Vieira Lima, Ronaldo Caiado, Valtenir Pereira, Magda Mofatto, Vitor Paulo, Danilo Forte, Fernando Jordão e João Dado. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do cronograma de trabalho. A Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é aprovada. É concedida a palavra ao Relator, Deputado Lúcio Vieira Lima, que faz a leitura do Requerimento nº 1, de 2013-MPV600-2012 (Cronograma de Trabalho), de sua autoria, propondo a realização de duas audiências públicas com representantes das seguintes entidades: Banco Central, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Aviação Civil, Telebrás e DNIT. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Deputada Marina Santanna, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Marina Santanna

Deputada MARINA SANTANNA
Vice-Presidente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

MP nº 600/12 (2ª Reunião) 03/04/2013

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 600, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho a ser apresentado pelo Sr. Relator.

Passo a palavra, portanto, ao Deputado Lucio Vieira Lima para as suas considerações, pedindo escusas pelo meu atraso, dificultando um pouco, certamente, o ritmo de trabalho de todos. Eu estava na Comissão de Meio Ambiente da Câmara em um debate também relevante.

Por favor, Deputado.

Muito obrigada.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Deputada Marina, fique tranquila. O atraso é compensado com o enriquecimento de V. Exª presidindo, no caso, esta reunião.

Esta segunda reunião é para apresentarmos ao Plenário desta Comissão o requerimento de cronograma de trabalho para ser aprovado por este colegiado.

Srª Presidente, requeiro a V. Exª, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas para debater a Medida Provisória nº 600, de 2012, nas datas sugeridas no Anexo I deste requerimento, com a presença dos seguintes convidados, bem como de outros que a Comissão venha a decidir: na primeira audiência, um representante do Banco Central, um representante do BNDES, um representante do Banco do Brasil e um representante da Caixa Econômica Federal; na segunda audiência, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria da Aviação Civil, da Telebras e do DNIT.

A primeira audiência se dará no dia 09/04/2013; a segunda audiência, no dia 11/04/2013; e, no dia 17/04, já queremos fazer a apresentação e discussão do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Parabenizo V. Exª pelo esforço de uma boa agenda de trabalho. De fato, incorpora as autoridades relacionadas à Medida Provisória nº 600, que é de muita importância para o nosso País, para as nossas regiões e, particularmente, para quem trabalha, atua e vive no Centro-Oeste. Agradeço o esforço de V. Exª, como membro participante desta Comissão.

Algum dos Deputados... A Deputada deseja fazer alguma observação? (*Pausa.*) Não?

Então, vamos colocá-la em votação, caso o Sr. Relator tenha finalizado a sua proposta. Mais alguma coisa, Sr. Relator?

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Eu vou passar... (*Falha na gravação*) Para justificar e facilitar os trabalhos, eu fiz um levantamento sobre qual artigo, qual ponto da medida provisória o representante deverá falar. Mandarei tirar cópia e encaminhar, por *e-mail*, aos demais Parlamentares, mas passarei à mão da Presidenta. E, se possível, providenciar uma cópia para a Deputada Magda Mofatto, para que tome conhecimento também desse cronograma, com todos os elementos.

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Muito obrigada. Excelente, Deputado, inclusive porque essa especificação vai nos dar um conteúdo dirigido para a fala de cada uma das autoridades, de cada uma das representações.

Vamos colocar em votação o plano de trabalho apresentado pelo Sr. Relator.

A Deputada Magda Mofatto deseja... (*Pausa.*) Não?

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*).

Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.409, DE 25 DE MAIO DE 2011; A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO; CONSTITUI FONTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NO 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, E Nº 8.399, DE 7 DE JANEIRO DE 1992; ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009; ALTERA A LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e cinqüenta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Deputado Lucio Vieira Lima, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 600, de 2012, com a presença dos Senadores José Pimentel, Wellington Dias, Angela Portela Inácio Arruda, Wilder Morais, Gim, Eduardo Amorim; e dos Deputados Danilo Forte, Fernando Jordão, Heuler Cruvinel, Flávia Morais e Magda Mofatto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a Medida Provisória. O Presidente convida os participantes Sérgio Odilon dos Anjos, Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro, do Banco Central do Brasil; Selmo Aronovich, Superintendente da Área Financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante, Diretor-Executivo de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal; para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Faz uso da palavra a Senhora Juliana Santos da Cruz, Chefe do Departamento de Relacionamento com Agentes Financeiros e Outras Instituições do BNDES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e seis minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Deputado Lúcio Vieira Lima, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado **LÚCIO VIEIRA LIMA**
Presidente eventual

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 600, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública.

Gostaria de comunicar aos presentes que o representante do Banco do Brasil que tinha sido convidado para a audiência pública de hoje participará da próxima audiência pública, na quinta-feira.

Convido para tomar assento à Mesa o Dr. Sérgio Odilon dos Anjos, Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central; Dr. Selmo Aronovich, Superintendente da Área Financeira do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; Dr. Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante, Diretor Executivo de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Odilon dos Anjos, Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central.

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Boa tarde. Em nome do Ministro Presidente do Banco Central Alexandre Tombini, agradeço o convite formulado ao Banco Central para debater a Medida Provisória 600, de 28 de dezembro de 2012, que, entre outras matérias, trata do fortalecimento do capital da Caixa Econômica Federal, mediante crédito concedido pela União à instituição.

A referida medida provisória trata ainda da possibilidade de alteração de contrato de dívida elegível ao capital regulamentar quando celebrada entre a União e instituições financeiras federais, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Inicialmente, entendo adequado apresentar uma breve exposição acerca da estrutura de capital das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Seguindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, que é a entidade multilateral que congrega as autoridades de regulação e supervisão financeira dos principais países de economias desenvolvidas e emergentes, a estrutura de capital das instituições financeiras deve ser suficiente para suportar as perdas não esperadas que decorrem dos riscos aos quais essas instituições estão sujeitas, fundamentalmente, o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional.

Ressalto que o Brasil é membro efetivo do Comitê de Basileia desde 2009, o que implica não somente a adesão às recomendações emanadas daquela

entidade, mas a participação efetiva na formulação dos padrões financeiros internacionais.

Na estrutura recomendada pelo Comitê, o capital é definido como uma soma de duas parcelas, a primeira delas destinada a suportar perdas não esperadas que ocorrem durante o funcionamento da instituição financeira, e a segunda voltada à cobertura das perdas não esperadas nos casos em que a instituição financeira não tem mais condições de continuar operando.

A primeira parcela, chamada de nível 1 do capital, é composta pelo capital social, ou seja, pelas ações emitidas pela instituição e também por instrumentos de dívida que possuam características semelhantes a das ações, em termos de prazo de vencimento e de remuneração.

A segunda parcela, chamada de nível 2 do capital, consiste em instrumentos de dívida com prazo de vencimento longo, maior do que cinco anos, e baixa expectativa de serem exigidos pelo credor.

Tanto para integrar o nível 1 quanto o nível 2 do capital, os instrumentos de dívida têm que apresentar algumas características essenciais a saber: ser perpétuos, no caso de instrumentos elegíveis no nível 1; ter vencimento superior, no caso de instrumentos elegíveis no nível 2; ser subordinados, ou seja, no caso da liquidação da instituição, eles têm prioridade de pagamento inferior a dos depositantes dos credores quirografários; não haver incentivos ao seu resgate antecipado, no caso de instrumentos com prazo de vencimento, ou ao exercício; e opção de compra, em caso de instrumentos perpétuos.

No Brasil, com base no disposto na Lei 4.595, de 31de dezembro de 1964, o estabelecimento das regras de definição de capital das instituições financeiras é de competência do Conselho Monetário Nacional.

No exercício dessa competência, o Conselho Monetário Nacional instituiu o Patrimônio de Referência, o conhecido PR, que dá forma ao conceito de capital das instituições financeiras no Brasil e cuja definição segue estritamente as recomendações do Comitê de Basileia quanto a sua composição e aos requisitos e instrumentos que o integram.

Em 2011, o Comitê de Basileia decidiu pelo aprimoramento de suas recomendações acerca da estrutura do capital das instituições financeiras diante dos problemas identificados a partir da crise financeira iniciada em 2008.

Verificou-se a necessidade de fortalecer os requisitos para que as ações e os instrumentos de dívidas possam compor o capital regulamentar, regulatório, e assim, efetivamente, cumprir o seu papel de cobrir perdas não esperadas.

As novas recomendações do Comitê de Basileia, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, foram incorporadas à regulamentação brasileira no recente aprimoramento normativo promovido pelo Conselho Monetário Nacional e buscam, fundamentalmente, elevar a qualidade do capital e aumentar a quantidade do capital alocado.

O objetivo primário de Basileia III é aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia e ainda reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia.

Em última análise, as recomendações de Basileia III visam auxiliar a manutenção da estabilidade financeira e a promoção econômico-sustentável.

A implantação de Basileia III no Brasil inicia-se em 1º de outubro de 2013 e segue cronograma internacional acordado até a conclusão do processo, em 1º de janeiro de 2018 para as novas regras de capital e 1º de janeiro de 2022 para outros elementos trazidos por Basileia III.

O cronograma para introdução gradual das medidas busca fornecer prazo suficiente para adaptação dos sistemas financeiros nacionais, permitindo que cada uma dessas instituições, quando necessário, ajuste sua base de capital.

Também de acordo com a Lei nº 4.595, de 1964, compete ao Banco Central do Brasil a fiscalização das instituições financeiras, visando assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. No exercício de sua competência legal, cabe ao Banco Central conceder autorização para que instrumentos de dívida integrem o patrimônio de referência, uma vez confirmado o atendimento de todos os requisitos regulamentares.

Cabe comentar que as condições dessas operações (volume, taxas, encargos) são livremente pactuados entre as partes, cabendo ao Banco Central conceder autorização para que os instrumentos de dívida integrem o patrimônio, dentro daquelas condições que o Conselho Monetário Nacional descreve.

Especificamente com relação à Medida Provisória 600, de 2012, objeto de debate desta Comissão Mista, destaco dois pontos em particular: autorização para que a União conceda crédito à Caixa Econômica Federal, mediante dívida elegível ao seu patrimônio de referência da instituição, objeto do seu art. 3º, e a possibilidade de alteração das condições financeiras e contratuais de instrumentos de capital e dívidas emitidos por instituições financeiras federais, de forma que tais instrumentos possam se adequar às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional aqui descritas, conforme o art. 10 desta medida provisória.

A propósito do disposto no art. 3º da medida provisória, apesar da menção a instrumentos híbridos de capital e dívida elegível a compor o patrimônio de referência da Caixa Econômica Federal, ressalto que o comando legal disciplina o aporte de recursos do controlador à instituição controlada, condicionado a enquadramento do instrumento representativo da dívida nas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Nesse sentido, a celebração de crédito entre a União e a Caixa Econômica Federal não implica a tomada de quaisquer providências, seja no âmbito regulamentar, por parte do Conselho Monetário Nacional, ou Executivo, por parte do Banco Central do Brasil.

Ao Banco Central do Brasil caberá apenas, no exercício de sua competência legal já mencionada, verificar o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para que o instrumento representativo da dívida contraída possa integrar o patrimônio de referência da Caixa Econômica Federal.

Ressalto ainda que o procedimento de emissão de dívida não tem vinculação com o aprimoramento normativo inspirado em Basileia III e recentemente editado, o qual se restringiu à redefinição da estrutura conceitual do capital, não disciplinando a alocação de dívida pela instituição, mas os requisitos para que ela seja aceita como capital.

Já o art. 10 da Medida Provisória 600 autoriza a União a alterar as condições financeiras e contratuais de empréstimos concedidos por esta a instituições financeiras federais, de forma que tais instrumentos possam se adequar às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. O exercício da faculdade pela União tampouco acarreta a necessidade de atuação do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central no âmbito de suas respectivas áreas de competência.

Mais uma vez, caberá apenas ao Banco Central do Brasil, diante da ocorrência de eventuais alterações no contrato de dívida entre a União e uma instituição financeira federal, verificar se permanece o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para que o instrumento representativo da divida contraída possa continuar a integrar o patrimônio de referência dessa instituição.

A Medida Provisória 600, de 2012, portanto, não traz qualquer alteração no procedimento relativo à composição do capital regulamentar das instituições financeiras, vigente desde 2000, diga-se de passagem, que requer autorização do Banco Central, repito, para que instrumentos de dívida possam integrá-lo.

Destaco que a Medida Provisória 600, de 2012, foi editada na vigência das regras anteriores à incorporação das recomendações de Basiléia III no Brasil, mas quando já havia a certeza da necessidade de aprimoramento das regras de definição de capital das instituições financeiras em decorrência de compromissos assumidos pelo Brasil na condição de membro do comitê.

O art. 10 da referida medida provisória, portanto, buscou dar segurança jurídica à emissão de dívida destinada ao fortalecimento da base de capital das instituições financeiras federais.

Finalmente, e mais uma vez em nome do Presidente Tombini, agradeço o convite para o debate da matéria e me coloco à disposição desta Comissão para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Concedo a palavra ao Dr. Selmo Aronovich, Superintendente da Área Financeira do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

O SR. SELMO ARONOVICH – Boa tarde, senhoras e senhores membros da Comissão Mista, senhores e senhoras assessores, representantes das várias instituições.

Em nome da diretoria do BNDES e do seu Presidente, Dr. Luciano Coutinho, agradeço a oportunidade de vir a esta Casa poder explicar e tentar esclarecer questões que membros da Comissão tenham em relação a itens que envolvam interesses do BNDES.

Embora existam vários itens nesta MP que acabam envolvendo, direta ou indiretamente, o BNDES, vou destacar apenas aqueles que foram originados a partir de tratativas do BNDES com a Fazenda. Existem outros temas que podem ser objeto de questão, mas não vou destacar porque sua origem pode até envolver o BNDES, mas é externa ao banco.

Em relação ao art. 1º da MP 600, busca-se adiar por mais um ano o prazo de vigência de um programa público, o Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais. O propósito foi dar mais um ano a um programa de grande alcance social em casos de Municípios afetados. No modelo, tal qual desenhado, o BNDES tem uma característica ímpar, porque é um banco que opera através de terceiros. É um banco que não é visto como um concorrente; nessas operações indiretas o BNDES não tem rede de distribuição, então, através desse programa do PER, o BNDES permite que os recursos sejam acessados por qualquer agente financeiro que seja credenciado para operar como tal pelo BNDES – e virtualmente todos os agentes financeiros brasileiros são elegíveis a operar como agente financeiro do BNDES –, permitindo que, em caso de catástrofe, o cliente, aquele atingido possa escolher aquela instituição financeira que lhe seja mais conveniente.

Eu gostaria também de destacar o art. 8º da MP 600, que altera o disposto anteriormente na MP 596, que tratava do BNDES comprando carteiras de crédito. O BNDES, nas operações de menor porte e varejo, não tem estrutura para operar correndo o risco direto das operações. O BNDES repassa os recursos para o agente financeiro, o agente financeiro corre o risco do mutuário final e assume o risco em caso de inadimplência. Em casos de liquidação judicial ou extrajudicial, há possibilidade legal de o BNDES sub-rogar-se aos créditos concedidos com suas fontes de recursos, mas, nesse caso, especificamente, tratou-se de corrigir uma imprecisão anteriormente colocada que implicava uma impossibilidade operacional para o BNDES. O BNDES não teria como comprar créditos de instituições, fazer avaliação de crédito individualizada de operação de crédito diversificada e ainda manter um controle adequado, tal qual estabelecido no seu Regimento Interno, dessas operações. Então, o que se propõe aqui é que, em vez de compras, passe a ser caracterizado como reembolso, onde o agente financeiro

faz um empréstimo, originalmente, com recursos outros, e em algum momento, *a posteriori*, se ele entender, por questões de liquidez principalmente, ou de conveniência financeira do agente financeiro, ele vem ao BNDES, o BNDES verifica se a máquina, o equipamento é credenciado, observa os índices de nacionalização, os critérios operacionais do BNDES e da Finame e, sendo assim observados, o BNDES realizaria o reembolso das condições, dos valores originalmente desembolsados para a parte interessada e, a partir desse momento – somente a partir desse momento – haveria a equalização.

São esses dois itens que eu gostaria de destacar.

Estou à disposição para essas questões ou outras que esta Comissão tenha que não foram originados da ação do BNDES, mas estou à disposição para buscar esclarecê-las.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Agradecemos ao Dr. Selmo Aronovich e passamos a palavra para o Dr. Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante, Diretor-Executivo de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal.

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Muito obrigado. Boa tarde, senhores e senhoras membros da Comissão Mista da Medida Provisória 600, de 2012.

Primeiramente, quero agradecer, em nome do Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Hereda, a oportunidade de estar aqui para debater essa medida, notadamente no que se refere ao art. 2º e ao art. 3º, objetos do nosso convite.

Na sequência, está o art. 2º, que fala de recursos que foram captados, aportados pelo controlador, a Caixa Econômica Federal, no montante total de R$13 bilhões, sendo que, desses R$13 bilhões, R$3 bilhões foram destinados ao financiamento de material de construção e de bens de consumo duráveis, sendo que, no caso dos bens de consumo duráveis, especificamente para a Faixa I do Programa Minha Casa, Minha Vida – vamos explicar um pouco melhor isso nas próximas telas – e os R$10 bilhões restantes destinados ao financiamento de projetos ligados à infraestrutura.

O art. 3º é uma autorização: a União fica autorizada a conceder um novo aporte. Então, o controlador aportaria até o montante de R$7 bilhões, sob a forma de instrumento híbrido de capital e dívida, para fazer frente, então, a suas necessidades junto à formação, à constituição do patrimônio de referência, e responder aos critérios e às exigências de Basileia.

Por que isso? Basicamente, tanto o art. 2º quanto o art. 3º se referem a recursos que foram aportados sob a forma de instrumento híbrido de capital e dívida. Esses recursos tiveram, principalmente o do art. 2º, duplo objetivo. O primeiro era de conceder *funding* para suportar o crescimento da carteira de crédito em algumas linhas específicas – no caso, duas linhas

comerciais – e a maior parte, R$10 bilhões, para a linha de infraestrutura. O segundo objetivo seria constituir capital para enquadramento às normas e exigências do Banco Central no que se refere a Basileia.

Então, ali a gente tem o crédito da Caixa, que hoje representa 15% do mercado.

Essa expansão tem se dado de uma forma mais diversificada. Então, há alguns anos, o financiamento imobiliário da Caixa ainda representava um montante ainda maior da carteira total, mas crescem outras carteiras.

Queria chamar a atenção ali para a carteira de saneamento em infraestrutura, que hoje já corresponde a 7% da carteira de crédito da Caixa.

Ali também o crédito às famílias, com 17%, em que estão as duas outras linhas, que são de aquisição de material de construção e também de aquisição de imóveis.

Por favor.

Esse crédito, esse *funding* que o nosso controlador tem aportado para efetivar os dois objetivos tem sido administrado com toda prudência. Basta, então, verificar os nossos níveis de inadimplência, quando comparados com o do mercado. Isso é em função, de fato, do perfil de crédito da Caixa Econômica; um perfil, sem dúvida alguma, menos arriscado. Tanto para a pessoa física, jurídica, imobiliário, comercial, adotamos linhas menos arriscadas.

Por favor.

Na infraestrutura. O art. 2º dizia que R$10 bilhões daquele montante deveriam ser destinados a projetos ligados à infraestrutura. Infraestrutura, como vocês podem ver naquele gráfico de barra, é uma carteira para a qual a Caixa Econômica Federal tem dado foco. Então, alguns anos atrás, era uma carteira inexpressiva. Hoje, já temos um estoque de R$24 bilhões já de crédito desembolsado, e ela vem crescendo, nos últimos anos, a uma taxa superior, em média, a 40% ao ano.

Vemos, na infraestrutra, um novo momento não só pelas necessidades que o País possui, mas pela oportunidade que esses projetos trazem, tanto por serem projetos de baixo risco quanto de rentabilidade também.

Podemos, por favor.

Em termos de setores, o que nós atendemos com isso? Hoje, 42% da carteira da Caixa são ainda de projetos de infraestrutura ligados ao setor de saneamento, mas 58% já estão financiando outros setores, como, principalmente, o setor de energia. Temos transporte, mobilidade urbana, desenvolvimento urbano, portos, também naval, o fundo da Marinha Mercante e muitos outros setores, enfim, nos quais temos atuado.

Então, basicamente, temos uma carteira que está, a cada dia que passa, mais diversificada e com projetos bem-selecionados.

Bom, em termos de desembolso, nós recebemos aquele aporte de R$13 bilhões no ano passado, em que R$10 bilhões seriam canalizados para a

infra. Só no ano passado, nós contratamos – desculpem-me, aqui não é desembolso; aqui é contratação – a quantia de R$26 bilhões em operações de crédito, que serão desembolsadas na medida em que ocorre o acompanhamento das obras, etc.

Então, desses R$26 bilhões, dos R$10 bilhões que nós recebemos, R$8,5 bilhões já estão comprometidos com esses projetos. Portanto, nós temos ainda R$1,5 bilhão que está em análise em relação a vários projetos que estão na nossa área técnica sendo analisados.

Essas contratações de 2012 já têm um perfil mais diversificado do que o nosso estoque. Vejam que, nesse caso, a parcela de saneamento – ali está em valores, dos R$26 bilhões – representou R$3 bilhões apenas. Então, para o setor de energia, ainda foram canalizados R$13 bilhões e R$2 bilhões para transporte.

Basicamente é isso.

Podemos passar.

Bom, por que a Caixa tem identificado aqui uma grande oportunidade? Tem sido mapeada pelo Ministério da Fazenda, pelos diversos órgãos competentes, uma demanda potencial de investimento no País nessa área muito grande. Então, para os próximos anos, nós temos mapeado ali cerca de R$470 bilhões em projetos ligados a infraestrutura nos diversos setores de logística, energia, petróleo e gás.

Por favor.

Bom, a Caixa atua nessas linhas, nessas diversas oportunidades com diversas modalidades e linhas e financiamento. Quisemos trazer isso aqui para deixar claro que a nossa atuação não depende, exclusivamente, desses recursos que são aportados. Na verdade, esses recursos aportados para efeito de capital e também com um *funding* direcionado são a menor parte daquilo que a Caixa tem feito. Então, nós fazemos tanto empréstimos-pontes no mercado bancário, no mercado de capitais, quanto financiamentos no mercado bancário. E é nessa linha de financiamento no mercado bancário que entra essa linha que recebemos de recursos por meio de instrumento híbrido de capital e dívida.

Além disso, atuamos com linhas do FGTS – o FAT está fechado –, fundos constitucionais, recursos do BNDES, recursos próprios que captamos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, e também direcionamentos do depósito à vista, etc. Então, aqui é para mostrar que há realmente uma fonte diversificada de recursos.

Por favor.

Esses são os dois últimos eslaides. O art. 2º fala também que R$3 bilhões seriam destinados para linha de construção e para linhas de aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Existem, então, duas modalidades que atendem e para a qual nós canalizamos: o nosso Construcard e o nosso Moveiscard. Desde que a linha foi lançada, houve uma retomada na produção.

Por favor, o último eslaide.

Então, hoje, a nossa carteira conjunta de Construcard e Moveiscard é de R$7,7 bilhões, e estamos com esse foco.

Quero me colocar à disposição. Acho que a mensagem principal é esta: são áreas, são setores, em que, de fato, o Brasil precisa investir. Esses recursos estão sendo canalizados, e a Caixa Econômica Federal, talvez como motivação principal, prevê a necessidade desse aporte também para efeito e enquadramento, como de capital para efeito de Basileia.

É isso.

Estou à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Agradeço a exposição do Dr. Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante.

Não há nenhum orador inscrito, Senador ou Deputado.

Eu gostaria de pedir, se possível, que vocês passassem à mão do Relator essa explanação que trouxeram para facilitar os trabalhos, servir de subsídios quando da preparação do relatório.

Algumas perguntas foram propostas aqui, muitas delas já respondidas, e, logicamente, vocês, técnicos da economia, que falam com muita fluência o economês, que eu não tenho a capacidade, a facilidade de entender, poderiam me ajudar a esmiuçá-las um pouco.

Dr. Sérgio Odilon dos Anjos, quais são exatamente as normas para a formação do patrimônio de referência estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional? Nós falamos muito em Basileia, Basileia, Basileia, mas eu pediria que esmiuçasse quais são exatamente as normas para a formação desse patrimônio.

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Bom, Basileia III, como mencionei, é um conjunto de medidas, cujo prazo para entrar em vigor é bastante longo: no caso do capital, 2018; e, nos demais casos, até 2022. É sempre importante reforçar que se trata de um acordo internacional. O Brasil é signatário na condição de país e se integra em discussões que se dão no âmbito do FSB, órgão de assessoramento do G20, Grupo dos 20, do qual o Brasil faz parte.

Nós participamos desse debate com bastante afinco, desde a crise de 2008, e fundamentalmente, em poucas palavras, as regras de Basileia III trazem maior qualidade do capital de que as instituições financeiras têm que dispor, no pressuposto de que apenas um sistema financeiro realmente sólido e eficiente é capaz de promover o desenvolvimento econômico.

Em poucas palavras, Basileia III nada mais faz do que identificar problemas que ocorreram, principalmente no exterior, mas, graças a Deus – temos aprendido com diversos episódios do passado –, nosso sistema financeiro se mostra e é atestado por diversos fóruns internacionais como um sistema financeiro bastante forte e líquido. Então, não houve esse impacto, mas nós participamos de um processo de discussão do qual resultaram essas normas.

Recentemente, mais precisamente em 1º de março de 2013, o Conselho Monetário Nacional editou – eu acho que respondo essa pergunta especificamente – a Resolução nº 4.192, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência.

Patrimônio de Referência, que é esse PR, traduz, vamos dizer assim, o conceito de capital que cada país tem – no Brasil, já adotamos esse conceito há muito tempo –, que é exatamente trazer aqueles conceitos de reforço

ao capital, como ele é formado: nível 1, ações e lucros; e nível 2, alguns instrumentos que o Comitê de Basileia determina que têm que ser seguidos pelas instituições. Assim, grosso modo, essa é a norma geral.

Nesse pacote de Basileia III, foram baixadas 19 normas, 4 resoluções e 15 circulares do Banco Central, que dá uma roupagem bem grande. Muita regulamentação ainda há de sair nesse prazo, até 2022.

Mas eu acho que, para responder a pergunta – estamos à disposição de quem precisar, no Banco Central, para uma discussão técnica mais aprofundada de toda a exposição; fazemos isso com diversos agentes interessados –, a Resolução nº 4.192 é o caminho para a pessoa ter o primeiro contato com este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Qual a finalidade das alterações das condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida assinados com instituições financeiras federais? Quais são exatamente as normas do Conselho Monetário Nacional que exige a adequação prevista no art. 10 no *caput*?

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Bem, ainda aqui, talvez a gente possa também falar da parte de bancos captadores...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perdão. Dois minutos. Porque fala aqui que é necessário alterar os contratos, mas o porquê da necessidade...

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Eu vou explicar isso. É muito importante essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – ... de alterar esses contratos. Logicamente, fala aqui, em tese, mas não objetivamente.

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Sim. Essa pergunta é muito importante, inclusive, o meu texto, que vai ficar, claro, à disposição – já está à disposição de vocês –, enfoca bastante esse ponto. Por que nós falamos, aqui no nosso texto e aqui na nossa fala, que não há implicação direta ou imediata de qualquer ação do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central? Porque essas condições já eram feitas dessa forma. Antes, designava-se instrumento híbrido, que eram esses instrumentos que compunham o capital auxiliar, vamos chamar assim. Basileia trouxe um reforço desse conceito de capital. Então, hoje nós não temos o conceito de falar capital híbrido mais, embora a MP fale, porque ela foi editada num cenário anterior. Basileia trata agora tudo isso, que é quase um sinônimo, como dívida subordinada. Então, há uma subordinação disso com relação àquilo.

É importante aquele art. 10, porque ele diz exatamente o seguinte: como a MP foi baixada num processo em que as regras de Basileia não tinham sido editadas ainda, mas todas as pessoas – isso, um acordo internacional – sabiam que em breve seriam editadas, o art. 10 traz a segurança jurídica de que, se as instituições públicas federais precisarem alterar os contratos que já estão feitos no Banco Central, ele dá o aporte necessário das condições que o Conselho Monetário Nacional designar. E essas condições que o Conselho Monetário designou estão no art. 16 dessa mesma norma que mencionou.

Portanto, é importante o art. 10 para que ele possa dar condições para que qualquer banco público federal vá ao Banco Central e fale que, a partir dessas novas diretrizes que Basileia designou, quer se adaptar ou não. Eles são livres para entrar e pedir conforme eles desejem. E o Banco Central avaliará se o que eles estão fazendo como aditivo contratual se submete a todas as condições

que Basileia fez, e que o Brasil acatou em termos de acordo internacional, e dará, então, o seu o.k. para reconhecer essa captação, essa dívida como capital. Então, respondendo precisamente, o art. 10 dá essa segurança jurídica, para que os bancos públicos federais possam fazer aditivos contratuais, nos termos do art. 16 da resolução que mencionei há pouco, a de nº 4.192.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perfeito! Então, se o senhor puder passar isso às minhas mãos...

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – É o art. 16. Na verdade, quando leio o art. 10, vejo que fica um cheque em branco.

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Fica, é verdade. Tem de se olhar a redação vinculada ao art. 3º, que dá essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Não há nenhuma amarração no que diz respeito a isso. Apenas permite que mudem, a qualquer momento, as regras, sem se basear em nada. Então, seria importante para mim que...

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Eu só queria comentar – acho que é importante a sua colocação – que isso é algo que acontece há muitos anos no Brasil. Não há inovação com relação à forma como as instituições financeiras se submetem ao Banco Central para fazer isso. Essa já é uma regra, já existe. Ele faz uma captação. No caso, é uma captação... Quanto à Caixa Econômica, por exemplo, é uma captação de seu controlador, que é a União, que aporta recursos, e o Banco Central examina se aquelas cláusulas que já existiam e que, agora, foram reformuladas estão coerentes com o Acordo de Basileia. É isso fundamentalmente. Eles podem até fazer alguma captação, e pode ser que, por algum motivo, não seja necessário que eles a considerem como capital. Mas, nessas condições, isso passa a ter condição de capital. O Índice de Basileia passa a ter as condições elegíveis, como nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Como se dará a equivalência econômica prevista pelo §2º do art. 3º da Medida Provisória 600, de 2012, no caso de emissão de títulos novos da dívida pública?

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Talvez, os meus colegas de Mesa possam ajudar um pouco. Na nossa visão, cumpridas as condições do art. 16, que são diversas aqui... Vou ler. Na realidade, são 14, 15 itens que devem ser cumpridos. Há um setor especializado do Banco Central que examina cada uma dessas condições, mediante o contrato entregue ao Banco Central, para saber se é elegível ou não como capital, e isso será visto.

Então, dentro dessa circunstância, fico um pouco sem ter como responder a essa pergunta, a não ser que, talvez, essa condição econômica seja descrita no próprio contrato da União com o banco público.

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – No caso do art. 3º, quando se fala da autorização dos R$7 bilhões, diz-se que as condições financeiras, de fato, são contratuais. Então, toda vez em que a gente celebra um contrato com esse tipo de instrumento, as condições de custo financeiro, de equalização financeira, já estão descritas nesse contrato. Então, nós temos contratos com diferentes meios de equivalência econômica.

Aqui, ele está falando o seguinte: há casos em que, para a cobertura desse crédito, a União poderá emitir títulos de dívida pública mobiliária etc. Esses títulos têm um custo, e é óbvio que o Tesouro tem de fazer essa equalização, para que não haja qualquer tipo de ação financeira que, economicamente, fique ruim para qualquer lado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – É justamente o que quero saber: como se dará a equalização? Tem de se fazer a equalização, para que não fique ruim para nenhum dos lados. Mas se tem a ideia de como se dará essa equalização?

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Parte desses instrumentos é feita a preços de mercado, que são os preços com que os títulos públicos estão sendo emitidos. Então, no momento em que há determinada emissão, você verifica o preço, a condição de mercado, e, então, se for necessária a emissão de dívida, esse contrato que está sendo feito com a Caixa é feito nas mesmas condições da emissão. Então, ali há a equalização. Agora, nem sempre, isso é necessário. É por isso que o §3º prevê que a remuneração do Tesouro Nacional pode não apenas ser compatível com seu custo de captação, mas também ser compatível com a Taxa de Juros de Longo Prazo, a TJLP, ou até mesmo pode haver uma remuneração variável, respeitada a necessidade de verificar o custo efetivo para o Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – As alterações nas condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida é algo que o Ministro da Fazenda pode isoladamente fazer?

O SR. SÉRGIO ODILON DOS ANJOS – Os contratos são submetidos conforme regras disciplinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Já era assim desde 2000, primeira vez em que foram criadas condições específicas para instrumentos denominados híbridos, que agora vamos chamar apenas de dívida subordinada.

Essas condições foram alteradas com base na nova diretriz do Comitê da Basileia, conhecido como Basileia III. Essa decisão foi tomada no âmbito do Conselho Monetário Nacional, integrado pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil. Portanto, não é uma decisão isolada, mas de um colegiado. Neste caso, por proposta do Banco Central, o colegiado decide acatar essas regras. É algo que já é comum e corriqueiro no mercado financeiro a formação do capital deles. Sempre foi assim, com base na competência da Lei nº 4.595.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Dr. Selmo Aronovich, qual a perda financeira da cessão onerosa, ao BNDES, dos direitos de crédito do Tesouro Nacional, conta Itaipu? Vai haver perda disso? Deve haver um deságio, porque vai pegar um débito de longo prazo para trazer para o presente. Então, qual vai ser essa perda? Qual o deságio previsto nessa operação?

O SR. SELMO ARONOVICH – Na verdade, não há perda nem para a União, nem para o BNDES. A operação já foi até realizada, de R$6 bilhões. A União tinha recebíveis cambiais a receber de Itaipu, que tinha uma taxa/dólar mais uma variação. Esse é um valor de, aproximadamente, R$6 bilhões. Foi feita a conta do valor disso em reais equivalentes e transformou-se a rentabilidade em dólar em reais equivalentes, o que deu um valor de R$6 bilhões. Então, a União recebeu, em troca de ativos que valiam R$6 bilhões, conforme está explicitado na MP, ações da carteira do BNDES que, no dia da negociação, valiam, a preços de mercado, R$6 bilhões. São valores aproximados. Foi uma troca de valores equivalentes. O BNDES entregou ações que tinham um valor de mercado e recebeu os valores dos recebíveis. E os valores das ações, foram calibradas a quantidade de ações e a carteira de ações para refletir o valor dos recebíveis que

a União queria vender. Então, no caso do BNDES, ele vendeu ações e recebeu crédito. O que o BNDES fez foi dizer "olha, eu tenho ações..." Ação, por definição, é renda variável e pode subir muito ou cair muito. O que o BNDES fez foi dizer "olha, desses ativos eu travei a rentabilidade", e a rentabilidade, na operação que foi feita no final do ano passado, foi, aproximadamente, do valor da taxa de juros da NTN-F, juros fixos de prazo mais longo, dos 1.023, em torno de 9,5% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Mas você sabe se já foi efetuado, porque o §1º diz que "respeitada a equivalência econômica da operação, sendo o ajuste de eventual diferença paga em moeda corrente pelo BNDES à União". Então, se não houve nenhuma diferença, era desnecessário colocar isso aqui na Medida Provisória. Ou pode haver, pode vir a haver alguma diferença?

O SR. SELMO ARONOVICH – Não, na verdade, houve. A carteira valeu R$6 bilhões à época. Então, você vê a composição. A ação tem valor. A ação é negociada por múltiplos. O que aconteceu de fato é que houve uma diferença, um valor residual, uma coisa equivalente a um valor abaixo de R$1.000,00, que foi depositado na conta da União para fazer as contas fecharem. Na verdade, como a ação X é negociada como múltiplos de uma quantidade a preço tal, o que acontece é que dá uma diferença. Então, a União podia receber ações fracionárias ou receber a diferença em dinheiro. Estamos falando em valor muito residual, em torno de R$1.000, e isso foi pago em recursos ainda no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Eu não sei se seria o senhor a pessoa mais indicada aqui para responder... O §3º diz que "fica a União autorizada a destinar, à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, no todo ou em parte, os recursos financeiros provenientes da cessão onerosa de que trata o *caput*". Ou seja...

O SR. SELMO ARONOVICH – Eu me julgo incapaz de responder. Na verdade, do ponto de vista do BNDES, foi uma operação financeira, foi proposta uma operação, enfim, neutra financeiramente; nós achamos interessante e realizamos.

Eu não sei responder. Essa é uma questão que transcende o meu conhecimento e da própria instituição a que pertenço.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Ou seja, essa parte, no que diz respeito à CDE... É porque o objetivo dessa operação seria o de baratear a conta de luz. Não é isso? Quando diz "no todo ou em parte", temos que, se for em parte, pode ser de R$1,00 um até os R$6 bilhões.

Mas, como não diz respeito ou o senhor não tem conhecimento, eu creio que, no caso do BNDES, as demais perguntas também ficarão prejudicadas, uma vez que estão baseadas na questão de transferência para a CDE.

O SR. SELMO ARONOVICH – É; infelizmente, eu não vou poder colaborar nesse item. Talvez fosse interessante endereçá-lo ao representante do Ministério da Fazenda quando ele vier participar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – O.k.

Da mesma forma, uma pergunta que eu teria a respeito das sucessivas prorrogações de concessões de subvenção econômica nos casos de Municípios atingidos por desastres naturais. Na verdade, esses recursos são repassados, mas os desastres... O que nós vimos algumas vezes é que ou o dinheiro não chega, ou os recursos não são aplicados. Então, muitas vezes, não seria necessária essa prorrogação se fosse o caso de estar sendo... Mas isso também foge à alçada de V. Sª.

O SR. SELMO ARONOVICH – Não; nesse ponto, eu posso responder.

Na verdade, trata-se de uma linha emergencial para lidar com catástrofes naturais. O que acontece é que se trata de uma linha de fundo social. Eu sou do Estado do Rio de Janeiro, onde, há dois anos, houve um grande problema na região serrana, e que voltou a acontecer neste ano. Na verdade, é uma linha voltada a essas situações de catástrofe, que ocorrem infelizmente de tempos em tempos. Então, ela tem essa lógica de continuidade, porque, infelizmente, essas catástrofes continuam a ocorrer.

Já foram liberados R$600 milhões dessa linha, um valor expressivo, mas lembrando que aqueles que se beneficiam dessas linhas são aqueles moradores, residentes, comerciantes, negociantes, empresários de Municípios que estão fragilizados, onde as agências bancárias estão comprometidas na negociação.

Então, quanto ao trâmite, o BNDES opera da forma mais expedita possível. Quando vem uma solicitação de recursos vinculada a essa linha, ela literalmente passa à frente de outras operações, só que a operação é originada em um município que está passando por dificuldades, e estas dificuldades envolvem a cidade toda. Então, infelizmente, por conta das dificuldades das agências bancárias que operam em determinada região, às vezes, as operações demoram. Contudo, o que nós temos observado é que, do momento em que a solicitação entra no BNDES até o desembolso, o prazo é bastante curto.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Aqui, no §2º do art. 8º, quando se fala no reembolso – "entende-se como reembolso a restituição pelo BNDES às instituições financeiras dos valores referentes às liberações de recursos por elas realizadas na operações de que trata o §11" –, vocês procedem apenas a restituição do valor. Então, se o banco privado tem um contrato, você restitui aquele valor. E, no caso de haver inadimplência em relação a alguns contratos, o banco privado vai arcar com o ônus dessa inadimplência, uma vez que o BNDES vai apenas restituir o valor original?

O SR. SELMO ARONOVICH – Certamente. Se o crédito, ao ser apresentado ao BNDES, se encontra inadimplente, o BNDES não fará reembolso. Agora, após o reembolso, se for observado algum problema de crédito, tal como inadimplência do beneficiário final, caberá à instituição financeira reembolsar integralmente o BNDES pelos recursos que lá captou.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Não, não. Não entendi. Perdoe-me; se puder repetir.

O SR. SELMO ARONOVICH – Sim. Digamos que uma instituição financeira encaminhe para reembolso ao BNDES um crédito inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perfeito.

O SR. SELMO ARONOVICH – Se esse crédito está inadimplente e consta essa inadimplência nos sistemas públicos onde essa informação é possível de ser captada, o BNDES não fará o reembolso.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – V. Sª fala do reembolso do crédito original, e não...

O SR. SELMO ARONOVICH – Sim, porque a União não equaliza... Esse banco disse que tinha uma linha equalizável, e a União não equaliza o crédito em caso de reembolso. Então, não adianta nada o BNDES conceder o

benefício de uma subvenção, de uma equalização que a União não pagará se inadimplente, porque o propósito do Programa de Sustentação do Investimento é, enfim, animar a economia, encorajar o investimento, investimentos que mostrem que dão certo. Então, a expectativa é que dê certo, e a União condiciona o pagamento à *performance* normal do crédito. Se, na partida, o crédito estiver inadimplente, é uma prerrogativa do BNDES não aceitar o reembolso. Porém, digamos assim, quando houve o reembolso, o crédito estava plenamente adimplente. Nós estamos fazendo aqui um reembolso numa modalidade de crédito simplificada do BNDES. O BNDES, para reembolsar, não vai ver apenas se está adimplente. Ele vai ver se ele está de acordo com as políticas operacionais do BNDES; se há uma máquina equipamento enquadrada na lista de bens de capital da Finame; vai verificar o índice de nacionalização, porque há o valor de uma linha subvencionada que tem estímulos.

Então, o propósito não é financiar a aquisição de produtos importados; é financiar a aquisição de produtos produzidos no Brasil. Se, após o reembolso, o crédito se mostrar problemático, quem cabe assumir o risco de crédito, o ônus da inadimplência, é o agente financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – E, no caso dos inadimplentes, eles também terão direito a ser animados para a economia funcionar ou vocês têm alguma medida no sentido de que quem está inadimplente também não pode ser animado, porque estaria beneficiando, na verdade...

O SR. SELMO ARONOVICH – Existem instruções que cabem não só ao BNDES. Nós só podemos financiar entes que estão em dia com suas obrigações com o Governo Federal: FGTS, INSS, Imposto de Renda. Isso é de natureza legal. Então, essa é uma dificuldade. Cada caso é um caso. Se a empresa estiver passando por dificuldades e conseguir regularizar, ela consegue expedir as certidões negativas e pode voltar a operar com o sistema bancário privado e com o BNDES. Mas uma empresa que é devedora do FGTS, devedora do INSS ou devedora do Imposto de Renda, por definição, nos termos da lei, ela não se beneficia de incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Isso aí em relação aos encargos. Eu digo em relação ao recurso que ela tomou para investir no seu negócio. Então, ela está inadimplente com o banco privado. Vocês reembolsaram o valor ao banco privado não da inadimplência, apenas do capital original, mas ela continua inadimplente. O banco privado não vai ter como buscar esse recurso, uma vez que vocês assumiram o contrato. Essa inadimplência...

O SR. SELMO ARONOVICH – É que nós não teremos assumido. Se o cliente está inadimplente, se nós identificamos que está inadimplente, o BNDES não assumirá. Essa é uma questão importante, porque os recursos do BNDES são recursos públicos, recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, recursos oriundos do Fundo da Marinha Mercante, recursos oriundos do próprio Tesouro Nacional. Nossa responsabilidade é zelar para que os recursos que são aplicados do BNDES sejam devolvidos da melhor forma possível. Então, sabendo antecipadamente que o cliente está com dificuldade, o que o agente financeiro deve fazer, assim como a parte interessada, é tentar regularizar seus créditos; é refinanciar a dívida de tal forma que possa voltar a se posicionar como adimplente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perfeito. Ou seja, eu posso concluir, e posso acrescentar no relatório que se coloque dizendo que ela reembolsará aquelas operações que estejam adimplentes com o agente financeiro.

O SR. SELMO ARONOVICH – Mas isso já está previsto legalmente. Recurso público só pode ser utilizado... Isso já, enfim, pode ser reforçado, mas é uma condicionante para a aplicação de recursos públicos que o tomador de recursos esteja em dia com as obrigações com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Tudo bem, mas não é isso que está dito aqui. Então, aqui, vamos deixar claro.

O SR. SELMO ARONOVICH – O.k. Mas isso é subjacente a toda a legislação.

Tenho uma colega que é advogada, da Área de Operações Indiretas. Juliana, teria alguma coisa a acrescentar sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Pois não, Juliana.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – (*Fora do microfone.*) Só complementando o que o Selmo já disse.

Essas operações de reembolso, mesmo não havendo reembolso por parte de BNDES, o risco operacional continua no agente financeiro. E, para que o agente financeiro possa apresentar essa operação de reembolso ao BNDES, como o Selmo também já colocou, a beneficiária final deverá estar adimplente.

E quando o Selmo comenta a respeito de se colocar no relatório a questão de: "o reembolso só ocorrerá com relação às beneficiárias adimplentes", esse é um reforço que pode ser adotado. Mas, tendo em vista que toda a legislação que trata do acordo e da aplicação de recursos públicos estabelece que só se poderão aplicar recursos públicos com beneficiários adimplentes com os tributos e contribuições federais, não haveria a necessidade de replicarmos na medida provisória essa previsão.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – A senhora está se referindo a tributos federais. Eu estou me referindo a...

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Contribuições federais.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Contribuições. Eu estou me referindo a recursos tomados, entendeu? São duas coisas diferentes na minha...

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – É que neste...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Como?

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Quebrou.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Pode sentar.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Não há dia de princesa? Há dia de parlamentar.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Com relação à questão dos reembolsos, quando o BNDES fizer as operações de reembolso, o agente financeiro já terá feito a prévia liberação para a beneficiária final.

Dentro da nossa visão e da nossa vivência de operações com os agentes financeiros, na metodologia de avaliação de risco, eles não têm por rotina aplicar financiamento ou fazer liberações quando o beneficiário já está inadimplente. Então, isso é da nossa rotina. Nós nunca vivenciamos um caso em que o agente financeiro tenha feito uma operação com um beneficiário já inadimplente.

E, como essa liberação que o agente financeiro antecipará para o beneficiário final não poderá ter um prazo muito longo para ser apresentada ao BNDES, a nossa interpretação, o nosso entendimento é de que essa hipótese de a beneficiária estar inadimplente quando do reembolso da operação é praticamente inexistente, não ocorrerá.

Por isso, achamos desnecessário acrescentar a questão de estar adimplente, porque essa é uma rotina que o agente financeiro seguramente não seguirá. Então, não veremos uma operação em que, no momento do reembolso, a beneficiária estará inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Eu confesso a vocês que eu entendi, mas não compreendi.

Vou permanecer na...

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – O senhor pode construir a pergunta novamente. Eu tentarei ser mais clara.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Não, não. A pergunta é a seguinte: alguém tomou um financiamento, um crédito numa instituição bancária, dentro dessa área de desenvolvimento, de novas tecnologias, etc., e está inadimplente no pagamento desse compromisso. O BNDES vai reembolsar essas operações. Logicamente, ele vai reembolsar o mesmo valor: se tomou um R$1 milhão, vai reembolsar R$1 milhão. Certo?

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Se já tiver pago R$100 mil de obrigações, o banco originário recebeu os R$100 mil, e está tudo o.k. Recebe o principal, e o outro ele já recebeu.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Não é isso? Agora, alguém tomou R$1 milhão e deveria pagar R$100 mil, mas não pagou à instituição financeira. Nesse caso, o BNDES vai reembolsar apenas R$1 milhão. E os R$100 mil que ele está devendo àquela instituição financeira não vão ser fruto de reembolso? Como ele vai receber esses R$100 mil, uma vez que o contrato já foi para o BNDES? Então, o BNDES vai continuar, no caso, beneficiando aquele que é inadimplente e outros que não foram inadimplentes.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Eu entendi.

O SR. SELMO ARONOVICH – É justamente essa a questão. Existem outros normativos legais – aí a Juliana pode me ajudar – que impedem a uma instituição pública federal de financiar um ente que está inadimplente. Quando o banco for apresentar a solicitação de reembolso ao BNDES, ele vai ter que informar que o beneficiário final apresenta certidão negativa das várias instâncias: INSS, FGTS, tributos etc. Então, isso pode ser adicionada à MP, mas existem outros dispositivos legais que já asseguram e condicionam que o financiamento só pode ser concedido a entes que se encontram adimplentes no momento da contratação.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Mas o financiamento já foi concedido. Vocês estão se limitando sempre a taxas e a contribuições. A minha pergunta...

O SR. SELMO ARONOVICH – Mas aí nós não faremos o reembolso. A questão é: nós não faremos... Nesse caso... Porque é assim: quando foi financiado, é recurso privado. Então, na hora do reembolso, o BNDES não pode realizar o reembolso. Então, a relação entre o cliente e o agente financeiro continua, porém sem utilizar recursos públicos.

A SRª JULIANA SANTOS DA CRUZ – Selmo, se o senhor me permite, eu creio que explicando um pouco da lógica de como funcionará o reembolso.

O que é o reembolso? O BNDES tem operações diretas e indiretas.

Diretas são aquelas em que o interessado pelo crédito vai diretamente ao banco. Lá o projeto dele é analisado por uma equipe técnica formada por empregados do banco e, aí, passa por toda a rotina de aprovações do banco.

Há uma outra modalidade de operação, que são as operações indiretas automáticas, na área na qual eu trabalho.

As operações indiretas automáticas só funcionam e só ocorrem mediante a interveniência de um agente financeiro. O beneficiário tem que ir a um agente financeiro para solicitar a operação.

Essas operações que têm curso na área de operações indiretas automáticas têm a modalidade, a forma de operação convencional, que funciona da seguinte forma: o agente financeiro prospecta a operação, ou seja, o beneficiário vai até ele, pergunta quais são as linhas de apoio, diz o que ele quer do banco, o banco analisa a carteira de risco dele, do beneficiário, e vai até o BNDES para pedir: BNDES, tenho este beneficiário que quer esta operação desta linha. Aí o BNDES vai analisar se está tudo de acordo com as linhas e com as nossas políticas operacionais, vai homologar esse pedido que o banco fez e vai devolver ao agente financeiro. O agente financeiro, então, vai até o beneficiário dele, vai contratar essa operação e vai ter até 180 dias para apresentar o pedido de liberação. Apresentando o pedido de liberação, o BNDES vai analisar então. Está de acordo? Está tudo conforme? Está. Ele libera o recurso para o agente financeiro que, então, tem um dia para liberar esses recursos para o beneficiário final. Essa é a modalidade convencional. Existe uma outra, que é a modalidade simplificada.

A simplificada, como acontece? O agente financeiro prospecta a operação, contrata essa operação e apresenta para o BNDES já o contrato com o beneficiário final e o pedido de liberação. Se estiver tudo de acordo com as nossas normas, enfim, o BNDES homologa esse contrato e já libera o recurso para ele passar para o beneficiário final.

No caso do reembolso das operações do Programa de Sustentação do Investimento, que a gente lá chama correntemente de PSI, o reembolso só ocorrerá nas operações em modalidade simplificada, ou seja, são aquelas em que o agente financeiro vai apresentar o pedido de liberação. Mas o reembolso, o que ele vai ser? O agente financeiro, o que ele vai fazer então? Ele vai prospectar, ele vai contratar, e vai liberar antes de apresentar a operação ao BNDES. Isso tudo entre... O prazo do PSI, por exemplo, o prazo de contratação, a gente tem lá o prazo total da operação de 120 meses, em que ele tem de 3 a 24 meses de carência, ou seja, o prazo que ele tem para começar a pagar. Ele tem de 3 a 24 meses de carência.

Quando o agente financeiro que fez essa liberação prévia para o beneficiário final pedir a liberação, pedir o reembolso ao BNDES, ou seja, vai ser como o que a gente lá está chamando de uma operação simplificada qualificada, vamos dizer assim, porque ela já vai ter a liberação antes de nós conhecermos a operação. Quando ele fizer esse pedido de reembolso, essa operação ainda vai estar no período de carência. Ou seja, o beneficiário final não terá iniciado nenhum evento de pagamento, ele não terá iniciado a amortização.

Então, por isso, o evento inadimplência não é factível de ocorrer entre o pedido de reembolso e o efetivo reembolso do BNDES. Ou seja, as

operações simplificadas também têm liberação única, não passam por eventos de liberação. O agente financeiro terá feito a primeira liberação, e, para nós, isso significará que essa liberação é uma liberação única, que ocorrerá durante o período de carência.

Portanto, as operações que serão objeto de reembolso, necessariamente, ocorrerão durante o período de carência, ou seja, antes de qualquer pagamento pelo beneficiário final, que, portanto, não estará inadimplente nesse momento.

Por isso, o Selmo pontua que, para efeito do BNDES, para efeito do reembolso, a questão da inadimplência, para nós, fica resolvida. Se a inadimplência ocorrer posteriormente, se o agente financeiro verificar que determinado setor está com dificuldade de pagamento e visualizar que terá tantos por cento de inadimplência, será dado um passo seguinte, haverá uma fase seguinte, na qual o BNDES, para fazer alguma coisa e para até – vou usar as palavras do Selmo – animar um pouco aquele que também está inadimplente e atendê-lo, terá que voltar ao Tesouro e ao Conselho Monetário, porque todas essas normas dependem de autorização, por serem recursos equalizados.

Creio que isso aí coloca um pouco no tempo por que nós não olhamos para a inadimplência e por que nós achamos que, nessa questão do reembolso, não há de se falar em inadimplentes, porque aí o beneficiário é novo, está novinho, o contrato é novinho.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perfeito! O contrato é novinho, e o débito é antigo. O que ele mais quer é um contrato novinho.

Quanto à Caixa Econômica, a explanação do Dr. Osvaldo já foi suficiente. Ele mostrou ali onde estavam sendo feitos os investimentos.

Por exemplo, há o Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC), que vai financiar esses aeroportos regionais. Na sua explanação, você coloca ali, como obras de infraestrutura, os aeroportos. A Caixa vai entrar também no financiamento disso? Ou só o FNAC será o responsável por isso? Mesmo com a criação do FNAC, mesmo havendo os recursos oriundos do FNAC, a Caixa ainda vai financiar aeroportos, por exemplo?

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Não há nenhum impeditivo. O que importa para nós é haver um projeto que seja sustentável, que haja um fluxo de caixa que se pague. E a gente vai examinar todos os setores, inclusive a construção de aeroportos.

Acho que lá temos projetos de aeroportos em análise. Esses em que nós já comprometemos os recursos foram para outros setores. Mas não há nenhum impeditivo para que a Caixa entre nesse setor, muito pelo contrário. Se o projeto tiver uma taxa interna de retorno que viabilize o investimento, a gente vai entrar nesse setor, sim.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Nesse instante, falamos dos problemas no Rio de Janeiro, da seca no Nordeste. Não há como fazer uma vinculação dessas obras de infraestrutura justamente a essas áreas mais necessitadas, em que se está sofrendo? Falo do caso das enchentes no Sul e da seca no Nordeste. Assim, poderíamos amarrar esses bilhões de investimento em obras nessas áreas, nessas regiões.

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Acho que é uma pergunta que deve ser feita para o nosso controlador também. Ele vai estar aqui na próxima audiência pública. É uma questão de priorização de governo. Assim como a MP direcionou recursos para determinados setores – no caso, a aquisição de móveis e investimento em infraestrutura –, poderia, sim, haver um direcionamento mais específico. Hoje, da forma como está, a gente faz a avaliação do projeto. É claro que projetos que sejam interessantes para o País e, do ponto de vista financeiro, projetos interessantes também para a Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Certo.

A Caixa Econômica, pelo que estou vendo, já emprestou recursos demais. Está precisando, na verdade, de caixa para emprestar, e é isso que nós estamos fazendo aqui nesta Medida Provisória.

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – A Medida Provisória... Os R$7 bilhões do art. 3º não têm uma destinação específica. Esses R$7 bilhões aqui são para enquadramento de instrumento ou elemento patrimonial para subsidiar o patrimônio de referência. Os R$13 bilhões estão, praticamente todos, comprometidos. Dos R$10 bilhões para infraestrutura, a gente já tem comprometidos R$8,5 bilhões, ou para projetos que já foram contratados, sendo que alguns já começaram a fase de desembolso e outros estão em fase de contratação. Então, dos R$10 bilhões, resta R$1,5 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – E esses R$7 bilhões... A Medida Provisória, no caso, autoriza sem finalidade específica?

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Aqui, o objetivo principal é recompor o capital do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Recompor o capital do Banco para que ele possa...?

O SR. OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE – Possa continuar suas operações de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Vieira Lima. PMDB – BA) – Perfeito.

Eu queria registrar, mais uma vez, a presença da Srª Juliana Santos da Cruz, chefe do Departamento de Relacionamento com Agentes Financeiros e Outras Instituições, do BNDES.

Na pessoa dela, quero agradecer a todos os assessores aqui presentes, tanto da Câmara dos Deputados como das diversas instituições, sem os quais não é possível que nós façamos nosso trabalho com qualidade.

Quero agradecer a presença dos palestrantes e pedir, justificando que a Casa aqui tem muitas medidas provisórias, tem trabalho em plenário, em diversas comissões, que, então, não tomem como desrespeito aos palestrantes ou a vocês a ausência de Parlamentares. É que, realmente, a atividade dos Parlamentares é muito extensa. Então, em nome dos meus colegas ausentes, agradeço e peço desculpas a todos vocês.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 6 minutos.*)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.409, DE 25 DE MAIO DE 2011; A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO; CONSTITUI FONTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NO 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, E Nº 8.399, DE 7 DE JANEIRO DE 1992; ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009; ALTERA A LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2013, ÀS 15:20h, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador José Pimentel, Presidente eventual da Comissão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 600, de 2012, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Ivo Cassol, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Gim, Walter Pinheiro e Eduardo Amorim; e dos Deputados Marina Santanna, Vander Loubet, Lucio Vieira Lima, Heuler Cruvinel, Flávia Morais, Arnaldo Jardim, Vitor Paulo, Policarpo, Danilo Forte, Izalci, Glauber Braga, Antonio Brito. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. Às quinze horas e trinta e um minutos assume a Presidência a Deputada Marina Santanna. A Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Lucio Vieira Lima, que profere seu relatório. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos assume a Presidência o Senador Delcídio do Amaral. Lido o Relatório, aberta a discussão, usa da palavra o Deputado Antônio Brito. A Presidência concede vista coletiva ao Senador José Pimentel e ao Deputado Danilo Forte. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 2º e da 3º reuniões. Colocadas em votação, as atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Delcídio do Amaral
Presidente

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

MP nº600/12 (4ª Reunião) 24/04/2013

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 600, de 2012.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Passo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Vieira Lima para proceder à leitura do competente relatório já elaborado e distribuído.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, demais presentes aqui neste plenário, vou dar início à leitura do relatório da Medida Provisória nº 600, de 2012 (Mensagem nº 168, de 2012-CN, da Presidência da República), que altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera as Leis nºs 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; altera a Medida Provisória nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012; e dá outras providências."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Nobre Relator, eu pediria um segundo do seu tempo para transferir a Presidência para a nossa Vice-Presidente, Deputada Marina.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Para tristeza e alegria minhas.

Relatório.

A MP nº 600, de 2012, altera várias leis e medidas provisórias.

O art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, é modificado, estendendo-se de 31 de dezembro de 2012 para 31 de dezembro de 2013 o prazo de autorização para o BNDES conceder subvenção econômica nos financiamentos destinados a capital de giro e investimentos, contratados com produtores rurais localizados em Municípios atingidos por desastres naturais, ao amparo do Programa Emergencial de Reconstrução (PER).

O §3º do art. 12 da MP nº 581, de 20 de setembro de 2012, é alterado, elevando de R$3,8 bilhões para R$10 bilhões o limite do crédito concedido pela União à Caixa Econômica Federal, destinado ao financiamento de projetos ligados à infraestrutura, em condições que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida apto a integrar o patrimônio de referência, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.

Paralelamente – pelo art. 3º e parágrafos –, autoriza-se a União a conceder crédito de até R$7 bilhões à Caixa Econômica Federal, também de

modo a permitir o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do Patrimônio de Referência, nos termos das normas do CMN. Para a cobertura do crédito poderão ser emitidos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, sob condições de remuneração a serem definidas pelo Ministro da Fazenda.

A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, tem o seu art. 63 modificado e é acrescida do art. 63-A. O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) passa a ser também de natureza financeira (além de contábil), atribuindo-se-lhe, além dos recursos anteriormente previstos, os que forem destinados para os fins de que trata o dispositivo inserido. Nos termos da redação original deste dispositivo – art. 63-A – os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos seriam geridos e administrados pelo Banco do Brasil, com vistas à aquisição de bens, contratação de obras e serviços de engenharia, e quaisquer outros serviços técnicos especializados, podendo para tanto ser utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O art. 1º da Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, também é alterado. De um modo geral, a parcela dos recursos do adicional tarifário – Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 –, e os provenientes de tarifas aeroportuárias – Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º –, de 25,24%, devem beneficiar de forma mais ampla aeródromos públicos de interesse regional ou estadual, constituindo o suporte financeiro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa).

A MP, em seu art. 7º, autoriza a União a ceder onerosamente ao BNDES e suas controladas direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional. O pagamento devido pelo BNDES poderá ser efetuado em títulos da dívida pública mobiliária federal ou ações de sociedades anônimas (que não as integrantes de instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional), respeitada a equivalência econômica da operação. Os recursos financeiros provenientes dessa cessão podem ser destinados, pela União, à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), no bojo das medidas relacionadas ao barateamento das tarifas de energia elétrica.

A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, teve alterações nos parágrafos 11 e 12 de seu art. 1º. Permite-se à União que subvencione operações do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), ampliando seu alcance a outras instituições financeiras, nos casos que forem objeto de reembolso por parte do Banco.

Outra alteração decorre da inserção de dois parágrafos – 1º e 2º – no art. 55 da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que trata da disponibilização de serviços para o Comitê Organizador dos eventos internacionais que o País vai sediar. Os serviços de comunicação poderão ser supridos pela União, por meio de

instrumento próprio, sendo dispensável a licitação para a contratação da Telebrás ou de empresa por ela controlada.

O art. 10 da MP autoriza o Ministro da Fazenda a alterar as condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida, assinados com instituições financeiras federais, de forma a adequá-los às normas emanadas do Conselho Monetário Nacional.

A MP nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, tem o acréscimo do art. 5º-A, que permite às empresas públicas federais – aí não incluídas as instituições financeiras – aplicarem seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro e, assim, auferirem melhores remunerações que as oferecidas por fundos de investimento extramercado.

A última alteração diz respeito ao art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, prorrogando-se até 31 de dezembro de 2015 o prazo anteriormente fixado em 31 de dezembro de 2012, que autorizava o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a utilizar recursos federais na execução de obras e serviços concernentes à malha rodoviária federal transferida para os Estados pela MP nº 82, de 2002, com pendências que até hoje subsistem.

As justificativas apresentadas pela Exposição de Motivos nº 18/2012 são expostas a seguir.

A alteração da Lei nº 12.409, de 2011, se deve ao encerramento do prazo de autorização para a concessão, pelo BNDES, da subvenção econômica favorecendo os produtores rurais dos Municípios atingidos por desastres naturais. Levou-se em conta a necessidade de manutenção de uma linha de financiamento que apoie a retomada da atividade econômica nessas unidades, mesmo para as que venham a ser afetadas, com a agilidade requerida para as circunstâncias. Não se alterou o limite passível de equalização das operações contempladas com a subvenção.

A elevação do limite de crédito concedido à Caixa Econômica Federal – MP nº 581, de 2012 –, para o financiamento de projetos ligados à infraestrutura, no montante de R$6,2 bilhões viabiliza o seu acesso a uma quantidade significativa de famílias que não seriam atendidas em outras condições, a custo de captação compatível com a taxa de remuneração a longo prazo.

Adicionalmente, a autorização contida no art. 3º, para que a União conceda crédito de mais R$7 bilhões àquela Instituição, na formação do patrimônio de referência, atende à forte demanda por empréstimos e financiamentos nas áreas de atuação da Caixa Econômica Federal, além de minimizar o risco de desconformidade em relação aos limites prudenciais estabelecidos por normativos do CMN, reforçando o papel que as instituições financeiras oficiais vêm representando na redução das taxas de juros.

As alterações na Lei nº 12.462, de 2011, estão em consonância com a realização de investimentos em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil. A

medida é considerada essencial para a implementação do Programa de Investimentos em Logística de Aeroportos, lançado quase ao final do ano passado. Referido programa prevê a expansão da aviação regional, contemplando, em uma primeira etapa, 270 aeroportos regionais. Como parte dos recursos circulará fora da conta única do Tesouro Nacional, o FNAC não mais terá apenas natureza contábil, mas também financeira. As despesas correspondentes a esses investimentos correrão à conta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com alocação de dotações aos próximos orçamentos anuais.

Neste sentido, também, a modificação na Lei nº 8.399, de 1992, propiciará que parcela dos recursos do adicional tarifário, incidente sobre tarifas aeroportuárias, beneficie de forma mais ampla aeródromos públicos de interesse regional ou estadual, dando suporte financeiro ao Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa).

Acerca da cessão onerosa dos direitos de crédito do Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional, o BNDES pode efetuar o pagamento em títulos da dívida pública mobiliária federal ou ações de sociedades anônimas, exceto de instituições do Sistema Financeiro Nacional. O barateamento das tarifas de energia elétrica é o objetivo final desta medida.

As alterações na Lei nº 12.096, de 2009, se destinam a amparar operações do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), ampliando o seu alcance, de modo a incorporar outras instituições financeiras que venham a realizar operações com a mesma finalidade, autorizando a subvenção por meio de reembolso, pelo BNDES, das liberações de recursos realizadas por aquelas instituições.

Com relação à disponibilização, pela União, para o Comitê Organizador da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e da Jornada Mundial da Juventude, dos serviços de telecomunicação necessários à realização dos referidos eventos, a Emenda nº 18 argumenta que se trata de um requisito à candidatura brasileira, quando o governo se comprometeu a atender às exigências da FIFA, entre as quais esses serviços, sem qualquer custo para o Comitê Organizador. A infraestrutura do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), cujo braço operacional é a Telebrás, abrange todas as cidades escolhidas como sedes para os eventos da FIFA. As controvérsias entre o Ministério das Comunicações e a entidade internacional foram pacificadas após longa negociação, e os resultados deverão ser estabelecidos em Memorando de Entendimento. A possibilidade de contratação de empresa controlada atende o previsto na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. As instalações, as redes e os equipamentos para a Copa das Confederações têm de estar disponíveis o mais breve possível.

Sobre a prorrogação do prazo para o DNIT utilizar recursos federais para a execução de obras e serviços concernentes à malha rodoviária federal, a EM nº 18/2012 é explícita. A transferência definitiva do domínio de trechos da malha rodoviária federal para os Estados estava prevista na MP nº 82, de 7 de

dezembro de 2002, cujo projeto de lei de conversão foi vetado, gerando-se discussão acerca da validade dos termos de transferência, por não ter sido editado o decreto legislativo que deveria regulamentar os atos praticados durante a vigência da aludida MP. A malha ficou, então, sem assistência por parte dos Estados. Em consequência, editou-se lei autorizando a União a utilizar recursos federais para a realização de investimentos nas rodovias transferidas, com prazo sucessivamente prorrogado.

À proposição original, nos termos regimentais, foram apresentadas 28 emendas, com o teor descrito a seguir.

A emenda º 01, do Deputado André Figueiredo, propõe a supressão do §2º do art. 63-A, eliminando a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) com o emprego dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) em aeródromos públicos.

A emenda nº 02, do mesmo Deputado, pretende modificar o §5º do art. 63-A, estendendo ao Conselho Monetário Nacional a competência conjunta com os Ministros da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para a fixação da remuneração do Banco do Brasil ou suas subsidiárias pela gestão e administração dos recursos do FNAC em aeródromos públicos.

A emenda nº 03, do Deputado Marcus Pestana, pretende incluir os parágrafos 4º e 5º no art. 3º da MP, estabelecendo exigências relativas ao crédito concedido à Caixa Econômica Federal, no valor de R$7 bilhões, que consistem no envio, pelo Ministério da Fazenda, de relatório trimestral sobre as operações de capital e de alteração da estrutura de capital das instituições financeiras públicas federais.

A emenda nº 04, também do Deputado Marcus Pestana, pretende incluir os parágrafos 7º e 8º no art. 12 da Medida Provisória nº 581, de 2012, estabelecendo as mesmas exigências de envio de relatórios periódicos, no que concerne aos créditos autorizados à Caixa Econômica Federal, de R$13 bilhões, e ao Banco do Brasil, de R$8,1 bilhões, pela Medida Provisória nº 581, de 2012.

A emenda nº 05, do Deputado Ronaldo Caiado, é de teor idêntico ao da emenda nº 01.

A emenda nº 06, também do Deputado Ronaldo Caiado, pretende modificar o §2º do art. 55 da Lei nº 12.663, de 2012, condicionando a dispensa de licitação para a contratação da Telebrás ou controlada a que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

A emenda nº 07, do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, tem por objetivo modificar, acrescer e revogar dispositivos da Lei nº 8.906, de 1994 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

A emenda nº 08, do Deputado Ricardo Izar, pretende alterar o §3º da Lei nº 5.070, de 1966, para dispor sobre taxas de fiscalização devidas pelas prestadoras de serviços de telecomunicações.

A emenda nº 09, também do Deputado Ricardo Izar, pretende alterar o §1º do art. 55 da Lei nº 12.663, prevendo a disponibilização não dos serviços de telecomunicação necessários à realização da Copa do Mundo e da Jornada Mundial da Juventude, e sim da infraestrutura relativa a esses serviços.

A emenda nº 10, do Deputado Giroto, pretende acrescentar dispositivos às Leis nºs 8.352, de 1991, e 7.998, de 1990, tratando do Fundo de Investimento do FAT (FI-FAT).

A emenda nº 11, do Senador Paulo Bauer, pretende suprimir o art. 5º da MP, eliminando a possibilidade de o Banco do Brasil ou suas subsidiárias gerirem e administrarem os recursos do FNAC destinados aos aeródromos públicos.

A emenda nº 12, também do Senador Paulo Bauer, pretende suprimir o art. 11 da MP, eliminando a possibilidade de as empresas públicas federais aplicarem os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.

A emenda nº 13, do Deputado Sandro Mabel, pretende alterar o art. 33 da Lei nº 10.826, de 2003, para tratar da publicidade de armas de fogo e munições.

A emenda nº 14, do Deputado Carlos Sampaio, é do mesmo teor da emenda nº 11.

A emenda nº 15, do Senador Lindbergh Farias, pretende alterar disposições da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.185, de 2011, para tratar de refinanciamentos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A emenda nº 16, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pretende alterar o *caput* do art. 3º da MP, remetendo a definição das condições financeiras e contratuais para a concessão de crédito de até R$7 bilhões a uma Resolução do Senado Federal, e não ao Ministro da Fazenda.

A emenda nº 17, também do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, pretende revogar o art. 3º da MP, eliminando a possibilidade de a União conceder crédito de até R$7 bilhões à CEF.

A Emenda nº 18, ainda do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pretende revogar o art. 7º da MP, extinguindo a possibilidade de a União ceder onerosamente ao BNDES e suas controladas direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional.

A Emenda nº 19, do Deputado Arnaldo Jardim, é de teor idêntico ao da Emenda nº 16.

A Emenda nº 20, também do Deputado Arnaldo Jardim, pretende suprimir o art. 10 da MP, revogando a possibilidade de a União alterar as condições financeiras e contratuais dos instrumentos hibridos de capital e dívida, assinados com instituições financeiras federais.

A Emenda nº 21, do Senador Inácio Arruda, pretende alterar o art. 4º da Lei nº 12.409, de 2011, estendendo ao BNB a autorização para a União

conceder subvenção econômica nas operações com produtores rurais localizados em Municípios atingidos por desastres naturais, inclusive pelos efeitos da estiagem.

A Emenda nº 22, do Senador José Agripino, pretende suprimir o art. 8º da MP, revogando a autorização para a União subvencionar operações de financiamento contratadas por outras instituições financeiras e que foram objeto de reembolso por parte do BNDES.

A Emenda nº 23, também do Senador José Agripino, pretende alterar a redação do art. 63-A, transferindo do Banco do Brasil ou subsidiárias para a Infraero a gestão e administração dos recursos do FNAC destinados aos aeródromos públicos, deixando o BB responsável apenas pela gestão financeira dos recursos.

A Emenda nº 24, ainda do Senador José Agripino, pretende alterar a redação do § 3º do art. 3º da MP, definindo que a remuneração do Tesouro em função do crédito autorizado para a CEF de até R$7 bilhões deverá ser simplesmente compatível com seu custo de captação.

A Emenda nº 25, do ilustre Deputado Alfredo Kaefer, é de teor idêntico ao da Emenda nº 11.

A Emenda nº 26, também do Deputado Alfredo Kaefer, é de teor idêntico ao da Emenda nº 01.

A Emenda nº 27, do Senador Rodrigo Rollemberg, é de teor idêntico ao da Emenda nº 12.

A Emenda nº 28, também do Senador Rodrigo Rollemberg, pretende classificar subsídios creditícios como despesas primárias.

É o relatório.

Voto.

Antes de apreciar o mérito, devemo-nos manifestar sobre a relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 600, de 2012, e das emendas a ela apresentadas.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Quanto aos pressupostos de relevância e urgência impostos pelo art. 62 do Texto Constitucional, não há dúvida alguma de que os assuntos tratados pela presente MP são da mais alta importância e, dada à sua natureza, precisam receber a atenção e a celeridade proporcionada pelo mecanismo da Medida Provisória. Há prazos fatais que precisam ser prorrogados; há demandas sociais que não podem ser adiadas; há ajustes em instituições financeiras oficiais que precisam acompanhar as modificações ocorridas no cenário internacional; e há também que se considerar a proximidade cada vez maior dos eventos mundiais a serem sediados no País.

Não se observam, outrossim, vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa no texto da proposição principal, nem das emendas apresentadas.

Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. Do ponto de vista financeiro e orçamentário, é necessário ressaltar que há basicamente três tipos de normas na presente MP. Em alguns casos, como no *caput* no art. 10, que autoriza a União a alterar as condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida, lidamos com normas sem qualquer impacto nas receitas ou despesas públicas. Nestes casos, não há exame de adequação financeira e orçamentária a se fazer.

Em segundo lugar, devemos citar os dispositivos cujos recursos orçamentários e financeiros necessários já se encontram previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 12.798, de 04/04/2013), tendo em vista que os programas ali contidos já vinham sendo executados em exercícios anteriores. É o caso, por exemplo, do art. 1º da MP, que apenas prorroga o prazo da equalização de taxas de juros previsto pela Lei nº 12.049, de 2011, ou do art. 8º, cujo objetivo restringe-se a substituir a modalidade de subvenção já dada anteriormente às operações de financiamento nele referidas. Por último, há que se considerar o caso dos recursos destinados à Conta de Desenvolvimento Energético, que, embora não previstos anteriormente, foram originados de uma operação financeira com o BNDES, havendo, portanto, fonte de recursos suficiente. Nos três casos mencionados, nosso parecer é pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da presente Medida Provisória.

Quanto às emendas, muitas delas recaem na situação de não implicação orçamentária e financeira, tendo em vista que não provocam qualquer modificação positiva ou negativa no cômputo geral de receitas e despesas públicas. É este o caso das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28.

Há ainda algumas que não são neutras do ponto de vista financeiro, mas podem ser consideradas adequadas, porque o impacto de sua aplicação, se considerado apenas e estritamente o aspecto financeiro, poderia ser positivo. São elas as Emendas nºs 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27.

Quanto às Emendas nºs 09, 13 e 15, observa-se que elas têm, pelo menos potencialmente, o efeito de criar novas despesas não previstas no orçamento da União, sem a consequente criação de novas receitas, e que podem proporcionar um impacto negativo nas metas fiscais. Por esse motivo, devem ser rejeitadas por inadequação orçamentária e financeira, ficando prejudicado seu exame de mérito.

Do mérito.

A fim de fornecer subsídios para a formação de opinião desta Relatoria e dos ilustres membros da Comissão Mista, apresentamos requerimento

para a realização de audiência pública com diversas entidades do Governo Federal envolvidas com as matérias de que trata a presente MP.

Aprovado o requerimento, a audiência foi realizada no dia 09 de abril, com a presença do Dr. Sérgio Odilon dos Anjos, na qualidade de representante do Banco Central do Brasil, do Dr. Selmo Aronovich, representando o BNDES, e do Dr. Osvaldo Cavalcante, como representante da Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil, embora convidado, não enviou representante para a audiência. Naquela reunião, foram apresentadas diversas informações técnicas de fundamental importância para o entendimento da Medida Provisória e, principalmente, suas repercussões práticas nos programas de trabalho do Governo Federal. Embora já tenhamos feito nossos agradecimentos aos representantes mencionados no dia da audiência, gostaríamos de deixar aqui mais uma vez nosso reconhecimento pelo esforço empreendido pelo Banco Central, pelo BNDES e pela CEF de esclarecer o Parlamento sobre as importantes questões políticas e financeiras sujeitas à nossa avaliação. A atitude dessas instituições reflete a preocupação com a convivência democrática entre os Poderes.

Depois de estudar o texto original da Medida Provisória nº 600, de 2012, bem como de ler cuidadosamente as emendas a ela apresentadas e ouvir todos os nobres colegas que procuraram esta Relatoria para colocar pessoalmente suas posições políticas, estamos convencidos da necessidade de recomendar a aprovação da Proposição. Em praticamente todos os dispositivos desta MP, podem ser vislumbrados efeitos positivos nos programas governamentais de alcance social, uma preocupação sempre presente não apenas no Governo Federal, mas também por parte deste Relator e, temos absoluta certeza, de todos os ilustres Parlamentares.

Até mesmo quando a MP nº 600/2012 não trata especificamente das questões sociais, a oportunidade de seus dispositivos não pode ser negada. Podemos citar, por exemplo, a concessão de crédito para a CEF com a finalidade de reforçar seu capital e enquadrá-la nos novos parâmetros para instituições financeiras aprovados pela Convenção de Basileia, também conhecidos como Basileia III. O referido enquadramento é indispensável. O Brasil é um dos principais signatários da Convenção e, desde a crise financeira internacional de 2007/2008, muitos mecanismos utilizados no sistema financeiro brasileiro foram considerados como modelo para a proposta contida na Convenção de Basileia para todos os países do mundo. A importância de continuar alinhado com os parâmetros desse histórico acordo internacional não reflete, simplesmente, a satisfação pelo reconhecimento de boas práticas pelo resto do mundo, e sim, principalmente, a evidência de que tal alinhamento representa para o Brasil uma imagem de solidez financeira cada vez mais difundida, o que se traduz em juros mais baixos na captação de recursos internacionais tanto para os títulos governamentais como privados.

Não podemos deixar de mencionar o tema que, na opinião desta Relatoria, constitui a mudança mais significativa promovida por esta Medida Provisória. Falamos das novas regras instituídas para a gestão e administração do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). A melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária, e a ampliação da oferta de transporte aéreo para a população brasileira, claramente pretendidas com as modificações propostas, são objetivos que não podem ser subestimados.

De acordo com a Exposição de Motivos da Presidência da República, o Programa de Investimentos em Logística de Aeroportos, financiado com recursos do FNAC, prevê o fortalecimento e a expansão da aviação regional, contemplando em uma primeira etapa 270 aeroportos regionais espalhados por todo o País.

No curso das reuniões realizadas por esta Relatoria com técnicos do Poder Executivo, pudemos verificar que o Programa já se encontra em estágio avançado de estudos para implementação, sendo possível identificar os focos mais intensos de demandas regionais ainda não atendidas e o consequente mapeamento da necessidade de recursos. A meta eloquente desse Programa é que 96% da população brasileira esteja a menos de 100 quilômetros de distância de um aeroporto apto ao recebimento de voos regulares.

Nesta primeira etapa, propõe-se investir recursos da ordem de R$1,7 bilhão em 67 aeroportos na Região Norte; R$2,1 bilhões em 64 aeroportos na Região Nordeste; R$924 milhões em 31 aeroportos no Centro-Oeste; R$1,6 bilhão em 65 aeroportos no Sudeste; e R$994 milhões em 43 aeroportos na Região Sul.

Duas observações precisam ser feitas a respeito dessa distribuição. Em primeiro lugar, estamos lidando apenas com a primeira etapa do Programa, que, se for aprovado pelo Congresso Nacional e lograr alcançar suas metas, certamente será seguido de outras etapas, com mais recursos e mais aeroportos.

Em segundo lugar, a distribuição acima mencionada não obedece necessariamente a um critério de concentração populacional, mas de demandas objetivamente identificadas e ainda não atendidas. Nesse sentido, algumas regiões que reúnem um contingente populacional bem maior do que outras podem não ter sido contempladas com recursos, simplesmente porque seus aeroportos e aeródromos regionais já foram considerados satisfatórios, pelo menos nos termos desta primeira etapa.

Como se pode ver, estamos diante de uma verdadeira mudança qualitativa nos serviços de transportes aeroportuários do País. E é justamente por considerarmos esse assunto fundamental, que não podemos deixar de manifestar nossa profunda preocupação bem como nosso democrático desacordo, com a forma proposta para a administração dos recursos do FNAC. Alegando a necessidade de rapidez na gestão e execução dos investimentos, o Governo propôs que o Banco do Brasil fique responsável pela administração do FNAC.

Esse nos parece o caso clássico em que, segundo a sabedoria popular, "a pressa é inimiga da perfeição".

Parece-nos um erro injustificável deixar o Banco do Brasil como ator exclusivo à frente da condução desse tipo de políticas públicas, uma área inteiramente estranha à sua atuação normal. Poderíamos concordar com tal distorção se não houvesse qualquer outra opção de trabalho, mas isso definitivamente não é verdade. O País dispõe de uma estrutura administrativa capaz de formular as políticas principais do Programa de Investimentos em Logística de Aeroportos.

Diante disso, estamos certos de que não há outra saída a não ser propor uma alteração no mecanismo de gestão dos recursos do FNAC, de modo a atribuir à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a competência para gerir e administrar o referido Fundo, prevendo, entretanto, a possibilidade de essa Secretaria delegar a competência à instituição que achar conveniente, entre todas as entidades financeiras federais. Este nos parece um arranjo institucional mais lógico e racional do ponto de vista administrativo e, principalmente, mais eficaz do ponto de vista econômico.

Quanto ao art. 1º da MP 600/2012, devemos ressaltar a Emenda nº 21, de autoria do ilustre Senador Inácio Arruda. O Banco do Nordeste do Brasil dispõe de condições técnicas, logísticas e financeiras muito mais adequadas ao atendimento de emergência dos 1.200 Municípios nordestinos atingidos por desastres naturais do que o BNDES. Acrescente-se a isso que a inclusão desse histórico banco regional na autorização para a concessão de subvenções econômicas em nada prejudicará a atuação do BNDES e ainda possibilitará uma abrangência maior do programa.

No art. 8º da MP 600/2012, propomos uma alteração do texto original, de modo a impedir que operações de financiamento contratadas com outras instituições financeiras que estejam inadimplentes possam ser objeto de reembolso por parte do BNDES. Os recursos do BNDES são, em primeira e última instância, recursos públicos e não podem ser utilizados em operações de reembolso em situação de inadimplência. Apesar dos argumentos formulados pela equipe técnica do BNDES, quando da audiência pública, não nos convencemos de que essa hipótese esteja descartada nos termos propostos pela Medida Provisória.

Sugerimos também a aprovação da Emenda nº 10, do ilustre Deputado Giroto, que institui e regulamenta o funcionamento do Fundo de Investimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O FAT não pertence, na verdade, ao Governo Federal. Destinado ao Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico e à criação de empregos por intermédio do BNDES, esse Fundo pertence de fato aos trabalhadores brasileiros. Diante disso, temos a obrigação política e moral de zelar pela preservação do patrimônio do FAT. A ideia

da criação de um Fundo de Investimento capaz de aplicar os recursos em projetos com maior retorno econômico, seja do ponto de vista da criação de empregos, seja do ponto de vista de rentabilidade financeira, nos parece consistente com a política do Governo Federal de dar prioridade aos programas de alcance social.

Outra alteração que nos parece não apenas justa e oportuna, mas, sobretudo, revestida de relevância tão alta quanto todas as novas regras legais propostas no corpo da presente MP, nasce de sugestão encaminhada pelos eminentes Deputados Eduardo Barbosa e Antônio Brito, cujo destacado trabalho – permita-me, Presidente, quebrar o relatório – à frente das Santas Casas tem sido na Bahia muito proveitoso, tirando as Santas Casas de dificuldades e prestado, assim, um serviço muito bom à saúde pública, como também a todo Brasil. Agradecemos, então, aos Deputados Eduardo Barbosa e Antonio Brito pela ajuda prestada no enriquecimento do trabalho deste Relator. Referimo-nos ao parcelamento de débitos vencidos, de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia e demais entidades hospitalares sem fins econômicos. Proposta inicialmente no âmbito da Medida Provisória nº 589, de 2012, essa ideia foi objeto de um acordo com o Líder do Governo, ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, quando se optou pela retirada do destaque então existente, para a inclusão da matéria no Projeto de Lei de Conversão da presente MP. Assim sendo, não apenas em respeito ao acordo firmado, como também em virtude de nossa firme convicção de que se trata de uma demanda mais do que justa, incluímos o referido parcelamento dos débitos no Projeto de Lei de Conversão que propomos a esta Comissão.

Precisamos, também, garantir a disponibilização de recursos para o Plano Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública, cuja atenção se encontra focalizada justamente nos casos de novas catástrofes em localidades diversas daquelas para as quais o Orçamento da União havia inicialmente consignado dotações. Por esse motivo, propomos a alteração na Lei nº 12.487, de 2011.

Gostaríamos, ainda, de submeter à análise dos nobres Pares a necessidade de uma alteração legal que especifique claramente as prerrogativas dos integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A previsão legal dessas prerrogativas pretende garantir a necessária imparcialidade do conselheiro do Carf no exercício de suas funções de julgamento administrativo e, ainda, repelir a propositura de ações infundadas que visem a responsabilizar civilmente os conselheiros.

Esse é o objetivo da mudança que propomos na Lei nº 11.941, de 2009.

Outra questão que trazemos à pauta do debate desta medida provisória é a oportunidade de discutirmos a criação do Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário (Cedupi), um instrumento importante para a modernização e agilidade da utilização de imóveis públicos. Em inúmeros casos

espalhados pelo País, imóveis públicos poderiam ser utilizados por organizações sociais e entidades privadas, para atender ao interesse da população de modo mais ágil. Não obstante, essas oportunidades são perdidas em meio à insuperável burocracia, que se intromete no processo de concessão de uso. A criação do referido Certificado responde a mais esse anseio da população brasileira.

Tratamos, por fim, da prorrogação dos prazos estabelecidos nas Leis nº 12.249/2010, art. 65, §18, e 11.941/2009, arts. 1º e 7º. A referida prorrogação, que envolve recursos do Refis, já foi objeto de manifestação clara do Congresso Nacional.

Conclusão.

Diante do exposto, votamos pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 600, de 2012, e de todas as emendas apresentadas, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 600, de 2012, e das emendas nºs 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27, pela não implicação em matéria financeira ou orçamentária das emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das emendas nºs 09, 13 e 15, ficando o exame de mérito prejudicado em relação a estas últimas.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 600, de 2012, e das emendas nºs 10 e 21, com a rejeição das demais emendas, tudo nos termos do Projeto de Lei de Conversão em anexo.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2013.

Deputado Lúcio Vieira Lima, Relator.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, de 2012
(Mensagem Nº 168, de 2012-CN, da Presidência da República)
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, altera as Leis nºs 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 8.399, de 7 de janeiro de 1992, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º É a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2013, destinadas

a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, nos termos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e relacionados em ato editado na forma do regulamento.

....."

Art. 2º A Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.12.....

§3º Dos recursos captados pela Caixa Econômica Federal na forma do *caput*, até R$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) destinam-se ao financiamento de material de construção e de bens de consumo duráveis às pessoas físicas, sendo que, no caso do financiamento de bens, exclusivamente para o público da Faixa I do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e até R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) destinam-se ao financiamento de projetos ligados a infraestrutura."

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder crédito à Caixa Econômica Federal, no montante de até R$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, que permitam o enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o *caput*, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Caixa Econômica Federal, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no *caput*.

§3º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional deverá enquadrar-se, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, em uma das seguintes alternativas:

I – ser compatível com a taxa de remuneração de longo prazo;

II – ser compatível com seu custo de captação; ou

III – ter remuneração variável.

Art. 4º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 63. É instituído o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da

Presidência da República, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil.

§1º.....

IV – os rendimentos de suas aplicações financeiras;

V – os que lhe forem atribuídos para os fins de que trata o art. 63-A; e

VI - outros que lhe forem atribuídos.

.....

§6º Os recursos do FNAC, enquanto não destinados às finalidades previstas no art. 63-A, ficarão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

....."

Art. 5º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 63-A. Os recursos do FNAC serão geridos e administrados pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ou, a seu critério, por instituição financeira pública federal, sendo destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos.

§1º Para a consecução dos objetivos previstos no *caput*, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, diretamente ou, a seu critério, por intermédio de instituição pública federal, realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens, contratar obras e serviços de engenharia e de técnicos especializados e utilizar-se do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

§2º Ato conjunto dos Ministros da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República fixará a remuneração de instituição financeira que prestar serviços, na forma deste artigo."

Art. 6º A Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 6º- A. A contratação de bens e serviços pela Infraero e suas controladas, a exemplo dos procedimentos facultados à Petrobras no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, bem como as permissões e concessões de uso de áreas, instalações e equipamentos aeroportuários observarão procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República."

Art. 7º A Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

II – 25,24% (vinte e cinco inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) destinados à aplicação em aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual.

.....

§2º A parcela de 25,24% (vinte e cinco inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) especificada no inciso II do *caput* constituirá o suporte financeiro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA).

§3º Poderão ser contemplados com os recursos dispostos no §2º os aeródromos públicos de interesse regional ou estadual que sejam objeto de convênio específico firmado entre o governo estadual interessado e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

....."

Art. 8º Fica a União autorizada a ceder onerosamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas controladas direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional.

§1º O pagamento devido pelo BNDES pela cessão de que trata o *caput* poderá ser efetivado em títulos da dívida pública mobiliária federal ou ações de sociedades anônimas, exceto as integrantes de instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, respeitada a equivalência econômica da operação, sendo o ajuste de eventual diferença pago em moeda corrente pelo BNDES à União.

§2º A operação deverá ser formalizada mediante instrumento contratual a ser firmado pelas partes.

§3º Fica a União autorizada a destinar à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), no todo ou em parte, os recursos financeiros provenientes da cessão onerosa de que trata o *caput*.

§4º Fica a União autorizada a celebrar contratos com o BNDES com a finalidade de excluir os efeitos da variação cambial incidentes nos direitos de crédito de que trata o *caput*.

Art. 9º A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§11 Fica a União autorizada a subvencionar, na forma e no limite dispostos neste artigo, operações de financiamento contratadas por outras instituições financeiras e que foram objeto de reembolso por parte do BNDES, desde que tais operações:

.....

c) não contemplem operações inadimplentes.

§12 Entende-se como reembolso a restituição pelo BNDES às instituições financeiras dos valores referentes às liberações de recursos por elas realizadas nas operações de que trata o §11."

Art. 10. A Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 55. .....

§1º Observado o disposto no *caput*, a União, por meio da Administração Pública federal direta ou indireta, poderá disponibilizar, através de

instrumento próprio, os serviços de telecomunicação necessários para a realização dos eventos.

§2º É dispensável a licitação para a contratação, pela Administração Pública federal direta ou indireta, da Telebrás ou de empresa por ela controlada, para realizar os serviços previstos no §1º."

Art. 11. Fica a União, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, autorizada a alterar as condições financeiras e contratuais dos instrumentos híbridos de capital e dívida, assinados com instituições financeiras federais, de forma a que tais instrumentos possam adequar-se às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 12. A Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

"Art. 5º – A. Ficam as empresas públicas federais, exceto as instituições financeiras, autorizadas a aplicarem os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional."

Art. 13. A Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2015,recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

....."

Art. 14. A Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 2-A Fica criado o Fundo de Investimento do FAT, FI-FAT, caracterizado pela aplicação da diferença entre o montante total dos recursos, descontado o somatório dos repasses ao BNDES, previsto no art. 239 da Constituição Federal, com a parcela da reserva mínima prevista no § 2º, do art. 9º, da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

§1º O FI-FAT será destinado a investimentos em todos os setores, incluindo os não cobertos pelo FI-FGTS, voltados para implantação, ampliação, recuperação e modernização nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda, que proporcionem a geração de empregos.

§2º O FI-FAT terá patrimônio próprio, segregado do patrimônio do FAT, e será disciplinado por instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

§3º A administração e a gestão do FI-FAT ficarão a cargo da Caixa Econômica Federal, cabendo ao Comitê de Investimentos (CI), a ser constituído

pelo Codefat, a aprovação dos investimentos e a decisão de escolha de um ou mais administradores e gestores.

§4º Caberá ao Codefat a definição dos limites financiáveis, taxas de juros de aplicações, taxas mínimas de retorno dos investimentos e condições da gestão.

§5º Na hipótese de extinção do FI-FAT, seu patrimônio será inteiramente revertido para o patrimônio do FAT."

Art. 15. O art. 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. .....

XVIII – com relação ao Fundo de Investimentos do FAT, FI-FAT:

a) aprovar a política de investimentos do FI-FAT, por proposta do Comitê de Investimento;

b) decidir sobre reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos do FI-FAT em cada exercício;

c) estabelecer o valor de remuneração da administração e gestão do FI-FAT, incluindo a taxa de risco;

d) definir a forma de deliberação de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento, que deverá obrigatoriamente ter a participação do administrador;

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FAT;

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FAT por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis;

g) aprovar o regulamento do FI-FAT e suas modificações, mediante proposta do administrador;

h) autorizar a integralização de cotas ao FI-FAT, definindo todos os parâmetros aplicáveis;

i) efetivar as demais deliberações, não previstas nos itens anteriores, afetas à administração do FI-FAT."

Art. 16. Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2013: os prazos previstos no §18 do art. 65, da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e os prazos previstos no §12 do art. 1º e do art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

§1º A existência de parcelamentos em curso nos termos das Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010 e 11.941, de 27 de maio de 2009, não impede o pagamento ou parcelamento de outros débitos, obedecidos o prazo mencionado no caput e as regras e condições fixadas nas referidas leis, hipótese em que os procedimentos de consolidação e cobrança serão formalizados em processo administrativo autônomo.

§2º A extensão do prazo de que trata o *caput* não se aplica às pessoas físicas e jurídicas que tenham tido parcelamento rescindido após 1º de janeiro de 2013, nos termos, respectivamente:

I – do §9º do art. 1º da Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

II – do §9º do art. 65 da Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 17. O §1º do art. 4º da Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§1º Os eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes na data da prestação de contas poderão ser utilizados para ressarcir o ente beneficiário que já houver realizado gastos com recursos próprios ou poderão ser reprogramados para utilização em período subsequente, incluindo a destinação para objeto diverso do inicialmente estipulado, mantendo o objeto original do plano, nos termos a serem definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

....."

Art. 18. O art. 48 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 48. .....

Parágrafo único. São prerrogativas do Conselheiro integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf):

I – somente ser responsabilizado civilmente, em processo judicial ou administrativo, em razão de decisões proferidas em julgamento de processo no âmbito do Carf, quando proceder comprovadamente com dolo ou fraude no exercício de suas funções; e

II – emitir livremente juízo de legalidade de atos infralegais nos quais se fundamentam os lançamentos tributários em julgamento."

Art. 19. Fica a União autorizada a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais ou desafetados, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário (Cedupi), criado nesta Lei e aplicando-se na sua emissão e venda, suplementarmente, a legislação federal pertinente.

§1º A autorização estabelecida no caput poderá ser exercida pelos órgãos da Administração direta, pelos fundos especiais, pelas Autarquias, pelas Fundações Públicas, pelas Empresas Públicas, pelas Sociedades de Economia Mista, obedecidos, quando couber, os estatutos do ente público ou das sociedades de direito privado.

§2º O Cedupi, título de características mobiliárias, será emitido pelos entes públicos definidos no § 1º deste artigo, precedido de avaliação do bem imóvel por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado com indicação dos critérios de avaliação e valor mínimo a ser adotado para a venda do certificado.

§3º O Ministério do Planejamento e Gestão, ouvida a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Advocacia Geral da União, deverá dar anuência, em processo administrativo regular originado no Ministério interessado, à emissão do Cedupi.

§4º Dos Cedupi deverão constar minimamente:

I – o órgão ou entidade definida no § 1º deste artigo responsável pela emissão e o Ministério a que se vincula;

II – a descrição do bem dominical ou desafetado, sua área e seus limites;

III – a forma de uso do bem público: concessão de direito real de uso (CDRU), concessão de direito de superfície ou concessão, permissão ou autorização de qualquer espécie, sempre por escritura pública;

IV – as finalidades admitidas para o uso de bem público, não importando em obrigação de obtenção de licenças de qualquer espécie para a construção ou atividade;

V – o prazo de vigência do certificado e se determinado ou indeterminado;

VI – o valor e forma de pagamento do certificado: valor mínimo de venda e se em parcelas periódicas ou se em um único pagamento no ato da compra do Cedupi;

VII – a forma de transferência do Cedupi, se permitida, regulação da extinção do certificado, irreversibilidade ou condições de reversibilidade dos bens, obrigação de pagamento de tributos ou taxas incidentes sobre o bem público e a forma de liquidação e custódia do título.

Art. 20. A venda dos Cedupi, emitidos na forma do artigo anterior, será realizada mediante leilão com lances em viva voz, em recinto de livre acesso ao público interessado, aplicando-se obrigatoriamente os artigos 21 e 22 da Lei 8.666/93, e, no que couber, as demais disposições da citada Lei.

Art. 21. Alternativamente à venda dos Cedupi, a União poderá, a seu exclusivo critério:

I - constituir Fundo de Investimento de Valorização e Liquidez de Ativos Imobiliários da União, de natureza privada, no qual ela e as entidades citadas no §1º do art. 19 desta Lei possam, como cotistas, integralizar Cedupi emitidos; e

II - permitir, mediante processo administrativo regular, que as entidades mencionadas no §1º do art. 19 desta Lei possam utilizar Cedupi emitidos para a estruturação de garantia de pagamento em parcerias público-privadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a instituir, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, mediante decreto, o fundo de que trata o inciso I do caput deste artigo, que será administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada pela União, devidamente credenciada na forma da legislação pertinente aplicável, e selecionada mediante procedimento autorizado em lei, a quem caberá no exercício da política de investimentos aprovada pela assembleia de cotistas:

I - celebrar contratos de natureza privada com terceiros, zelando pela valorização dos ativos e pela manutenção de liquidez em níveis adequados;

II – adquirir quando necessário ao desenvolvimento de Projeto Imobiliário e à melhoria da viabilidade econômica, Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) e outros títulos representativos do solo criado emitidos pelos Municípios e autorizados pela Comissão de Valores Imobiliários;

III - participar de outros fundos, principalmente de Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos Imobiliários; e

IV - participar de empresas em empreendimentos imobiliários, desde que o veículo de investimento tenha a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e cujos estatutos e acordos de acionistas sejam previamente aprovados pela Assembleia de Cotistas do Fundo.

Art. 22. Poderão ser pagos ou parcelados em até 360 (trezentos e sessenta) parcelas mensais os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não, bem como os débitos com a Procuradoria-Geral da União, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, provenientes de competências vencidas até 31 de março de 2013, de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, das entidades hospitalares sem fins econômicos, das entidades de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência sem fins lucrativos, e das demais entidades sem fins lucrativos que atuem nas áreas de saúde e de assistência social.

§1º Os débitos parcelados nos termos deste artigo terão redução de sessenta por cento das multas de mora e de ofício, de vinte por cento dos juros de mora e de cem por cento dos demais encargos legais.

§2º No parcelamento a que se refere este artigo, deverão ser observadas as normas específicas de cada órgão ou entidade, incluindo os critérios para a rescisão.

§3º Os pedidos de parcelamento deverão ser efetuados em até 120 dias da publicação desta Lei.

§4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata esta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2013.

Deputado Lúcio Vieira Lima, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o nobre Relator pelo parecer. No início dos trabalhos, nós fizemos um acordo e pedi vista coletiva em nome do Senador José Pimentel e do Deputado Danilo Forte, que irá agora fazer uso da palavra, sem prejuízo da discussão.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Vistas coletivas ao relatório brilhantemente apresentado pelo Deputado Lúcio Vieira Lima. Portanto, vou considerar...

Deputado Antonio Brito com a palavra.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de, primeiro, parabenizar esta Comissão pela conclusão do trabalho e, especialmente, ao Relator Lúcio Vieira Lima. Eu já o conheço de muitos anos e sei da sua competência e do trabalho que vem sendo feito por ele na Bahia, e não só por ele, mas por toda a família, também pelo Geddel e por todos os que vêm trabalhando.

Especialmente neste tema, nós apuramos e verificamos, como membros desta Comissão, inclusive, representando o meu Partido, o PTB, todo o andamento do relatório. É um relatório denso, um relatório profundo, um relatório de 32 páginas que trouxe para nós esclarecimentos sobre a MP 600. E especificamente em meu nome e em nome do Deputado Eduardo Barbosa, que vem defendendo muitas APAEs e Santas Casas de Misericórdia, eu gostaria de agradecer a sugestão que foi feita a partir de um acordo, como muito bem colocou o Deputado Lúcio Vieira Lima nesse relatório, com o Governo Federal, por meio do seu Líder, o Deputado Arlindo Chinaglia, e também pelo Líder do PMDB, Eduardo Cunha, para que pudéssemos contemplar esse parcelamento tão importante para as entidades de saúde e assistência social, especificamente as Santas Casas de Misericórdia e as APAEs do País.

Eu acho que o Deputado Lúcio, além de tudo o que colocou nas funções sociais, que muito bem ele narrou no relatório, e em várias outras, como BNDES e Caixa, faz, portanto, um marco de registro ao trazer as dívidas dessas entidades que representam quase 50% de todo o atendimento ao SUS deste País. V. Exª sabe que, no seu Estado, o Mato Grosso do Sul, a preocupação da Santa Casa de Campo Grande, que passou por intervenção, e várias outras de todos os Estados, são 2.100.

O Deputado Lúcio realmente marca, portanto, um tempo importante na recondução das APAEs e Santas Casas do País.

Parabéns ao Deputado Lúcio.

Parabéns à Comissão pelo brilhante relatório agora apresentado.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Antonio Brito.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As Atas vão à publicação.

Está encerrada a presente reunião.

Deputado Lúcio Vieira Lima.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Eu gostaria de reforçar, para registrar em ata, uma errata na questão da data.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Uma errata na questão da data.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Na p. 32, 31 de março...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Na p. 32, 31 de março de 2013.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Quero registrar isso.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Será registrado em ata.

Considero encerrada a presente reunião, convocando a próxima para o dia 7 de maio, às 14h30, destinada à discussão e votação do presente relatório, apresentado pelo competente Deputado Lúcio Vieira Lima, relativo à Medida Provisória 600, de 2012.

Muito obrigado a V. Exªs.

(*Iniciada às 15 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.*)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 600, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.409, DE 25 DE MAIO DE 2011; A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - FDCO; CONSTITUI FONTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NO 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, E Nº 8.399, DE 7 DE JANEIRO DE 1992; ALTERA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009; ALTERA A LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 2013, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia sete de maio de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 600, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Angela Portela e Eduardo Amorim; e dos Deputados Marina Santanna, Vander Loubet, Lucio Vieira Lima, Danilo Forte, Ronaldo Caiado, Flávia Morais, Magda Mofatto, Vitor Paulo e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. Às quinze horas e quinze minutos a Presidência suspende a presente reunião e informa que sua reabertura ocorrerá no dia oito de maio, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e quarenta e três minutos, é reaberta a reunião sob a Presidência da Deputada Marina Santanna, Vice-Presidente da Comissão Mista. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da quarta reunião, que é aprovada. Em seguida é apresentado requerimento de dispensa da 2ª Audiência Pública prevista no Requerimento nº 1-2013-MPV600/2012, referente ao Cronograma de Trabalho da Comissão. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. A seguir, a Presidência passa a palavra ao relator, Deputado Lucio Vieira Lima, que procede à leitura da complementação de voto referente ao relatório apresentado. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, assume a Presidência o Senador Delcídio do Amaral. Depois de finalizada a leitura da complementação de voto pelo relator, a Presidência declara aberta a discussão. Não havendo quem queira discutir, é encerrada a discussão e colocado em votação o relatório, que é aprovado, passando a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 600, de 2012, e de todas as emendas apresentadas, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória e das emendas nºs 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27, pela não implicação em matéria financeira ou orçamentária das emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das emendas nºs 09, 13 e 15, ficando o exame de mérito prejudicado em relação a estas últimas. E, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória e da emenda nº 21, com a rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Em seguida, a Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Delcídio do Amaral
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 600, de 2012.

Até em função de entendimentos que estão sendo feitos com o Governo pelo Relator, Deputado Lúcio Vieira Lima, declaro suspensa a presente reunião e comunico que a reabertura será amanhã, dia 8, no mesmo horário, às 14h30.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 14 minutos, suspensa às 15 horas e 15 minutos do dia 07/05/2013, a reunião é reaberta às 14 horas e 43 minutos do dia 08/05/2013.*)

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 600, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Permaneceram. Portanto, está aprovada a ata da reunião anterior.

A ata foi aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

A Presidência comunica que há requerimento sobre a mesa, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº

Requeiro dispensa da 2ª Audiência Pública, prevista no Requerimento nº 1-2013-MPV600/2012, referente ao Cronograma de Trabalho da Comissão.

Autoria: Deputado Lucio Vieira Lima

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Lucio Vieira Lima, para que apresente dados sobre o relatório.

Só um momento, por gentileza, o Presidente, Senador Delcídio, acaba de chegar e, portanto, assumirá a Presidência desta reunião.

O SR. LÚCIO VIEIRA LIMA (PMDB – BA) – Medida Provisória nº 600, de 2012 (Mensagem nº 161, de 2012-CN, da Presidência da República).

"Altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, altera as Leis nºs 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 8.399, de 7 de janeiro de 1992, altera a Medida Provisória nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 e dá outras providências."

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Lucio Vieira Lima.

Complementação de voto.

Propusemos, em nosso voto, a criação do Fundo de Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FI-FAT) como instrumento para aplicação dos recursos em projetos com maior retorno econômico. Não obstante a inegável importância de tal Fundo, pudemos observar que o assunto ainda não foi suficientemente debatido e precisa ser mais amadurecido, razão por que decidimos excluir a matéria de nosso parecer.

No que se refere aos recursos destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida, retiramos a restrição da destinação exclusiva ao público da Faixa I, estabelecida pelo art. 2º da Medida Provisória nº 600/2012. De acordo com

declarações da própria Presidenta Dilma Rousseff, esses recursos devem ser destinados a todas as faixas. Além disso, na redação do novo art. 63-A, da Lei nº 12.462, de 2011, propusemos duas pequenas alterações de redação que em nada modificam o sentido dado originalmente pelo dispositivo.

Quanto ao Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário, verificamos a necessidade de alterar o inciso I do art. 19, para autorizar os órgãos públicos a constituir o Fundo de que trata o artigo isoladamente por meio de consórcio público. Em relação à mesma matéria, achamos por bem proibir, no inciso IV do art. 19, a integralização capital do Fundo por meio de moeda corrente.

Verificamos, por fim, que as obras para implantação de vias e modais nas grandes cidades em geral proporcionam ganhos injustos por parte de proprietários lindeiros, que têm sua propriedade imobiliária extraordinariamente valorizada à custa de recursos da municipalidade e do contribuinte. Para corrigir este injusto privilégio, propõe-se a possibilidade de desapropriação de áreas contíguas que, além de permitir um processo de renovação urbana, gerará receita de parte da valorização para o Município. É uma modernização necessária a um diploma jurídico de 1941, que conta com previsão de concessão, até mesmo urbanística, e parceria público-privada como instrumentos de realização de obras e urbanização.

Achamos oportuno, portanto, apresentar a presente complementação de voto, acompanhada do projeto de lei de conversão com as alterações pertinentes.

Conclusão.

Diante do exposto, votamos pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 600, de 2012, e de todas as emendas apresentadas, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 600, de 2012, e das Emendas nºs 10, 12, 17, 18, 22, 24 e 27, pela não implicação em matéria financeira ou orçamentária das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26 e 28, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 9, 13 e 15, ficando o exame de mérito prejudicado em relação a essas últimas.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 600, de 2012, e da Emenda nº 21, com a rejeição das demais emendas, tudo nos termos do projeto de lei de conversão em anexo.

Sala da comissão, em 8 de maio de 2013.

Lucio Vieira Lima, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Relator, Deputado Lucio Vieira Lima.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do nobre Deputado Lucio Vieira Lima, nos termos da complementação de voto apresentada.

Os Srs. e as Srªs Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Parlamentar que queira registrar um voto diferente, antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 14 minutos, suspensa às 15 horas e 15 minutos do dia 07/05/2013, reiniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 49 minutos do dia 08/05/2013.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012, ADOTADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA NA MESMA DATA, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA PRORROGAR O REGIME ESPECIAL DE REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS EXPORTADORAS - REINTEGRA, E PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SETORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VAREJISTA; Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, QUE REDUZ AS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DE QUE TRATAM OS INCISOS I E III DO CAPUT DO ART.22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991; Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS; Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, PARA PERMITIR ÀS PESSOAS JURÍDICAS DA REDE DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS DEDUZIR O VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia seis de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Senhor Deputado Paulo Ferreira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 601, de 2012, com a presença dos Senadores Luiz Henrique, Ana Amélia, Walter Pinheiro, José Pimentel, Lídice da Mata, Armando Monteiro, João Alberto Souza, Paulo Davim, Ana Rita, Blairo Maggi, Gim; e dos Deputados Fabio Trad, Ricardo Izar, Antonio Carlos Mendes Thame, João Maia, Dr. Ubiali, Dr. Carlos Alberto, Pedro Uczai e Osvaldo Reis. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente solicita a dispensa de leitura da ata da primeira reunião e a coloca em votação. A Ata é aprovada. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, que apresenta proposta para o Plano de Trabalho da Comissão, propondo a realização de duas audiências públicas para instruir a matéria, tendo como convidados: representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; representante do Ministério da Fazenda; representante da Confederação Nacional da Indústria; representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Edmar Bacha, organizador do livro "O Futuro da Indústria no Brasil"; representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; representante da Associação Brasileira da Indústria Química; representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel; e representante do Instituto Aço Brasil. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 – MPV601/2012 (Plano de Trabalho). Usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Ferreira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado PAULO FERREIRA
Presidente da Comissão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

MP nº 601/2012 (2ª Reunião) 06/03/2013

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, vamos dar início à nossa 2ª Reunião de discussão da Medida Provisória nº 601.

Fazem parte da nossa Comissão 15 Srs. Senadores titulares, 15 Senadores suplentes, 15 Srs. Deputados titulares e 15 Deputados suplentes.

Havendo número regimental – estamos aguardando para isso –, declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e Srªs Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião, com o nosso Relator Armando Monteiro, tem por finalidade a aprovação do plano de trabalho discutido anteriormente pela Presidência e Relatoria. Já apresentaremos a todos os senhores e senhoras a nossa discussão anterior.

Com a palavra, o nosso Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Cumprimento o Presidente Paulo Ferreira e saúdo nossos companheiros e companheiras do Congresso Nacional, Parlamentares – Senadores e Deputados.

Esta Medida Provisória é uma das que instrumentalizam o Plano Brasil Maior. Outras medidas, as Medidas Provisórias nºs 540, 541, 544, 563, 564 e a 582, votada na semana passada, completam, por assim dizer, um conjunto de medidas do Plano Brasil Maior. São medidas fundamentalmente destinadas a reforçar a competitividade da indústria brasileira.

Todos sabem que o Brasil vive um processo preocupante, que alguns, inclusive, identificam como de desindustrialização, ou seja, uma perda de importância relativa da indústria no conjunto da atividade econômica do País. Portanto, mais do que nunca, é fundamental oferecer estímulos ao setor manufatureiro do Brasil, especialmente àqueles que possam se traduzir em desonerações. O custo Brasil está identificado sobretudo na elevadíssima carga tributária que penaliza fortemente os setores manufatureiros do Brasil. Foi com esse foco fundamental que o Plano Brasil Maior foi concebido e implementado.

No que diz respeito à MP nº 601, há medidas que se situam em três planos: no primeiro deles, há a perspectiva de prorrogação do Reintegra. O Reintegra é um instrumento largamente utilizado no mundo para compensar especialmente o setor exportador dos resíduos tributários que se acumulam ao longo das cadeias produtivas e que não podem efetivamente ser desonerados na ponta, na exportação. Vários países se utilizam desse mecanismo, que é um bônus ao exportador, que compensa esse resíduo tributário que ainda onera a exportação. O Brasil adotou o Reintegra, 3% do valor líquido da exportação. É

fundamental prorrogar esse instrumento, mais ainda quando sabemos que as exportações de manufaturados do Brasil vêm perdendo fôlego. Portanto, é fundamental sinalizar para o setor exportador que o Governo está disposto a manter, a garantir a manutenção desse benefício, que é o Reintegra.

De outro modo, o Governo traz ainda, nessa medida provisória, a possibilidade de desonerar a folha de pagamentos, a contribuição patronal de dois importantes setores da economia brasileira: a construção civil e o comércio varejista o Brasil.

A construção civil, todos sabemos, é uma atividade intensiva de mão de obra, que, além de tudo, se caracteriza, em algumas áreas, por certa informalidade nas relações de trabalho. Portanto, nada melhor para incentivar o processo de formalização nesse segmento do que desonerar, reduzir o custo da contratação formal, e aí a eliminação dos 20% da contribuição patronal, a meu ver, se constitui num poderoso incentivo para que a construção civil venha a formalizar mais e estimular a sua própria atividade.

Há ainda medidas que se situam aqui, em alguns ajustes, no regime de PIS/Cofins, que é um dos ambientes mais complexos, hoje, do sistema tributário nacional, esse sistema tributário que muitos identificam como caótico – e não me parece exagero. Na área do PIS/Cofins, nós temos um sistema extraordinariamente complexo, no qual coexistem ainda regimes cumulativos com regimes não cumulativos de tributação.

Portanto, esse é o escopo, basicamente, desta Medida Provisória 601. Nós estamos aqui apresentando uma proposta, um plano de trabalho. Primeiro, esta Medida Provisória terá que ser votada até o dia 3 de junho pelo Congresso Nacional. A nossa ideia, neste plano, é realizar duas audiências públicas. Temos um período muito conturbado, porque há uma coincidência de uma série de votações e, ainda, de um ciclo de audiências de medidas provisórias.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Por favor, meu queridíssimo Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Eu acho que não pode passar a hora de mudarmos o Regimento. Não é possível! Nós estamos aqui e estou agoniado porque relato três projetos na Comissão de Justiça.

Há um projeto de resolução, de modificação do Regimento, estabelecendo que, alternativamente, uma semana será só de trabalhos de comissões e outra semana será de plenário. Eu acho que, com isso, nós poderíamos, efetivamente, ter a presença dos Senadores nessas audiências e dar efetividade ao trabalho das comissões. Porque não é possível. Há uma coincidência – nós não temos o poder da ubiquidade – e por isso os trabalhos ficam prejudicados. Só quis dar essa contribuição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Muito bem. Agradeço.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Eu acho que, agora, com nova Mesa, vamos levar à frente esse projeto para que, durante uma semana inteira, as comissões se reúnam de manhã, de tarde e, se possível, até parte da noite, para que tenha efetividade o processo legislativo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Concordo inteiramente com V. Exª.

Mas a ideia do novo plano de trabalho, que foi aqui combinado com o nosso Presidente Paulo Ferreira, é que nós pudéssemos, até o dia 24 de abril, apresentar o relatório para ser votado aqui na Comissão Mista e iniciarmos, então, as audiências públicas no dia 20 de março. Por que 20 de março? Porque nos dias 11 e 12, até o dia 20, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realiza um ciclo de audiências, relacionado com a reforma do ICMS e a outros temas muito importantes da agenda federativa. Então, nós estamos indicando a data de 20 de março para a primeira audiência desta Comissão.

A segunda, realizar-se-ia no dia 26 de março. O relatório seria apresentado no dia 17 de abril – evidentemente, podendo ocorrer aí um pedido de vista –, e, finalmente, no dia 24 de abril, votaríamos o relatório na Comissão. Ficaríamos, ainda, com mais de 30 dias para a tramitação final da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional.

Nessa proposta das audiências – e há um requerimento que o Presidente vai apresentar –, nossa ideia é fazer uma avaliação do Plano Brasil Maior com os setores do Governo e da área empresarial.

Então, era essa a ideia do plano de trabalho que nós apresentamos aqui.

Eu, agora, passo ao nosso Presidente, para que ele possa encaminhar a votação do requerimento, já pertinente às audiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Então, o nobre Relator apresentou o nosso plano de trabalho da Comissão, com as audiências públicas e com os prazos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, em apreciação o requerimento para realização das audiências públicas. As datas, portanto, dias 20 de março e 26 de março. É isso, Relator?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) –

No dia 26 de março, a segunda audiência pública e a primeira, no dia 20 de março.

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013 – MPV 601, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas com o objetivo de debater e instruir a Medida Provisória nº 601 de 2012, sob a perspectiva de uma avaliação do Plano Brasil Maior, instituído em 2011, e que se constitui na política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governoo da Presidente Dilma Rousseff.

Vale destacar que a MP nº 601 é parte integrante dessa política, juntamente com outras medidas provisórias já transformadas em lei ou ainda em tramitação, tais como as MPV's 540, 541, 544, 563, 564, 582. Desta forma, propomos duas audiências públicas, com os seguintes convidados:

1ª audiência pública:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio;

- Representante do Ministério da Fazenda;

- Representante da Confederação Nacional da Industria (CNI);

- Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);

2ª audiência pública:

- Edmar Bacha, organizador do livro "O futuro da indústria no Brasil";

- Representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI);.

- Representante da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM);

- Representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA).

- Representante do Instituto Aço Brasil (IABr).

Autoria: Senador Armando Monteiro

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, retomaremos os trabalhos na próxima reunião...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Agora, não. Há o requerimento de quem vai já participar das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Há uma sugestão aqui de requerimento já de presenças para as nossas audiências públicas, refeito um pequeno probleminha na Mesa.

Então, para a primeira audiência pública, no dia 20 de março, que vai discutir a MP nº 601, nós temos a proposição, que pode ser acrescentada, evidentemente, para cada membro desta Comissão, de um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); um representante do Ministério da Fazenda; representante da Confederação Nacional da Indústria e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Portanto, no dia 20 de março, nós teremos aqui, no Senado Federal, a primeira audiência pública, com, no mínimo, representantes dessas quatro instituições.

A segunda audiência, para o dia 26 de março, proposições que podem ser acrescentadas de acordo com sugestões dos Senadores e Senadoras: Edmar Bacha, que organizou e escreveu o livro *Futuro da Indústria no Brasil*; um representante do Iedi – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; representante da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); e representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa); e mais representante do Instituto de Aço no Brasil para discutir as consequências do atual estágio do Plano Brasil Maior.

São as sugestões apresentadas pela nossa Relatoria e pela Presidência da Comissão, sujeitas a incrementos e a sugestões dos Senadores e Deputados.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, declaro, agora definitivamente, encerrada a presente reunião, com êxito.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ATA DA 3ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012 (ED. EXTRA), QUE *"ALTERA AS LEIS Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA PRORROGAR O REGIME ESPECIAL DE REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS EXPORTADORAS - REINTEGRA, E PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SETORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VAREJISTA; Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, QUE REDUZ AS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DE QUE TRATAM OS INCISOS I E III DO CAPUT DO ART.22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991; Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS; Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, PARA PERMITIR ÀS PESSOAS JURÍDICAS DA REDE DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS DEDUZIR O VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte de março de dois mil e treze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Ferreira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 601, de 2012, com a presença dos Senadores Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Walter Pinheiro, José Pimentel, Humberto Costa, Armando Monteiro, Ana Rita e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Colbert Martins, Fabio Trad, Eduardo Sciarra, Antonio Carlos Mendes Thame, Dr. Ubiali, Osvaldo Reis, Laercio Oliveira, Glauber Braga e Paulo Pereira da Silva. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Heloisa Menezes, Secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Flávio Castelo Branco, Gerente-executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Industria (CNI), e Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e treplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Izalci, Dr. Ubiali, Armando Monteiro e Colbert Martins. Colocados em votação, são aprovados os Requerimentos nº 2, de autoria do Deputado Paulo Ferreira; nº 3, de autoria da Senadora Ana Amélia; nº 4, de autoria do Senador Armando Monteiro; e nº 5, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Ferreira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado PAULO FERREIRA
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados; assistência; Senador Relator, Armando Monteiro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, de 2012.

Esta audiência foi convocada conforme requerimento aprovado em nossa reunião anterior, com a finalidade de debater essa MP, evidentemente, com a presença de três instituições que fizeram parte da concepção da MP: o MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o Ministério da Fazenda; a CNI – Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que nos comunica que, por impossibilidade de agenda, não estará conosco nesta audiência pública.

Representando o MDIC, já temos entre nós, aqui na Mesa, a Drª Heloísa Menezes, que é Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior, a quem nós agradecemos a presença nesta reunião.

Eu queria convidar o Dr. Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, também agradecendo pela sua presença e sua contribuição neste debate.

Convido também o Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, quando chegar, evidentemente, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda.

De acordo com o art. 94, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: cada convidado terá 15 minutos, Drª Heloísa, Dr. Flávio e Dr. Dyogo, para fazer a sua exposição, e, em seguida, nós abriremos para os Srs. Senadores, Srs. Deputados e Parlamentares para pronunciamentos, perguntas e esclarecimentos.

Antes de passar a palavra à Drª Heloísa, que será a nossa primeira painelista, eu passo a palavra ao eminente Relator, Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu quero cumprimentar os convidados e permito-me fazê-lo através da nossa Secretária Heloísa Menezes, quero saudar os companheiros e dizer que este encontro marca o início desse ciclo de audiências, e, como foi previsto, nós vamos fazer hoje uma avaliação do Plano Brasil Maior, já que o objeto dessa MP está diretamente ligado aos objetivos da política industrial, da política que se denominou Brasil Maior. Foi isso que motivou essa iniciativa de criar instrumentos como este da desoneração, do Reintegra, que é um bônus ao setor exportador, e nada mais desejável do que fazer uma avaliação dos resultados das medidas que foram até então adotadas,

ouvindo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que foi o formulador de toda essa política e, evidentemente, uma visão do setor privado, que teve um papel importante nessa interlocução, nesse caso representado pela Confederação Nacional da Indústria, e também uma palavra do Ministério da Fazenda, que tem, obviamente, um papel central nesse processo.

Portanto, eu tenho a expectativa de que teremos, através desse painel, uma visão ampla dessa avaliação que vamos promover com o propósito de, por meio da nova medida, da MP 601, contribuir para o aperfeiçoamento e, sobretudo, para a consecução dos objetivos que foram colimados com essa política.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Obrigado, Senador. Eu imediatamente passo a palavra à Drª Heloísa por um tempo de 15 minutos

A SRª HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES – Boa tarde, Deputado Paulo Ferreira; Senador Armando Monteiro; meu colega de Mesa, Flávio Castelo Branco; demais Parlamentares e participantes desta reunião.

Gostaria de focar, aqui, a minha fala um pouco no contexto da MP dentro do Plano Brasil Maior, nos pontos específicos Reintegra e da desoneração da folha de pagamentos.

Esses dois instrumentos importantes, que já foram objeto de outras medidas provisórias e aqui sofrem ajustes e acréscimos, fazem parte, como sabem, do Plano Brasil Maior desde a sua concepção, desde os primeiros instrumentos legais e decretos e portarias subsequentes que foram publicados. O conceito fundamental é estimular a produção industrial e a atividade econômica de maneira geral no País, focado nesse conjunto de instrumentos, objetivando desonerar os custos de fatores para estimular a produção.

Temos, entre as medidas de desoneração, a desoneração da folha de pagamentos, que foi objeto desde o lançamento da política industrial com uma reserva muito grande com relação aos setores previstos. Foram quatro setores só, naquele primeiro momento. Chamo a atenção também para outras medidas responsáveis por cumprir o objetivo de desoneração de custos de produção, como a redução dos custos de energia, já que a energia é um insumo fundamental, estratégico para toda e qualquer atividade econômica e, principalmente, a atividade industrial.

Também o Plano Brasil Maior traz o conceito e iniciativas voltadas para desonerar investimentos e facilitar os investimentos. Destaco aqui todas as iniciativas de estímulo a crédito, principalmente o PSI, com sua extensão no prazo e redução das taxas de juros subvencionadas, bem como acréscimos de novos setores em várias linhas operacionais do BNDES. Hoje o PSI opera com taxas de 2,5%. Se considerarmos a inflação, significam juros reais negativos. Também iniciativas de depreciação acelerada de bens de capital têm contribuído para desonerar, para facilitar os investimentos. E não poderia deixar de dizer, de uma

maneira geral, que todo o movimento de redução das taxas de juros contribui de maneira fundamental para esse objetivo.

Outra linha estratégica fundamental do Plano Brasil Maior, somando a desoneração dos custos de produção, desoneração e facilitação dos investimentos e desoneração e estímulo às exportações, nessa linha, que chamo a atenção é o Reintegra. A MP nº 601 não muda as condições e as regras do Reintegra. Ela expande o Reintegra para até 31 de dezembro de 2013, considerando que, ao ser lançado, também no início do Plano Brasil Maior, tinha data de 31 de dezembro de 2012 para viger. Então, estendemos por mais um ano.

Destaco aqui que é uma medida fundamental para estimular as nossas exportações e para criar melhores condições de competição dos produtos nacionais frente aos produtos estrangeiros. É uma medida extremamente benéfica. Sabemos que há inúmeros pleitos para aumento do percentual devolvido de 3 para 6, de 3 até para 20, já recebemos pleitos nessa linha. A MP manteve os 3%. Estamos acompanhando os efeitos da medida junto aos setores exportadores e entendemos que, em um momento adequado, prolongar e tornar o Reintegra perene são demandas legítimas e importantes para dar previsibilidade para a atividade exportadora das nossas empresas.

Este é um ponto importante, que, do ponto de vista de estímulo ao comércio exterior, é fundamental. Estamos dialogando com o Ministério da Fazenda a esse respeito, pois a questão do espaço fiscal deve ser observada por parte do Ministério da Fazenda e da Receita Federal. Mas entendemos que é um instrumento importantíssimo e que a previsibilidade com um prazo maior também é elemento fundamental para estimular mais as exportações, considerando que a nossa balança comercial também requer novos estímulos para melhor desempenho.

Sobre as medidas da desoneração da folha de pagamentos que estão previstas na MP 601, retomo aqui os objetivos de tal medida. Como eu disse, a medida começou sendo aplicada somente por quatro setores, de uma maneira cautelosa de nossa parte. Foi aplicada a esses quatro setores após consulta ao setor produtivo, na medida em que hoje estamos aplicando possibilidade de duas alíquotas, ou 1%, ou 2%, dependendo da intensidade do uso da mão de obra naquele setor específico.

É uma política que é adotada por adesão do setor empresarial no momento da inclusão no instrumento legal. Ou seja, somente após avaliarmos os pleitos do setor empresarial e fazermos cálculos precisos e, juntamente com o setor empresarial, checarmos esses números, para avaliar o custo-benefício da medida, é que ela está sendo adotada. Então, ela é por adesão desse ponto de vista. O Governo não está incluindo setores sem conversar com os representantes do setor privado. E a medida só está sendo trazida às MPs na medida em que haja um consenso forte dentro do setor empresarial.

Esses quatro setores foram abrangidos pela MP 540, depois, novos setores pela MP 563. A MP 582, que está no momento para a sanção da Presidente Dilma, traz mais um conjunto grande de setores, destacando aqui, para os setores incluídos na MP 582, a inclusão de algumas atividades de natureza não industrial, mas também de serviços. Os setores de transporte aéreo, marítimo, fluvial, navegação de apoio e transporte rodoviário coletivo foram inseridos na MP 582. E, por fim, na MP 601, construção civil, comércio varejista, manutenção e reparação de embarcações e suporte técnico de informática também se encontram inseridos.

Até a MP 582, já tínhamos 42 setores incluídos na medida da desoneração da folha de pagamentos, aplicando, na maior parte, a alíquota de 1%. A alíquota de 2% está sendo aplicada somente para o setor de TIC, *call center*, *design house*, hotéis e transporte coletivo rodoviário.

É uma medida que já está sendo avaliada pelos integrantes da comissão tripartite que foi montada com o objetivo de fazer avaliação e acompanhamento da medida. A CNI é um membro dessa Comissão. Inclusive, Flávio Castelo Branco deve explorar mais essa informação, mas já foi objeto de sondagem da CNI junto aos empresários. O Governo contratou uma consultoria da FGV Projetos para fazer um acompanhamento mais detalhado, mais profundo dos impactos da medida sob vários pontos de vista. Teremos resultados mais adiante, dado que é uma pesquisa mais profunda, os relatórios não serão gerados num curtíssimo prazo, mas, importante dizer, já há alguns resultados colhidos com a medida.

A gente pode dizer, com muita clareza, que as medidas, para alguns setores, contribuíram para o aumento no nível de emprego, em outros contribuiu fortemente para a manutenção do nível de emprego, uma medida que ainda não foi mensurada por estatísticas, mas, nos contatos com os empresários dos setores, podemos perceber claramente a indução de formalização da atividade econômica, e gerando, até, uma mudança no modelo de negócios das empresas de alguns setores.

Chamaria a atenção, por exemplo, para o setor de confecções, de calçados, que muitas vezes atuavam, e ainda atuam, com facções, e essa mão de obra que, do ponto de vista, do setor, é muito significativa, não aparecia necessariamente na folha de pagamento da empresa objeto de desoneração num primeiro momento, e isso tem forçado a um rearranjo empresarial de várias empresas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES – ... que passam a trazer para dentro de si, de novo, os empregados. E, logicamente a redução do custo de produção é fundamental.

Esse total de 42 setores contemplados até antes da MP 601 somam um total de renúncia fiscal de quase R$16 bilhões em 2013. Ou seja, é um volume

bastante considerável, ele está concentrado na indústria. Desses quase R$16 bilhões, R$9,3 bilhões são de desoneração no setor empresarial; R$2 bilhões, no setor de transporte; R$2 bilhões, na construção civil; R$1,8 bilhão, no comércio; e R$1,2 bilhão, nos serviços. Destaco aqui o desempenho recente, muito positivo, em termos de emprego, faturamento, nos setores de comércio e serviços, e não podemos ter a mesma visão a respeito do setor industrial, o que reforça a necessidade de termos essa medida da desoneração da folha como um instrumento de política industrial. Ou seja, defendemos que ela seja mais e mais focada nas atividades industriais.

Por outro lado – e trago aqui, novamente, uma fala do Ministro Pimentel, em várias ocasiões – apesar de hoje já temos efetivados 42 setores, somados aos setores da MP 601, é nosso interesse, é nosso objetivo, pensando na desoneração da atividade econômica em geral, avançarmos, incorporarmos passo a passo novos setores, para que a economia, de uma maneira ampla, seja objeto de desonerações crescentes como forma de estimular a atividade econômica.

Presidente e Sr. Relator, eram as minhas palavras iniciais, e coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Drª Heloísa, representando aqui o MDIC.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Flávio Castelo Branco, representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A CNI. A Fiesp disse que não viria. Está certo.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Relator, Srª Secretária, Srs. Parlamentares, vamos buscar aqui mostrar, do ponto de vista do setor industrial, da Confederação Nacional da Indústria, a importância da renovação de alguns desses benefícios, da prorrogação e extensão, principalmente do Reintegra, da desoneração da folha. Mas, antes de tudo, eu queria colocar aqui algumas informações, alguns dados, de uma forma impressionista, para mostrar a gravidade do nosso problema de competitividade, para o que essas medidas estão diretamente endereçadas.

Bem, ali um breve roteiro. Primeiro, a relevância da indústria. Vamos a essa primeira tela, por favor.

É importante haver indústria, para um país do tamanho do Brasil? Com absoluta certeza. Ela corresponde a 26% do PIB, com todos os segmentos industriais, com quase um quarto dos salários, mais da metade das exportações, produtos manufaturados, emprego e recolhe uma quantidade enorme de tributos. Então, quando falamos de desoneração da folha, depois nós vamos ver, e do Reintegra, da desoneração da produção em geral, na verdade, nós estamos buscando dar um pouco mais de isonomia a diversos segmentos da economia.

Agora, por que temos que ter de certo modo urgência nessas medidas de alavancar a competitividade brasileira? A participação da indústria no

PIB se reduziu consideravelmente nos últimos anos, e aí a indústria toda, os diversos segmentos industriais. Nós estamos hoje com os patamares próximos dos anos 50.

Evidentemente, houve muitas transformações na economia brasileira, na economia mundial, mudanças de preços relativas, com abertura comercial, mas ainda assim nós temos uma indústria proporcionalmente, no Brasil, menor que nos países emergentes e menor que nos países avançados à época em que eles tinham o mesmo nível de desenvolvimento. Ou seja, a nossa indústria é relativamente pequena para o tamanho da economia brasileira. Isso é um fato.

Seguinte, por favor.

Com a indústria de transformação, o quadro é ainda um pouco mais preocupante. A perda recente se aprofundou nos últimos anos. Nós temos apenas pouco mais de 13% do PIB gerado na indústria de transformação, com o desempenho decepcionante da indústria nos últimos dois anos, especialmente em 2012, mostrando aí que esse segmento sofre com um problema de competitividade. Depois, vou voltar a essa questão bastante significativa, que precisamos enfrentar com rapidez, com efetividade e com força de vontade, para fazer a indústria voltar a ter o papel de dinamismo na economia brasileira.

Vamos em frente, por favor.

Essa é uma coisa importante. Falamos em desoneração tributária do setor produtivo, da indústria em especial. Mas a indústria é o segmento, em especial a indústria de transformação, que mais recolhe tributos na economia brasileira. Então, a desoneração é relativa. É trazer a indústria para a média da carga tributária brasileira, que já é uma carga tributária, comparativamente aos demais países principalmente os nossos concorrentes, países emergentes... Então, a nossa indústria recolhe e, portanto, está dentro dos seus custos de produção, dos seus preços, um volume de tributos proporcionalmente muito maior do que os nossos competidores. E isso é uma causa principais da nossa desvantagem competitiva em relação aos produtos estrangeiros, tanto nos supermercados internacionais, mas também, crescentemente, no mercado brasileiro.

Então, o impacto no emprego, obviamente, é consequência da perda do espaço de produção.

Vamos em frente.

A produtividade, recentemente, dá uma estagnada. Tivemos, no fim da década de 1990 até meados da década passada, uma elevação significativa, o que credito – nós creditamos – a mudanças estruturais na economia brasileira. Portanto, precisamos que volte a haver mudanças dessa magnitude, para retomar o crescimento da produtividade, porque ela tem um forte impacto na formação dos custos e, portanto, na competitividade.

E outra tela bastante impressionante: o nosso problema do setor industrial não é tanto de demanda. Como se vê, a linha vermelha ali, que

representa as vendas no comércio varejista, portanto, a demanda por produtos, segue forte. O que temos nos últimos anos e que se acentuou a partir da crise financeira internacional de 2008 é uma incapacidade do setor industrial em acompanhar essa demanda. Por quê? Porque obviamente nós temos dificuldade de competitividade. Então, precisamos fazer com que a indústria brasileira tenha condições de seguir a demanda crescente e bastante vigorosa que o nosso mercado interno gera.

Por favor.

Aí é outra informação que computo de grande relevância: o coeficiente de importações, ou seja, aquela parte da demanda doméstica por produtos manufaturados – estamos falando apenas de produtos da indústria de transformação – que é atendida por produção doméstica. Esse coeficiente era, até o início da década passada, por volta de 10% e dobra, um pouco mais que dobra nesses últimos anos, mostrando uma crescente penetração dos produtos importados no mercado doméstico, atendendo, portanto, à demanda. Aquela discrepância entre as vendas, a demanda e a oferta e a produção doméstica é explicada exatamente por uma das partes, principalmente pela crescente penetração das importações.

O seguinte é um coeficiente de exportações – na próxima tela – que mostra que nós vínhamos, em função de várias mudanças na economia brasileira, de aumento de produtividade, da mudança cambial em fins da década de 1990, que produz impactos com certa defasagem... E víamos uma recuperação das exportações nos mercados mundiais. Esse é o coeficiente de produtos manufaturados, ou seja, aquilo que, das exportações, é vendido para fora – da produção doméstica, da produção brasileira.

Volta só mais um pouquinho. Recentemente, evidentemente com a crise, houve uma queda nesse coeficiente, e a recuperação pós-crise tem sido muito pequena. Estamos muito aquém do que tínhamos há dois, quatro anos atrás.

Seguinte.

Isso mostra que crescentemente as nossas exportações, que, do ponto de vista macro, sustentam posição bastante confortável no balanço de pagamentos, são resultado do crescimento dos produtos básicos, que têm seus preços muito elevados no mercado internacional, com a demanda asiática forte, porque os produtos manufaturados mostram dificuldades, especialmente pós 2008, ainda assim, mostrando, então, portanto, uma dificuldade de seguir nos mercados. E aí estamos vendo os mercados externos, e não os mercados domésticos.

Ou seja, essa conjugação, esse conjunto de gráficos mostra que as nossas dificuldades de competição existem tanto no mercado interno como no externo. Mas uma, que talvez seja a mais impressionante: o saldo comercial dos produtos manufaturados, ou seja, da indústria de transformação, era positivo,

cerca de menos de US$10 milhões em 2005 e 2006, e, num espaço curto de tempo, seis, sete anos, esse déficit passa da ordem de US$94 bilhões, em 2011 e 2012, ou seja, uma reversão de mais de US$100 bilhões no comércio, no saldo comercial dos produtos manufaturados brasileiros.

Precisamos, evidentemente, recuperar a capacidade de competição.

Vamos em frente.

Isso é só a posição relativa da produção doméstica brasileira nos mercados internacionais. Nós tínhamos uma fatia maior da produção, no valor da transformação dos países em desenvolvimento. Em uma década, essa participação se reduz. Evidentemente, a China abocanhou a maior parte, mas alguns países, como o México e a Índia, não tiveram perdas de mercado.

Seguinte. Mais uma, mais rapidamente.

Nas exportações, a mesma coisa acontece. Um gráfico que se repete mais ou menos; um número diferente, mas obviamente a mesma importância.

Aí vamos para a questão da competitividade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – É possível voltar o primeiro?

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Pois não, Senador. Esse aí?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Dos VTIs.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Sim. Vemos aí que a China aumenta sua participação – claro, comendo a participação dos demais –, mas alguns países, como o México e a Índia lograram manter...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O México perde também.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Mas bem pouquinho, não é? Enquanto nós perdemos mais de dois pontos percentuais.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Comparando na década toda, de 2000 para 2010. É porque o México sofreu muito com a crise americana, mas ele tem se recuperado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Mas tomando como base o ano 2000. É verdade.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Podemos ir em frente?

Essa figura aí mostra que o enfraquecimento da indústria reflete o nosso problema de competitividade. Nós temos um custo de produção elevado no Brasil, fruto de aspectos conjunturais, como câmbio, taxa de juros, o próprio efeito das crises internacionais, mas temos questões institucionais e estruturais importantes. Entre as estruturais, temos infraestrutura, custos de logística, qualificação de mão de obra, custo de energia. Essas questões estão tratadas na política do Plano Brasil Maior. Vou me concentrar aqui nos aspectos institucionais,

principalmente no custo tributário e da mão de obra, que é o Reintegra e a desoneração, foco desta MP 601.

Em função desse complexo quadro desfavorável, temos a perda de participação na indústria. Precisamos atuar em várias dessas frentes, ou seja, não existe uma solução única, não temos a varinha mágica do mago Merlin ou do Harry Potter, para fazer rapidamente essa mágica, então precisamos atuar com afinco e com muita determinação na redução desses custos. O caso da energia é um exemplo, assim como o custo da mão de obra, ou seja, precisamos agir, mas com urgência.

Vamos seguir mais um pouco. Estou chegando ao final, acho que vou ficar dentro do tempo. Avaliação do Plano. Foram positivas, é o ponto de partida de uma nova política industrial, mas principalmente precisamos ter perenidade nas medidas e ampliar os horizontes. Isso vai ter um impacto, falamos sobre a desoneração da folha e a questão do Reintegra. Ampliar os horizontes, ou seja, não ter a validade da MP em um prazo tão curto, como foi o caso do Reintegra no ano passado, quando tivemos uma dificuldade muito grande na renovação; foi na undécima hora essa medida provisória, que é do final de dezembro. Isso causa problemas muito sérios para o planejamento das empresas na formação dos preços internacionais, principalmente no comércio, que tem um horizonte muito mais amplo do que esse horizonte mais curto, que muitas vezes temos. Para manter a presença no mercado internacional, para que a empresa tenha segurança em seus contratos, é necessário que ela tenha a garantia de que esses mecanismos são mais permanentes.

Vamos em frente. No caso da folha, fizemos uma consulta aos 12 setores que já estavam na desoneração da folha em 2012, para levar à comissão de avaliação da desoneração da folha, que a Secretária já mencionou, de que fazemos parte. É uma avaliação quase unânime ou praticamente unânime de que todos os aspectos são positivos. A redução do valor da contribuição patronal obviamente reduz custos, tem impacto positivo na melhora do fluxo de caixa das empresas na medida em que é sobre o faturamento, ou seja, *ex post* venda, e não antes da produção, que é a contratação da mão de obra. Melhora as condições da competição tanto nos mercados internacionais, no caso das exportações, porque é dedutível da receita bruta, como no caso dos produtos do mercado doméstico, porque há uma contrapartida sobre esses produtos importados. Apesar de algumas complicações no início a respeito do cálculo da contribuição da complexidade, isso foi superado e hoje estamos com uma avaliação positiva.

O resumo dessa consulta é que todos os setores olham o processo como extremamente positivo. Nenhum deles mencionou, na nossa consulta, que gostaria de ser retirado do setor. Isso é muito positivo, não é, Secretária?

É difícil medir os impactos da desoneração com as estatísticas usuais que temos, ou seja, pelo prazo de vigência, que é relativamente curto, e pela grande dificuldade que os setores tiveram ao longo do ano passado, isto é,

nós temos um efeito muito grande das dificuldades contrabalançando os efeitos positivos da desoneração, mas, pelo pouco tempo da medida... Algumas já foram decretadas e, nessa comissão, nós vamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – ... iniciar um processo de estudo com a Fundação Getúlio Vargas – a Secretária já anunciou – em que vamos ter um conjunto de indicadores, sistemáticas, metodologias de avaliação que vão começar agora... na verdade, já começaram, a comissão já começou, essa comissão específica já tem até reunião marcada para a semana que vem, já para trabalhar, botar a mão na massa.

Vamos em frente, agora na questão do Reintegra.

A sua razão para existir é porque os resíduos tributários nos impostos indiretos permanecem na cadeia produtiva e não são recuperáveis pela empresas, embora a Constituição até diga que as exportações são isentas de tributação e devem ser, portanto, ressarcidas as empresas pelos impostos pagos.

Mesmo se nós tivermos a unificação do PIS/Cofins, o que esperamos que aconteça em breve, – boa tarde, Secretário –, ainda assim vai haver problemas. Ou seja, o Reintegra é um mecanismo que é utilizado por diversos países, em especial por nossos competidores, como China e Argentina... Desculpe se vou estourar um pouco o tempo, Sr. Presidente. Evidentemente, é difícil estimar qual é o valor, há estimativas que giram em torno de 6%, algumas médias – até há umas maiores, como a Secretária mencionou aqui –, mas é muito importante a sua existência como forma de ter previsibilidade quanto à rentabilidade dos contratos de exportação e, portanto, como forma de estimular não só as vendas atuais como os projetos de investimento.

Para que ele tenha um impacto permanente nas estratégias de investimento e de atuação das empresas, é necessário que haja um horizonte mais longo. Enquanto tivermos estruturas tributárias que gerem resíduos dessa natureza, que não são recuperáveis, nós precisamos dele. Então, precisamos prorrogá-lo no tempo, ampliar o horizonte assegurado para as empresas por esse instrumento.

Eu digo aqui, Sr. Relator, que a Lei de Responsabilidade Fiscal pode permitir que se preveja por até cinco anos mecanismos dessa natureza. Isso dá um horizonte mais amplo para as empresas enquanto nós não tivermos um sistema tributário ideal. No momento em que esse sistema tributário tiver qualidade suficiente para que seja dispensável esse instrumento, nós podemos abrir mão dele.

Não sei se é a última tela ou se há mais uma... Há mais uma.

Mais segmentos demandam, então é necessário observar se são pertinentes as demandas desses segmentos, mas principalmente – a última parte lá – é importante observar que a recuperação através do Reintegra permite um maior controle das empresas na formação de seus preços e na definição das

estratégias de venda, na computação dos ganhos de competitividade e, principalmente, nos seus projetos de investimento para o futuro.

Acho que os dois instrumentos são extremamente importantes para a recuperação da competitividade da indústria brasileira. Evidentemente não são os únicos – precisamos trabalhar mais –, mas eles são absolutamente indispensáveis e devem ser objeto de acatamento pelo Relator.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado ao Dr. Flávio, que expressou aqui a opinião da Confederação Nacional da Indústria.

Saúdo a chegada do Dr. Dyogo, que representa o Ministério da Fazenda, e passo-lhe imediatamente a palavra por um tempo de 15 minutos.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Muito boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Em primeiro lugar, peço desculpas pelo atraso, que ocorreu devido a problema de força maior – no caso, chuva.

Queria agradecer o convite da Comissão e, na pessoa do Senador Armando Monteiro, cumprimentar também todos os Parlamentares aqui presentes.

Na verdade, não vou me alongar muito, queria apenas ressaltar a importância dessas medidas.

Nós estamos implementando um processo gradual de desoneração da folha em vários setores da economia brasileira. O que o Governo compreende é que essa é uma medida importante em termos de competitividade, principalmente para a indústria, que sofre mais com a competição de produtos importados. O Flávio apresentou muito pertinentemente o crescimento rápido do déficit comercial brasileiro em produtos transformados, da indústria de transformação.

Então, o que acontece? O custo do trabalho... Nós temos um sistema brasileiro... Eu acho que é importante a gente compreender também essa questão da competitividade relacionada com a questão tributária. Nos impostos indiretos, há uma isonomia, eu não diria perfeita, mas razoável. Há um procedimento que mantém um certo equilíbrio entre os produtos nacionais e os importados. Primeiro, porque os importados, quando são internalizados no Brasil, devem recolher todos os tributos – IPI, PIS e Cofins, contribuições que eventualmente incidam, etc. –, assim como os produtos produzidos localmente. Então, há um certo equilíbrio nisso. Além disso, há o imposto de importação, que incide em uma certa quantidade de produtos. Na exportação, há a desoneração e devolução dos créditos tributários dos tributos indiretos. Então, do ponto de vista teórico, há um certo equilíbrio, e para isso é importante chamar a atenção, porque há muita referência, na discussão de competitividade, à questão da carga tributária em geral, e não me parece que essa seja uma relação adequada. A carga tributária em geral não é um fator de competitividade; assim o fosse, nós

não importaríamos equipamentos na Noruega, da Suécia, da Finlândia, etc., e o fazemos.

Então, não é a questão geral. Nós temos que descer ao específico, e é aí que nós chegamos à questão da folha. O que acontece? A tributação da folha era uma tributação para a indústria, e ainda é para vários setores onde a migração não se mostrou interessante ou ainda não foi possível contemplar. A tributação da folha tem uma característica específica, porque como ela não é incidente sobre o valor do produto – ela é incidente sobre o valor do salário pago –, não existe a desoneração na exportação, e tampouco existe a oneração na importação. Então, do ponto de vista de competitividade é que essa medida da desoneração da folha é a mais relevante. No que o nosso sistema implica? Implica em um custo maior tanto da exportação, para competir lá fora, quanto da produção local para competir aqui dentro.

Qual é o modelo que nós propusemos e estamos ampliando? É um modelo em que a gente substitui essa tributação na folha de salários por uma tributação na receita bruta. Dessa maneira, nós invertemos os dois polos. Nós conseguimos desonerar as exportações e, portanto, dentro dessa sistemática, as nossas exportações não recolhem nenhuma contribuição para a previdência. Elas são desoneradas também. E, do outro lado, nós colocamos na importação.

Então, o ponto aonde eu quero chegar é que não basta olhar a coisa geral da carga tributária quando a gente estiver discutindo competitividade. Nós temos que descer à questão específica, à questão da incidência, da forma como o tributo incide, para identificar a existência ou não de impacto em termos de competitividade.

No caso da folha, o Governo, de maneira bastante corajosa e decidida, vem implementando esse programa, que tem um custo bastante elevado. Apenas para este ano, nós já previmos no Orçamento um impacto de R$15 bilhões, que implica nos setores que já estavam desonerados, mais esses setores que já foram incluídos pela Medida Provisória nº 601. Os resultados têm sido bastante favoráveis. Nos diversos levantamentos que nós temos feito, que a indústria tem feito – tanto a CNI mostrou aqui como outras agremiações têm feito levantamentos –, há uma grande satisfação com a medida. As empresas têm compreendido a dinâmica dessa nova realidade. E alguns efeitos benéficos têm sido observados também, principalmente na formalização da mão de obra. Observamos alguns setores que, pela conjuntura tributária, forçavam um processo de redução da mão de obra, de terceirização, de precarização da mão de obra, e observamos, hoje, que essas empresas estão voltando a contratar, voltando a internalizar a sua própria mão de obra. Então, são efeitos muito positivos.

Do ponto de vista, digamos assim, da atividade em geral, eu diria que essa medida ainda não teve o impacto completo, até pela forma gradual como temos implementado, e isso não se deve a uma escolha nossa, a uma vontade do

Governo. É realmente a nossa capacidade de absorver a desoneração dentro das contas públicas que nos obriga a seguir esse procedimento gradual.

Um ponto relevante é a questão da temporariedade da medida. Essa medida da desoneração da folha foi adotada no lançamento do Plano Brasil Maior, em 2011, e, àquela época, havia dúvidas sobre a efetividade da medida, os impactos que ela teria. Então, à época, decidiu-se adotar a medida com um horizonte temporal. Acho que temos de cumprir uma fase de análise dos impactos ainda para podermos partir para uma definição, em mais longo prazo, a respeito da desoneração da folha.

Relativamente ao Reintegra, também um instrumento que nós criamos buscando, de novo, naquela franja onde a tributação ainda causa prejuízo à competitividade, que é basicamente em tributos que incidem na cadeia e que não dão direito a crédito no elo final... E aí, a bem da verdade, tenho que dizer que esses tributos, basicamente, são tributos de outras esferas de governo que não a esfera federal; a maior relevância desses tributos não é de tributos federais. Mas, de qualquer forma, o Governo Federal entende a importância de haver essa compensação dos exportadores, de modo a garantir a nossa competitividade lá fora.

Eu gostaria de salientar que a questão da competitividade é muito mais ampla do que isso. Nós não vamos conseguir suplantar o nosso déficit de competitividade apenas com essas medidas, o que não quer dizer que essas medidas não sejam extremamente importantes, oportunas e adequadas para o nosso quadro industrial. Apenas alerto para que não pensemos que, feito isso, está tudo resolvido, e podemos ir para casa. Não é verdade. Temos muito trabalho a fazer.

Por fim, eu queria apenas mencionar que 2012, de fato, foi um ano de dificuldades para a indústria brasileira, mas nós já começamos 2013 com alguns sinais bastante positivos. Apenas para registrar os índices mais gerais, nós, em janeiro, tivemos um crescimento de 2,5% da indústria, relativamente a dezembro, e de 5,7 em relação a dezembro de 2012. Alguns setores que sofreram bastante, no ano passado, como, por exemplo, setores de caminhões, que tiveram quedas muito fortes no início do ano passado, já demonstram alguma recuperação este ano.

Então, eu diria que, como resultado não apenas das diversas medidas que o Governo vem tomando agora, mais recentemente, em 2012, e já agora, em 2013, como, de fato, das medidas dos últimos 10 anos – o Governo vem tomando uma postura de apoio à indústria, uma postura de ter uma política industrial forte, ativa, com diversos instrumentos, tanto na área de crédito, na área de inovação e tecnologia, na área de incentivos tributários e na área de apoio ao investimento e à exportação, e essas medidas todas começam de novo a demonstrar efeito –, nós acreditamos que teremos um 2013 bastante positivo na

economia em geral, mas também, em particular, em relação à indústria; acreditamos numa melhora significativa em relação ao que tivemos em 2012.

Queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, e me coloco à disposição para dúvidas e para o debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Diogo, que representou, aqui, o Ministério da Fazenda.

Vamos proceder, como havíamos combinado: os Parlamentares inscritos; depois, passaremos a palavra ao Relator, e, no retorno, aos nossos convidados.

Então, com a palavra, o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Bem, quero cumprimentar os membros da Mesa.

Só quero, Sr. Presidente, fazer uma defesa, aqui, das minhas emendas. Apresentei cinco emendas e gostaria muito de reforçar a importância delas.

Primeira Emenda, Emenda nº 80, que trata exatamente do que a CNI pediu, que é ampliar esse prazo para 31 de dezembro de 2016, como está previsto, fazendo essa prorrogação, até para efeito de planejamento e para dar mais credibilidade nas ações das instituições.

As outras Emendas, Emendas nº 109 e 114, são semelhantes, é só para, se houver algum veto, não prejudicar o segmento... (*Ininteligível.*) ... mas o objetivo é o mesmo.

Na última medida provisória que tratou da desoneração, tive a oportunidade, depois, de conversar com o Relator, o Deputado Marcelo, que praticamente acatou todas aquelas emendas que desoneravam outros segmentos, mas esqueceu de uma que eu tinha apresentado, algo por que venho lutando, já, há algum tempo, que é na área de educação. Então, aqui, adicionamos, juntamente com o setor hoteleiro, que já está enquadrado, os prestadores de serviços educacionais.

Tive oportunidade... O MDIC já recebeu vários documentos com relação a isso, à desoneração da educação. Tive oportunidade, também, de participar de algumas reuniões na Fazenda, e acho essa emenda importantissima. Primeiro, em função da educação, por que tenho lutado muito. Ontem mesmo fizemos uma audiência da Medida Provisória nº 593, e uma das reivindicações da CNI, inclusive, foi essa, dizendo que, no Brasil, infelizmente, temos punido quem investe em educação – as empresas, inclusive. Quando deveríamos incentivar, aqui, no Brasil, pune-se!

Que bom seria se todas as empresas do Brasil pudessem investir nos seus funcionários, oferecendo cursos de línguas. Ontem participei da reunião da Comissão de Educação sobre línguas. No Brasil, os meninos saem do ensino médio sem saber absolutamente nada de língua estrangeira – nem inglês, nem espanhol, nem nada –, e, se as empresas querem, precisam... Nas empresas de

tecnologia, hoje, se os funcionários não entenderem o mínimo de inglês, não conseguem fazer nada. Aí lembro aquele caso, daquele famoso empresário lá do Rio Grande – esqueci o nome dele, mas ficou famoso –, que resolveu pagar bolsa para todos os seus funcionários. Ele não teve oportunidade de fazer curso superior, mas resolveu fazer uma promessa: para todo funcionário dele, fazia questão de pagar a bolsa. Depois de muito tempo, a Receita Federal o autua em termos de previdência e etc., um desespero total.

Infelizmente, desde o início do meu mandato, em 2011, não vejo nada, nada... Acho que a política econômica, quem é responsável pela condução da política econômica precisava entender isso, que não vamos chegar a lugar nenhum se não investirmos em educação. Você vai falar na infraestrutura, as contrapartidas dos governos que investem é imensa, é 20 por 1, 10 por 1.

Fui Secretário de Ciência e Tecnologia aqui, no DF, e, para as empresas aplicarem em pesquisa, os governos tinham que incentivar, mas, na hora de discutir a questão orçamentária, ele ficava na dúvida: "Bem, vou investir na pesquisa, onde não há incentivo nenhum, ou vou investir na infraestrutura, que é 1 para 20, 1 para 10, na saúde e tal?" E aí, ninguém investe em pesquisa. Educação é a mesma coisa.

Então, o pedido que me fizeram, ontem – sou Presidente da Comissão da MP nº 593 –, foi exatamente de ampliar, porque nós falamos sobre o Pronatec, aquela bolsa para as empresas que investem nos seus funcionários, para que ampliasse de 1,5 o valor de contribuição para 5,0. Esse foi o pedido da CNI. Mas precisávamos mesmo era de incentivar. O que não deve ser feito é tributar. Então, acho que algumas medidas na área de educação precisam entrar na pauta econômica, porque, infelizmente, não têm entrado. No caso da educação, trata-se de colocar a desoneração passando a ser 2% da receita.

Parece-me que não há problema, mas eu até gostaria de perguntar se isso já é consenso, se há problema ou não. Eu fiz um apelo muito grande ao Relator. Porém, segundo informações, esse assunto da educação já estava bastante avançado e não haveria nenhuma dificuldade em colocar o segmento educacional também nessa opção de desoneração da folha de pagamento, até porque a educação entra sempre como uma das grandes culpadas da inflação. Sempre há essa discussão de que o ensino privado é culpado.

Isso serviria até para diminuir um pouco essa concorrência desleal que existe no setor, porque temos quatro tipos de atividade na educação: instituições filantrópicas, que são imunes a tudo; instituições sem fins lucrativos, que são imunes a impostos, mas pagam as contribuições; instituições associativas, que são o caso das cooperativas; e as com fins lucrativos, que pagam a maior tributação existente em todas as áreas, principalmente do lucro presumido. Essa é uma luta que estamos travando há muito tempo, que é a base cálculo.

Alguém da Receita um dia disse que educação, escola, é igual a professor. Falou isso como se escola fosse apenas o professor, sem considerar toda a infraestrutura que existe. E a base de cálculo do lucro presumido é de 32%, uma coisa absurda.

Atendendo essa desoneração, sinto que já é um grande avanço para a educação. Gostaria de sair daqui hoje mais tranquilo, porque me disseram que não havia nenhum problema.

A outra questão. São duas: a questão tributária tanto do Imposto de Renda quanto da previdência, de que já falamos, inclusive, com o Dr. Diogo. Com o Sandro, pelo menos, umas dez vezes.

Há instituições de educação que concedem bolsas de estudo para os filhos dos professores. O MEC já tem total concordância do nosso pleito, até porque a própria esposa do Ministro ganhou uma bolsa dessas, já que o Ministro lecionava na Universidade UNIP. Então, o fato de ser professor garante bolsa para o filho e a esposa, o que é uma coisa natura, que já acontece há 40 anos, que está nas comissões coletivas, nos dissídios coletivos. No entanto, agora, a Receita está tributando as escolas por terem dado bolsas para os filhos dos funcionários e também para os professores. Então, estou com essas duas emendas novamente. E vou fazer isso até que a gente consiga aprovar. Enquanto eu estiver aqui, vou apresentar, até porque acho que é uma forma injusta de não atendermos essa questão.

Já conseguimos, no Pronatec, para o ensino básico. Como a Medida Provisória nº 593 trata, inclusive, de colocar o ensino superior também no Pronatec, então ela estende ao ensino superior essa questão também.

Mas, repito, a CNI faz uma solicitação ampliando de 1,5 para 5 o valor da Bolsa.

Essas são as nossas ponderações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Izalci, do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali, Estado de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (PSB – SP) – Sr. Presidente, senhores membros da mesa, na verdade, a minha pergunta é uma curiosidade. Vejo sempre, o tempo todo, quando as pessoas me identificam como Deputado Federal, que querem saber como isto está acontecendo – pergunta mais dirigida ao Dr. Dyogo: como está se desonerando e, ao mesmo tempo, aumentando a arrecadação? É uma coisa meio complexa. E o senhor disse muito bem que a arrecadação total não influi na exportação.

Por outro lado, muitas pessoas, quando verificaram a desoneração, verificaram que ela estava aumentando os impostos, e não diminuindo os impostos. Enfim, é a discussão dos impostos na produção e não no consumo. E estamos fazendo isso de uma forma, como disse o Dr. Dyogo, paulatina, devagar,

porque não temos capacidade de fazer de uma forma mais agressiva e, ao mesmo tempo, nós também não fazemos uma reforma tributária que discuta várias ações que estão no Supremo; algumas já ganhas, e o Governo contestando.

A Receita faz algumas interpretações, e eu queria citar um exemplo: quem fez o Refis e, de repente, tem uma devolução, se não estiver previsto que deveria receber a devolução e ele continuar pagando as suas cotas do Refis, ele está em dia com o Refis, mas a Receita diz que não pode receber a devolução dos impostos porque tem uma dívida já negociada e sendo paga em dia. Isso é uma interpretação, porque não está escrito na lei. A lei votada aqui, nesta Casa, mostra claramente que não havia essa previsão. A Receita faz isso; fica difícil a discussão; judicializa-se tudo; e a gente não anda, neste País, no que diz respeito a exportação.

Ficou clara pelo Dr. Flávio Castelo Branco, a explicação de que um país só é desenvolvido se tiver também uma indústria de transformação desenvolvida. Exportar *commodities?* Isso foi muito bom quando a gente exportava o pau-brasil, mas, agora, não. O País só vai ser desenvolvido, e a China demonstra isso claramente na medida em que ela está fazendo essa transformação.

Então, eu queria entender, se vocês pudessem, Drª Heloísa, me explicar: como vocês pensam isso no concreto? Por que não se desonera todo mundo e permite-se a adaptação da desoneração para aqueles que querem aderir àquela desoneração? Por que não se faz uma coisa realmente para melhorar a vida das pessoas que produzem neste País? Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Deputado Ubiali.

Nós vamos passar a palavra agora para o eminente Relator, Senador; e depois voltamos a palavra para os nossos painelistas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB- PE) – Bom, eu queria cumprimentar os expositores. Eu acho que tivemos aqui um conjunto de exposições que contribuiu para uma visão sobre a importância dos instrumentos utilizados no Plano Brasil Maior e que foram concebidos exatamente no bojo de uma política industrial.

É claro que hoje o grande problema do Brasil está na indústria, na indústria manufatureira, que vem perdendo posição. Por exemplo, há dados de um estudo do IED, dados recentes, que apontam que não retomamos ainda o nível de produção correspondente ao período pré-crise de 2008. Ou seja, se consideramos setembro de 2008, que foi quando eclodiu a crise lá fora e o nível de produção de dezembro de 2012, a indústria de transformação tem ainda uma produção menor em 5,%; e a indústria em geral, no seu agregado, 1.5%.

Então, claro está que a indústria vem perdendo posição. Há algo também que ilustra isso, e que a CNI pôde aqui evidenciar, que é esse

descompasso entre o aumento das vendas no varejo e os dados da produção industrial. Isso significa que o Brasil cresce. O consumo, que é o que vem puxando o crescimento do Brasil, vai, de alguma maneira, contribuindo para que, essa maior penetração dos produtos importados, tenhamos uma produção declinante da indústria.

Então, há um problema de competitividade, um problema sério, grave. Esse processo de acirramento da competição em escala global se dá num processo em que não podem ficar... O mundo não vai esperar que o Brasil possa promover as suas reformas, sejam as macrorreformas que, infelizmente, não avançam, sejam as outras. E aqui o companheiro Ubiali expressava a sua justa indignação com a constatação de que o Brasil ainda não conseguiu construir uma reforma tributária e nem um sistema tributário de classe mundial; e até a agenda de reformas microeconômicas não avança no Brasil.

Então, na perspectiva do Parlamento, o que nos inquieta é que esse tempo e as pressões econômicas não podem esperar pelo tempo político nosso. Então, como nós estamos dispostos a essa competição, na medida em que não avançamos, a indústria vai perdendo espaço; e o Brasil vive um processo, sim, de perda de posição relativa da indústria, que pode bem ser traduzido como um processo de desindustrialização.

O que inspirou, verdadeiramente, esse conjunto de medidas foi, exatamente, o apoio ao setor que estava mais claramente atingido por esse processo, não só porque perdemos fôlego nas exportações, como também porque estamos perdendo posição no mercado doméstico. Então, essa era a lógica do Plano Brasil Maior. Depois disso, houve movimentos, eu diria, não tão compreendidos de expansão dessa medida da desoneração.

É evidente que, para quem tem a nossa, vamos dizer, militância, inclusive no setor empresarial, qualquer possibilidade de ampliação da desoneração, para qualquer setor da economia brasileira – sobretudo relacionada à tributação, que é disfuncional para a economia, da folha – tenho que saudar como algo muito positivo. Mas o que, às vezes, torna difícil a compreensão desse processo é que, de repente, fomos contemplando setores que, na realidade, não tinham relação direta com este objetivo claro, que era o objetivo de apoiar ou, pelo menos, de oferecer, na política industrial, alguns instrumentos. E, a partir desses movimentos erráticos, é evidente que a sinalização que foi dada permite, sim, que o Congresso, de forma legítima, de alguma maneira, canalizae demandas que são de vários setores hoje, de vários setores.

E começamos a ter uma dificuldade: Quais são as fronteiras desse processo e quais são os limites desse processo? Sabemos, claramente, que há a questão do espaço fiscal – é evidente. Mas precisamos, de alguma maneira, construir esses processos, com uma linha de coerência, para que possamos, inclusive, orientar o próprio debate aqui, na Casa.

Então, relatar, hoje, uma medida provisória que contemple essa desoneração é algo muito difícil, porque recebemos as demandas, que são legítimas, reconhecemos que há limitações do ponto de vista do espaço, mas, ao mesmo tempo, dado o histórico que orientou esse processo de ampliação das desonerações, ficamos sem saber exatamente, de forma coerente, como justificá-las. Assim, quero dizer, meu caro Presidente, que essa função de relator de medida provisória de desoneração é muito onerosa, meu caro Deputado Mendes Thame, porque, de repente, ficamos, aqui, como um homem mau ou ficamos também colocados, de forma ingênua, como alguém que vai, agora, de alguma maneira, produzir a felicidade geral da Nação. E, evidentemente, não podemos fazê-lo! Vamos atuar, dentro desses limites, e procurar, evidentemente, construir, de forma responsável, o relatório.

E, uma questão que quero pontuar, primeiro, é a questão do Reintegra. Não há como imaginar que uma política de comércio exterior possa ter um horizonte de um ano, de oito meses, de sete meses – isso é absolutamente incompreensível! O agente econômico, aquele que faz o seu planejamento, que tem um processo, um olhar permanente sobre o mercado externo, precisa saber com que regras e em que condições, efetivamente, ele vai fazer o seu cálculo empresarial, vai formar o seu preço.

Portanto, considero que a necessidade de ampliarmos o horizonte temporal do Reintegra é algo que me parece absolutamente inegociável, com base na minha visão como relator. Não há como justificar que fiquemos com um prazo curto, como esse que nos foi dado, porque, como alguém já disse, se o sistema tributário brasileiro nos coloca essa dificuldade de limpar o setor exportador, ou seja, fazer com que todo esse resíduo tributário que fica ao longo da cadeia possa ser expurgado, temos que ter, sim, uma medida como essa, um bônus para compensar essa desvantagem que o setor exportador hoje tem, o que é óbvio.

O Flávio Castelo Branco, representante da CNI, colocou muito bem que o Brasil, por exemplo, tem um sistema, no ICMS, de crédito físico. Isso significa que somente aquilo que é incorporado ao produto gera crédito nesse processo de valor adicionado. Mas lá fora – aí, sim, é algo, meu caro Dyogo, que constitui, sim, no ambiente tributário uma desvantagem do Brasil – muitos países adotam o critério de crédito financeiro. Tudo aquilo que a empresa compra gera crédito, independentemente de estar incorporado ou não ao produto. Então, esse resíduo fica como um ônus para quem exporta no Brasil. É necessário o bônus, o Reintegra. Acho até que 3% é uma porcentagem pequena, segundo os estudos. Não vamos discutir isso agora, mas precisamos ter um horizonte de tempo, um horizonte mais largo. O ideal é que tenhamos cinco anos, porque ficamos dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ferimos a Lei de Responsabilidade Fiscal, e temos um horizonte.

Sobre o Reintegra, eu queria transmitir ao nosso representante do Ministério da Fazenda uma posição que me incomoda. O Reintegra foi feito para compensar esse resíduo tributário. No entanto, essa receita para o exportador é tributável. Veja, meu caro, que paradoxo! A receita desse bônus, que é o Reintegra, é tributada. Portanto, quando falamos de 3%, nós não estamos falando de 3%; estamos falando em menos de 3%, porque ainda há uma tributação nesse bônus. Então, acho que seria de bom-tom uma sinalização que resolvesse essa questão. Por que tributar o Reintegra? Eu queria deixar essas duas questões, no que diz respeito ao Reintegra.

Quanto à desoneração da folha nessa etapa, temos, primeiro a expectativa desse veto que está anunciado em relação àqueles setores que foram incluídos na MP nº 582. Então, nós não sabemos exatamente o que virá ainda, mas nessa MP temos o setor da construção civil e o setor do comércio varejista. E aí temos encontrado, como relator, uma dificuldade. Na construção civil, por exemplo, a construção pesada não entrou, não está contemplada. Toda a parte de infraestrutura, fundamental para o País, precisamos desonerar. Precisamos desonerar esse investimento de infraestrutura, e não desoneramos no escopo da MP nº 601.

Há, ainda, nessa cadeia da construção civil, áreas como, por exemplo, serviços de consultoria, projetos, uma série de atividades que estão diretamente, intimamente correlacionadas com o setor e que não estão contempladas. De outro modo, no comércio varejista, há vários segmentos que não estão contemplados também. Como explicamos isso? Por exemplo, o setor de farmácias, o setor ótico. Como vamos definir, dentro desse grupo do comércio varejista, quais as grandes redes e quais os segmentos menores que estão no comércio varejista, que são altamente empregadores? Às vezes, nesses pequenos segmentos é que temos mais problemas de informalidade. Portanto, tem de haver esse olhar sobre eles. Então, quero colocar, em princípio, essas questões para ver como os nossos expositores reagem a elas.

Ficamos aqui inteiramente à disposição dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, nosso Relator, Senador Armando Monteiro.

Evidentemente, entendendo o trabalho do Relator, a posição desta medida provisória é muitas vezes mais confortável que a de outras, embora haja necessidade de restrição. O trabalho das emendas será apresentado nas nossas próximas reuniões. A boa notícia que o Governo dá evidentemente já ajuda – e muito. Então, os possíveis cortes serão perfeitamente entendidos.

Nós vamos passar a palavra à Drª Heloísa. Vamos estipular um prazo de dez minutos para conclusões, apresentações e comentários a serem feitos pelos Deputados e pelo nobre Relator, e depois vamos encaminhar a sequência dos trabalhos.

A SRª HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES – O. k. Vou tentar responder a todas as questões. Em primeiro lugar, com relação às medidas de desoneração da folha, ressalto que realmente os Parlamentares chamam a atenção para uma escolhia de Sofia. Estamos aqui entre uma estratégia de política industrial, uma estratégia de desoneração da atividade econômica de maneira geral e o limite fiscal.

Então, temos que trabalhar necessariamente dentro do limite fiscal, o que nos impõe realmente a necessidade da gradualidade e a necessidade de escolhas. Não temos, neste momento, a oportunidade, o espaço para desonerar toda a economia nem sequer toda a indústria.

Como eu já disse na minha apresentação inicial, do ponto de vista da política industrial, é mais interessante, também considerando a realidade da indústria em geral e da indústria de transformação em particular, um ataque mais premente aos fatores que afetam o custo de produção da indústria. Então, é importante, do ponto de vista industrial, balizar essas escolhas nesse norte, o que requer, por outro lado, a necessidade de postergar a inclusão de alguns segmentos, de grupos de produtos e de setores.

Com relação aos esforços para educação, temos que trabalhar, Deputado, nos vários aspectos relacionados ao apoio ao sistema educacional. É necessário reconhecer todos os esforços e iniciativas do Governo que demonstram uma nova visão sobre a educação no País. Como o senhor citou, há o Pronatec, a expansão dos institutos federais de pesquisa num volume enorme, com aumento de vagas. Os programas tais como Ciência sem Fronteiras também são um passo fundamental para apoiar o sistema de educação. A determinação firme da Presidenta de orientar todos os recursos dos *royalties* do petróleo para a educação é uma iniciativa realmente muito vultosa, muito significativa para o Brasil. E destaco o lançamento do programa correlacionado. Por que correlacionado? Porque não é relacionado diretamente à atividade de educação, mas é um esforço indireto na medida em que é voltado para ciência e inovação, que é o anúncio da destinação de mais de R$30 bilhões para o Programa Inova Empresa. Então, não se faz inovação sem a base científica forte no País, e não temos uma base científica forte sem um sistema educacional consistente e sustentável.

A eventual opcionalidade, dado que a desoneração da folha de pagamentos impacta de maneira diferenciada algumas empresas dentro do mesmo segmento, este foi um ponto bastante discutido dentro do Governo, desde os primeiros setores desonerados. É fato que há modelos de negócios e estratégias empresariais bastante diferenciadas dentro de um mesmo setor. E esta medida, portanto, beneficia mais ou menos. Há alguns casos, por exemplo, o setor moveleiro, que entrou na primeira medida provisória do Plano Brasil Maior e, depois, se retirou para uma readequação da alíquota. Naquele primeiro momento, o setor nos deixou claro que a diferença de posicionamento dentro das empresas

requereria um olhar mais atento. Então, essa situação não isonômica das empresas com relação ao peso do custo da mão de obra no seu faturamento é uma realidade, mas estamos vendo que as empresas estão se adaptando para que a medida seja benéfica para todos.

Sobre o Reintegra, Senador, entendemos que, de fato, a previsibilidade para as empresas exportadoras é fundamental, o que coloca em questão o tempo de um ano da vigência da medida. De fato, para se fechar um contrato e entregar o produto em outro mercado, um ano é um prazo curto, mas, como falei na minha colocação inicial, é uma medida nova e corajosa que está sendo também, assim como a medida da desoneração de folha de pagamentos, objeto de monitoramento, de avaliação, tanto com relação ao seu impacto na atividade exportadora, como com relação ao impacto nas contas públicas. E tenho a certeza da sensibilidade de eventuais ajustes num momento adequado para que consigamos garantir essa previsibilidade importante para a atividade empresarial.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, caberia já uma réplica rapidamente sobre essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – SP) – Pode perfeitamente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Bem, a Drª Heloisa não me respondeu exatamente o tema principal. Estamos tratando de desoneração, desoneração do setor privado. Com relação ao setor público, participei do debate da criação do Pronatec depois da reformulação. O que vimos, ontem, é que só a indústria vai precisar de 7,2 milhões de trabalhadores até 2014. No Japão e na Alemanha, hoje, seus alunos, em torno de 50%, 55% fazem curso técnico. No Brasil, dá 6,6%

Quando aprovamos o Pronatec nesta Casa, apresentei uma emenda, o Ministro Gastão Vieira também, no sentido de que fizéssemos imediatamente a possibilidade de a iniciativa privada participar do Pronatec. Foi rejeitada totalmente. Para colocar o Sistema S, houve muita dificuldade. Quase perdemos. Houve uma diferença mínima de votos para colocar o Sistema S dentro do Pronatec.

E ontem nós vimos a prestação de contas dos segmentos todos. Se não fosse o Sistema S, não teríamos absolutamente ninguém formado. Aí, na Medida Provisória nº 593, o Governo acordou que precisaria realmente investir, ampliando para que as universidades também ofereçam curso técnico, o que a gente não sabe até onde vai chegar.

Mas eu não vou discutir – não quero discutir – a questão do setor público agora, porque ficaríamos aqui a tarde toda falando dos problemas da educação. Dez por cento dos alunos saem do terceiro ano do ensino médio sabendo matemática, dez por cento. Mas não vamos entrar nisso agora.

O que eu gostaria de dizer é o seguinte: no setor privado, na educação, temos, como eu disse, quatro segmentos totalmente diferenciados em termos de tratamento tributário. A minha pergunta, minha indagação é se existe a

possibilidade de desonerar o setor da educação – privada, evidentemente, que quem paga tributos –, passando a 2% da receita. Essa é a minha emenda, porque já foram feitos alguns estudos e encaminhados para o MDIC e para a Fazenda. De uma forma bem concreta, só quero ver se existe essa possibilidade. Conversei com o Relator para que a gente trabalhasse.

Evidentemente, estamos aguardando se vai haver esses vetos ou não da Medida Provisória nº 582. Se não houver veto nenhum, ótimo, nesse caso, provavelmente vamos ampliar para muitos outros. Mas neste momento, em função das dificuldades e da contribuição que o segmento pode dar para diminuir um pouco essa perspectiva de inflação alta e reduzir um pouco essa concorrência, se há essa possibilidade neste momento, nessa medida, de a gente colocar a desoneração do setor educacional privado, que é a parte menor do segmento.

A SRª HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES – Bem, Deputado, o que eu poderia dizer neste momento é que todas as emendas apresentadas estão sendo objeto de análise. Estamos aqui, liderados pela Fazenda, fazendo os cálculos, estimando o impacto nas contas públicas e medindo as possibilidades de atendimento e em que momento. É um pleito que consideramos extremamente meritório. Sabemos da importância dos serviços educacionais privados também para compor, para complementar todas as ações do ensino público. O que eu poderia ressaltar agora é que o mérito do pleito está sendo analisado com cuidado, como todas as outras emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado então, Heloísa, pela intervenção.

Passo a palavra para o Flávio, da CNI.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, vou procurar ser bastante breve, já que extrapolei na minha apresentação inicial.

O que é muito positivo aqui, que nós estamos vendo, é que de fato o plano Brasil Maior recuperou a ideia de que precisamos alavancar a competitividade da nossa economia, em especial do setor industrial.

Evidentemente, essas medidas são bastante importantes. Não são as únicas, mas são bastante importantes. Eu queria então, especificamente, falar das duas.

Na verdade, quando falamos do Reintegra, não estamos mencionando o Reintegra, na verdade, como um benefício. Ele é uma recuperação, ou seja, um ressarcimento de um imposto que efetivamente já foi recolhido. Acho que essa é que tem que ser a percepção exata. Então, estamos dando uma condição de igualdade aos competidores domésticos com os competidores internacionais, quando fazemos uso desse instrumento. Ele deve ser, portanto, estendido por um período mais longo.

Até relembro: talvez seja bastante positivo porque, tanto o Executivo, no Projeto de Lei da LDO, quanto aqui, o Legislativo, no exame desse Projeto de

Lei, já contemplam agora, em abril, a partir de abril, a previsão para dar uma segurança aos setores exportadores de que evidentemente o horizonte em que eles vão trabalhar com esse mecanismo é mais extenso. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite isso. Então, isso é extremamente importante para alavancar a rentabilidade desses projetos, dar segurança nesses projetos.

Tanto um quanto outro, tanto o Reintegra quanto a desoneração da folha, que agora é exatamente um instrumento de redução de custo, são importantes para recuperar a competitividade de segmentos de nossa indústria.

Evidentemente, o processo de desoneração não está ampliado para todos. O foco original será o da competitividade daqueles segmentos que sofrem a competição direta com os produtos estrangeiros quer em nossos mercados, com as importações aqui dentro, quer nos mercados externos, no caso das exportações. Como bem chamou atenção o Secretário, ele é um instrumento que melhorou bastante o poder de competição dos produtos brasileiros.

Então, todos dois são extremamente importantes para decisões em investimento. A economia brasileira cresceu muito pouco no ano passado, o setor industrial encolheu. Isso foi fruto da contração do investimento. O investimento, a formação de capital caiu na economia brasileira no ano passado. Essa retração mostra a necessidade de nós atentarmos para os determinantes da rentabilidade dos projetos. Quer dizer, o projeto precisa ter... O investimento, para retornar, precisa ter rentabilidade e precisa ser viável. O setor privado quer fazer negócios, quer ter lucro, obviamente, e quer produzir. Precisamos gerar essas condições para que nossos custos de produção sejam compatíveis com a rentabilidade dos projetos.

A redução do custo Brasil se dá em diversas dimensões. Trabalhamos, no caso específico, com duas dimensões, principalmente a dimensão tributária (os dois casos são tributários). Evidentemente há outros como está posto naquela figura que mostrei, mas nós não entramos aqui. Educação faz parte desse nosso custo Brasil, pois há impacto na produtividade da mão de obra, Então, precisamos aumentar a qualificação, isso é indiscutível. Mas nós temos de ter aqui o foco na MP 601, em que, tanto um instrumento quanto outro, deve ter seu horizonte o mais amplo possível. Precisamos assegurar maior clareza aos agentes privados, principalmente às empresas, de que esses instrumentos são mais permanentes e de elas podem internalizá-los em suas decisões e em suas estratégicas. Como o disse a própria Secretária, evidentemente, no comércio internacional, os horizontes são muito amplos e não podem ficar sujeitos a uma renovação de um instrumento como esse, em seus últimos dias de vigência. Então, é necessário que tenhamos isso em consideração.

Eu vou aqui ser bem mais breve, não vou usar meus dez minutos. Vou fazer um Reintegra nos dois minutos que excedi em minha fala anterior. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Sim.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Uma solicitação de informações ao Relator no que diz respeito à alteração da Lei nº 12.431. Parece-me que essa medida provisória tem dois pontos importantes: um diz respeito ao Reintegra, que o representante da CNI tentou devolver para o senhor agora. Mas há um ponto cuja análise eu gostaria de ter: trata-se da mudança no que diz respeito a questões de remuneração de compra de ações de longo prazo. O que isso implica nessas informações que nós precisamos ter?

A Lei 12.431, benefícios fiscais para a aquisição de títulos a longo prazo. O que isso implica nas reduções de custo e nas desonerações da folha que nós estamos trabalhando, e o valor desses benefícios fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Acho que nós podemos aproveitar a intervenção final.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) (*Fora do microfone.*) – Temos que aproveitar, porque ele já traz uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Aproveitar o final do Dr. Dyogo, que envolverá também essa questão. Então, Dr. Dyogo.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Então, eu vou começar de trás para frente por essa questão da Lei nº 12.431.

Essa lei trata de um incentivo fiscal para a emissão de debêntures e de fundos de direitos creditórios para o financiamento de projetos de investimento no Brasil e, em particular, em projetos da área de infraestrutura.

Qual é, primeiro, a motivação disso? Todos aqui sabem que o Governo tem feito um grande esforço para providenciar o financiamento necessário para a expansão tanto da indústria quanto da infraestrutura, mas esse esforço está muito concentrado no BNDES. Nós temos esse instrumento, que tem sido satisfatório para o Brasil, trouxe-nos até aqui de maneira bastante responsável e saudável, mas, olhando para o futuro, nós precisamos desenvolver outros mecanismos de financiamento para o crescimento da indústria e da infraestrutura no Brasil.

Não é que o BNDES vá deixar de fazer isso; pelo contrário, o BNDES vai fazer cada vez mais, mas é que nós precisamos dividir essa carga com o setor privado também. E essa Lei 12.431 trata exatamente de um mecanismo, aliás, de dois mecanismos que podem ser utilizados pelas empresas para a captação de recursos, que são a emissão de debêntures e a venda dos seus recebíveis. Só para dar um exemplo, quando a empresa tem um contrato de fornecimento de longo prazo para um bom cliente, ela pode descontar esse recebível, esse contrato, no mercado financeiro, através dos fundos de investimento em direitos creditórios, antecipando o recurso e, com isso,

financiando o seu capital de giro, o seu investimento em condições mais favoráveis do que as linhas de crédito tradicionais do mercado financeiro.

Para se ter uma ideia, tivemos algumas emissões que tivemos de debêntures ligados ao setor de infraestrutura. Chegou-se a ter uma emissão, se não me engano, da rodovia Raposo Tavares, concessão, nas mesmas condições que o Tesouro colocou naquela data, que foi o IPCA mais 2,71%, ou seja, considerando isso hoje, seria um crédito a 8,5%, 8,7% ao ano, o que é uma condição bastante favorável *vis-à-vis* o crédito comercial que a gente tem no Brasil.

Então, é disso que trata essa Medida. Em particular, na Medida Provisória 601, o que nós fizemos foi ampliar o escopo da Medida, incluindo esses fundos de direito creditório. Já estavam lá as debêntures de infraestrutura, e nós, aqui, estamos incluindo os fundos de investimento em direitos creditórios.

A Medida, na verdade, trata de alguns outros detalhamentos e ajustes na medida original, mas, em termos objetivos e de impacto, é isto: a inclusão dos fundos de investimento em direitos creditórios.

No nosso entendimento, a partir deste ano, principalmente, nós temos tido as emissões continuadas desses títulos, e nós acreditamos que, ao longo deste ano, poderemos ter emissões em torno de R$5 bilhões a R$10 bilhões, ao abrigo desta Medida.

Acreditamos também que seja uma Medida bastante salutar para a redução do custo de investimento no Brasil, tanto em infraestrutura quando na própria indústria.

Dito isso, eu me permitiria, Sr. Presidente, voltar aos outros temas.

Primeiro, eu queria falar de um tema que foi colocado *en passant,* mas que, para nós, é de grande relevância, que é a questão da reforma tributária.

A bem da verdade, o Governo fez várias tentativas de implementar uma ampla reforma tributária no Brasil, e eu diria que várias delas esbarraram em dificuldades, porque, a despeito do que o imaginário comum tenha sobre reforma tributária, ela não é uma desoneração geral, mas uma redistribuição da carga tributária e, como tal, há ganhadores e perdedores. Naturalmente, dentro desse processo, há grandes resistências. Então, é por esse motivo que eu diria que pelo menos três tentativas que houve de reforma tributária nos últimos 15 anos acabaram não conseguindo avançar.

Neste Governo, nós decidimos adotar uma estratégia também gradual de fazer uma reforma tributária, e aí chamo a atenção de que não me recordo de haver na história nenhum país, nas dimensões do Brasil, em regime democrático, que tenha conseguido fazer uma ampla reforma tributária. Isso é muito difícil de lidar, dentro do ambiente democrático, por esse conflito de interesses.

Então, o que nós estamos fazendo? Nós vimos tratando dos temas mais graves da tributação paulatinamente. Primeiramente, nós ampliamos, a bem

da verdade, duplicamos a abrangência do Simples. Então, esse foi um passo que nós tomamos em 2011. Logo na sequência, nós atacamos a questão da guerra dos portos e aprovamos a Resolução nº 13, que era talvez o maior malefício que havia no sistema tributário brasileiro, um sistema que permitia que o produto importado tivesse uma carga tributária, incentivada pelo governo brasileiro, menor do que a do produto nacional. Esse era um grande câncer que havia no nosso sistema e que foi atacado.

Agora, no final de 2010, nós colocamos, neste Congresso Nacional, um conjunto de projetos, de medidas e medida provisória, a bem da verdade é uma PEC, um projeto de lei complementar, um projeto de resolução do Senado e uma medida provisória, implementando a reforma do ICMS, ou seja, eu diria que, em termos de reforma tributária, nós estamos a todo vapor.

Eu também posso dizer que estamos estudando dentro do Ministério da Fazenda – o Dr. Flávio mencionou isso rapidamente –, também a questão da reforma do PIS/Cofins, indo bem ao encontro do que o Relator, o Senador Armando Monteiro, mencionou sobre a questão do crédito financeiro, o crédito em que todas as operações dariam direito a crédito e seria o valor destacado pela nota fiscal, o que implicaria uma grande redução dos conflitos a respeito do PIS/Cofins, indo também no sentido que o Deputado Ubiali comentou.

Se o senhor observar, Deputado, eu diria... Eu não tenho essa estatística. Eu até pedi, mas é difícil ter isso. Mas, pela experiência que temos, eu diria que 80% do litígio a respeito de PIS/Cofins têm a ver com apropriação de créditos. A Receita acha que não dá direito a crédito, a empresa acha que dá e aí começa uma briga que não tem fim. Então, os estudos que estamos fazendo vão nesse sentido de haver um tratamento simples do crédito. Então, é o valor que estará destacado na nota fiscal, e todas as notas fiscais de aquisição darão direito a crédito. Essa é a base da reforma que nós estamos estudando a respeito do PIS/Cofins.

Então, eu diria que nós estamos, neste Governo, implementando um processo gradual, mas persistente e bem direcionado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ... a respeito de reforma tributária.

Sobre a questão da ampliação dos setores na desoneração da folha...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Eu vi a desoneração do Reintegra. Eu gostaria que você falasse...

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Senador, correndo o risco aqui de perder o emprego, eu diria que concordo com o senhor. Acho uma distorção descabida nós darmos um incentivo com uma mão e cobrarmos o tributo em cima dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Está gravado aqui, não tem mais jeito.

Eu concordo com isso. Acho que realmente é uma situação que nós deveremos buscar um caminho para resolver.

Quanto à ampliação, eu diria que, em primeiro lugar, nós temos privilegiado aqueles setores diretamente ligados à competitividade internacional ou a questões de amplo impacto interno, como a questão da construção civil, que está na base também da competitividade. É a partir da construção civil que se faz toda a infraestrutura e todo o investimento da indústria.

Mas eu diria também o seguinte: a nossa condição a respeito desse processo hoje está limitada pela nossa capacidade. Os valores são vultosíssimos. Por exemplo, a proposta do Deputado Izalci tem um valor bastante elevado em termos de desoneração. Então, o que nos limita hoje, eu diria, é mais a questão da capacidade financeira da União. E, claro, a gente está procurando, dentro dessa limitação, priorizar os setores que estejam mais diretamente ligados à competitividade.

Não sei se respondi a todas as questões, mas acho que...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu só queria fazer uma colocação nesta questão, que é o seguinte. Eu estou considerando que, implicitamente, o nosso secretário admite que a construção pesada deva ser contemplada. Porque, se é infraestrutura, teria que ser também a parte de construção pesada.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não querendo criar aqui um debate polarizado, mas eu diria que, do ponto de vista do mérito, me parece perfeito. Mas mantenho a questão: nós não temos, hoje, espaço fiscal para acomodar isso. Não teríamos condição de fazer isso neste ano, não há possibilidade.

O SR. DR. UBIALI (PSB – SP) – Presidente, eu queria fazer só uma pequena observação. Eu entendi o que a Drª Heloísa falou, principalmente do limite fiscal, e o Dr. Dyogo insistiu agora. Mas uma das coisas que mais custam para as empresas – pelo menos que eu tenha conhecimento, não sou empresário, sou médico – é a complexidade das contribuições e o que se gasta para fazer os pagamentos: tempo e recurso. Seria uma grande desoneração para as empresas se a gente não tirasse imposto nenhum, mas simplificasse a forma de pagamento e de restituição dos créditos; se fosse automatizado.

A gente vai à Receita, principalmente quando se trata do calçado, que é lá da minha região de Franca, e o problema todo está entre... De vez em quando, se faz um mutirão para fazer a devolução de alguns créditos, sendo que as coisas deveriam ser um tanto quanto automatizadas. E quando houvesse – e poderá haver – abuso de alguém, cobrando crédito indevido, essa pessoa seria depois cobrada judicialmente, de uma forma completa. Então, eu gostaria muito, e sei que isso é impossível, na medida em que quem está fazendo essas reformas

tributárias, como o senhor disse, com força, progressivamente, bem direcionadas, está fazendo através de pequenas medidas, talvez tateando muito, ao invés de ir ao cerne dos problemas que temos, como, por exemplo, a simplificação das contribuições que nós temos para pagar.

Não sei como resolver isso. Se eu tivesse, também, a varinha mágica, como alguém disse aqui, eu faria isso. Mas sei que essa, sim, seria uma modificação para a qual todo mundo bateria palma: o que eu tenho que pagar e a forma mais simples de fazer esse pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Deputado Ubiali.

Eu queria aproveitar para agradecer a participação, a presença e a contribuição de todos os nossos painelistas aqui, hoje: Dr. Dyogo, Drª Heloísa, Dr. Flávio. Quero agradecer-lhes imensamente, em nome da Presidência.

Quero também comunicar aos Deputados e Senadores que chegaram aqui à Presidência requerimentos de convites para que outros representantes de associações, entidades, venham até esta Comissão, para contribuir com o nosso debate.

Passo aqui a ler:

Requerimento do Senador Armando Monteiro, que é o nosso Relator, convidando a presença da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); da Câmara Brasileira de Indústria de Construção Civil (CBIC); da Associação Brasileira de Indústria Gráfica (Abrigraf); da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Requerimento, também, de autoria da Presidência, convidando o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Vagner Freitas, para também participar do nosso calendário de debates sobre o tema das desonerações e MP 601.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer também a presença e o convite da Drª Madalena Guasco Peixoto, que é Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Requerimento da Senadora Ana Amélia, que quer também a presença, nesta Comissão, de um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

São quatro requerimentos. Peço aos Srs. Senadores e Deputados que concordam que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O. k. Obrigado. Agradecendo a todos, dou por encerrada a reunião. Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

ATA DA 4ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012 (ED. EXTRA), QUE "*ALTERA AS LEIS Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA PRORROGAR O REGIME ESPECIAL DE REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS EXPORTADORAS - REINTEGRA, E PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SETORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VAREJISTA; Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, QUE REDUZ AS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DE QUE TRATAM OS INCISOS I E III DO CAPUT DO ART.22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991; Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS; Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, PARA PERMITIR ÀS PESSOAS JURÍDICAS DA REDE DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS DEDUZIR O VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Ferreira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 601, de 2012, com a presença dos Senadores Ana Amélia, José Pimentel, Eduardo Amorim, Armando Monteiro e Ana Rita; e dos Deputados Colbert Martins, Fabio Trad, Dr. Ubiali, Arnaldo Jardim, Alex Canziani e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Deputado Vanderlei Siraque, parlamentar não membro da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Fernando Figueiredo – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química; Antonio Lisboa Amâncio do Vale – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores; e Cácito Esteves – Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra o Relator da matéria, Senador Armando Monteiro, e o Deputado Vanderlei Siraque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e nove minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedrilichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Ferreira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado PAULO FERREIRA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Boa tarde, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, assistência, convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a analisar e emitir parecer sobre a MP 601.

Esta audiência pública cumpre a mesma função da Mesa passada, que é fazer um debate com representantes de várias entidades. Para debater essa Medida, convidamos o representante da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa); da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e da Confederação Nacional do Comércio.

Vamos iniciar informando a todos e a todas que temos uma forte concorrência ao lado, a reunião da Comissão Mista da MP 595, razão pela qual o nosso Relator, Senador Armando Monteiro, chegará um pouco mais tarde a esta reunião. Além da MP 595, há outras reuniões na Casa.

Convido para sentar-se à mesa o Dr. Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a quem agradeço antecipadamente a presença neste debate e a colaboração.

Convido também o Sr. Antônio Lisboa Amâncio do Vale, que representa aqui a Central Única dos Trabalhadores, da qual é Diretor-Executivo; o Sr. Cácito Esteves, advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Sejam bem-vindos!

Estamos aguardando ainda a presença do representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Sr. Marcílio Caron, que está a caminho.

De acordo com o art. 94, incisos II e III do Regimento Interno, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nós adotaremos algumas normas para o nosso debate desta audiência pública: cada um dos nossos convidados terá 15 minutos para a apresentação da sua exposição; depois, Deputados, Deputadas e Senadores e Senadoras poderão utilizar a palavra.

Então, agradecendo a todos vocês, para debater o tema da MP 601, sobre desoneração da folha de pagamento e mais medidas de prorrogação do Reintegra e outros, eu passo a palavra ao representante da Associação Brasileira da Indústria Química, Sr. Fernando Figueiredo, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Boa tarde!

Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e mostrar um pouco da indústria química, da importância do Reintegra para o setor químico no Brasil

Poderia passar o próximo eslaide, por favor.

Eu tenho uma pequena apresentação.

O próximo, por favor.

Esse é o tamanho da indústria química do Brasil. A indústria química, no Brasil, tem um faturamento US$153 bilhões; é o quarto segmento do PIB industrial, mas eu devo fazer um comentário sobre isso. Até a década de 90, a indústria química era o primeiro segmento no PIB industrial. Foi ultrapassada por alimentação e bebida; posteriormente, pelo refino de petróleo; e, dois anos atrás, pelo setor automobilístico. Nenhuma surpresa, em virtude do extraordinário número de benefícios fiscais concedidos ao setor automobilístico nos últimos anos.

O próximo, por favor.

A indústria química brasileira, hoje, é a sexta indústria química do mundo; os números aqui são de 2011 e por isso ali está 157, o que significa também que nós caímos em 2012, mas não temos, sobre os demais países do mundo, ainda os números atualizados de 2012. Por isso é que estou usando os de 2011. Somos o sexto, e o plano da indústria química seria ser, até 2020, a quinta indústria química do mundo.

Hoje, realisticamente, a gente vai ultrapassar a Coreia, mas vai ser ultrapassado pela Índia. A Índia corre, cresce a taxas espetaculares também.

Ali do lado, os senhores veem as taxas de crescimento de 1990 até 2011; e os senhores veem que a China, com certeza, é o crescimento mais fantástico. Nos anos 90, a China era igual ao Brasil e, hoje, é a maior indústria química do mundo.

Nós não temos essa ambição, mas nós achamos que temos potencial para continuar crescendo fortemente.

O próximo, por favor.

Bom aqui está o grande problema da indústria química no Brasil. Se os senhores virem o déficit da balança comercial, no ano 2000, era de US$6,6 bilhões; e o déficit cresceu de uma forma exponencial; alcançou US$28,1 bilhões, em 2012; em 2013, será, com certeza, acima de US$30 bilhões, apesar do crescimento espetacular das exportações. O Brasil conseguiu multiplicar por quatro as exportações, se nós comparamos com o ano 2000. Mas isso foi insuficiente para diminuir o déficit na balança comercial. E isso já é um sinal de que realmente a gente precisa ser mais competitivo, e o Reintegra se encaixa exatamente nessa forma de competitividade.

Próximo, por gentileza.

Aqui, Deputado, são quadros. Um, de um estudo que fizemos, em 2008, identificando o potencial do mercado brasileiro – não dá para ler, daqui de onde estamos, mas imaginamos que, no ano 2020, o mercado brasileiro será de US$260 bilhões. E, assumindo esses US$260 bilhões, isso geraria investimentos de US$167 bilhões, num prazo de 10 anos – é muito dinheiro, muito dinheiro!

A indústria química, se tudo se configurar no pré-sal, tem tudo para ser a indústria mais brilhante da década no Brasil! E é muito importante que,

desses US$167 bilhões, US$87 bilhões sejam só para acompanhar o crescimento econômico, que colocamos, em média, em 4% ao ano; US$45 bilhões, se quiséssemos recuperar o déficit que o setor tem; US$20 bilhões, para explorar o potencial da química de renováveis, em que o Brasil tem todas as condições de ser o País líder mundialmente; e do pré-sal são US$15 milhões – os senhores podem pensar que é pouco, mas levem em conta que o pré-sal, de fato, entra em operação em 2017, 2018, e, por isso que é tão pouco: o horizonte, neste caso, é 2020. Então, é um enorme potencial que temos na indústria química.

Por favor.

E, por isso mesmo, trabalhamos, fortemente, com o BNDES e com o MDIC, dentro do Conselho de Competitividade, dentro do Plano Brasil Maior, criado pela Presidente Dilma Rousseff. E, ali, há quatro reivindicações básicas do setor que estão sendo trabalhadas pelo Governo: a primeira, a desoneração da primeira e da segunda geração – quando falo primeira geração e segunda geração, estou falando na nafta, do gás, do propeno, do eteno, e não estou falando do plástico. Mas o efeito dessa desoneração vai-se sentir no plástico, depois, pois o grande segredo, como o PIS/Cofins, hoje, é o imposto sobre o valor agregado, se se desonerar a base da cadeia, isso corre em toda a cadeia.

Então, o benefício de desonerar, na base da cadeia, corre para toda a cadeia. Por isso que a ênfase é na primeira e segunda geração e, daí para frente, paga-se o imposto, mas o benefício corre, em função de ter sido concedido para a primeira e a segunda geração. Na segunda, a desoneração de investimentos – e, aqui, falamos de desoneração do PIS e Cofins também sobre máquinas e equipamentos nacionais e sobre engenharia nacional.

O REIQ foi desenhado de uma forma que não beneficia a importação de máquinas e equipamentos. Não faria muito sentido se, nós, que reclamamos da concorrência desleal nas importações, advogássemos incentivos para a importação Por isso sobra equipamentos...

Política para o uso do gás como matéria-prima – os senhores podem pensar que estou mentindo, mas é a pura realidade –: o preço do gás no Brasil, hoje, custa quatro vezes mais do que o preço nos Estados Unidos. No Brasil, o gás custa US$12,00 por milhão de BTU; nos Estados Unidos, custa US$3,00 por milhão de BTU. Só o que a indústria química, em São Paulo, paga para a Comgás – contrariando a lei, com a leniência da agência paulista que deveria controlá-los – são US$3,00. Em outras palavras, a indústria química paga para consumir gás como matéria-prima e o mesmo preço paga para o transporte, o mesmo preço que os Estados Unidos pagam pela molécula do gás.

É impossível competir e, por isso, muitas plantas estão fechando. Ano passado, duas plantas que consomem gás fecharam. E o REIQ Inovação, que, fundamentalmente, é para química de renováveis, é o modelo baseado na Lei de Informática – uma proposta original, até mesmo do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Então, essas são as propostas que temos como base, para a retomada do desenvolvimento na indústria química.

Com relação ao Reintegra, temos algumas propostas concretas, Deputado Paulo Ferreira.

Por favor, a próxima.

A primeira é elevar a alíquota de 3% para 6%. Foi feito um cálculo: a desoneração completa de tributos, que é o conceito do Reintegra, só seria completa na indústria química se alcançasse 6%.

O segundo estabeleceu incentivo para cinco anos, pelo menos, porque o setor químico pensa e trabalha a longo prazo. Então, há necessidade. A gente não contrata exportação de produto para o ano que vem. A gente contrata para três ou quatro anos futuros. Então, para isso, é muito importante a gente ter um horizonte de longo prazo na indústria química.

Uma questão pontual, mas importante: só estão beneficiados pelo Reintegra os produtos químicos quando o conteúdo importado for inferior a 40%. E nós estamos pedindo que isso seja alterado para 66%, dois terços, porque aí há muita importação para matéria-prima, para reexportação. Então, isso seria muito importante porque aumenta a possibilidade de a indústria química usar suas plantas como base para exportação.

Depois que nós fomos convidados para participar desta audiência pública, nós fizemos uma consulta entre os nossos associados, e esse quarto ponto surgiu como resultado dessa consulta.

Algumas empresas não estão conseguindo recuperar o crédito. Então, seria muito importante haver o mecanismo de devolução em dinheiro e que, pelo menos, seja trimestral a devolução em dinheiro para que o benefício de fato seja completo.

Outra proposição na mesma linha seria poder compensar o valor do crédito com o pagamento do INSS. Alcançaria o mesmo resultado da restituição trimestral.

Então, são duas propostas na mesma linha, que facilitariam a real desoneração das exportações.

O sexto ponto, na verdade, é corrigir uma omissão. Esse capítulo 27 abrange todos os produtos da Petrobras que, como conceito, não foram incluídos dentro do Reintegra. Porém, a Petrocoque, que é o fabricante desse produto e é uma empresa da Petrobras, na verdade, é uma empresa química e acabou fora do benefício. Então, foi uma solicitação de Petrobras e Petrocoque que a gente solicitasse ao Relator da medida a correção dessa omissão, porque é um setor em que podemos exportar muito. Hoje, eles já exportam bastante e podem se tornar ainda mais competitivos.

E, por fim, a questão da burocracia nas exportações. É um problema generalizado brasileiro, mas a gente acha – e também tem um pouco a ver com os portos, o senhor sabe disso, o senhor mencionou a audiência dos portos – que é

um ponto muito importante para a gente melhorar a nossa *performance* na exportação.

Era isso, Deputado. Muitíssimo obrigado pela gentileza do convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Fernando, agradecendo a participação.

Eu queria convidar o Deputado Alex Canziani, nosso Relator revisor, para tomar assento conosco aqui na Mesa e participar desta audiência pública.

E passar a palavra para o representante da Central Única dos trabalhadores, Antônio Lisboa Amâncio do Vale.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Muito boa tarde, Deputado Paulo Ferreira, obrigado pelo convite. Quero cumprimentar também os Srs. Deputados, os demais membros da Mesa e o Plenário.

Quero registrar que, para nós da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – acho que não vou gastar os 15 minutos que o senhor me oferece –, não somos *a priori* contrários ao processo de desoneração da folha de pagamentos.

Nós entendemos que esse processo, essas medidas podem acontecer no momento dado da conjuntura e essas medidas têm que ter – como de fato é a intenção do Governo, parece-me – um limite dentro do tempo.

Para nós, é fundamental que esse processo, essas medidas sejam feitas dentro do tempo, até mesmo para enfrentar um período de crise econômica como a que a gente vive no mundo, e que, de alguma forma, ou de outra forma já bastante acentuada, atinge o nosso País.

No entanto, essas medidas, como disse, devem ser de caráter temporário e só fazem sentido se seus resultados significarem, para nós, aumento do nível de emprego, aumento dos salários e garantia de melhores condições de trabalho aos trabalhadores.

Nós, portanto, pensamos que, para esse tipo de medidas, é fundamental que se discuta, por exemplo – e esta medida provisória trata disto –, como é que o resultado delas vai acontecer nos canteiros de obra. Ou seja, os trabalhadores dos canteiros de obra, os trabalhadores da construção civil verificarão uma diminuição no nível de acidentes de trabalho nos canteiros, por exemplo? Isso é fundamental para que a gente possa entender que esse tipo de benefício tem que chegar à massa trabalhadora.

Portanto, essa é uma preocupação nossa, entendendo que só vale a pena trabalhar com esse tipo de medida se ela se desdobrar no nível de emprego, na qualidade dos salários e nas condições de trabalho, especialmente da construção civil, de que estou tratando aqui.

Outra preocupação que, para nós, é muito importante é com relação aos custos da previdência. Creio que todos nós temos essa preocupação. A pergunta é: de que forma o déficit da previdência será compensado pelo Tesouro Federal?

Nós sabemos que o Tesouro Federal está-se comprometendo a cobrir esse déficit da previdência. Mas nós sabemos também que, a partir de 2011, segundo os dados que levantamos, mesmo com parte da compensação feita pelo Tesouro, já existe um déficit que, se a gente não tomar cuidado, daqui a pouco, vai ser uma coisa irrecuperável. Portanto, é preciso tratar com o devido cuidado essa questão da compensação por parte do Tesouro, para cobrir o déficit da Previdência, entendendo, inclusive, que a previdência, se é o Tesouro que vai arcar, em última instância, é a sociedade que está arcando com esse déficit.

É importante também tratar de outra questão que nos deixa – aí, sim – mais preocupados ainda, que é a extensão dessas medidas para um número já muito grande de setores, a partir de emendas parlamentares, enfim, de outro tipo de pressão legítima que o empresariado exerce. Começando em 2011, nós chegamos hoje, segundo levantamento que fizemos, a mais de 70 setores que já que poderiam ser – digamos assim – incluídos nas medidas.

E aí a primeira preocupação tem a ver com até onde esse processo vai acontecer, Deputado. Nós não podemos, como disse um colega, tratar disso como se fosse uma espécie de puxadinhos do sistema tributário. Quer dizer, você tem um modelo em que é preciso – digamos – reequilibrar o sistema tributário, mas começa a fazer concessões – que, como eu disse, são legítimas para determinados setores, mas vão sendo estendidas, estendidas, estendidas – e, daqui a pouco, não haverá mais controle sobre elas. Especialmente em setores que, a nosso ver, já são beneficiados por outros tipos de incentivos em programas do Governo Federal.

Eu quero utilizar um exemplo aqui que é uma emenda apresentada à MP que trata da extensão dessas medidas ao ensino superior privado, por exemplo. O ensino superior privado já tem benefícios do ProUni, já tem benefícios do Fies, já tem benefícios porque algumas dessas instituições são tratadas como entidades filantrópicas, portanto, livres do pagamento de tributos. Ainda há outro programa que é o Proies, de reestruturação do sistema superior privado, mas que, a partir de estudos levantados por nós, mostra que não houve, em primeiro lugar, melhoria da qualidade da educação superior privada, não houve diminuição das mensalidades e não houve maior incremento no atendimento aos estudantes.

Portanto, nós temos uma preocupação grande – eu estou usando esse exemplo de propósito – de que a gente chegue no final desses programas, primeiro, sem condição de voltar à situação anterior. Segundo, beneficiando setores que já recebem benefícios outros, como eu citei aqui, de programas do Governo Federal. E, ainda, fazendo com que essas medidas que são, em última instância, para garantir o nível de emprego, para garantir o crescimento da economia, mas que não gerem efetivamente esses benefícios.

Portanto, a nossa preocupação aqui, a nossa posição aqui é trazer uma ideia de que, como eu disse no início, a CUT não tem, *a priori,* uma posição contrária à desoneração da folha de pagamentos numa situação temporária, mas

é preciso que essa desoneração tenha limite no tempo, seja limitada no tempo, e seja limitada também nos setores a serem beneficiados, e que depois a gente tenha condição de voltar a uma situação de equilíbrio do sistema tributário, inclusive com a reforma tributária, que é necessária ao País, e, ao mesmo tempo, fazer com que o nivel de empregos e salários passe a crescer.

Essa é a nossa posição. Nós estamos abertos ao debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Agradeço ao representante da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Antônio Lisboa de Amâncio do Vale, a participação, o convite e a presença.

Passo a palavra ao representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Dr. Cácito Esteves.

O SR. CÁCITO ESTEVES – Boa tarde, Deputado, e todos os integrantes da Mesa.

A CNC agradece, novamente, a oportunidade de estar aqui, no Congresso Nacional, debatendo assuntos de interesse social, coletivo e de economia. A CNC como entidade representante da categoria econômica do comércio não poderia ser contra a ideia de desoneração de folha e da redução da carga tributária.

Agora, a CNC, há muito tempo, já se manifesta, vejo o posicionamento do seu Presidente e da sua diretoria, uma discordância quanto à forma que está sendo proposta nessa desoneração de folha. A CNC acredita que retirar a base de cálculo das contribuições do salário para partir para o faturamento fragiliza o sistema da previdência sem ter uma contrapartida no que diz respeito a ganhos efetivos de redução de carga tributária.

A gente acredita que atrelar a massa salarial ao pagamento da massa de benefícios da previdência é a forma mais correta e mais segura de estabilizar esse sistema, até porque uma massa salarial oscila menos, é mais estável ao longo do tempo, ao contrário de faturamento, que é sempre sujeito a intempéries no mercado, natural da economia.

Uma coisa que a gente precisa analisar, também, é que, para o comércio, ele é extremamente peculiar. Essa medida tem um efeito muito forte nas atividades muito centradas na geração de mão de obra. Se a mão de obra representa uma parcela importante dos custos em relação ao faturamento, há efetivamente um ganho de carga tributária. As empresas efetivamente ganham.

Então, a gente tem exemplos de atividades de uso maciço de mão de obra que certamente ganharão: prestadoras de serviços, com certeza; hotéis; bares e restaurantes eventualmente podem ser beneficiados. Mas, no comércio, a peculiaridade de atuação importa que mesmo atividades no mesmo setor sofrem de forma diferente esse impacto. Basta que uma determinada empresa do mesmo setor atue mais fortemente com mão de obra menos centrada em tecnologia ou

tenha faturamento e gastos desequilibrados, o impacto da transferência da folha de pagamento para o seu faturamento pode ser maior ou pode ser menor.

Então, uma das propostas do comércio é que, se for mantida essa linha de atuação, que a gente acha equivocada – eventualmente, pontualmente, para fomentar uma determinada atividade, ela pode ser um instrumento razoável, mas não como uma política tributária, não para uso maciço, como bem lembrou o representante da CUT –, ela começa a fragilizar o sistema, mas, se ela for utilizada pontualmente, ela pode ser eficiente.

Agora, ela deveria, também, ser facultativa. A facultatividade permite que cada caso seja analisado pelas empresas e façam opção de acordo com o objetivo da medida provisória, que é, efetivamente, diminuir encargo de folha, porque ela pode, na verdade, representar um aumento da folha. E isso vem ocorrendo.

Algumas atividades da indústria foram beneficiadas num primeiro momento. Passados dois anos, já estão reportando um aumento de gastos, e não uma diminuição. É importante levar isso em consideração.

Outra coisa que é preciso levar em consideração é que grande parte das empresas no comércio, na verdade, são micro e pequenas empresas. Elas não são atingidas por essa medida provisória. Elas têm seu sistema tributário e as alíquotas fixadas numa lei complementar e não são alcançadas por essa norma. Então, grande parte do comércio permanece inalterado. Quem é alcançado por essa medida são os grandes estabelecimentos comerciais. Como disse a V. Exªs, são os que centralizam ou têm na mão de obra um fator muito preponderante nas suas operações.

Outra coisa importante também de se salientar é que existe, na verdade, na previdência social, um equilíbrio no que diz respeito às contas da previdência de trabalhadores urbanos. Então, se o Tesouro Nacional assume a responsabilidade de cobrir eventual déficit, ele poderia fazer de uma forma mais eficiente e não periclitando a previdência. Ele poderia, por exemplo, abrir mão do salário educação, que também incide sobre a folha, do recolhimento do Incra, que também incide sobre a folha, e de outros tributos que não incidem sobre a folha, mas são contribuições que oneram a cadeia produtiva, como PIS e Cofins – que poderiam ser reequilibrados, numa tentativa de dar maior competitividade ao setor como um todo e não apenas pontuais, nos setores pontuais.

Há também uma questão que precisa ser analisada quando se mexe em previdência. É o projeto de criação do Fundo Previdenciário do Trabalhador Urbano, possibilitado pelo art. 250 da Constituição da República, que é um fundo de capitalização que tem como base a contribuição com base na folha de salários. Quer dizer, começar a alterar o sistema de financiamento da previdência também acaba por inviabilizar a criação desse fundo, que também seria importante para equilibrar, de uma forma definitiva, as contas da previdência dos trabalhadores urbanos.

Então a CNC é, de fato, a favor da desoneração, mas ela não concorda, há muito tempo – desde 2010, ela vem se manifestando nesse sentido –, com a modificação da base de cálculo das contribuições patronais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Cácito Esteves.

Nós estamos aguardando ainda a presença do representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel.

Aproveito para passar a palavra ao nosso Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Srs. convidados aqui presentes, uma saudação especial ao nosso Relator revisor, Deputado Alex Canziani, que está aqui conosco.

Quero dizer que esta audiência é a segunda etapa do processo de ausculta dos setores que têm efetivamente uma participação nesse processo de discussão de uma política industrial no Brasil, que foi o que inspirou a criação dessa medida de desoneração. E a partir daí, dada a ampliação da medida, outros setores vieram a ser incorporados, e é portanto indispensável ouvir esses setores, para que eles possam, de alguma maneira, trazer aqui uma avaliação do impacto dessa medida e o verdadeiro alcance dela.

Nós tivemos aqui, num primeiro momento, a oportunidade de ouvir o representante do Ministério da Fazenda, representantes do Governo, do MDIC, também uma representação da Confederação Nacional da Indústria, e hoje temos um olhar mais setorial sobre demandas que se localizam em alguns setores. Portanto, eu creio que seja muito importante este encontro, para termos uma compreensão dessa questão.

Eu não pude acompanhar aqui a exposição do representante da Abiquim, mas me relataram aqui as questões que foram colocadas e, de alguma maneira, convergem para posições que já foram aqui manifestadas pelo Relator, que é a necessidade de oferecer, sobretudo no Reintegra, um prazo, um horizonte temporal que seja compatível com uma política de comércio exterior, que não pode ficar à mercê de medidas que possam ter curta duração. É preciso então oferecer ao exportador um horizonte que, de alguma maneira, permita que sua estratégia de acesso aos mercados externos e de manutenção da presença dessas empresas possam se dar por intermédio de um processo minimamente previsível.

Não é razoável imaginar que algo como um bônus que é dado ao setor exportador, que tem caráter compensatório, porque se destina a compensar resíduos tributários que não são efetivamente desonerados na exportação e que reconheço que, no Brasil, esse bônus é pequeno, se levarmos em conta a experiência internacional mais recente. Por exemplo, hoje, os países que têm uma estratégia de exportação mais agressiva chegam a oferecer um mecanismo assemelhado com percentuais sobre o valor da exportação muito mais elevado.

Então, eu registro aqui essa visão da Abiquim e quero dizer que é um setor extremamente importante para a indústria brasileira – que é o setor químico –, e essa visão de que se deveria até promover um ajuste no percentual do Reintegra.

De igual modo também registro essa preocupação em permitir que empresas que tenham um maior coeficiente de importação de insumos venham a ser contempladas com o benefício do Reintegra. Eu creio que seja... não sei se esse é o núcleo fundamental da posição que foi trazida aqui pela Abiquim... Fernando me confirma que o foi.

Ouvi, atentamente, a exposição de nosso companheiro da CUT, que manifesta preocupação com o alargamento da utilização desse mecanismo, sobretudo levando-se em conta a perspectiva de estabilidade da previdência, do sistema previdenciário, e sua provável repercussão no sistema. Mas creio que o representante da CUT reconheceu que esse é um instrumento que deve ser utilizado, sobretudo levando-se em conta certas circunstâncias da conjuntura econômica.

Eu quero lembrar que há uma dimensão dessa questão que não pode escapar à compreensão de nenhum setor, e creio que não escapa à compreensão do setor que representa a força laboral, a participação dos trabalhadores, que é a questão da competitividade. Essa é a dimensão...

Essas medidas de exoneração estiveram, inicialmente, voltadas para o setor industrial, para o setor manufatureiro, que vive no Brasil um momento delicado e que muitos já identificam em processo de desindustrialização. Ora, o processo de desindustrialização se traduz na ideia do desemprego de fatores na indústria brasileira, inclusive de fator relacionado diretamente com a capacidade do setor secundário de gerar empregos e o de manter empregos no País. Por quê? Porque, dentro dessa estrutura tributária brasileira, que é complexa, que é disfuncional, há um reconhecimento de que, sobretudo em relação a esses encargos que incidem sobre a folha de pagamentos, não há como desonerá-los na exportação.

Ao mesmo tempo, nós reconhecemos que o produto importado – e raros são os países que tributam, de forma tão acentuada, diretamente o salário, o emprego – tem uma vantagem sobre o produto nacional e nada mais necessário do que desonerar a filha nessa perspectiva.

Ao também se levar em conta essa tributação sobre o faturamento, que migra, então, para o faturamento, é uma forma também de buscar alguma isonomia com relação ao produto importado, porque é possível, sim, considerando a tributação sobre o faturamento, tributar o produto importado.

Então, é fundamental considerar que essa medida tem a dimensão de poder preservar empregos no setor industrial que estão ameaçados. Há dados muito preocupantes do aumento da penetração de produtos importados, deslocando a produção nacional no próprio mercado doméstico e, ao mesmo

tempo, um agravamento do déficit da conta de manufaturados no Brasil, que é um déficit que cresce exponencialmente. Portanto, considero que essa medida – evidentemente não é a única – que, dentro dessa estratégia de revigoramento e de fortalecimento da competitividade da indústria nacional, é um elemento muito importante.

Devo, aqui, dizer com franqueza que fiquei um pouco surpreendido com a posição trazida pela CNC; primeiro, porque a CNC representa também o setor de serviços; e o setor de serviços, nessa perspectiva do setor de hotelaria e de serviços que possam ser agregados, terá, sim, um benefício indiscutível com essa medida de desoneração.

Com relação a essa ideia de que a base salário é uma base mais dinâmica ou mais segura do que a base faturamento, eu creio que, na nossa avaliação, o Brasil tem, hoje, uma claríssima desvantagem na forma como tributa o salário diretamente. Então, não há como rever a estrutura do sistema tributário nacional atual sem, de alguma maneira, rever essa estrutura inadequada de tributação sobre o salário diretamente.

Eu entendo que esse mecanismo que está sendo permitido pela medida provisória traz, sim, ganhos ao conjunto da economia, porque há, claramente, a compreensão de que tributar investimento, onerar exportação, tributar folha de pagamento tão fortemente são aspectos absolutamente inadequados do sistema tributário nacional. Se nós quisermos construir um sistema de classe mundial, um sistema que se harmonize com a experiência internacional, nós precisamos também corrigir essa distorção.

Através da Medida 601, o Governo entendeu de estender essa medida ao comércio varejista e, sobretudo, ao grande comércio varejista. Eu devo até dizer que sou favorável a um processo amplo e horizontal de desoneração da folha de pagamento, mas reconheço que, se tivéssemos que identificar uma ordem de prioridades, eu não colocaria o comércio varejista no primeiro plano dessas medidas, porque ele, de alguma forma, tem como contornar essa questão da perda de competitividade da produção nacional, na medida em que o comércio varejista cresce continuadamente a taxas muito maiores do que a indústria, por exemplo.

Isso significa que é possível manter o nível de atividade no comércio e até expandir as vendas no comércio através da importação. Por isso é que, nos dados de que dispomos, o comércio cresce a uma taxa de 8% a 8,5%, enquanto a indústria decresce – 2,7% a indústria de transformação ou alguma coisa assim.

Portanto, se tivéssemos que levar em conta uma ideia de priorização, eu acho que, seguramente, por exemplo, eu não consideraria o comércio varejista nessa primeira fila, mas, já que a medida provisória contempla o comércio varejista, e nós defendemos que essa medida possa ser ampliada de forma significativa, é evidente que nós não vamos nos opor a esse benefício.

No entanto, volto a dizer que o foco fundamental do Plano Brasil Maior – e essa política de desoneração é um instrumento dessa política de apoio ao setor da indústria – é a indústria que está mais diretamente ameaçada por esse processo de perda de competitividade.

Então, meu caro Presidente, eram essas considerações. Eu fico satisfeito com as exposições que foram trazidas e me reservo, então, para, na sequência, voltarmos ao debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Nós aproveitamos para agradecer a participação de todos os nossos painelistas, concedendo cinco minutos para os encerramentos.

Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Já falei, mas, só aproveitando o retorno do Senador Armando Monteiro, houve um ponto que é um pedido muito específico, em função de uma omissão, que é a exportação de coque calcinado da Petrocoque, uma empresa do sistema Petrobras, inclusive. Os produtos dela estão todos incluídos no capítulo da Petrobras, que não tem o incentivo do Reintegra, mas eles são químicos e ficaram também excluídos por essa questão de estar dentro do mesmo capítulo fiscal.

Então, eu lhe pediria para, se o senhor pudesse, dar uma olhada nesse assunto, porque é muito importante, é um setor que pode exportar muito se for competitivo.

No mais, eu acho que o senhor tem uma longa experiência na indústria, o senhor tem uma longa experiência no Parlamento e retratou muito bem.

Eu vejo aqui o meu amigo, o nosso Fernando Pimentel, da Abit, que é um setor que sofre muito com as importações, até quase mais que o químico. Só ele pode chorar um pouco mais do que eu.

Mas eu acho que o senhor retratou muito bem. Nós precisamos retomar a competitividade da indústria brasileira. A indústria química não quer proteção aduaneira. A indústria química quer condições de competitividade. O único lugar em que nós queremos que o Governo aja com rigor é contra a concorrência desleal. É inadmissível a China manter artificialmente desvalorizada sua moeda, como ela faz. O Brasil já reclamou na OMC. Nós, da Abiquim, estamos levando isso para o fórum das associações químicas internacionais, acabamos de colocar na pauta isso e vamos convidar a Profª Vera, da Fundação Getúlio Vargas, para ir junto conosco, porque isso é uma coisa que tem que acabar, não pode haver *dumping* cambial.

Contra concorrência desleal. Não pode ocorrer que fabricantes com plantas ociosas, no Oriente Médio, em função de queda no mercado europeu, vendam a qualquer preço para o mercado brasileiro, o que está crescendo. Isso

também é inadmissível. Nessas duas pontas de concorrência desleal, nós achamos que o Governo tem que agir, sim.

Temos que registrar aqui um agradecimento especial ao MDIC, especialmente à Tatiana Prazeres, do MDIC, que tem agido com firmeza nisso.

Fora isso, exceto contra a concorrência desleal, a indústria química precisa de medidas para restaurar a competitividade.

Muito obrigado pelo convite e pela gentileza da oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Nós agradecemos o Fernando Figueiredo.

Passo a palavra ao Presidente da CUT, companheiro Antônio Lisboa.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Pois bem, Presidente Deputado, Senador Armando Monteiro, é apenas para reafirmar nossa posição aqui. Acho que é importante que o Parlamento saiba da posição da CUT, no momento em que, como todos nós sabemos, vivemos hoje uma crise mundial, que começa a atingir de maneira significativa o nosso País. Portanto, para nós tomar medidas que, do ponto de vista conjuntural, possam enfrentar essa conjuntura, é importante. O que a gente não pode é transformar isso numa medida perene, numa medida permanente, sem tratar efetivamente as causas do problema da tributação no Brasil, que é uma reforma que precisa ser feita no País, que transforme o sistema tributário do Brasil num sistema menos injusto, em que as pessoas que ganhem mais paguem mais e, consequentemente, quem ganhe menos pague menos. É importante registrar isso. Do ponto de vista conjuntural, é possível se utilizar dessas medidas.

Agora, o próprio Senador Armando Monteiro levanta que essa é uma questão que, pelo menos na geração do Plano Brasil Maior, era para enfrentar o processo de – entre aspas – "desindustrialização do País". Nós sabemos da concorrência que a indústria brasileira hoje sofre, especialmente da indústria chinesa, nós sabemos da situação em que a indústria chinesa funciona. Nós sabemos que é, inclusive, importante fazer essa posição dentro da Organização Mundial do Comércio. E a própria CUT, quando tem oportunidade de tratar dessas questões na OMC, tem tratado também, entendendo que a questão do *dumping* cambial, como disse o Senador, é um dos problemas que precisamos enfrentar.

Também é importante voltar a registrar a nossa preocupação com que essas medidas cheguem à ponta, ou seja, cheguem à geração de emprego e manutenção dos salários, melhorem as condições e combatam o trabalho precário. Por exemplo, com relação a essa medida provisória que estende para a indústria da construção civil, nós sabemos que a indústria da construção civil ainda tem um alto índice de acidentes de trabalho.

Qual é a contrapartida para as empresas que vão se beneficiar com a desoneração da folha? É preciso que haja a contrapartida.

A outra questão fundamental é saber como a previdência, que é um bem de todo brasileiro e não só das indústrias e das empresas, será, digamos assim, preservada, resguardada dessa condição da desoneração da folha de pagamento.

Por fim, também quero registrar, concordando com o Senador Armando Monteiro, que, se essas medidas vêm no sentido de dar, especialmente, competitividade à indústria, não faz sentido estender esse tipo de medida para setores que já são beneficiados pelo sistema tributário. E quero repetir, porque acho que é um exemplo muito claro: uma instituição de ensino superior filantrópica não pode ter desoneração da folha.

A Fundação Getúlio Vargas fez um levantamento, no mês de janeiro, mostrando que as mensalidades vão crescer entre 6% e 10%. Não confirmei esses dados agora a 1º de março. Mas vejam: essas empresas, enfim, instituições de ensino já são beneficiadas pelo ProUni – um bilhão! –, pelo Fies, pelo sistema de reestruturação da cadeia do ensino superior; e, agora, há uma pressão para que passem também a receber a desoneração da folha. Aí fica difícil, porque, no final das contas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – ...quem sofre é a previdência e a sociedade brasileira, porque acaba por beneficiar setores da economia que já são – não vou chamar de privilegiadas; para concluir, Deputado – beneficiados em função, inclusive, de outros setores, como é a própria indústria, porque temos consciência de que há uma competitividade muito forte hoje, especialmente da China.

São essas preocupações que trazemos aqui. Quero agradecer pelo convite e dizer que estamos à disposição sempre que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Antônio.

Passo a palavra ao representante da CNC, Dr. Cácito Esteves.

O SR. CÁCITO ESTEVES – Obrigado, Deputado.

A CNC reitera o seu compromisso com a busca da redução da carga tributária e da desoneração de folha. Apenas entendemos que a desoneração de folha e a redução na carga tributária devem ser feitas de forma geral, irrestrita, ampla e permanente. Achamos que essa medida, como foi proposta, para o comércio, em especial, desonera alguns setores, mas onera outros. Então, como bem lembrou o ilustre Senador Armando Monteiro, nós temos setores que, sim, serão beneficiados por essa medida, mas, em contrapartida, temos setores que serão onerados pesadamente com essa medida.

Por isso, o nosso consenso foi optar pela busca de outra forma de alcançar a desoneração e alcançar a redução de carga tributária. Por isso, propusemos outras medidas. Em momento algum, nós defenderíamos uma manutenção da forma como está a oneração da folha e a carga tributária. Apenas discordamos da forma como está sendo feita. Acreditamos que essa desoneração tem que ser ampla e irrestrita em prol da economia como tudo e não apenas de alguns setores.

Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Cácito.

Nós agradecemos a participação e a presença de todos vocês e aproveitamos a oportunidade para anunciar a nossa próxima audiência pública, terceira e última audiência pública, a ser realizada no próximo dia 04 de abril, quinta-feira, às 10 horas, com a presença de representantes, seguindo o debate em torno da medida, da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); da Câmara Brasileira da Construção (CBIC); da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf); da Associação de Comércio Exterior do Brasil. E, também, por sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin, da Drª Madalena Guasco Peixoto, que é Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Entidades de Ensino (Contee).

Então, eu queria agradecer ao nosso Relator revisor, Senador Armando Monteiro; saudar o Deputado Siraque, defensor da indústria química de primeira hora; agradecer a todos e a todas aqui e convidá-los para a próxima..

Quem quiser propor que venha no dia 4 e depois só conversa com o Relator.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Presidente, eu tenho direito à palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Perfeitamente, o senhor foi eleito para isso.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Rapidamente, pelo menos enquanto concepção individual, porque acho que nós não fizemos uma discussão ainda no nosso Partido, não é, Presidente? Mas a desoneração da folha de pagamento, que agora está sendo proposta, em alguns setores, como experiência, eu particularmente defendo como uma concepção, Antônio, no sentido de valorizar quem gera emprego. E que seja implementada para todos os setores da economia, porque há setores que vão ganhar e há setores que vão perder. É no sentido de não penalizar quem está, de fato, gerando postos de trabalho. E a legislação atual, hoje, penaliza, no meu modesto ponto de vista, quem está gerando emprego. É nesse sentido.

Eu queria aproveitar, Senador Armando Monteiro, nosso Relator, até no sentido de ficar registrado, para que fosse incluída no seu relatório a desoneração da folha de pagamento das empresas de engenharia e arquitetura de projetos. Nós já conversamos, tivemos uma audiência com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa. Acho que seria bastante pertinente, já que vai ser desonerada a da indústria da construção, que fosse também a de projetos. Porque, com um projeto malfeito, vai sair uma execução malfeita. Representa apenas 5% do custo total de uma obra, e um projeto bem-feito pode economizar mais de 10%. E a maioria dos clientes das empresas são Municípios, Estados e a própria União, o próprio Poder Público em geral.

E hoje empresas de projetos de outros países estão fazendo projetos no Brasil sem pagar nenhum tributo. Então, estamos querendo que taxem as empresas estrangeiras e desonerem as empresas nacionais. São cerca de 20 mil. Aliás, são pequenas; a maioria, profissional liberal. São 300 mil trabalhadores no total.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Deputado Siraque.

Agradecendo a presença de todos, dou por encerrada esta nossa segunda audiência.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012 (ED. EXTRA), QUE *"ALTERA AS LEIS Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA PRORROGAR O REGIME ESPECIAL DE REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS EXPORTADORAS - REINTEGRA, E PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SETORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VAREJISTA; Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, QUE REDUZ AS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DE QUE TRATAM OS INCISOS I E III DO CAPUT DO ART. 22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991; Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS; Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, PARA PERMITIR ÀS PESSOAS JURÍDICAS DA REDE DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS DEDUZIR O VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10H00, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Ferreira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 601, de 2012, com a presença da Senadora Ana Amélia; dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Eduardo Amorim, Armando Monteiro e Aníbal Diniz; e dos Deputados Colbert Martins, Fabio Trad, Antonio Carlos Mendes Thame, Osvaldo Reis e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública. O Presidente convida os expositores Klaus Curt Müller – Diretor de Mercado Externo da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Paulo Safady Simão – Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC); Fábio Arruda Mortara – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF); José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Madalena Guasco Peixoto – Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) e Rodolpho Tourinho Neto – Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os Senadores Armando Monteiro e José Pimentel e os Deputados Vanderlei Siraque e Antonio Carlos Mendes Thame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Ferreira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado PAULO FERREIRA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira – PT – RS) – Muito bom dia, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores e nossos convidados de hoje. Tenham todos um bom dia!

Esta é a última audiência pública convocada pela Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 601.

Declaro aberta essa audiência pública, que é a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, de dezembro de 2012.

Para essa audiência pública há vários convidados.

Peço que tome assento à mesa o Dr. Klaus Curt Müller, Diretor Executivo de Mercado Externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Seja bem-vindo!

Convido para tomar assento à mesa o Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Convido também o Dr. Fabio Arruda Mortara, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), que já está entre nós.

Seja bem-vindo!

Convido o Dr. José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Convido a Drª Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Seja bem-vinda!

Convido, ainda, para fazer parte de nossa audiência pública, o Dr. Rodolpho Tourinho Neto, que representa o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), ex-senador, ex-ministro.

É uma satisfação recebê-lo aqui.

De acordo com o Regimento, com o art. 94, II e III, do Senado, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adota as seguintes normas: como somos muitos hoje, concederemos a cada convidado, para sua exposição, o prazo de dez minutos; e após cada uma das manifestações dos nossos convidados, nós franquearemos a palavra às Srªs e aos Srs. Parlamentares.

Vamos dar início à nossa 3ª Audiência Pública e 5ª Reunião da Comissão Mista, convidando o Dr. Klaus Curt Müller para fazer sua exposição no prazo de dez minutos.

O SR. KLAUS CURT MÜLLER – Muito bom dia a todos.

Em nome da Abimaq, agradecemos a oportunidade de poder expor a importância do Reintegra não só para o setor de máquinas, mas também para todo o setor produtivo brasileiro que exporta.

Pode seguir, por favor.

É importante porque o Reintegra está dentro do conceito de não exportação de impostos. Exportar impostos em qualquer país do mundo é um grande problema, é uma coisa que se evita de qualquer maneira. Nós obviamente não temos impostos na exportação, mas há um resíduo tributário dentro da cadeia produtiva. A ideia é a redução desse resíduo. Obviamente, isso leva a um grande reflexo direto na competitividade de nossas exportações.

Não podemos confundir Reintegra com alguma manobra, alguma compensação em relação a câmbio. Está totalmente claro que o Reintegra está ligado a resíduo tributário.

Então, qualquer posição em que se coloca uma correlação entre câmbio e Reintegra não está correta. São dois assuntos separados e não devemos nunca pensar que o Reintegra está lá compondo alguma variação de câmbio positiva, no nosso caso, para exportação. Então, Reintegra é um assunto e câmbio é outro assunto. Isso é importante.

A questão da alíquota do Reintegra é interessante. Nós temos lá legislação até 3%, nós vamos seguir um pouquinho mais e ver que a alíquota deveria ser um pouco superior, mas, de qualquer maneira, é importante pensar que, se tiver que elevar a alíquota e tivermos que pensar entre os setores, obviamente aqueles setores com uma cadeia mais longa, mais propícios a ter o resíduo tributário devem ter uma alíquota maior, superior, se isso for necessário. Obviamente, a Abimaq não pleiteia diferenças à alíquota, mas, sim, caso necessário for, que seja feito um estudo em relação ao tamanho da cadeia e o respectivo resíduo. Cadeias mais curtas, teoricamente resíduos menores.

Falando em máquinas e equipamentos, especificamente, a cadeia é longa. Então, nós temos lá um alto valor agregado tecnológico e trabalhamos, obviamente, dentro do foco do Governo de produção de manufaturados. Dentro dessa expectativa, o setor de máquinas e equipamento em si e outros setores de cadeia longa são altamente auxiliados ou, pelo menos, têm a sua retribuição na cadeia de impostos residuais compensados. Então, obviamente, setores com cadeia mais curta, como eu disse, podem ter, no futuro, se necessário, diferenças de alíquota.

Só lembrando que, para o nosso setor, que hoje é um setor altamente deficitário na balança comercial, o Reintegra tem uma função importante, obviamente não para equilibrar, mas, sim, é mais um fator no caminho de equilibrar a balança comercial do setor de bens de capital e de outros setores manufatureiros, que, hoje em dia, estão todos deficitários, já que a nossa balança é mantida pelo setor primário do agronegócio.

Falando no nosso setor, como exemplo, a margem de lucro médio é 5%. Então, na exportação, quando se tem 3% de Reintegra, podemos imaginar que o Reintegra é um grande auxílio negociador ou até viabilizador. Então, o Reintegra 3, 4 ou 5% é sim um grande alavancador de exportações, mesmo nesses valores, nessa alíquota baixa; já que a nossa margem também é baixa, então esse é um grande alavancador, com toda a certeza.

Nós fizemos um trabalho dentro da Abimaq, segundo o qual, na verdade, o Reintegra deveria estar na faixa de 7 a 8%. Daí esse seria o resíduo dentro da nossa cadeia. Não tivemos como fazer um trabalho para todos os setores, mas dentro do setor da Abimaq, de máquinas e equipamentos, que é uma cadeia longa, com certeza, em torno de 7 a 8% deveria ser o valor do Reintegra, não apenas 3%.

Esse é apenas um gráfico que demonstra de onde vem, basicamente, esse resíduo tributário. Então, por volta de 3,8 com pessoal e o resto com demais despesas. Lógico que eu não entrar aqui em detalhes quais são, não temos tempo para falar disso, mas o estudo demonstra isso, ou seja, até 8% ou 7,5% seria um Reintegra trabalhado para ter realmente essa reintegração dos resíduos tributários das cadeias longas.

Atualmente, no Plano Brasil Maior, nós colocamos lá uma iniciativa em que pedimos a perenização do Reintegra, porque o Reintegra está ligado à atividade de exportação, uma atividade contínua, uma atividade que não pode ter data para ser mais 3 ou menos 3% de Reintegra na sua exportação. Então, atividade de exportação é perene, o Reintegra deve ser também perene, sempre que e ainda quando houver a questão do resíduo. Sem resíduo, obviamente, o Reintegra deve acabar, mas eu acredito que isso demorará um bom tempo. Então, a nossa posição no PBM, no Plano Brasil Maior, não é só 3%, é 4,5%, que é uma posição até conservadora em relação aos 7,8 que eu mostrei há pouco. E é importante também isentar essa reintegração de qualquer imposto, ou seja, não tributar a própria reintegração, isso é muito importante, se não nós vamos ter redução da própria alíquota do valor... da alíquota em si... é igual, mas ter valor do valor reintegrado. Então, tributar o Reintegra não tem o menor sentido.

Só como referência, temos aqui a China, onde há um Reintegra de até 15%, e eles mesmos afirmam que é um mecanismo que aumenta as exportações. Abaixo, apenas o nosso saldo em bens de capital, para mostrar que temos muito que trabalhar nessa questão de exportação. Então, aí 15%, nossa posição de 3 ou 4,5 ou 7% é conservadora também.

Na Índia, 8,8% de reintegração também, ou seja, isso significa que os países, os BRICS, por exemplo – são dois BRICS aí –, trabalham com a reintegração, isso não é uma invenção brasileira, isso não é uma coisa a ser discutida também na OMC, já é um fato em outros países, não só nesses dois países. Então, na verdade, não estamos vendo nada diferente do que nossos concorrentes.

Mais quatro países também operam com o Reintegra, em valores e alíquotas diferentes, também chegando a até 20%, no caso da Austrália.

Então, é importante dizer que o Brasil está apenas acompanhando o mecanismo internacionalmente aceito e utilizado, sem nenhum problema com a OMC ou com qualquer outro ponto relativo a comércio internacional.

Então, é importante também colocar o Reintegra dentro de todo o panorama de comércio exterior. Ele não é definitivo, é mais uma ferramenta.

Essa medida deve fazer parte de um conjunto de medidas que envolve câmbio, infraestrutura, tributação, e outras mais que tanto afetam o nosso comércio exterior e o mercado interno também. E o Reintegra corrige a questão do registro tributário de forma direta e traz um passo de competitividade importante e direto nas nossas exportações.

Então, essa é a nossa posição.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado ao Dr. Klaus.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Paulo Simão, que representa aqui a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Bom dia a todos.

Eu queria inicialmente saudar o Sr. Deputado Paulo Ferreira e também o nosso companheiro e amigo, o Senador Armando Monteiro, agradecendo exatamente esse convite que foi feito à CBIC para que apresentasse seus argumentos a favor desta questão da desoneração da folha, no caso específico da indústria da construção.

Quero saudar também meus companheiros de mesa.

Na verdade, vou fazer uma apresentação de uns 10 minutos, com três tópicos, falando um pouco dos fatores que diferenciam a construção; depois, falo um pouco por que desonerar a construção, quer dizer, em função dessas diferenças; e dos nossos pleitos, finalmente.

A construção tem algumas especificidades que são importantes para embasar esse nosso pleito. É um ciclo de produção de médio e longo prazo, e isso afeta muito. É o único setor que necessita de um código especial do INSS na matrícula da obra e, ao final, de uma certidão nacional de débito – isso pesa muito nessa questão da desoneração e vou explicar. Possui altíssimo percentual de informalidade. Portanto, isso é algo que temos de combater sistematicamente. Uma das formas que vai nos ajudar, com certeza, é esse projeto, que vai ter uma grande utilidade nessa linha. É intensivo em mão de obra. Mesmo aquelas empresas que hoje se especializaram e estão com processos construtivos modernos ainda têm um percentual de mão de obra que justifica esse pleito. Tem uma representação muito forte nos investimentos fixos nacionais, hoje da ordem de 44%; quase a metade da formação bruta do capital fixo vem do setor. E o

nosso produto, que é produzido e consumido internamente, é um grande dinamizador da economia interna.

Então, tudo aquilo que fizermos em função de um setor com essas características não só estará viabilizando cada vez mais esse setor, que tem tido aí hoje uma prioridade muito grande, principalmente nos últimos anos dentro do programa de desenvolvimento do País, como vai ter um reflexo direto em toda a economia. É um setor que tem uma influência muito forte praticamente em toda a economia.

Então, por que temos pleiteado isso? E pleiteamos já há muitos anos. O nosso setor entrou tardiamente no processo, mas os nossos pleitos são bem antigos, desde a época do Simples que vimos trabalhando nesse assunto.

Eu destacaria dois grandes pontos que me parecem os mais importantes: um é a formalização do setor; cada vez que formalizarmos mais o setor... Esse é um dos itens importantes. No momento em que você tiver uma alíquota só sobre o faturamento, você deixa de ter justificativa para muita informalidade do setor. Isso traz seguramente uma possibilidade de aumento muito significativa na produtividade do setor, que também reflete na economia como um todo e na simplificação dos processos tributários. Esses são dois itens que nós entendemos serem os mais significativos.

Paralelamente, no momento em que você formaliza o setor – e eu estranho que tenha havido aqui nesta Comissão algumas posições contrárias a isso –, você vai a favor de uma melhor segurança do trabalho por redução já comprovada no meio formal de redução de acidentes de trabalho do setor, que sempre é visto como um dos grandes provocadores de acidentes do trabalho.

Na verdade, quando a gente analisa o lado formal e informal do setor, a gente entende melhor o porquê desses acidentes. Mas o fato é que, no momento em que a gente formaliza e que tem um controle maior das empresas e que você tem empresas com mais seriedade, respeitando a regra, você trabalha muito melhor a questão da saúde e da segurança do trabalhador. Isso é inegável e a gente sabe disso, já temos dados.

É claro que, no momento em que você simplifica da forma como a desoneração vai simplificar, facilita o controle e a fiscalização. Acredito, também, que desses 3 bilhões, que é o cálculo da receita que se faz com relação a essa desoneração, certamente uma grande parte vai voltar com essa formalização. Então, acho que esse é um processo extremamente importante. Também, uma justificativa muito importante é o fato de a gente estar desonerando uma produção.

No momento em que eu hoje pago 20% sobre a folha e pago antecipadamente aos meus faturamentos, que eu vou pagando ao tempo, eu vou passar a pagar isso lá no final, na comercialização, no meu faturamento, irei desonerar a produção e ajustar o fluxo de caixa da empresa. Eu acho que esse é outro fator muito importante que virá em benefício da viabilização melhor do setor, do melhor comportamento do setor.

Sendo assim, a desoneração, para o nosso setor, é extremamente benéfica e eu acho que a gente tem esses pontos todos aí.

O que a gente pleiteou diante desse quadro? Na verdade, quando a MP que desonera o setor foi lançada, com validade a partir do dia 1º agora, portanto, começou a valer no dia 1º de abril, ela veio com uma série de dúvidas dentro do setor, dentro das suas características, que ficaram, realmente, muito comprometedoras. Por exemplo, nosso ciclo de vida é muito grande. Então, como fazer com as obras que já tinham 50%, 60%, 70% caminhando, já tendo pago no sistema antigo? Nós temos um problema muito claro entre incorporador e construtor, como ficaria isso? Aquilo que eu disse da CND. Qualquer obra nossa imobiliária para ser... nós temos que registrar em cartório, com a CND. Aí você ficaria absolutamente impedido de fazer isso.

Então, eram problemas que foram sendo analisados no dia a dia, o que gerou uma mudança bastante interessante, que é uma medida provisória, que, se não sair hoje, deve sair amanhã, e que veio corrigir esses defeitos, esses problemas, dizendo, claramente, o seguinte: para as obras em andamento, permanece o critério como estava. Essa regra só vale a partir de 1º de abril para obras que tenham a sua matrícula feita a partir de 1º de abril. Portanto, isso elimina todos esses problemas passados e resolve isso de uma maneira brilhante. Essa medida provisória está acertada, combinada; deve sair hoje, e, se não sair, amanhã estará sendo publicada. Além disso, entendemos que algumas coisas precisavam ainda avançar e este Plenário, esta Comissão é o fórum indicado para que a gente pleiteie isso ainda.

Fizemos um pleito ao Governo, que está sendo estudado e que eu quero colocar aqui, claramente. É o seguinte: a partir do momento em que o Governo estabeleceu, nas suas regras de desoneração do setor, que ele estaria disposto a desonerar alguma coisa como R$3 bilhões, que é mais ou menos a metade da arrecadação do setor nesse caso, que nós pudéssemos ter o equivalente a isso reduzido na alíquota das obras anteriores. Então, ao invés de pagar 20% sobre a folha nas obras em andamento, simplesmente reduziríamos essa alíquota para um determinado percentual, que eu não sei se é 12%, 13%, se é 14% – teria que ser feito esse cálculo – para aproveitar essa disponibilidade que já foi estabelecida com a desoneração.

Da mesma forma – e aí eu faço um apelo ao nosso querido Relator para que ele possa considerar isso –, as incorporadoras que a partir de 1º de abril estão fora do processo – e com razão estão fora do processo –, nas obras em andamento, também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – ... dentro desse critério dos R$3 bilhões, elas poderiam acompanhar as construtoras nessa eventual redução de alíquota.

Está aqui o nosso companheiro Tourinho, que certamente vai falar sobre a construção pesada. É fundamental a inclusão da construção pesada. Havia muita dúvida com relação a se era ou não um benefício para o setor de infraestrutura essa desoneração. Hoje não há dúvida nenhuma de nossa parte de que essa desoneração é muito importante para a infraestrutura.

Uma questão que está aí também – nós temos emendas para isso, dentro do processo, que também não estão ainda acertadas – é que nós trabalhamos muito com terceirizados, com subempreiteiros. E a medida provisória não está dando um direito para que a gente faça o abatimento relativo ao subempreiteiro. Na nossa visão poderia ser corrigida uma distorção... (*Falha na gravação.*) ...nós vamos pagar na folha integral e, além disso, os nossos empreiteiros também estão pagando a mesma coisa na folha deles, que é parte da nossa folha. Então é essa a nossa colocação, Sr. Presidente, Sr. Relator, em defesa da desoneração do setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Paulo. Eu quero convidar o Dr. Fabio Arruda Mortara, que representa aqui a Abigraf – Associação Brasileira da Indústria Gráfica.

O SR. FABIO ARRUDA MORTARA – Muito bom dia, Deputado Paulo Ferreira, Exmo Senador Armando Monteiro. Cumprimento, também, meus companheiros João Ferreira, Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal, e Eduardo Mota, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias Gráficas de Pernambuco. Muito bom dia a todos.

O material que todos receberam certamente é muito mais extenso do que os 9 minutos e 39 segundos que eu ainda tenho. Então, eu vou procurar ser extremamente veloz no que interessa.

O primeiro eslaide é só para mostrar que a Abigraf existe. Foi fundada em 1965 e defende as 20 mil empresas e indústrias gráficas do Brasil.

Segundo eslaide, por favor.

Ela está integrada num contexto em que os produtos, assim como no caso da Abimaq, são muito diversificados. Vão de embalagens até material escolar – está, inclusive, em tramitação nesta Casa um projeto de desoneração do material escolar, que vai muito bem também –, jornais, revistas, livros. Enfim, a gente está circundado. Isso é um produto gráfico que está nas mãos de cada um.

O próximo eslaide mostra os nossos números principais. Eu vou só dar destaque para alguns deles. Por favor.

Nós tivemos, em 2012, uma queda do nosso PIB, que é em torno de 30 bilhões. Caiu em torno de 5%. Nós tivemos um déficit de US$238 milhões. Eu já vou explicar. Esse déficit em grande parte é causado... Está vendo como é bonito esse livro aqui? É um livro didático, cuidando da energia, cuidando do planeta. E ele está feito, senhores, na China. É um livro bastante bonito. Pena que está gerando emprego em outro país. Isso é uma das razões do nosso déficit. Nós

empregamos 222 mil pessoas em 20 mil empresas. Ou seja, o porte da indústria gráfica é pequeno. São 11 trabalhadores por indústria.

Próximo.

O perfil, como eu disse, é micro e pequena empresa. Predominam 96%, 97% na indústria.

Próximo.

O forte da nossa indústria são as embalagens, com quase 40%, seguido pelo setor editorial, que é o que mais está sentindo. Eu ressalto que, assim como na indústria de máquinas, a indústria gráfica também é muito diversificada, e nós já tivemos a desoneração para o setor de embalagens. Já existe a desoneração. O sujeito que faz embalagem e material promocional só pode – é assim, não é, João? – desonerar a folha na parte em que faz embalagem. Na parte em que faz material promocional ou material editorial, por exemplo, não pode. E o setor de cadernos, enfim, setores que são vitais para o nosso País, para o futuro do nosso País estão também contemplados.

Próximo.

A balança comercial, como já mostrei – eu vou ressaltar só a última linha –, continua deficitária, ainda que tenha melhorado um pouquinho. Nós conseguimos exportar um pouco mais no ano passado, mas continuamos importando mais de meio bilhão de reais de produtos gráficos no Brasil. Isso, no próximo eslaide está mostrado, também, de forma gráfica.

A indústria gráfica, por sua vez, fez a sua lição de casa. E, no próximo eslaide, a gente mostra que a indústria gráfica é uma das três que mais investem no Planeta. Mesmo com a crise, já no ano passado, nós investimos quase US$1,1 bilhão em equipamentos comprados do exterior. Na parte de impressão, o Brasil não tem indústria. A Abimaq fabrica belas máquinas de acabamento, mas para a impressão, o Brasil ainda é extremamente dependente. Foi o terceiro País que mais comprou equipamento no Planeta, no ano passado.

Próximo eslaide.

Mostra que a projeção para 2013 – eu vou chamar a atenção só para o último número, do lado esquerdo – é de ainda um retrocesso, em cima daqueles quase 5% do ano passado, mas um retrocesso de 2,4%, ou seja, a indústria gráfica não vai bem.

Próximo.

O próximo eslaide mostra que a gente está aqui para pleitear a desoneração da folha de pagamento. A gente está trabalhando, desde meados do ano passado, com os órgãos competentes, tentando mostrar a realidade da indústria gráfica, buscando a política de desoneração.

A nossa indústria é de mão de obra intensiva, tem ainda um grau de informalidade que seria também, da mesma forma que na construção civil, trazido para a formalidade, com a desoneração. Tanto é assim, que, no próximo eslaide, a gente mostra que, na medida provisória anterior, nós já tivemos, dos 38 NCMs

pleiteados, 10 contemplados – o relator era o Deputado Marcelo Castro – e foram acatados, foram acolhidos, inclusive passaram pelo crivo de um certo ministério, e se mantiveram até o final do projeto. Depois, como todos sabem, foram vetados.

O próximo eslaide, enfim, mostra o que todos já sabem. Quer dizer, ele se tornou o PLV nº 01, que acabou aprovado na Câmara e no Senado e, depois, acabou sendo vetado.

No próximo eslaide, a gente mostra que o pleito da indústria não é solitário. Essa é uma carta do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, que é o Leonardo Del Roy, para, na oportunidade de 27 de março – achamos que ainda havia uma chance –, com o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, tentar, num último momento, um não veto do que já se estava anunciando.

Enfim, para mostrar que é uma coisa que preocupa não só empregadores como empregados. Quer dizer, é uma questão que está preocupando a todos. Eu ressalto que a crise no setor editorial é ainda mais grave, por conta dos produtos que vêm sendo importados.

Então, o último eslaide mostra do que a gente precisa. É uma indústria diversificada. São 37 NCMs da indústria gráfica que ainda não foram contemplados. Ressalto que embalagens já foi contemplado. E a vantagem disso é fortalecer uma indústria que é intensiva em mão de obra, é grande empregadora, é capilarizada – são 20 mil gráficas no Brasil inteiro – e que teria a capacidade de recolher, ainda com a vantagem da formalização, 1% sobre o valor da receita operacional bruta.

Eu conto com a compreensão desta Mesa, do Presidente da Mesa, do Senador Armando Monteiro, para o nosso pleito, e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Muito obrigado, Dr. Fabio.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra o Dr. José Augusto de Castro, que representa aqui a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO – Bom dia a todos. Agradeço o convite do Deputado Paulo Ferreira, do Senador Armando Monteiro, para estar presente aqui hoje. Vamos ter que cumprir o horário de dez minutos.

Próximo, por favor.

A AEB, para aqueles que não a conhecem, é uma entidade privada, criada em 1970, entidade sem fins lucrativos, e que congrega exportadores e importadores, sempre discutindo e debatendo a redução de custos na exportação e na importação também.

Próximo.

Aqui são dados. Vai ser difícil entender. É só para mostrar quanto o Brasil exportava em 1978, separado por produtos básicos e manufaturados, e quanto exporta em 2012.

Houve uma inversão total de valores. Nós exportávamos, em 78, 40% de manufaturados; hoje exportamos apenas 37%. E de *commodities*, em 78, nós exportávamos 47%, e voltamos a exportar 47% hoje. Ou seja, nós voltamos ao passado. Crescemos e depois caímos. Infelizmente, a tendência tem sido de queda contínua.

Próximo.

Esse é um dado relativo a empresas exportadoras. Vejam que o Brasil, no ano 2000, tinha 16 mil empresas exportadoras. Em 2012, nós temos 18 mil. Só que, dessas 18 mil, temos que deduzir 4 mil empresas que foram acrescentadas no ano de 2007 e não existiam no passado. Então, na prática, nós temos 14 mil empresas exportadoras, e em 2000 nós tínhamos 16 mil empresas. Ou seja, o Brasil está saindo do mercado internacional. E são basicamente empresas exportadoras de produtos manufaturados. As exportações crescem, mas são *commodities*, cresce preço, e as empresas diminuem paulatinamente.

Com as empresas importadoras acontece o inverso: nós crescemos continuamente. Vejam que o número de empresas importadoras corresponde ao dobro das empresas exportadoras. Quer dizer, nós passamos a ser um país importador e não exportador. Ouvimos muito falar em se criar cultura exportadora, mas, na verdade, infelizmente, está sendo criada uma cultura importadora.

Próximo, por favor.

Esse é mais um dado para mostrar quantidade. Vejam que a exportação de produtos básicos e de *commodities* aumenta continuamente. Nós exportamos, em 2012, 450 milhões de toneladas. Vejam também que a exportação de manufaturados, desde 2009, está estabilizada. E quando falamos em manufaturados, ali estão incluídos açúcar refinado, suco de laranja, etanol e óleos combustíveis, que, pela classificação do MDIC, são manufaturados. Ou seja, estamos parando no tempo em termos de exportação de manufaturados e torcendo para que as cotações das *commodities* se mantenham num patamar elevado. Não se trata de fazer previsão, mas se o mundo sofrer uma reversão amanhã e a cotação das *commodities* cair, o Brasil, infelizmente, não terá alternativa. Nós simplesmente passaremos de superávit para déficit comercial sem que nada possamos fazer.

Próximo.

Esse é só para dar uma ideia de taxa de câmbio.

Em 1999, começou o câmbio flutuante. Em janeiro de 1999, a taxa de câmbio era de R$1,72. Em 2012, para arredondar, é de R$2,00 a taxa de câmbio. Vejam que nesse período todo tivemos altos e baixos.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia da variação da inflação, do IPCA do período de dezembro de 98 até fevereiro agora, o IPCA subiu 150%, o INPC, 157%, o IGP-DI, 243%, o IGP-M, 245%, o salário mínimo, 420% - não estou enxergando muito bem –, e a variação cambial, apenas 66%. Nesse meio tempo,

tivemos elevações de custos à vontade, de diferentes formas. E por que a taxa de câmbio ficou assim?

Quando se exporta *commodity*, a taxa de câmbio é um fator de rentabilidade. Com a atual cotação das *commodities*, a taxa de câmbio vai apenas definir se a empresa vai ter mais ou menos lucro, só rentabilidade. Em contrapartida, na exportação de produtos manufaturados, a taxa de câmbio é um fator de competitividade. E hoje nós não temos competitividade.

Vejam que as nossas exportações hoje – um dado que não consta dali –, 82% que exportam manufaturados hoje são empresas estrangeiras, não são empresas brasileiras, o que significa dizer que grande parte é de operações intercompany. E, eventualmente, essas operações são realizadas ou não independentemente da taxa de câmbio. Então, para nós, em manufaturados, a taxa de câmbio é fator de competitividade.

Próximo, por favor.

Com isso a exportação de *commodities*, como eu disse, é um mercado instável, porque quem define o preço da *commodity*, quem define a quantidade é sempre o importador. Nós apenas embarcamos uma mercadoria. Não sabemos o preço por que vamos vender amanhã, porque esse preço será definido pelo importador, enquanto na exportação de produtos manufaturados, que nós chamamos de mercado estável, quem define o preço é o exportador, quem define a quantidade, quem toma a iniciativa de vender é sempre o exportador. Quer dizer, hoje a nossa exportação depende do importador, não depende de nós, exportadores.

Próximo, por favor.

Exportar manufaturado é mais estável, como eu mencionei; exportar manufaturado agrega maior valor, gera mais empregos, permite fidelizar o importador, gera mais divisas. A iniciativa do exportador, o objetivo é o de todos os países. Dos 14 maiores países exportadores do mundo, todos são exportadores de produtos manufaturados.

Próximo, por favor.

Este é um quadro para mostrar a posição do Brasil em 2011. Em 2012, a OMC não liberou os dados, mas praticamente em 2012, ou é a mesma ou o Brasil caiu uma posição.

Veja que o Brasil, hoje, é o 7º maior PIB do mundo, mas nós somos apenas o 22º maior país exportador. E, como eu disse, dos 14 maiores países exportadores, todos são exportadores de produtos manufaturados. Se nós tivéssemos uma exportação equivalente ao nosso PIB, nós deveríamos estar exportando hoje em torno de US$550 bilhões, e ainda aparecem 256, mas, em 2012, já caiu para 242 e, em 2013, vai cair para uns 230, 235. Quer dizer, nós estamos voltando porque as *commodities* começam a cair de preço e nós não temos nada a fazer. Na realidade, a gente tem que, todos os dias, rezar para que

a China cresça. A China crescendo, o Brasil teoricamente cresce. Se a China não crescer ou a Europa também não crescer, nós temos uma reversão de valores.

Próximo, por favor.

Bem, o conceito de desoneração tributária. Desoneração tributária, como o próprio nome indica, é a eliminação de tributos diretos ou indiretos que gravam o produto exportado. A OMC permite que não se exporte tributo, nenhum país é obrigado a exportar tributo. Só que no Brasil, indiretamente, e em alguns casos diretamente, nós exportamos tributos.

Próximo, por favor.

Bem, Reintegra. O Reintegra é uma típica desoneração indireta. Por quê? Porque, na verdade, quando eu exporto, eu não pago IPI, Pis/Cofins, ICMS, nada. Teoricamente, eu não pago. Só que, agregado ao produto, eu estou exportando indiretamente Pis/Cofins, ICMS, IPI, que são tributos gerados durante a cadeia produtiva e, quanto maior a cadeia produtiva, maior a tributação. Então, o Reintegra é apenas uma desoneração indireta de um tributo que está agregado ao produto que eu estou exportando. Em contrapartida, a folha de pagamentos é uma desoneração direta, porque, simplesmente na exportação, eu deixo de pagar o tributo, os 20%, sobre a folha de pagamentos. Então, eu não exporto aquele tributo. Antecipadamente, eu sei qual será o benefício desse tributo.

Próximo, por favor.

Bem, eu não vou conseguir entender tudo também. Vou falar dos dois. Há tempo. Reintegra. Nós somos totalmente favoráveis ao Reintegra, só que nós gostaríamos que o Reintegra se desse num prazo mais longo, porque, em exportação de manufaturados, eu faço contrato com prazo de quatro, cinco anos. Eu tenho que ver o cenário à frente e, como a previsão do Reintegra acaba em 2013, eu não tenho como exportar assim: até 2013, é um preço; a partir de janeiro de 2014, outro preço. Quer dizer, não existe isso em comércio exterior. O preço, por quatro anos, por cinco anos, é o mesmo preço. Eu não tenho como definir.

No atual sistema Reintegra 2013, eu tenho que optar: ou estipulo um preço e sei que vou ter prejuízo a partir de janeiro de 2014, ou simplesmente não vou considerar o Reintegra no preço e ele vai passar a ser lucro, que não é o objetivo. O objetivo do Reintegra é gerar competitividade e não ser lucro para exportação.

Nós não podemos esquecer hoje que nós temos que reduzir o máximo possível os nossos custos patronal/produto competitivo e tornar o Brasil um país exportador de produtos manufaturados.

Deixo claro: não tenho nada contra as *commodities*. Graças às *commodities*, nós conseguimos resolver o problema da dívida externa, nós temos uma balança superavitária, temos um desenvolvimento interior muito grande, mas temos que pensar também nos produtos manufaturados, que são aqueles que geram emprego.

Como eu não vou conseguir ler tudo o que está aí, eu vou comentar alguns pontos. O Reintegra, então. O Reintegra... e vale também para a folha de pagamentos a desoneração, porque, como eu disse, na exportação, a folha de pagamentos é uma efetiva desoneração tributária direta. Então, nosso pleito aqui basicamente é: prorrogação do Reintegra e folha de pagamentos não apenas até 2013 e 2014 respectivamente, mas pelo menos até 2017 e, se possível, permanente, porque nós temos que ter um horizonte de longo prazo.

O comércio exterior mundial é infinito. E nós não podemos criar internamente barreiras que prejudiquem a exportação brasileira. Não podemos esquecer que manufaturados, graças ao Reintegra, geram emprego, mantêm empregos no Brasil. Claro que o Reintegra - os 3% - não soluciona o nosso problema, mas ele ameniza o nosso problema hoje.

Então, gostaria apenas de pleitear a prorrogação não apenas de 2013 e 2014, mas até, pelo menos, 2017.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. José Augusto.

Convido a Drª Madalena Guasco Peixoto, que representa aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Seja bem-vinda.

A SRª MADALENA GUASCO PEIXOTO – Deputado Paulo Ferreira, Senador Armando Monteiro, demais componentes da Mesa, a Contee agradece o convite para estar aqui e debater as modificações na MP nº 601/12.

A Contee representa os trabalhadores em estabelecimentos de ensino, mais ou menos 800 mil trabalhadores na base. Primeiramente, gostaríamos de colocar uma preocupação geral, uma preocupação dos trabalhadores em geral. É claro que precisamos desenvolver o País, melhorar a nossa capacidade de produtividade, e isso exige mudanças estruturais na macroeconomia brasileira e uma reforma tributária. Consideramos que medidas pontuais ajudam o desenvolvimento, mas não são, de fato, estruturantes.

Feita essa colocação geral, eu gostaria de falar sobre mais coisas, mas o meu tempo é curto. Temos uma preocupação, porque a MP em debate, que inicialmente foi feita para desonerar o setor industrial, já abarca outros setores que, agora, com a proposta de alteração, têm recebido muitas outras demandas de inclusão. Isso nos preocupa porque sabemos que tanto a relatoria quanto a Comissão Mista, diante dessas demandas, terão que se debruçar para, de fato, contemplar aqueles setores que vão gerar emprego, que vão aumentar a produtividade e que vão contribuir com o desenvolvimento de nosso País. Setores que venham a exigir sua inclusão não necessariamente serão setores que darão conta de fazer isso, ou descaracterizariam o que seria, de fato, o sentido inicial da MP.

Dito isso, quero destacar uma demanda em especial, a emenda feita pelo Deputado Cândido Vaccarezza, que inclui na MP as instituições de educação superior com e sem fins lucrativos. O Deputado, na sua justificativa, levanta vários argumentos para inclusão dessa emenda e desse setor. Vou destacar apenas três dessas justificativas, porque o meu tempo é curto, e vou discuti-las.

As justificativas levantadas são as seguintes: enorme carga tributária que impede os investimentos; aumentar os investimentos em qualidade, infraestrutura, contratação, acervo bibliográfico e pagamento de professores, pesquisa e extensão; por último, enormes dificuldades financeiras dessas instituições.

Contra esses argumentos, elencamos os seguintes fatos. Primeiro, que na emenda proposta, em nenhum momento aparece qualquer exigência de contrapartida para que, de fato, estes nobres fins, que sejam o investimento na qualidade da educação, sejam garantidos.

Quanto à enorme carga tributária, boa parte das instituições de ensino superior, por serem consideradas filantrópicas, não paga imposto. As instituições privadas que participam de programas como Universidade para Todos (ProUni) e o financiamento estudantil Fies, já são contempladas com incentivos fiscais.

A Lei nº 12.678/12, que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies, permite que as instituições particulares de ensino renegociem suas dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% do débito em bolsas de estudo ao longo de 15 anos e reduzindo o pagamento em espécie de 10% do total devido. A portaria regulamentadora da medida, publicada em dezembro do ano passado, propôs a troca de 15 bilhões de dívida por cerca de 560 mil bolsas de estudo.

Dados divulgados pela imprensa, no ano passado, mostram que a renúncia fiscal das instituições de ensino particular que oferecem bolsas de estudo dentro do ProUni deve chegar a um bilhão, em 2013. Os valores que a União deixa de arrecadar do sistema privado de educação superior, em troca de concessão de bolsas, tem crescido em uma taxa média anual de 35%, desde 2005, considerando valores correntes. Em 2012, a Receita Federal abriu mão de 700 milhões referentes ao não recolhimento de quatro impostos de contribuições federais. O valor representa a alta de 44% sobre a renúncia fiscal verificada em 2011.

Quanto às dificuldades financeiras e à redução do número de matrículas. Em outubro do ano passado, o Ministério da Educação divulgou que, entre 2010 e 2011, as instituições privadas tiveram aumento de 4,8% no número de matrículas, principalmente devido ao ProUni e ao Fies.

Só para se ter uma ideia, o balancete do terceiro semestre de 2012 e da Kroton Educacional S/A demonstra, em comparação da base de alunos, que o

número de estudantes, em suas mantidas, subiu 22%. O Formulário de Referência – 2012, da Estácio de Sá Participações, aponta um lucro líquido, no período de 9 meses, de até 30 de setembro de 2012, de 94,78 milhões, ao passo que, nos 3 primeiros trimestres de 2001, o registro foi de 67,7 milhões.

O ProUni foi responsável por uma isenção de pagamento PIS/Cofins sobre a receita da empresa equivalente a 41,9 milhões, 37,6 milhões e 32,5 milhões nos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 respectivamente.

No caso da Kroton Educacional, o lucro líquido, no terceiro trimestre de 2012, foi de 82,1 milhões, enquanto, no mesmo período de 2011, foi de 27,7 milhões. Na Abril Educação S/A, o lucro líquido foi de 48,3 milhões, em 2011, contra 14,4 milhões, em 2010.

E eu trouxe aqui o exemplo da Anhanguera Educacional: quatro eslaides. Ela tem 400 mil alunos e 60 mil bolsistas Fies. Ela tem um balanço consolidado, avaliado em nível A internacionalmente. Ou seja, é uma empresa altamente rentável e capacitadora de investimentos externos.

Próximo.

Ela fez todas essas aquisições em 2011, nesses valores.

Próximo.

Atentem para todas essas aquisições em 2011.

Próximo.

Atentem para a aquisição que ela fez da Universidade Bandeirante, no valor de 484,5 milhões, em setembro de 2011.

Próximo.

No balanço da Anhanguera, observem o seu lucro líquido, em 2010, e no início de 2012.

Quanto à melhoria de investimentos na qualidade de ensino, como os números já apresentados demonstram, essas fusões têm obtido lucros astronômicos na Bolsa de Valores. Portanto, a emenda em tramitação é ainda mais absurda quando pretende, sob argumento das dificuldades financeiras, ajudar corporações de capital aberto.

A financeirização por que passa a educação superior brasileira, desde 2005, configura-se não só pela abertura do capital das instituições, mas também na introdução de uma gestão corporativa nas instituições de educação, que são transformadas em empresas, na qual o que está em jogo são os resultados expressos nas planilhas financeiras e não na qualidade de ensino e na valorização dos trabalhadores. Isso porque o que rege essas instituições de ensino superior privado é o imperativo de valorizar as suas ações para atender aos interesses dos seus acionistas e obter lucro.

A educação é vista como qualquer outra mercadoria, o que leva à otimização de gastos, seja com docentes, pesquisa ou extensão. Isso afeta a qualidade da educação oferecida. O relatório da CPI do Ensino Superior de São

Paulo, da Assembleia Legislativa, demonstra isso. O relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro demonstra isso. Denúncias feitas no MEC e no Ministério Público demonstram isso.

Assumindo a fusão, são demitidos 30% do corpo docente, particularmente mestres e doutores, para diminuir o custo da folha. Portanto, consideramos que essa emenda do Deputado Cândido Vaccarezza de incluir esse tipo de instituição na MP nº 601 não tem o mínimo sentido. E nós gostaríamos de pedir aos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que avaliem essa preocupação da Contee, porque, como trabalhadores, não queremos que a previdência seja onerada com esse tipo de inclusão na MP. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira PT – RS) – Muito obrigado, Drª Madalena, que aqui representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Convido, como último painelista, o Senador e Ministro Dr. Rodolpho Tourinho Neto, que representa aqui o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada. Seja bem-vindo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Muito obrigado, Deputado Paulo Ferreira. Caro Senador Armando Monteiro, estamos representando a construção pesada, infraestrutrua. De cerca de um ano e meio para cá, no Sindicato, passamos a buscar fórmulas de ampliar os investimentos na infraestrutura. Contratamos a LCA Construções. Isso que vou apresentar aqui, Deputado, é um resumo especificamente da área de desoneração, mas com uma série de pontos, que vão desde o financiamento privado em infraestrutura até a desoneração, enfim, passando por uma série de outros pontos. Isso faz parte de uma, eu diria, ação maior nossa. No caso específico do estudo da LCA – vou deixar o estudo completo aqui –, eu queria começar pelas conclusões, que são a parte mais importante.

Ali, estão demonstrados os 36,8% de encargos que são recolhidos pelos empregadores na folha de pagamentos da construção civil. Isso é mais ou menos igual para todos os outros setores da economia. O problema é que esses 36,8%, em rigor, são maiores porque incidem sobre a remuneração total dos empregados, o que abrange um montante expressivo também de horas não trabalhadas. Esse é o ponto principal. Na área da construção civil, apontada aqui pelo Paulo, e também na construção pesada, isso é muito importante porque temos uma rotatividade também muito grande de pessoal, temos distâncias grandes a percorrer pelos operários, enfim, é diferente do resto da economia. Aí, acrescentam=se mais 22,9% sobre os 36,8%, o que representa os 62%.

Próximo.

O que temos, como conclusão primeira, é que o custo da mão de obra é muito superior à remuneração das obras trabalhadas. Isso é um problema.

Na página seguinte, o que mostramos é que, em relação à competitividade do setor, no Brasil, o que pesa para todas as áreas da economia é

o fato de que o Brasil, com aqueles 60%, está ali em antepenúltimo lugar, atrás da Bélgica e da França, no peso dos encargos sobre a folha de pagamentos como proporção dos salários recebidos por hora pelos trabalhadores. Se olharmos á nossa esquerda, estão outros competidores nossos, importantes no cenário mundial. Acho que esse destaque é importante quando olhamos a questão da competitividade, aliás, já apontada aqui na Comissão hoje, em outras áreas.

Além disso, além do que já apontamos, há outros encargos que também não estão contemplados nesses números de que falamos: são as horas *in itinere*, que são as horas que o trabalhador leva para se deslocar para o trabalho, e que são, nos grandes canteiros de obras, fator importante tanto do ponto de vista do operário como do custo para as empresas.

O afastamento inicial por doença não está contemplado naqueles 60%, o auxílio-maternidade também não. Acerca das subvenções de planos de saúde, estamos com grave em três lugares no País: na Bahia, no Rio de Janeiro e no Tocantins, por exigência de que sejam feitos planos de saúde. Somos inteiramente favoráveis, mas isso tem que entrar numa conta de quem paga efetivamente. Acho que é um dos pontos que o Congresso tem de discutir, porque, na medida, por exemplo, em que a Petrobras aponta, em seus editais, isso, nenhuma outra empresa ou estatal considera, mas isso não está contido naqueles 60%. Ações regressivas da previdência. Então, essas questões estruturais vêm tornando-se cada vez mais relevantes, sobretudo em função dos salários crescentes na indústria da construção.

No gráfico seguinte, o que se pode ver, naquela curva vermelha, é o INCC, que reflete os custos de mão de obra da construção; depois, a curva do meio, que é o IPCA; e a última curva, 133, que é o IGP-DI. Se vê que há um deslocamento muito grande, sobretudo ocorrido cada vez mais a partir de 2010. Então, esse é um quadro que agrava a situação dos encargos na construção civil.

Pode passar essa, por favor.

Na outra página, o que temos de estudos econométricos feitos – vamos deixar isso na Comissão, mas simplificando –, no longo prazo, para cada real de renúncia fiscal, com a desoneração da folha, o volume de investimentos no País seria elevado em R$ 7,4 reais. Esse é um ponto importante quando se olha o longo prazo, Deputado.

Esse dado inicial é da LCA, mas, de acordo com um estudo feito pelo Ipea, para cada acréscimo de um ponto percentual de investimentos do setor de construção, há um aumento no PIB e na renda – de 1,54 no PIB e 1,14 na renda. O que queremos demonstrar com isso é o efeito, sobretudo a médio e longo prazos, dos setores da construção civil e do que pode ser feito se houver uma desoneração.

A estimativa feita para a alíquota, baseada em fontes do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do Ministério do Trabalho, é que a alíquota neutra, ou

seja, aquela que você passaria a ter como contribuição, substituindo os 20%, seria de 3,53 na construção pesada.

E, na página seguinte, o que podemos analisar aí é o cenário de que se essa alíquota fosse de 1,5%, teríamos uma renúncia estimada de 2,5; e, se 2%, 1,96. Entendemos que, para que isso possa ser feito, é preciso que haja espaço fiscal. Entendemos a importância disso, mas também compreendemos o quanto é importante essa questão de se ter o espaço fiscal.

Esse quadro, também do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Central, mostra o impacto da substituição da contribuição previdenciária patronal na área de infraestrutura por uma contribuição de 1,5. Acreditamos que o realista aqui não vai ser 1,5, mas dois. Então, a rigor, ela reduz um pouco, mas que você teria uma renúncia fiscal. Para uma renúncia fiscal de R$2,6 bilhões, você teria ampliação no investimento, no curto prazo, de 3,4 bilhões, e uma ampliação de investimento no longo prazo – é aí que acho mais importante, quando temos de olhar para frente, hoje, no Brasil –, de 19,2.

No momento em que o Governo lança um grande programa de logística, na área de infraestrutura de portos e aeroportos, de rodovias, de ferrovias, isso se torna muito importante, porque o impacto efetivo dessa redução é no custo de investimento. Então, é um volume muito grande, que terá de ser cumprido pela iniciativa privada.

Na página seguinte, apontamos, no entanto – não quero entrar muito em detalhes, mas vamos deixar isso aqui também –, que alguns ajustes precisam ser olhados: prazo mais longo para vigência da desoneração, necessidade de reduzir a retenção da contribuição, deixar claro obras realizadas através do consórcio – não pode haver uma bitributação do consórcio e das empresas. Quando falamos, hoje, de todo esse volume de concessões e de PPPs, estamos falando de consórcios –, deferimento de tributação para o momento efetivo do recolhimento; dispensa de contribuição dos empregados expatriados é outro ponto importante; obras com reduzido emprego de mão de obra em alguns casos de "epecistas" e terceirização de mão de obra, que precisam ter atenção. Esses são, Presidente, os principais pontos que tínhamos a apresentar, e vamos deixar aqui o estudo.

Eu queria também, nessa MP 601, elogiar a questão do que já foi feito em relação ao FDIC. Isso é muito importante no tema do financiamento, de ampliação do financiamento privado na infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Muito obrigado, Ministro Tourinho.

Passo a palavra ao nosso eminente Senador Relator Armando Monteiro e aguardo as inscrições das Srªs e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Deputado Paulo Ferreira, expositores dessa nossa audiência pública, companheiros e

colegas Congressistas, Senadores e Deputados Federais aqui presentes, eu queria dizer logo da minha satisfação de poder ter participado de uma audiência que me parece extremamente produtiva. O conjunto das intervenções que foram aqui trazidas me parece que se pautou por uma objetividade e por um foco muito claro.

Eu gostaria de fazer breves considerações, dizendo que, como o primeiro foco da medida é o Reintegra, ou seja, o apoio ao setor exportador, a participação aqui da Abimaq e do Castro, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), é muito convergente e absolutamente consistente no sentido de lembrar a importância de o Brasil ter um mecanismo como o Reintegra. O Reintegra é, como foi dito aqui, uma compensação para os resíduos tributários que, de alguma forma, não podem ser expurgados na exportação, e quanto mais longa a cadeia, como aqui foi sublinhado, no caso, sobretudo, do setor de bens de capital, quanto mais extensa a cadeia produtiva, mais se onera a exportação com esses resíduos tributários.

Então fica claro que, no Brasil, exatamente por não se utilizar mecanismos como o Reintegra – passamos a utilizá-lo tardiamente –, o que se percebe é que o País vem perdendo posição relativa na exportação de manufaturas, tudo isso em decorrência do chamado custo Brasil, mas também da ausência de mecanismos de apoio aos setores exportadores de manufaturados, e isso é algo muito grave dentro da estratégia e da visão de médio e longo prazo que o Brasil precisa ter.

Como foi dito aqui, o câmbio e mecanismos como esse de alguma maneira servem para garantir a competitividade, diferentemente do que ocorre com as *commodities*, em que o câmbio pode garantir mais rentabilidade. Mas, no setor da manufatura, contar com um instrumento como o Reintegra pode ser decisivo para manter a presença da empresa brasileira no comércio externo. Então, quero dizer que essa MP, o projeto de conversão não pode deixar de contemplar essa visão de que o instrumento é imprescindível ao setor exportador, e mais ainda, que ele deve ser, se não perenizado em função das limitações que são impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, pelo menos no limite do horizonte legal, nós temos que permitir a ampliação desse horizonte do Reintegra. Creio que seja possível trabalharmos aí com cinco anos, o que seria razoável, tendo em vista as características do comércio exterior.

Por outro lado, quero também, mais uma vez, enfatizar a necessidade de desonerar a receita do Reintegra para o exportador. É um contrassenso, é um paradoxo que, sendo o Reintegra um mecanismo para compensar resíduo tributário, o exportador ainda tenha que ser tributado na receita do Reintegra.

Portanto, quando nós falamos da alíquota de 3%, que é baixa, à luz de parâmetros internacionais – China, Índia –, nós temos que lembrar que os 3%, em face dessa tributação, tratam de um número nominal, porque, na prática, nós

teríamos que abater a tributação. Logo, o percentual efetivo é inferior a 3%. Portanto, quero manifestar minha total convergência a essas posições que foram aqui trazidas.

Creio que os números do comércio exterior do País nos apontam a necessidade, e o Congresso Nacional precisa ter essa compreensão, do sentido de urgência de algumas medidas para dar fôlego ao setor de manufaturados no Brasil. Vejam que, pelos quadros que foram aqui apresentados pela AEB, há um ponto que nos coloca uma posição de muita preocupação quando se verifica, ao longo desse tempo, de 1999 até hoje, a relação câmbio nominal e salário, ou seja, essa relação, em si mesma, já dá a medida de por que o setor exportador perde fôlego no Brasil, por que o déficit de manufaturados se agrava ano a ano. É que há um descompasso: o câmbio nominal se eleva, nesse período, 60%, 66%, e o custo do salário – não vou tomar o salário mínimo, que foi 421% no período –, podemos considerar que foi de 330%, 350%. Já temos aí uma medida dramática dessa relação, que define a receita, de um lado, e os custos, a evolução de custos do setor de outro lado, se levarmos em conta que a variável preço não é definida, a rigor, pelo exportador brasileiro. E o que se sabe é que os preços de bens industriais no mundo caíram ao longo desses anos em função do fator China, por exemplo, que, pela escala de produção, pela dimensão, tem permitido que os preços dos bens industriais caiam em termos efetivos.

Então, quanto ao Reintegra, temos uma posição de absoluta convergência.

A posição que foi trazida pelo setor da construção... Quero destacar a importância desse setor. Mesmo que não seja identificado como um setor que esteja diretamente atingido por esse processo de acirramento da competição, que atinge de forma mais direta o setor da manufatura, o setor da construção, sem dúvida nenhuma, tem características muito importantes, pelo efeito na taxa de investimento, na formação do capital fixo, pelo peso que tem na geração de empregos no Brasil – é uma atividade intensiva na mão de obra. Portanto, aqueles dois aspectos que foram destacados pelo Paulo Simão são muito relevantes. O primeiro é a formalização, que é algo que nós devemos estimular e buscar, dadas as características que ainda marcam o setor, e o processo de simplificação, que, indiscutivelmente, seria trazido por essa nova forma de tributação.

Estou atento àquelas preocupações relacionadas com a questão das obras que estão em curso, àquela ideia da redução da alíquota para obras em andamento e à situação das incorporadoras, que tem de ser tratada, considerando que é uma característica do setor.

Quero também, logo, fazer essa conexão com a intervenção do ex-Ministro Rodolpho Tourinho, que traz aqui a necessidade, a importância de que essa medida de desoneração possa chegar à construção pesada, o que não está previsto na 601. Ora, uma das áreas que o Brasil precisa desonerar claramente é o investimento. O Brasil ainda tributa o investimento, é um dos poucos países que

se dá ao luxo de tributar o investimento. Só recentemente nós desoneramos bens de capital com os tributos federais.

Infelizmente o ICMS ainda agrava o investimento. Portanto, é importantíssimo que venhamos, em qualquer que seja a oportunidade, a dar uma contribuição a esse processo de desoneração do investimento. E não há investimento que tenha caráter mais reprodutivo do que o investimento na infraestrutura.

Hoje o que se percebe é que essa perda de impulso da economia brasileira, essa propensão que nós temos a crescer pouco em grande medida decorre do baixo investimento na área da infraestrutura. É o investimento que mais impacta a produtividade global, portanto, é indiscutível que nós temos que contribuir para a desoneração do investimento na infraestrutura. E o setor da construção pesada é um setor que se volta fundamentalmente para o investimento na infraestrutura. Portanto, eu tenho também absoluta convergência com essa visão de que o setor da construção pesada precisa ser contemplado.

É evidente que nós não estamos, nem o Presidente Paulo, nem o Relator, imaginando que nós vamos, de forma voluntarista, decretar a felicidade geral a partir do nosso relatório. Há limitações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Não seria uma má ideia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não seria uma má ideia. E se for possivel fazer isso por lei, nós até tentaremos. Mas o fato é o seguinte: há limitações ai que são determinadas pelo espaço fiscal e nós vamos, creio que seja esse o nosso propósito, procurar construir de forma realista algo que possa apontar para essa perspectiva da desoneração.

Quero fazer referência aqui à intervenção do companheiro do setor gráfico. Reconheço a importância desse setor.

O setor de embalagem, que representa 40%, como aqui foi dito, já está contemplado pela desoneração, mas há um grande número ainda de empresas do setor, sobretudo, um setor que tem um perfil onde há uma predominância de micro e pequenas empresas, há uma série de segmentos que não foram contemplados – são 37 NCMs que estão fora. E evidentemente, é razoável imaginar que se possa produzir um movimento, não sei se gradual, no sentido de ir incorporando segmentos da indústria gráfica que estão fora desse benefício.

Finalmente, a intervenção da Drª Madalena Guasco, que traz uma visão perfeitamente compreensível e respeitável, traduz a ideia de que essa área de serviços educacionais não deveria ser contemplada com essa medida. É uma matéria controversa. Eu devo dizer que gostaria que todos os setores da economia brasileira pudessem ter as suas folhas desoneradas. É um tipo de tributação que me parece pouco eficiente do ponto de vista, vamos dizer, dos

interesses mais amplos da economia. Mas nós temos que ter efetivamente uma visão das prioridades.

Olhando na perspectiva dessa compreensão e da visão das prioridades, nós teríamos que, considerando essa demanda que é de vários setores, a magnitude dessa demanda, ter um olhar sobre as prioridades. E aí nós registramos essa contribuição que foi trazida aqui pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, no sentido de dizer que consideramos essa posição que foi aqui trazida.

Portanto, eu me congratulo com os expositores e creio que esta audiência produziu realmente os resultados que nós esperávamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Com as inscrições postas, passo a palavra ao Deputado Vanderlei Siraque, do Estado de São Paulo.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Bom dia, Presidente Paulo Ferreira e Senador Armando Monteiro, Relator. Cumprimentando também todos os integrantes da Mesa, agradecemos as exposições que foram feitas, Deputados e Senador.

Mais uma vez vim pedir, Senador Armando Monteiro, que seja incluída no relatório de V. Exª a desoneração para as empresas de projetos de arquitetura e engenharia, que são fundamentais, assim como as reivindicações que já foram feitas aqui. Mas isso é fundamental para o crescimento da nossa infraestrutura. É fundamental. São mais de 20 mil empresas, envolvendo 300 mil profissionais. Têm um custo de cerca de 5% da obra. Um projeto bem feito, bem conduzido pode ter uma economia muito grande. Basta pegar, por exemplo, o projeto de transposição do São Francisco. Houve alguns erros de projetos, o que acabou encarecendo as obras. Então, a meu ver, merecem.

Eu sempre tenho trabalho, aproveitando a oportunidade, pela desoneração do setor químico, petroquímico e plástico. Mas isso, a meu ver, não cabe nessa MP, não é pertinente a essa MP, mas também é fundamental para a competitividade desse setor da economia brasileira que está tendo um déficit de cerca de US$30 bilhões todos os anos.

Quanto à questão da educação, Prof. Madalena, penso o seguinte: que não é pertinente nessa MP. Agora, a exemplo dos planos de saúde, nós precisamos fazer uma discussão à parte, criar um regime específico para a área da educação privada, envolvendo aí os profissionais da educação, os alunos, as instituições de ensino, fazer um amplo debate, uma ampla discussão. Acho isso importante, porque felizmente ou infelizmente, os alunos mais pobres estão nas instituições de ensino superior pagas, particulares. E outros que tiveram a oportunidade de fazer um ensino fundamental melhor estão nas instituições públicas. Então, nós precisamos discutir a qualidade de ensino, a pesquisa.

Precisamos colocar o dedo nessa ferida, melhorar a qualidade. Mas aí tem que haver o debate. Não estou me colocando nem contra nem a favor, porque quem acaba pagando os tributos são os alunos, e não a instituição em si. Então, nós precisamos fazer um debate amplo, Deputado, porque chegam diversas reivindicações ao nosso gabinete, envolvendo o Ministro da Educação – acho que é uma questão muito mais do Ministério da Educação do que do Ministério da Fazenda. Penso que nesse caso...

Houve o contrabando de uma MP dos meios de comunicação social. Achei meio ruim, mas deve também ser discutido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – (*Fora do microfone.*) – Foi vetado.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Foi vetado? Então, está de parabéns a nossa Presidenta Dilma.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Deputado Siraque.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel, do Estado do Ceará, nosso Líder do Governo, ex-Ministro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quero saudar o nosso Presidente Paulo Ferreira, dar um forte abraço no Senador Armando Monteiro e dizer que é um dos Relatores mais qualificados para tratar desse tema, seja pela sua vida parlamentar que acompanho, desde quando estivemos na Câmara Federal, aqui no Senado, seja na entidade de classe em que trabalha.

Tivemos uma parceria muito forte na construção do Simples Nacional, ali no final do primeiro Governo do Presidente Lula, após a sua reeleição, o que permitiu tomar uma série de medidas para o fortalecimento do mercado nacional, para a formalização dos micros e pequenos e para a geração de emprego com carteira assinada, sem esquecer que as empresas do lucro presumido e o lucro real, naquele momento, ficaram para a segunda fase.

Quero saudar os expositores e começar registrando que, com o Plano Brasil Maior, nós começamos um processo de devolver para a sociedade a alta carga tributária que fomos obrigados a tomar, a partir de 97, quando o Brasil resolveu retirar os vários esqueletos de dívida pública do armário e dar-lhes transparência, consolidando-as em dívida pública municipal, estadual, federal, do sistema financeiro público e privado, dos vários setores.

Se nós voltarmos a 98, quando conseguimos consolidar grande parte dessa dívida pública, a interna e a externa, essa dívida pública representava para o Produto Interno Bruto algo em torno de 30%. O restante existia, mas a gente fazia de conta que não contabilizava. Ela ficava junto aos governos estaduais, aos governos municipais, junto à iniciativa privada, que tinha crédito. E o pacto federativo não podia devolver o seu crédito tributário. Era esse conjunto de

mazelas. E fomos, ali por volta de 2001, 2002, para 59% a dívida pública interna. Da dívida pública externa vocês conhecem muito bem a realidade, até porque atuam fortemente nesse setor. E a carga tributária saiu de 28,5% e foi a 34%, para fazer frente a essa dívida pública.

Com o esforço de toda a sociedade brasileira, dos empresários, dos trabalhadores, do pacto federativo, dos vários autores sociais, nós conseguimos que a nossa economia crescesse. Conseguimos fazer reservas internacionais, que resolveram a grave questão da dívida externa, conseguimos reduzir a dívida interna líquida para 35%, 36% do Produto Interno Bruto e com isso derrubar a Taxa Selic para 7,25%.

Quando a gente trata dessas questões com os banqueiros, eles se assustam, porque, ao diminuir a Taxa Selic, diminui-se o repasse de recursos do Tesouro para remunerar essa dívida. Evidentemente, eles não gostam muito dessa realidade. E, quando eu vejo retomar esse debate da necessidade de voltar a elevar Taxa Selic como instrumento de controle da inflação, eu fico às vezes pensando: se a Taxa Selic resolvesse para combater a inflação, esta deveria ser negativa nos anos 80, nos anos 90 e até 2007, 2008, porque era exorbitante. Ou seja, a Taxa Selic no Brasil não serve para controlar a inflação. Ela tem outros fatores para os quais a gente precisa ter todo o olhar.

Quanto à inflação, é necessário combatê-la e mantê-la baixa. Mas temos clareza também de que não é pela Taxa Selic, porque isso remunera a dívida pública interna e tira o espaço que nós temos hoje para devolver à sociedade a alta carga tributária, que ela pagou no momento em que o Brasil precisava reconhecer todas as suas obrigações e a partir dali ter controle e ter também forma de pagamento.

Hoje nós temos uma situação mais vantajosa que permite fazer isso, e o Plano Brasil maior tem feito exatamente esse processo. É evidente que a gente quer encurtar mais ainda os prazos. Mas, se nós voltarmos a 2011, nós conseguimos pegar todos os créditos tributários que, em 2003, se devolvia com 48 meses – estou falando dos federais –, conseguimos trazer para 12 meses e agora está em 48 horas, dependendo aí do processo da sistemática.

Mas ainda temos o grave problema do crédito tributário dos Estados, do ICMS, que é algo em torno de R$100 bilhões, que nós precisamos trazer para a nossa agenda nacional, para devolver e reduzir o custo das operações, dando essa segurança. Não é nesta medida provisória, Senador Armando Monteiro, que nós vamos tratar disso. Mas a gente precisa estar presente com esse debate.

A segunda questão é que a criação do Simples Nacional nos permitiu criar o ambiente para que a Previdência Pública deixasse de ter aquela situação caótica no atendimento e também no pagamento às suas obrigações; e, a partir dali, fizesse um processo de substituição da contribuição sobre a folha, a contribuição patronal sobre a folha, trazendo para o faturamento das micro e pequenas – já chegamos a 7,2 milhões formalizadas –, do lucro real e do lucro

presumido. Estamos nesse processo crescente que o nosso Senador Armando Monteiro acompanha de perto. E a gente precisa encontrar um percentual de equilíbrio.

Eu fui Ministro da Previdência Social, como todos sabem. Tive o privilégio, no Governo Lula, de ser Ministro no seu segundo governo, com essas tarefas. Ali, o índice médio de equilíbrio para manter uma previdência pública e mista, com a previdência complementar, tratando só da pública, seria de 2,4% da folha de 2008, quando nós fizemos todo esse estudo de substituição.

Evidentemente, nós não podemos ter uma alíquota única para todos os ramos de atividade do Brasil. Nós precisamos ter uma alíquota diferenciada.

Portanto, esse processo está sendo feito. A gente precisa acelerar. E, evidentemente, vamos ter cadeiras produtivas, ramos de atividade com alíquota abaixo de 2,4% e vamos ter ramos de atividade com alíquota acima de 2,4%. Mas, para manter as obrigações, é necessária uma alíquota em torno de 2,4%.

No Simples Nacional, começa com 2,75% e vai a quatro e alguma coisa. Mas começa com 2,75%. É evidente que lá nós temos outras formas de compensação, em face do sistema que nós montamos. Mas aqui essas alíquotas estão sendo fixadas com prazo mais curto para que a gente construa esse ambiente.

É evidente que uma empresa, para se planejar, precisava ter essas alíquotas num período indeterminado. Estamos fazendo por um período curto em face dessa necessidade de ajustes, tendo clareza de que, dentro do mesmo ramo de atividade, há algumas empresas que têm uma baixa empregabilidade e que prefeririam ficar da outra forma. Essa ideia de ter dois sistemas optativos, para nós não é o melhor caminho, porque nós vamos continuar penalizando a empresa que optou pela mão de obra em detrimento de outras formas de quarteirização, de terceirização. Mas esse é um processo que todos estamos discutindo. O Armando integra esse debate. A Câmara federal tem um grupo de estudos sobre isso, para que nós possamos encontrar esse equilíbrio.

E eu queria, para finalizar, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores expositores, chamar a atenção para a questão do ICMS, para a guerra fiscal e para o que isso implica. O Governo Federal está disposto a colocar R$0,5 trilhão na mãos dos 27 governadores para resolver a questão da guerra fiscal, que é o diferencial de alíquota entre os Estados, para, em seguida, enfrentar a questão do crédito tributário, que está na casa dos R$100 bilhões, nas gavetas dos governos estaduais, encarecendo o custo operacional das nossas empresas e, ao mesmo tempo, criando um passivo que, se nós não tivermos cuidado, vai virar o mesmo processo dos anos 90. E não é justo que a gente fique assistindo a esse processo.

Ao lado disso, tivemos toda uma política de incentivo fiscal de 89 para cá, que não passou pelo Confaz. Se nós não nos anteciparmos, se a gente não fizer nada, sabemos qual vai ser o caminho, porque o Supremo Tribunal Federal já julgou uma dezena de processos, declarando todos esses créditos

nulos e determinando que sejam cancelados. Se esse processo, se o Congresso Nacional, se o pacto federativo, se o setor empresarial, se os trabalhadores não se debruçarem sobre isso, o Supremo nós sabemos o que vai fazer, e aí trará outro problema gravíssimo, que é a inviabilidade das empresas que tiverem incentivo fiscal.

Nós já assistimos a isso em outros processos e precisamos nos antecipar para ter uma saída organizada. E aí nós estamos precisando que o nosso setor empresarial, que os trabalhadores, que as entidades se debrucem sobre isso, porque se deixar na mão apenas dos secretários de fazenda estaduais, o olhar deles é diferente do olhar de toda a sociedade.

E esse processo está muito adiantado aqui no Congresso Nacional. Resolvemos a guerra dos portos, em que o Senador Armando Monteiro teve um papel muito decisivo, fazendo essa ponte, sem prejuízo dos outros Senadores e Senadoras. Mas agora nós precisamos enfrentar essa questão do ICMS na origem e no destino, diferencial de alíquota, para criar um ambiente, para que isso que foi exposto aqui possa se tornar realidade. Porque na União nós resolvemos, nos Municípios também está muito adiantado, mas há um caos jurídico aqui no meio, com relação aos 26 Estados e o Distrito Federal e esse conjunto de medidas que estão sendo tomadas.

E o prazo é relativamente curto, porque, ao lado desta Medida Provisória nº 601 está a Medida Provisória nº 599, que dialoga com ela.

Sempre digo que, na medida provisória, o relógio anda rápido. É um prazo de 120 dias. Por um lado é bom, porque nos obriga a encurtar o prazo, nos obriga a elaborar mais e entregar o resultado legislativo para atender essas demandas que o Brasil está exigindo.

Por isso, quero parabenizá-los pela exposição, saudar o nosso Presidente e o nosso Relator e dizer que o Governo tem muito interesse nesta matéria. Tem em todas elas, mas esta da Reintegra, a 599 e a dos portos, que é a MP nº 595 e trata da infraestrutura nesse conjunto de ações, é decisivo que até junho, antes de elaborar o Orçamento para 2014, estejamos com essas matérias votadas, consolidadas e regulamentadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, nobre Senador José Pimentel, nosso Líder.

Passo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Ferreira, Senador Armando Monteiro, conferencistas e palestrantes de hoje, Dr. Tourinho, é um imenso prazer revê-lo; Dr. Paulo Simão; Presidente da Abimaq; Dr. Fabio Mortara; Drª Madalena Peixoto. Tivemos também o prazer de ouvir o Ministro Pimentel.

Cada vez que escuto essas ponderações, mais me convenço da necessidade de fazermos uma reforma tributária mais profunda no País. Na realidade, nesses últimos 16 anos, o que pode receber o nome de reforma

tributária é só o Supersimples, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e o Simei. O resto foi uma briga entre os entes federados – União, Estados e Municípios – para ficar com uma fatia maior do butim. No resto, não houve uma mudança de fundo.

E, hoje, eu fico vendo, por exemplo, as colocações tão lúcidas do Relator, Senador Armando Monteiro, dizendo que o Reintegra é uma compensação por resíduos tributários que não conseguimos neutralizar, para desonerar as exportações. Não é uma compensação por um câmbio desajustado. Portanto, é algo mais do que justo compensar resíduos tributários que não conseguimos neutralizar. Aí fico pensando: por que só para alguns setores? Por que isso não é para todos, como na maioria dos países? Por que não existe essa tão justa, tão justificada postura política do Reintegra para todos os setores que exportam? Por que alguns ainda têm de continuar fora?

Portanto, essa é a primeira colocação.

A mesma coisa na questão da mão de obra. Eu acho que temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Deveríamos ter uma Lei de Responsabilidade Laboral. Um país que se preocupa em dar empregos para que as pessoas ganhem condignamente o dinheiro para o seu sustento e dos seus filhos, para prover o presente e o futuro da sua família, é um país que está tendo responsabilidade, e a maioria das nossas leis são laborcidas, são destruidoras do emprego; não são laborgênicas. Essa desoneração da folha, substituindo-a por um percentual sobre o faturamento é laborgênica: facilita o emprego em todos os setores – setor de educação, setor de serviços, setor industrial.

Fico imaginando, também, por que somente alguns setores vão receber isso? Aí vem a resposta: espaço fiscal. Temos espaço fiscal. Então, se outros países resolveram esse problema e nós ainda não, e não temos espaço fiscal, isso não é uma causa, é uma consequência de alguma coisa errada. A nossa tributação, no seu total, está muito distorcida. Nós teríamos de mudar. Aumenta em alguns outros setores para criar esse espaço fiscal e poder colocar essas medidas que são claramente úteis para todos.

Por último, nós temos alguns projetos de lei que se estendem a todos os setores da economia, indistintamente, sem eleger setores que sejam amigos do rei. Para todos os setores! Há possibilidade de optar. A justificativa dada e publicada hoje, ou ontem, do veto, de que isso complica a fiscalização, é uma coisa ridícula, porque a empresa que opte, fica valendo por cinco anos. Acabou. Não fica toda hora trocando.

Portanto, esse risco na fiscalização e na previsibilidade da arrecadação estaria liquidado no momento em que a empresa optou, e ela sabe que será por cinco anos, como colocou muito bem o Senador Armando Monteiro, até 2018. E, daí para frente, até uma legislação como essa, que permitisse esse espaço para o setor produtivo crescer, gerar empregos e fazer com que a nossa carga fiscal, como agente público... Que o trabalho do Governo diminuísse a

necessidade de políticas de renda compensatórias, porque o setor produtivo está indo bem, está conseguindo acolher a todos, seja como consumidores, como empregados, para gerar uma economia melhor.

Eram essas, Sr. Relator, as minhas considerações, que peço, se possível, sejam levadas em consideração no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, nobre Deputado Mendes Thame.

Vamo-nos encaminhando para o final da nossa terceira audiência pública e convidando cada um dos expositores para dois minutos para suas considerações finais.

Concedo a palavra ao Dr. Klaus Müller.

O SR. KLAUS CURT MÜLLER – Bom, para nós, hoje, foi muito produtivo. Ficamos todos aqui muito felizes com o alinhamento do Reintegra junto ao Senador Armando Monteiro, Relator. Realmente, é um mecanismo fundamental.

O nosso companheiro de mesa, Sr. José Augusto, deixou bem claro o panorama da exportação brasileira e a importância disso e até de se repensarem as alíquotas ou uma nova alíquota no sentido de que temos um resíduo muito superior a 3%. Então, para nós, o dia foi muito produtivo e achamos fundamental que esse caminho do Reintegra seja, se não perene, pelo menos para os próximos cinco anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Klaus.

Concedo a palavra, para suas considerações, ao Dr. Paulo Simão.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Perfeitamente. Obrigado, Presidente. Quero também, mais uma vez, reiterar os nossos agradecimentos por estar presente. Espero ter conseguido traduzir o sentimento do setor.

Vejo, pelo pronunciamento do Senador Armando Monteiro, que há uma grande convergência entre o que a gente está pensando e o que o Relator tem estudado e no sentido em que vai conduzir o seu relatório.

E dizer que continuamos à disposição desta Casa, dos Srs. Senadores e Deputados, para, sempre que possível, trazer aqui nossas posições e nossas sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Fabio Mortara para as considerações.

O SR. FABIO ARRUDA MORTARA – Muito obrigado, Presidente Paulo, Senador Armando Monteiro, pela oportunidade.

A indústria gráfica também percebeu a sensibilidade desta audiência pública, especialmente nas palavras do Relator, Senador Armando Monteiro, que tem uma ligação tradicional com a indústria. A indústria gráfica é empregadora de

mão de obra, atravessa um momento particularmente difícil e certamente conta com a compreensão de todos e, enfim, com essa desoneração que, como muito bem lembrou o Deputado Mendes Thame, é geradora de trabalho, geradora de emprego. Acho que a direção é absolutamente convergente.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição desta Casa sempre que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Dr. Fabio.

Para suas considerações, Dr. José Augusto de Castro.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO – Eu queria agradecer também o convite para vir participar aqui. Saio daqui mais contente, especialmente com a manifestação do Senador Armando Monteiro. Acho que estamos tendo uma ótima oportunidade, agora, de começarmos a criar uma cultura exportadora de fatos e não apenas de intenções. Precisamos nos tornar um país exportador de manufaturados. Nunca vamos deixar de ser um país exportador de *commodities* pela extensão que temos, mas temos de ter uma participação grande de manufaturados. Isso é fundamental para o País como um todo. Para isso, precisamos ter desonerações tributárias ou, pelo menos, condições competitivas iguais as dos outros países. Não queremos ser melhores, apenas iguais. Temos capacidade interna, tecnologia, mão de obra e tudo mais, mas temos outros aspectos que não dependem de nós e que precisam melhorar. Hoje saio daqui bem mais animado, vendo uma perspectiva futura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira PT – RS) – Muito obrigado Dr. José Augusto.

Com a palavra a Srª Madalena Guasco Peixoto.

A SRª MADALENA GUASCO PEIXOTO – Primeiramente, agradeço a oportunidade. A nossa preocupação em estar aqui presente é contribuir, logicamente como trabalhadores, para que a indústria brasileira e os setores produtivos brasileiros se coloquem competitivos, que se aumente a possiblidade de emprego, com melhores salários, e que se aumente o desenvolvimento do nosso à País, que é o que interessa a todos.

Objetivamente, achamos muito importante a oportunidade de expressarmos nossa preocupação porque está ocorrendo uma mudança significativa na educação superior brasileira. Nós temos hoje instituições muito diferentes ente si, que têm concepções diferentes acerca do que significa formar o jovem brqsileiro na educação superior no Brasil. Acho que é um tema que, de fato, precisa ser debatido. Temso uma entrada de grupos internacionais, capital aberto, o que tem preocupado muito os trabalhadores em educaçao. Acho que essa é uma preocupação de toda a nação brasileira. Afinal, a educação superior tem uma missão estratégica, que é formar os novos quadros para a sociedade brasileira sem os quais também não existe desenvolvimento. Trouxemos aqui essa preocpação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira PT – RS) – Obrigado, D. Madalena.

Concedo a palavra ao nosso Ministro Rodolpho Tourinho.

O SR RODOLPHO TOURINHO NETO – Muito obrigado, Deputado Paulo Ferreira. Acho que é muito importante participarmos, o setor privado, dessas comissões, dessas discussões, sobretudo quando temos, como tivemos hoje, essa visão tão clara do Senador Armando Monteiro em relação a toda essa problemática da desoneração. Podemos juntar isso com a exposição muito competente, muito objetiva do Senador Pimentel sobre tudo aquilo que era do passado, mas que é do futuro também. Quando olhamos a questão dos investimentos, de infraestrutura, de construção pesada, estamos olhando o futuro. O quadro que mostramos era, sobretudo, o reflexo no futuro do que representa isso nos investimentos.

Compreendo muito, Deputado Mendes Thame, a sua preocupação com essa generalização. Acho que é por aí que tinha que ser. Agora, ao longo de longos anos em que tratei, desde Secretário de Fazenda, de reforma tributária, perdi um pouco a ilusão de que isso era possível. E estou muito convencido de que deveria ser atacado ponto a ponto. Não digo fatiado, porque fatiado é um termo ruim, mas é mais ou menos isso. Acho que a desoneração é um aspecto, a guerra dos portos é outro fundamental, que já devia ter sido feita há muito tempo. Essa questão de se evitar a possibilidade de incentivos fiscais hoje não é mais a via de crescimento do País, de forma nenhuma. Essa diferença entre o 4% e 7% vai voltar a continuar tudo isso. Não é por aí. Então, acho que essas discussões são muito importantes.

Quero agradecer a V. Exª pelo convite para estar aqui presente hoje e me coloco á disposição para aquilo que o senhor julgar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Muito bem. Para as conclusões e encaminhamentos, concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Bom, muito rapidamente, mais uma vez, congratulo-me com os companheiros que puderam trazer aqui uma visão que acho muito adequada para a compreensão dessas medidas do Plano Brasil Maior. Sobre as intervenções dos nossos companheiros Parlamentares, quero, primeiro, expressar ao Deputado Sciarra, que já saiu, também a minha compreensão de que o setor de consultoria e engenharia representam um ele muito importante dessa cadeia da construção pesada e da engenharia e, portanto, é um setor cujos salários têm um peso fundamental, é o principal insumo. Portanto, é pertinente a análise que nos conduza eventualmente à inclusão desse setor. Então, não tenho dúvida disso.

Dirigindo-me ao companheiro e Senador José Pimentel, quero dizer que ele tem sido aqui, na Casa, uma voz importante para a compreensão dessa agenda que o Congresso Nacional precisa, mais do que nunca, assumir,

considerando que há uma pressão ditada pelo tempo econômico e que, portanto, o mundo não vai ficar esperando que o Brasil resolva os seus problemas. O tempo político tem que se ajustar às pressões do tempo econômico. Por isso, Senador José Pimentel dá aqui uma contribuição muito importante ao debate dessas questões. A guerra fiscal e o ICMS talvez sejam as questões mais importantes e mais complexas que estão hoje sob o exame do Senado.

Tenho também uma posição que converge com a dele, a do Senador Tourinho, de que não devemos estimular uma nova guerra fiscal mantendo esse diferencial de alíquota ao final do período de transição. Acho que teríamos até que estender o período de transição, mas convergindo para uma alíquota uniforme, que é a única condição para que tenhamos, na área do ICMS, um ambiente minimamente adequado.

Finalmente, faço uma observação sobre as sempre e muito ponderadas intervenções do Deputado Mendes Thame, que tem sido, aqui, no Congresso, uma voz muito acatada. Tenho, desde que cheguei ao Congresso, há 13 anos, o mesmo inconformismo de não termos ainda construído uma reforma sistêmica, ampla, para criar um sistema tributário de classe mundial, mas talvez tenhamos que nos render, depois de tantos anos, á evidência de que precisamos promover melhorias assim incrementais, construindo pouco a pouco ou escoimando do sistema atual essas distorções que são mais visíveis. Guardarei esta expressão, que achei muito feliz, das políticas "laborgências" – é muito boa essa expressão.

Então, vamos fazer uma cruzada por políticas "laborgências", e a desoneração da folha é uma maneira inteligente de fazer essa política.

Muito obrigado, Presidente Paulo. Agradeço e, mais uma vez, congratulo-me pela sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira PT – RS) – Obrigado, nobre Relator. Agradeço a todos os painelistas dessa nossa terceira audiência pública. Fizemos duas e acho que temos elementos para um bom relatório que o Senador Armando Monteiro certamente produzirá no tempo adequado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a terceira audiência pública da Medida Provisória nº 601.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIAO DA COMISSAO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 2012, PUBLICADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2012 (ED. EXTRA), QUE "*ALTERA AS LEIS Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA PRORROGAR O REGIME ESPECIAL DE REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA AS EMPRESAS EXPORTADORAS - REINTEGRA, E PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SETORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VAREJISTA; Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, QUE REDUZ AS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DE QUE TRATAM OS INCISOS I E III DO CAPUT DO ART.22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991; Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS; Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011; E Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, PARA PERMITIR ÀS PESSOAS JURÍDICAS DA REDE DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS DEDUZIR O VALOR DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2013, ÀS 14:30H, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e oito minutos do dia sete de maio de dois mil e treze, na sala número nove da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Ferreira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 601, de 2012, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Ana Amélia, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, João Alberto Souza, Paulo Davim, Ana Rita, Aníbal Diniz e Blairo Maggi; e dos Deputados Paulo Ferreira, Rogério Carvalho, Colbert Martins, Eduardo Sciarra, Mendonça Filho, Alex Canziani, Osvaldo Reis, Guilherme Campos, Alexandre Leite, Aelton Freitas, Glauber Braga e Dr. Carlos Alberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. O Presidente passa a palavra ao relator, Senador Armando Monteiro, que profere seu relatório, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 601, de 2012, e pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 2, 7, 13, 17, 29, 30, 31, 37, 42, 47, 51, 52, 71, 73, 74, 80, 83, 92, 94, 97, 100, 110, 113, 116, 118, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas. Aberta a discussão, usam da palavra para discutir o Senador José Pimentel, a Senadora Ana Amélia, o Deputado Alex Canziani e o Senador João Alberto Souza. É pedida vista coletiva pelo Senador José Pimentel e pelo Deputado Alexandre Leite. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos é suspensa a Reunião. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia oito de maio de dois mil e treze é reaberta a Reunião. Aberta a discussão, nenhum parlamentar usa da palavra para discutir. Fica prejudicada a apreciação do Requerimento de destaque apresentado pelo Deputado Eduardo Sciarra, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, em virtude da ausência do autor quando da leitura da proposição. Colocado em votação, é aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Armando Monteiro, passando a constituir parecer da Comissão, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; no mérito, conclui pela aprovação da Medida Provisória nº 601, de 2012, e pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 2, 7, 13, 17, 29, 30, 31, 37, 42, 47, 51, 52, 71, 73, 74, 80, 83, 92, 94, 97, 100, 110, 113,

116, 118, na forma de Projeto de Lei de Conversão, pela rejeição das demais emendas; e pelo envio da matéria à Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como da ata da presente reunião. Colocadas em votação, as atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Ferreira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado PAULO FERREIRA
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da MP nº 601.

Havendo número regimental, declaro aberta esta 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, de 2012.

Esta reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Informo aos Srs. Parlamentares que, em 26 de abril de 2013, foi publicado despacho de indeferimento de emendas e, não tendo havido recurso no prazo regimental, ficam definitivamente indeferidas as Emendas nºs 5, 16, 18, 21, 23, 38, 46, 54, 55, 61, 64, 65, 68, 77, 78, 82, 87, 90, 93, 101, 103, 107, 108, 112, 115, 121 e 123.

Lidas as emendas indeferidas, tenho a honra de passar a palavra para o nobre Relator, Senador Armando Monteiro, para que proceda à leitura do relatório da MP nº 601.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quero cumprimentar o Presidente, saudar os Parlamentares presentes a esta Comissão e dizer que vou procurar fazer uma leitura sucinta do parecer. Daí eu me permito logo ferir aqui as questões de mérito que constituem o núcleo temático fundamental da MP.

Passo, então, ao art. 1º, que dispõe sobre a prorrogação do Reintegra. O Reintegra foi instituído pela Lei nº 12.546 para tentar minimizar o acúmulo de resíduos tributários na cadeia de produção dos bens exportados, e não há dúvidas de que o regime propicia a implementação do princípio de que não se deve exportar tributos, e coloca os exportadores brasileiros em melhores condições de competitividade no mercado externo. É desnecessário dizer que o Brasil está vivendo hoje, na área de sua balança comercial, um momento difícil, que se caracteriza exatamente por uma perda de impulso das exportações, o que significa dizer que um mecanismo como o Reintegra tem, mais do que nunca, efetividade para restaurar essas condições mínimas de competitividade.

Os beneficiários do Reintegra são as pessoas jurídicas produtoras de bens manufaturados indicados no Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro, que os exportem diretamente ou os vendam a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação. O valor é calculado mediante a aplicação do percentual de 3% sobre a receita decorrente da exportação. O valor apurado será utilizado para: (i) compensação com débitos próprios relativos a tributos administrados pela Receita Federal; e (ii) solicitação de ressarcimento em espécie, nas condições estabelecidas pela Receita Federal do Brasil.

Originalmente, o art. 3º da Lei nº 12.546 previa a aplicação do regime às exportações realizadas até 31 de dezembro de 2012, prazo que é agora dilatado pela MPV nº 601, de 2012, por mais um ano.

A prorrogação merece aplausos, principalmente quando é sabido que o sistema de tributação pátrio é complexo, injusto e prejudica a competitividade do produto nacional. Contudo, a prorrogação por apenas mais um ano, além de demasiadamente curta, retira do empresário brasileiro a previsibilidade que se espera do regime. Propomos, com base inclusive em várias emendas apresentadas à medida provisória – e eu destacaria as de nº 7, 80, 83, 94, 110 e 113 –, a vigência do Reintegra até 31 de dezembro de 2017, em consonância com o §1º do art. 91 da LDO (Lei nº 12.708, de 17 de agosto), o qual restringe a cinco anos a duração de medidas legislativas que resultem em renúncia de receita.

Outro ponto que merece nossa atenção é a tributação dos valores restituídos no âmbito do regime. Ora, é inconcebível que o Governo Federal crie programa de restituição de valores tributários residuais existentes na cadeia de produtos exportados e, ato contínuo, tribute essa restituição. É dar com uma mão e, de certa forma, tirar com a outra. Temos convicção de que a receita oriunda da restituição deve ser retirada da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, razão pela qual incorporamos essa alteração ao PLV apresentado abaixo, o que também atende as Emendas nºs 31 e 92.

Arts. 1º e 2º (substituição da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários). A medida provisória altera a Lei nº 12.546, de 2011, aumentando o número de setores, produtos e serviços abrangidos pelo benefício da substituição das contribuições previdenciárias patronais por outra incidente sobre a receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Dentre outros, passam a fazer parte do regime, com alíquota de 2%, o setor de construção civil, e, com alíquota de 1%, os serviços de manutenção e reparação de embarcações, empresas varejistas e produtos dos segmentos de plástico, borracha, papel, cimento e cerâmica, ferro fundido, aço, cobre, alumínio e outros metais, máquinas de lavar roupa.

O objetivo das medidas é a formalização das relações de trabalho e o fomento das atividades dos setores beneficiados, especialmente no sentido de lhes proporcionar ganho de competitividade e, em contrapartida, maior geração de emprego e renda.

Também tramitou no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 582, de 2012, convertida na Lei nº 12.794, de 2013, que aumentou o número de produtos desonerados. Em relação a essa norma específica, vale lembrar que, durante sua tramitação no Congresso Nacional, foram incorporados no texto de seu projeto de lei de conversão vários novos produtos e serviços que seriam beneficiados pelo regime de desoneração da folha de pagamentos já a partir de 2013.

Essas inclusões, porém, foram vetadas pela Presidente da República, que, em seguida, editou a Medida Provisória nº 612, de 4 de abril, pela qual foi incluída no regime a maior parte dos produtos e serviços vetados na Lei nº 12.794, de 2013, mas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014. Além disso, essa medida provisória altera pontualmente o regime, além de incluir e excluir setores econômicos e produtos.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, já aludida, exclui do regime alguns produtos de cobre e inclui:

a) com a alíquota de 2%, as empresas: de transporte rodoviário coletivo de passageiros por fretamento de turismo municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional; de transporte ferroviário de passageiros; de transporte metroferroviário de passageiros; que prestam serviços aeroespaciais (setor de defesa); de construção de obras de infraestrutura; de engenharia e arquitetura; de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

b) com a alíquota de 1%, as empresas: que realizam as operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres em portos organizados; de transporte aéreo de passageiros e de carga não regular; de transporte rodoviário de cargas; de agenciamento marítimo de navios; de transporte por navegação de travessia; de prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária; de transporte ferroviário de cargas; jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e de imagens, e

c) ainda com alíquota de 1%, produtos dos setores de: armas e munições não letais; gomas e resinas; obras de ferro fundido, ferro ou aço (latas e artefatos de uso doméstico); obras de níquel (acessórios para tubos); de alumínio (recipientes); de metais comuns (cápsulas de coroa); máquinas e aparelhos (radiodetecção, radiossondagem, radionavegação, radiotelecomando); instrumentos concebidos para demonstração; vassouras, pincéis, escovas, rolos; absorventes e tampões higiênicos, cueiros e fraldas para bebês e artigos higiênicos semelhantes; suporte para camas.

Diante desse quadro e tendo em vista a tramitação mais adiantada dessa MPV 601, de 2012, entendemos ser razoável e até recomendável, inclusive por motivos de economia processual e simplificação, a incorporação, no PLV proposto neste relatório, dos dispositivos da MPV nº 612, de 2013, que versam sobre o regime de desoneração da folha de pagamentos.

A única exceção relaciona-se à exclusão, do regime, dos produtos de cobre, consoante disposto no inciso II do art. 26 da MPV nº 612, de 2013. Lembramos que os produtos excluídos por esse dispositivo foram incluídos no incentivo justamente pela MPV nº 601, de 2012, ora sob análise desta Comissão Mista. Ou seja, houve inclusão e, em seguida, sua exclusão. Nesse caso, após conversas com o setor e com o Poder Executivo, ficamos convencidos de que esses produtos devem continuar desonerados, razão pela qual propomos a

revogação do mencionado inciso da Medida Provisória nº 612, de 2013, sem seu aproveitamento no PLV apresentado ao final.

Quanto à inclusão de setores no incentivo, os representantes do Poder Executivo têm ressaltado que os critérios originalmente previstos deveriam continuar a ser observados. Dessa forma, teriam prioridade aqueles setores que procuram o governo para negociar e mostram interesse e disposição em participar da nova sistemática de tributação, predominantemente a indústria de transformação, ou estão vinculados à infraestrutura, são intensivos em mão de obra e estão com a competitividade sendo duramente afetada pelos produtos estrangeiros, sobretudo provenientes da Ásia.

Entretanto, o Ministério da Fazenda ressaltou que, neste momento, há reduzido espaço fiscal para a ampliação dos setores incentivados com o regime da substituição da contribuição previdenciária patronal. Mas o Governo está constantemente avaliando a eficácia do sistema e verificando, por meio de seus Conselhos de Competitividade Setoriais, a possibilidade de aperfeiçoamento da legislação.

Dito isso, após intensas negociações com os setores econômicos e o Poder Executivo, entendemos por bem acolher, integral ou parcialmente, para fins de inclusão de produtos e serviços no regime à alíquota de um por cento a partir de 1º de janeiro de 2014:

– as Emendas nºs 29 e 30, que versam sobre as atividades de montagem e desmontagem industrial e do setor de refratários;

– a Emenda nº 37, que trata do comércio varejista de artigos de óptica;

– a Emenda nº 47, que trata do setor de castanha de caju;

– as Emendas nºs 73 e 74, que tratam do comércio varejista de produtos farmacêuticos;

– a Emenda nº 100, que trata dos setores de adesivos, triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes com rodas, bonecos com mecanismo a corda ou elétrico, e suas partes e acessórios; e

– a Emenda nº 118, que trata do setor de pescados salgados.

Após análises e entendimentos mantidos com segmentos econômicos ou autoridades fazendárias, também firmamos a convicção de que os seguintes setores e serviços devem ser incluídos no regime de desoneração da folha de pagamentos, a partir de 1º de janeiro de 2014 e com alíquota de um por cento:

– preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes das plantas;

– gorduras do porco e gorduras de aves;

– pedras preciosas;

– equipamentos médicos ainda não contemplados;

– pré-moldados de gesso;

– balas, confeitos e gomas de mascar, chocolate branco;
– armas não letais;
– produtos do setor gráfico; e
– computadores portáteis – *notebooks*.

As empresas de segurança privada, as agências de publicidade e de comunicação e as empresas de promoção de vendas, *marketing* direto e consultoria em publicidade também serão contempladas a partir de 2014, mas com alíquota de dois por cento.

Em relação à inserção, no regime da desoneração da folha de pagamentos, dos blocos, placas, sancas e molduras de gesso, cabe ressaltar que se trata de uma indústria intensiva em mão de obra, predominantemente artesanal e importante para a construção civil. O impacto da contribuição previdenciária patronal sobre o setor é extremamente alto e prejudica a sua competitividade. Em termos sociais, merece destaque o Arranjo Produtivo Local do Gesso, localizado no sertão pernambucano, responsável atualmente por 97% da produção nacional de gipsita, gesso e pré-moldados de gesso. É responsável pela geração de quase 80 mil empregos diretos e indiretos.

Merece menção a reinclusão, no regime, dos fabricantes de computadores portáteis (*notebooks*). Esses produtos foram beneficiados pela MPV nº 582, de 2012. Contudo, a Medida Provisória sob análise, nº 601, de 2012, em seu art. 2º, inciso II, os excluiu, sem que, aparentemente, o Governo tenha tido maiores discussões com o setor atingido. Diante disso, a Lei nº 12.794, de 2013, objeto da conversão da Medida Provisória nº 582, de 2012, já foi publicada sem a menção aos computadores portáteis, pois incorporou as mudanças promovidas pela Medida Provisória nº 601, de 2012. O peso da contribuição previdenciária patronal nos custos do segmento de informática tem desestimulado a contratação de mão de obra. Em momentos de perda de competitividade e de redução de faturamento, a manutenção dos profissionais é comprometida, razão pela qual o regime da desoneração da folha de pagamentos passa a ser essencial para o setor.

Estamos excluindo do regime alguns produtos alimentícios, em virtude de demanda setorial, ou seja, os próprios setores fizeram essa demanda. Trata-se de alimentos para praticantes de atividades físicas (isotônicos), composto líquido pronto para consumo (bebidas energéticas); preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixes; crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, preparadas ou em conservas.

Art. 3º (definição de serviços de TI e TIC).

Desde sua origem, o regime da substituição da contribuição previdenciária patronal previsto na Lei nº 12.546, de 2011, incluía as empresas de TI e TIC, conforme descrição contida no art. 14, §4º, da Lei nº 11.774, de 2008.

A alteração promovida pela MPV nº 601, de 2012, no inciso VII do §4º do mencionado art. 14 apenas aperfeiçoa o dispositivo e, por consequência, o regime, deixando claro que serviços de suporte técnico em equipamentos de informática em geral também fazem parte do conceito de TI e TIC.

Art. 4º (diminuição da alíquota do RET – incorporação imobiliária).

A Lei nº 10.931, de 2004, em seu art. 1º, instituiu o Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias, em caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação.

Originalmente, para cada incorporação submetida ao RET, a incorporadora ficava sujeita ao pagamento equivalente a 7% da receita mensal recebida, o qual corresponde ao pagamento mensal unificado dos seguintes tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição para o PIS/Pasep; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Cofins. A Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, reduziu essa alíquota unificada para 6%, e agora a Medida Provisória nº 601, em tela, a estabelece em quatro por cento.

A redução prevista deve ser analisada em conjunto com a inclusão do setor no regime da substituição da contribuição previdenciária patronal. Em virtude da importância do segmento para a economia, o Governo Federal decidiu incentivá-lo de forma contundente, reduzindo, na prática, a incidência de cinco tributos relevantes, como visto acima. Deve ser lembrado, como fez a EMI, que a construção civil é responsável por quase oito milhões de empregos diretos e indiretos, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. Ademais, a receita bruta setorial estimada para 2013 é de R$171,6 bilhões e a massa salarial perfaz R$31,4 bilhões. Também merece destaque o fato de haver no Brasil um elevado déficit habitacional, estimado pelo Ministério das Cidades em mais de seis milhões de unidades. Apesar disso, é preocupante a recente redução do nível de atividade do setor.

A Medida Provisória nº 601, de 2012, incluiu nas regras da Lei nº 12.431, de 2011, os fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado, regulamentados pela CVM, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira. Nesse caso, a rentabilidade esperada das cotas deverá ser referenciada em taxa de juros pré-fixada, vinculada a índice de preço ou à TR.

Segundo explica a Exposição de Motivos da Medida Provisória, os fundos de investimento em direitos creditórios constituem instrumento de securitização de custo inferior ao dos certificados de recebíveis imobiliários e tendem a ser mais adequados às pessoas jurídicas de médio e pequeno porte, que têm papel essencial na execução de projetos de infraestrutura, objeto principal do incentivo fiscal da Lei nº 12.431, de 2011.

Vale frisar que as alterações então promovidas pela Lei nº 12.431, de 2011, foram relevantes, mas não suficientes para estimular o financiamento de longo prazo com base na emissão de títulos privados.

O Governo Federal, portanto, tem realizado esforços no sentido de aperfeiçoar a norma e torná-la eficaz e mais segura.

Quanto à matéria, estamos apresentando propostas pontuais de alteração, previamente negociadas com o Poder Executivo, com a finalidade de aperfeiçoar o regime.

Passo agora ao item de emendas acolhidas.

Como mencionado no relatório, foram apresentadas 124 emendas à medida provisória na Comissão Mista, sendo 27 inadmitidas pelo nosso Presidente, por tratarem de matéria estranha.

Além das emendas já indicadas acima, acatamos a de número 116, que altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que instituiu a alienação fiduciária de bem imóvel. O objetivo é aperfeiçoar o instituto, estabelecendo, nos casos de inadimplemento do mutuário e consequente venda do imóvel, um piso para a avaliação do bem, a ser verificado em data contemporânea à prevista para a realização do leilão e com base em dados dotados de credibilidade e isenção, porque apurados pelo órgão municipal competente.

Frisamos que a emenda se relaciona com a matéria versada na medida provisória tendo em vista que essa espécie contratual é relevante no mercado de imóveis. Por sua vez, a medida provisória não apenas inclui as empresas de construção civil no regime da desoneração da folha de pagamentos como também reduz a tributação das incorporadoras imobiliárias.

Acolhemos, também, a Emenda nº 52, que trata da compra, venda e transporte de ouro produzido em áreas de garimpo autorizadas pelo Poder Público Federal. Segundo justificação da emenda, as Leis nºs 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e 11.685, de 11 de junho de 2008 (Estatuto do Garimpeiro), se consolidaram como importantes instrumentos para o combate da extração mineral não autorizada. Entretanto, no caso particular do ouro garimpável, é importante regulamentar procedimentos operacionais de transporte e compra para atribuir segurança jurídica aos agentes da cadeia produtiva e melhores condições de controle aos órgãos de fiscalização. Isso tudo levando-se em consideração usos e costumes do setor e ainda o que define o já referido Estatuto do Garimpeiro. A matéria tem pertinência temática com a medida provisória, uma vez que essa trata de regras aplicáveis ao mercado financeiro no seu art. 5º.

A Emenda nº 51, que permite a compensação com débitos próprios do contribuinte relativos a tributos federais ou o ressarcimento em dinheiro de crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins gerados na cadeia de exportação de café, é acatada com alterações e após negociações com o Governo. Trata-se de medida que dá ao café o mesmo tratamento tributário dispensado às carnes bovina, suína e de frango e à laranja.

Emendas do Relator.

Por meio de emenda de Relator, além daquelas sugeridas nos tópicos específicos acima, propomos a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados na cadeia de reciclagem de garrafas tipo PET. Realmente, as primeiras empresas envolvidas na reciclagem de PET são as cooperativas de coleta seletiva e os depósitos de sucata. Esses estabelecimentos normalmente optam pelo regime simplificado de tributação (Simples Nacional), que adota uma alíquota variável em razão do faturamento anual acumulado. Nesse caso, a regra é a não geração de crédito tributário para os adquirentes de seus produtos, o que precisa ser equacionado.

Acreditamos relevante a desoneração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre máquinas e implementos agrícolas não autopropulsados (arados, grades, semeadeiras, adubadeiras, etc.), de forma a incrementar a competitividade da indústria nacional, razão pela qual apresentamos texto nesse sentido, alterando a Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002. Também desoneramos das mencionadas contribuições o açúcar refinado, por meio de alteração da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 609, de 8 de março de 2013, que diminui a carga tributária incidente sobre produtos da cesta básica. Além disso, ampliamos a suspensão de incidência das referidas contribuições para alcançar toda a venda de cana-de-açúcar.

Ainda quanto ao Imposto de Renda, inserimos regra na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, permitindo às pessoas jurídicas com saldo negativo do tributo compensar as perdas, no exercício seguinte, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, exceto as contribuições previdenciárias. Na mesma norma, foram propostas alterações nos arts. 73 e 74, para dispor sobre a compensação de tributos e sobre a suspensão da exigibilidade da multa de ofício no caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação.

Estamos, dessa forma, corrigindo omissão superveniente na alínea *a* do inciso II do § 1º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR), restabelecendo a possibilidade de o contribuinte excluir da área tributável aquelas identificadas, na forma da lei ambiental, como de preservação permanente e de reserva legal. A questão surgiu após a revogação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Com efeito, como a lei revogada era expressamente mencionada no dispositivo em comento, criou-se um vácuo legislativo que ora se busca sanar.

Com o objetivo de reduzir os custos das operações voltadas para a pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural, propomos alteração do art. 62 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Dessa forma, busca-se estender o benefício do regime de entreposto aduaneiro a outras instalações industriais e

estaleiros, além das localizadas à beira-mar, como determinado atualmente. Visando dar mais flexibilidade ao regime, também é proposta a retirada da referência a plataformas no texto do dispositivo, tornando-se possível viabilizar o regime para outros bens.

Apresentamos emendas para corrigir distorções na incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre receitas auferidas pelos agentes intervenientes na cadeia de produção e de comercialização da soja e de seus subprodutos. É desonerada das referidas contribuições, por meio de suspensão de incidência ou de redução a zero das alíquotas, a receita decorrente da venda de soja *in natura*, farelo, farinha e óleo refinado de soja, independentemente da destinação a ser dada pelos adquirentes, e a receita decorrente da venda de óleo de soja bruto destinado à produção de óleo de soja refinado, margarina e de biodiesel.

É concedido crédito presumido calculado com base na receita de venda no mercado interno ou de exportação de farinha, farelo e óleo de soja, rações para cães e gatos, e de biodiesel. As alterações na forma de apuração do crédito presumido das contribuições pelos produtores de rações para cães e gatos e de biodiesel são necessárias para estabelecer simetria com a sistemática instituída para os derivados da soja.

Visando reduzir os sofrimentos trazidos pela estiagem prolongada no Nordeste, propomos, em caráter emergencial, incentivar a iniciativa privada a auxiliar o Estado, via ampliação da oferta de cisternas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Para tanto, propomos que as despesas necessárias à construção de cisternas sejam dedutíveis do imposto sobre a renda apurado nos anos de 2013 e 2014 pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Passamos então ao voto.

Pelo que foi exposto acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária. No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 601, de 2012, e pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 2, 7, 13, 17, 29, 30, 31, 37, 42, 47, 51, 52, 71, 73, 74, 80, 83, 92, 94, 97, 100, 110, 113, 116, 118, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas.

É esse o relatório.

Bom, há uma pequena retificação aqui, ditada pela boa técnica legislativa: inserir uma linha pontilhada após o inciso 29 do art. 1º da Lei nº 10.925, com a redação dada pelo art. 14 do PLV. Portanto, com essa pequena retificação, reitero aqui o voto nos termos que foram explicitados.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM – SP) – Peço vista Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, conversei bastante com o nosso Líder do DEM. Ele entende que vai precisar de pedir vista e acordamos, se V. Exª concordar com o nosso Relator, de retornar amanhã às 14h30. Com isso, nós suspenderíamos a reunião de hoje para que amanhã mantivesse tudo. E há número regimental para aprovar a ata, se V. Exª concordar.

E parabenizo o nosso Relator pela qualidade do voto e, particularmente, pela forma de adequação que V. Exª traz com o seu projeto de conversão. É o que eu chamo de uma medida provisória do bem, que tem como objetivo fortalecer o setor produtivo nacional e dar continuidade ao programa Brasil Maior. Por parte do Governo, a intenção nossa era votar hoje. Mas é um pedido de vista regimental, nós compreendemos. Conversamos com o nosso nobre Deputado e, na verdade, ele quer aprofundar um pouco mais a leitura.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM – SP) – Exatamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E amanhã nós esperamos votar com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Com a palavra o Deputado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM – SP) – A medida provisória veio com um relatório um pouco robusto e com pouco tempo para que nós pudéssemos analisar. Nós estamos pedindo a vista justamente para fazer uma análise um pouco mais profunda do relatório, sem o intuito de obstruir. Por isso nós propomos que seja votado amanhã. Mas que nós pudéssemos ao menos analisar o que foi proposto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Nós temos tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Temos tempo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu me curvo à decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo exaustivo trabalho. Não é fácil abrigar tantas emendas nessa matéria tão importante. Mas o que foi produzido revela uma preocupação de ajustar às necessidades do País – da modernização, da atualização –, torná-lo mais competitivo.

Entendo, também, perfeitamente, a posição da oposição de querer uma discussão – 24 horas a mais não vão alterar, não é, Líder José Pimentel? E é boa prática da convivência democrática dar esse espaço para isso, para não haver nenhuma dúvida. E acho que o Presidente Paulo Ferreira tem toda a boa vontade em relação a essa questão.

Então, é para cumprimentá-lo pelo trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Deputado Alex.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª. Parabéns pela condução dos trabalhos desta medida provisória. Cumprimento também o Senador Armando Monteiro. Nós acompanhamos todo o trabalho que teve o Senador; a paciência que ele teve ao receber os mais variados setores que levaram os seus pleitos às audiências públicas que foram feitas, no sentido de poder atender aquilo que melhor coubesse para os interesses da Nação.

Então, parabéns a V. Exª, que tem grande experiência, como ex-Presidente da poderosa CNI, que congrega todas as indústrias, e sabedor da importância desta medida que o Governo encaminha para o Congresso Nacional. V. Exª fez um brilhante relatório e está de parabéns, mostrando realmente a sua competência e o talento de Pernambuco para o Brasil.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Ferreira, evidentemente eu fiquei muito atento ao excelente relatório do Senador Armando Monteiro. Mas pergunto a V. Exª: a reunião será suspensa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Isso mesmo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Continuaremos amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Amanhã, às 14h30, nesse mesmo horário, com o mesmo quórum para poder votar o relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Era só o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, peço vista coletiva, para ser solidário com o nosso companheiro do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Então, nos termos do §1º, art. 132, do Regimento Interno, do Senado, fica concedida a vista por 24 horas.

Até amanhã, às 14h30.

Esta reunião está suspensa.

Obrigado, senhores e senhoras.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos e suspensa às 15 horas e 54 minutos do dia 07/05/2013, a reunião será reaberta às 14 horas e 49 minutos do dia 08/05/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, vamos dar reinício à nossa reunião de apreciação final do relatório da Medida Provisória 601.

Portanto, declaro reaberta a 6ª Reunião da comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 601, de 2012.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e irão à publicação.

A presente reunião destina-se à discussão e votação final do relatório lido ontem.

Informo que, em 07/05, o Relator, Senador Armando Monteiro, procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria. Em discussão o relatório apresentado ontem pelo Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Informo que foi apresentado um requerimento de destaque, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra.

Ausente o Deputado, está prejudicado o requerimento, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Sr. Presidente, poderia subscrever ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Só um momento, estamos verificando uma questão regimental. (*Pausa.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – O Deputado Sciarra está chegando aqui. Presidente, o Deputado Sciarra está chegando ao plenário, enquanto se verifica a questão de ordem, e acho que ela ficará superada, porque ele estará no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Nobre Deputado, o Regimento impõe que, na ausência do Deputado, o requerimento está prejudicado.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Como o senhor sabe, Presidente, o Deputado Sciarra, Líder da nossa bancada na Câmara, estava em outra atividade, próximo daqui, e está chegando. Se pudesse ter a gentileza de aguardar dois minutos, pois é o tempo em que ele está no deslocamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Com todo o esforço, o nobre Deputado...

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Enquanto eu estava falando, o senhor encerrou a discussão e não deu nem tempo de eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – É que esta reunião é uma reabertura da de ontem, na realidade. Então, definitivamente está prejudicado o requerimento de destaque do Deputado Eduardo Serra.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Ele acabou de chegar, acabou de chegar. Não era mentira, Presidente.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Deputado, o Regimento impõe que nós consideremos o seu requerimento prejudicado. No momento da apresentação, já tinha sido feita a declaração do prejuízo.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Em que momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – No momento anterior à sua chegada.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Foi manifestação que nós fizemos aqui, enfim, já no dia de ontem, pela entrega do destaque. Eu pediria que o Presidente pudesse considerar – vim aqui para isso –, até porque ontem deixamos em aberto o livro e não encerramos a reunião, justamente porque gostaríamos de vir aqui fazer essa manifestação. Eu pediria a compreensão para que pudéssemos apresentar e, enfim, defender esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Deputado, por mais que a Presidência queira, o seu requerimento já tinha sido apresentado anteriormente, e nós estávamos na fase já de votação do relatório do Senador Armando Monteiro.

Então, a mesa considera o destaque prejudicado.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Foram cinco segundos antes, Sr. Presidente, ou foi....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Não, não.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – É só para entender o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Nós o aguardamos inclusive. O Colega Deputado já tinha apresentado, e nós o aguardamos.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Temos participado dentro do possível. Estávamos em audiência com a Senadora Gleisi. Estamos aqui para trabalhar, enfim, em prol de que possamos discutir as matérias que vêm para esta Casa. E eu faço um apelo novamente.

Já havia sido declarado isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Já havia sido encerrada a discussão, quando do momento....

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Sim, encerrada a discussão é uma coisa; outra coisa é discutir o destaque.

A discussão foi encerrada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Deputado, mais uma vez, a mesa esclarece: o Regimento impõe que, após o encerramento da

discussão, não mais serão recebidos os requerimentos. O seu requerimento foi anunciado....

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Eu não fiz requerimento. Eu apresentei um destaque ontem....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Está aqui o requerimento. É esse aqui mesmo.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Sim, mas esse destaque, no momento da apreciação da discussão... Foi lido o destaque e pedida a apreciação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – O Regimento impõe que ele só pode ser lido com a presença do autor, certo? E, no momento, o senhor não estava presente.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Presidente, só para...Desculpe-me a ignorância da pergunta, mas, dentro do Regimento da Câmara, a subscrição é permitida. Em comissões mistas, eu não tenho essa certeza. Procede que não podemos fazer a subscrição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – É que foi feita a subscrição após o término da discussão.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Sim, aqui, após.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Eu subscrevi, no anúncio da ausência....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Senhores, nós estamos amparados pelo Regimento, o.k? Tem de avisar também ao nobre Deputado que parte das suas questões foram incorporadas. Então, o Senador Armando Monteiro fará essa apresentação.

Então, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, em votação, o relatório apresentado ontem, dia 07/05, pelo Senador Armando Monteiro.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da MP nº 601, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão. (*Pausa.*)

O.k. Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes passando a palavra para o nobre Relator Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu queria rapidamente agradecer aos companheiros. Acho que produzimos um relatório equilibrado.

Quero, dirigindo-me ao meu prezadíssimo Deputado Eduardo Sciarra, dizer que, independentemente das questões regimentais, no mérito, V. Exª foi parcialmente atendido em nosso relatório, porque a parte de construção pesada, que também estava indicada na sua emenda, foi contemplada, ou seja, a área de infraestrutura, porque inicialmente a medida provisória contemplava apenas a construção imobiliária, para fins imobiliários, mas conseguimos incluir a construção pesada. A área de infraestrutura foi beneficiada com a desoneração, a partir de janeiro de 2014.

Além disso, a área específica de incorporação imobiliária foi contemplada com a redução da alíquota do Regime Especial de Tributação (RET), que caiu de 6% para 4%. Portanto, ainda que não atendendo plenamente V. Exª, eu quero dizer que V. Exª também é responsável por essas conquistas que, de qualquer forma, estão consubstanciadas no relatório.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD – PR) – Por isso votamos a favor, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – No mais, eu quero agradecer a todos e agradecer especialmente ao Presidente Paulo Ferreira a condução e a forma com que encaminhou os trabalhos. Tenho certeza de que os objetivos aqui pretendidos foram amplamente alcançados.

Nós avançamos prorrogando o Reintegra, oferecendo ao setor exportador um prazo de cinco anos para fruir esse benefício. De igual modo, coerentemente, conseguimos aqui no relatório propor a isenção da receita do Reintegra, que, paradoxalmente, foi criado para compensar resíduos tributários, e a empresa é penalizada porque paga imposto sobre a receita do Reintegra. Agora, a proposta é de isenção, e a ampliação dos setores que foram contemplados com a desoneração da folha.

Portanto, eu acho que alcançamos os objetivos, sobretudo, fazendo uma construção responsável do relatório, sem desafiar certos limites físicos e sem tampouco pôr em risco a visão de responsabilidade fiscal que deve também nos orientar.

Muito obrigado aos companheiros e muito obrigado ao Presidente Paulo Ferreira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Líder Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados, eu quero começar registrando essa visão ampla que o Senador Armando Monteiro tem das questões do Brasil. O seu compromisso

com o setor produtivo permitiu que, por meio dessa medida provisória, nós fizéssemos o terceiro Plano Brasil Maior.

Eu me lembro muito bem do primeiro Plano Brasil Maior, apresentado em 2011, em que o Senador Armando Monteiro colaborou e muito. Dizia o Senador que aquele plano era insuficiente para enfrentar os problemas, particularmente na indústria de transformação, em que o Brasil estava presente em 2011.

Em 2012, veio o Reintegra 2, com o Plano Brasil Maior 2. Avançamos muito, comparado com o primeiro Plano Brasil Maior. Agora, com essa Medida Provisória nº 601, V. Exª, na verdade, está atualizando tanto o Plano Brasil Maior 1 quanto o Plano Brasil Maior 2, à luz das demandas que nesse 2013 estão presentes.

Portanto, o acolhimento dessa quantidade de emendas aqui apresentadas é uma demonstração de um apreço muito grande para com os nossos Parlamentares, sejam eles da Câmara ou do Senado, do nosso Congresso Nacional. E, pela forma como V. Exª elaborou esse parecer, com esse olhar e com esse cuidado, para desenvolver nossa economia, para dar resposta às demandas que são postas, a melhor maneira que nós encontramos foi aprovar por unanimidade.

Portanto, quero parabenizar V. Exª e espero que, na Câmara e no Senado, a gente tenha o mesmo procedimento. Parabenizar o nosso Deputado Paulo Ferreira pela condução dos trabalhos, pelo respeito ao Regimento e por sua forma democrática de conduzir os trabalhos. Quero agradecer a todos pela condução desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Obrigado, Senador. Terminando, aviso que temos até o dia 3 de junho para votar. Portanto, temos um mês pela frente para as Lideranças pautarem, nós votarmos isso e enviar à Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – A última tem um feriadão no meio.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Tem um feriadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ferreira. PT – RS) – Tem que ser duas semanas, exatamente.

Então, Srs. Deputados e Senadores, declaro encerrada definitivamente a reunião. Obrigado. Dispenso a todos.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos e suspensa às 15 horas e 54 minutos do dia 07/05/2013, a reunião é reaberta às 14 horas e 49 minutos do dia 08/05/2013 e encerrada às 15 horas e 02 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013

MEMBROS
Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (5)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) (2)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (2)	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) (4)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (4)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (3)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) (1)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)

Notas:
1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio Noronha
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS
João Otávio Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-GLPMDB).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) (23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. n° 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. n° 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento n° 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (88,90,9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (55,56,9)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (76,7,9)
Anibal Diniz (PT) (75,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (49,51,60,61,24,25)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (79,8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8.
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (39,50,77,2,4,16,20,27)
Vital do Rêgo (PMDB) (39,50,77,1,15)	2. Roberto Requião (PMDB) (39,46,50,77,3,16,36)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,52,53,63,64,77,13,16)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (39,50,77,14,16)
Luiz Henrique (PMDB) (39,50,77,20)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (39,77,26)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (40,41,43,57,58,68,69,73,74,77,29,30,31,37)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,86,11)
José Agripino (DEM) (42,17)	4. Paulo Bauer (PSDB) (42,44,18)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (45,65,81,82,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,80,82,10)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,82,19,21,34,35)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) (38,41,60,26,27,28)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (41,60,6,12,25)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (37,41,60,29,31)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) (41,60,17)	5. VAGO (41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (41,44,20)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (41,10)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) (59,32)
Alvaro Dias (PSDB) (59,14,22)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (51,59,18)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,71,72)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,11,24)	3. VAGO (35,57,66,34)
VAGO (58,66,24)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,36,43,44,35)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:
1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. n° 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. n° 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (40,23,24,27)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (40,12,13,14,21,28,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (45,10,30)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (46,47,34)
Fernando Collor (PTB) (47,31)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (36,47,25,26,35)	3. VAGO (37,47,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Costa
RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) (3,4,8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
11. Em 04.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 139/2013-GLPMDB).
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (30,50,51,52)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (4)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PPL
VAGO (2)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) [8]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014:
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 07.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 436 páginas

(OS: 12213/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL